



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA

FERNANDA CALASANS COSTA LACERDA

**A POBREZA NA BAHIA SOB O PRISMA MULTIDIMENSIONAL:
uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das
capacitações**

UBERLÂNDIA

2009

FERNANDA CALASANS COSTA LACERDA

**A POBREZA NA BAHIA SOB O PRISMA MULTIDIMENSIONAL:
uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das
capacitações**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Área de Concentração: Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Dantas Neder.

UBERLÂNDIA

2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L131p Lacerda, Fernanda Calasans Costa, 1981-
A pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional: uma análise baseada na
abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações / Fernanda
Calasans Costa Lacerda. - 2009.
210 f.

Orientador: Henrique Dantas Neder.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de
Pós-Graduação em Economia.
Inclui bibliografia.

1. Pobreza - Bahia - Teses. I. Neder, Henrique Dantas. II. Universidade Federal
de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDU: 330.564.053.3 (813.8)

FERNANDA CALASANS COSTA LACERDA

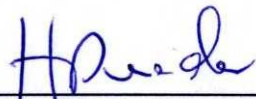
**A POBREZA NA BAHIA SOB O PRISMA MULTIDIMENSIONAL:
uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das
capacitações**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Área de Concentração: Desenvolvimento Econômico.

Uberlândia, 28 de agosto de 2009.

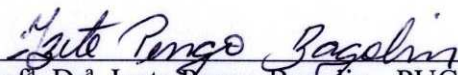
Banca Examinadora



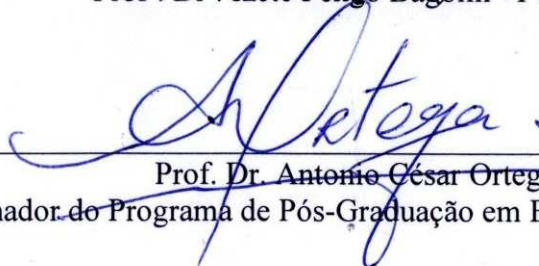
Prof. Dr. Henrique Dantas Neder – UFU
Orientador



Prof. Dr. Guilherme Costa Delgado – UFU



Prof. Dr. Izete Pengo Bagolin - PUCRS



Prof. Dr. Antonio César Ortega
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia – IE – UFU

AGRADECIMENTOS

A Deus, que sempre me guia, me fortalece e me ampara, permitindo que eu encontre a serenidade, a confiança e a determinação para ir em busca dos meus objetivos.

A minha família, o maior patrimônio que eu possuo e cujo valor é incalculável. Aos meus pais, Faustino e Marisaide, por todo o amor, carinho e dedicação que sempre me dispensaram e pelo excelente exemplo de caráter e respeito que me deram. À Martinha, minha irmã, pela amizade incondicional e por todo apoio e incentivo, principalmente naqueles momentos de maior dificuldade.

Ao meu orientador, Prof. Henrique Neder, são vários os agradecimentos. Primeiro, por todo o auxílio dado e pela disponibilidade, que constantemente demonstrou, em esclarecer dúvidas e discutir o trabalho. Segundo, pela imensa paciência que teve comigo diante do meu completo desconhecimento a respeito do Stata e dos métodos de análise multivariada. Terceiro, por ter proposto um trabalho com tema tão interessante e desafiador. E, por fim, pelos ensinamentos de humildade e probidade intelectual.

Aos professores do Instituto de Economia da UFU, pelas lições transmitidas nas aulas e nos corredores e pela simpatia com que costumam tratar os alunos ingressantes no Programa de Pós-Graduação.

Ao Prof. Carlos Nascimento, pelo auxílio e interesse que demonstrou com relação à produção deste trabalho e pelas palavras de incentivo, habitualmente presentes em nossas conversas.

À Prof^a. Rosana Ribeiro, pela constante disponibilidade em me auxiliar e pelas suas sugestões coerentes e enriquecedoras que muito colaboraram à elaboração desta dissertação.

Ao Prof. Guilherme Delgado, pela sua importante contribuição não apenas à minha formação acadêmica, mas também, à minha formação como cidadã brasileira. Com certeza, as suas aulas serão sempre lembradas. Além disso, pela sua ajuda indispensável à compreensão do referencial teórico utilizado neste trabalho.

Aos alunos do Programa de Pós-graduação em Economia da UFU, especialmente aos meus colegas da turma de mestrado 2007, pela convivência fraterna e pela amizade.

À “turma” frequentadora do laboratório de informática do IE-UFU, pelos momentos de alegria, desespero, otimismo, estudo que tantas vezes passamos *juntos*.

Aos meus grandes amigos, Humberto, Daniel e Loyd, por todo o companheirismo e pela amizade sincera que construímos.

A minha querida amiga Ana Márcia, pela sua amizade e pelo muitos momentos (e foram muitos mesmo!!) de estudo que, juntas, dedicamos à elaboração das nossas dissertações, compartilhando preocupações e soluções, questionamentos e respostas.

Aos funcionários do Instituto de Economia da UFU, pela gentileza e respeito com que sempre me trataram.

Ao setor de referência da Biblioteca da UFU do Campus Santa Mônica, pelo trabalho que realiza e sem o qual não seria possível o acesso à boa parte das referências utilizadas nesta dissertação.

Ao Programa de Bolsas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), pelo auxílio financeiro à produção deste trabalho.

A todos aqueles que me auxiliaram, direta ou indiretamente, para a produção deste trabalho, os meus mais sinceros e emocionados agradecimentos.

*A terra provê o suficiente para as necessidades de todos os homens,
mas não para voracidade de todos.*

Mahatma Gandhi

*A poverty analysis that concentrates only in incomes can be quite remote
from the main motivation behind our concern with poverty (viz. the
limitation of the **lives** that some people are forced to live).*

Amartya Sen

RESUMO

Esta dissertação analisa a pobreza no estado da Bahia, sob o enfoque multidimensional de estudo da pobreza, enfatizando a necessidade de se ampliar o foco de investigação para além da insuficiência de renda e de se considerar a multidimensionalidade da pobreza na elaboração das políticas que objetivem o seu combate. Para isso, discute, inicialmente, a trajetória evolutiva do estudo da pobreza, dando destaque ao predomínio da abordagem unidimensional monetária nos trabalhos sobre a pobreza no Brasil e na Bahia. Posteriormente, realiza uma análise empírica da pobreza na Bahia nos anos 1995, 2001 e 2006, fundamentada em duas abordagens multidimensionais de estudo da pobreza: a abordagem das necessidades básicas e a abordagem das capacitações. A partir dos conceitos empregados por estas abordagens, define a pobreza como a insatisfação das necessidades humanas básicas que priva o indivíduo de desenvolver e expandir as suas capacitações. A metodologia empregada na análise empírica consiste em aplicar o método multivariado da Análise de Correspondências Múltiplas no cálculo de um indicador multidimensional de pobreza (IMP) por unidade da população analisada. Este indicador é composto por um conjunto de variáveis qualitativas, denominadas de indicadores primários de privação. Os resultados da aplicação desse método também permitem estabelecer uma linha de pobreza multidimensional, utilizada como critério de identificação da pobreza. Com base nesta linha de pobreza e no indicador, foi possível calcular os tradicionais índices de pobreza FGT(0), FGT(1) e FGT(2) e, então, mensurar a pobreza na Bahia. Os resultados demonstram que a proporção de pobres era elevada, principalmente entre a população rural, mas que essa proporção diminuiu entre os anos 1995 e 2006, exceto na área metropolitana. Entre os indivíduos considerados pobres, a pobreza era mais intensa e mais severa na área rural. A decomposição da pobreza por cor ou raça e por tipo de família apontou que os indivíduos de cor preta ou parda, bem como as famílias do tipo “mãe com filhos menores de 14 anos”, apresentavam maior risco de pobreza. A decomposição por sexo não mostrou diferenças significativas entre homens e mulheres quanto à extensão e ao risco de pobreza. Com relação às áreas censitárias, os municípios menos populosos eram os que possuíam maior percentual de pobres. Quando comparada com a pobreza por renda, a pobreza multidimensional se apresentava mais elevada (anos 2001 e 2006) e estável. Enquanto nesta primeira houve uma queda expressiva no período 1995/2006, a diminuição ocorrida na segunda foi bem menos significativa. Assim, ao se concentrar as análises apenas na insuficiência de renda, não se torna possível investigar os outros tipos de privações que atingem a população baiana. Mesmo que no período analisado se identifiquem melhorias nos indicadores primários, as condições de vida desta população ainda estavam longe do que poderia ser considerada uma situação adequada, revelando que uma parcela significativa da população baiana não tinha suas necessidades básicas satisfeitas. Ademais, o conjunto de privações não pode ser desconsiderado no planejamento e execução das políticas de combate à pobreza, pois, do contrário, se compromete a eficácia de tais políticas.

Palavras-chave: Pobreza Multidimensional. Necessidades Básicas. Capacitações. Indicador Multidimensional. Bahia.

ABSTRACT

This dissertation examines poverty in the state of Bahia under the multidimensional approach to the study of poverty, emphasizing the need to enlarge the focus of research beyond the lack of income and to consider the multidimensionality of poverty in developing policies that aim to combat it. Initially, discuss, the evolutionary path of the study of poverty, emphasizing the dominance of unidimensional monetary approach in the work on poverty in Brazil and Bahia. Subsequently, performs an empirical analysis of poverty in Bahia in 1995, 2001 and 2006, based on two approaches to study of multidimensional poverty: the basic needs approach and the capabilities approach. From the concepts employed by these approaches, defines poverty as the dissatisfaction of basic human needs which deprives the individual to develop and expand its capabilities. The methodology used in the empirical analysis is to apply the multivariate method of the Multiple Correspondence Analysis in the calculation of a multidimensional indicator of poverty (IMP) per unit of population studied. This indicator is composed of a set of qualitative variables, called the primary indicators of deprivation. The results of applying this method also allow for a multidimensional poverty line, used as a criterion for identification of poverty. Based on this poverty line and the indicator, was possible to calculate the traditional indices of poverty FGT (0), FGT (1) and FGT (2) and then measure the poverty in Bahia. The results show that the proportion of poor people was high, especially among the rural population, but this proportion decreased between 1995 and 2006, except in the metropolitan area. Among the individuals considered poor, poverty was more intense and more severe in rural areas. The decomposition of poverty by race and color or by type of family indicated that individuals in black or brown, and the families of the "mother with children under 14 years", had higher risk of poverty. The breakdown by sex showed no significant differences between men and women regarding the extent and risk of poverty. Regarding census areas, the less populous municipalities were those that had a higher percentage of poor. When compared with the income poverty, the multidimensional poverty is had higher (years 2001 and 2006) and stable. While this first there was a significant fall in the period 1995/2006, the decline occurred in the second was much less significant. Thus, by focusing the analysis only on the inadequacy of income, it is not possible to investigate other types of deprivation that affect the people of Bahia. Although in the period examined to identify improvements in the primary indicators, living conditions these people were still short of what could be considered a adequate situation, revealing that a significant population of Bahia had not their basic needs met. Moreover, the set of deprivation cannot be disregarded in the planning and implementation of policies to combat poverty, because, otherwise, it undermines the effectiveness of such policies.

Keywords: Multidimensional Poverty. Basics Needs. Capabilities. Multidimensional Indicator. Bahia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Grupos de Municípios por Número Total de Habitantes – Bahia, 2006.	84
Mapa 2 – Grupos de Municípios, segundo Produto Interno Bruto Municipal per capita – Bahia, 2005.	86
Mapa 3 – Principal setor de atividade, por valor adicionado ao PIB municipal – Bahia, 2005.	92
Mapa 4 – Participação (%) da administração, educação e saúde públicas e seguridade social, no valor adicionado pelo setor de serviços ao PIB municipal. Municípios selecionados – Bahia, 2005.	93
Diagrama 1 – Etapas realizadas para análise multidimensional da pobreza na Bahia.	145

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Índice de Desenvolvimento Humano, segundo mesorregiões – Bahia – 1991/2000	103
Gráfico 2 – Percentual de pessoas residentes, segundo material predominante nas paredes do domicílio, por região metropolitana e situação do domicílio – Bahia – 1995, 2001 e 2006. .	124
Gráfico 3 – Percentual de pessoas residentes, segundo material predominante no telhado do domicílio, por região metropolitana e situação do domicílio – Bahia – 1995, 2001 e 2006. .	125
Gráfico 4 – Percentual de pessoas residentes, segundo condição de ocupação e posse do domicílio, por região metropolitana e situação do domicílio – Bahia – 1995, 2001 e 2006. .	125
Gráfico 5 – Percentual de pessoas residentes, segundo número de pessoas por dormitório, por região metropolitana e situação do domicílio – Bahia – 1995, 2001 e 2006.....	126
Gráfico 6 – Percentual de pessoas residentes, segundo iluminação do domicílio, por região metropolitana e situação do domicílio – Bahia – 1995, 2001 e 2006.....	127
Gráfico 7 – Percentual de pessoas residentes, segundo a forma de esgotamento sanitário do domicílio, por região metropolitana e situação do domicílio – Bahia – 1995, 2001 e 2006. .	128
Gráfico 8 – Percentual de pessoas residentes, segundo a forma de abastecimento de água no domicílio, por região metropolitana e situação do domicílio – Bahia – 1995, 2001 e 2006. .	129
Gráfico 9 – Percentual de pessoas residentes, segundo condição sanitária do domicílio, por região metropolitana e situação do domicílio – Bahia – 1995, 2001 e 2006.....	130
Gráfico 10 – Percentual de pessoas residentes, segundo o destino do lixo domiciliar, por região metropolitana e situação do domicílio – Bahia – 1995, 2001 e 2006.....	130
Gráfico 11 – Percentual de pessoas residentes, segundo proporção de alfabetizados no domicílio, por região metropolitana e situação do domicílio – Bahia – 1995, 2001 e 2006. .	131
Gráfico 12 – Percentual de pessoas residentes, segundo número médio de anos de estudo por domicílio, por região metropolitana e situação do domicílio – Bahia – 1995, 2001 e 2006. .	132
Gráfico 13 – Percentual de pessoas residentes, segundo proporção de crianças na escola por domicílio, por região metropolitana e situação do domicílio – Bahia – 1995, 2001 e 2006. .	133
Gráfico 14 – Percentual de pessoas residentes, segundo proporção de trabalho precário no domicílio, por região metropolitana e situação do domicílio – Bahia – 1995, 2001 e 2006. .	134
Gráfico 15 – Percentual de pessoas residentes, segundo pobreza por renda, por região metropolitana e situação do domicílio – Bahia – 1995, 2001 e 2006.....	135
Gráfico 16 – Percentual de pessoas residentes, segundo razão de dependência no domicílio, por região metropolitana e situação do domicílio – Bahia – 1995, 2001 e 2006.....	136
Gráfico 17 – Mapa das coordenadas das categorias dos indicadores primários – ano de 1995.	138

Gráfico 18 – Mapa das coordenadas das categorias dos indicadores primários – ano de 2001.	139
Gráfico 19 – Mapa das coordenadas das categorias dos indicadores primários – ano de 2006.	140
Gráfico 20 – Proporção de pobres [FGT(0)], segundo área metropolitana e situação censitária (não metropolitana) – Bahia – 1995, 2001 e 2006.	146
Gráfico 21 – Índice FGT(1), segundo área metropolitana e situação censitária (não metropolitana) – Bahia – 1995, 2001 e 2006.	148
Gráfico 22 – Índice FGT(2), segundo área metropolitana e situação censitária (não metropolitana) – Bahia – 1995, 2001 e 2006.	149

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dimensão “moradia” do indicador multidimensional de pobreza	115
Quadro 2 – Dimensão “saneamento” do indicador multidimensional de pobreza.	116
Quadro 3 – Dimensão “educação” do indicador multidimensional de pobreza.	118
Quadro 4 – Dimensão “trabalho” do indicador multidimensional de pobreza.	120
Quadro 5 – Dimensão “renda” do indicador multidimensional de pobreza.	121
Quadro 6 – Dimensão “demográfica” do indicador multidimensional de pobreza.	122
Quadro 7 – Variáveis componentes da dimensão “moradia” do indicador multidimensional de pobreza.....	203
Quadro 8 – Variáveis componentes da dimensão “saneamento” do indicador multidimensional de pobreza	204
Quadro 9 – Variáveis componentes da dimensão “educação” do indicador multidimensional de pobreza	206
Quadro 10 – Variável componente da dimensão “trabalho” do indicador multidimensional de pobreza	207
Quadro 11 – Variável derivada: rendimento familiar per capita	209
Quadro 12 – Variável componente da dimensão “renda” do indicador de pobreza multidimensional	209
Quadro 13 – Variáveis componentes da dimensão “demografia” do indicador multidimensional de pobreza	210

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos municípios baianos por estimativa de número de habitantes – 2006.	83
Tabela 2 – Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto per capita e Participação no Produto Interno Bruto Estadual, segundo grupos de municípios baianos por estimativa de número de habitantes – 2005.	85
Tabela 3 – Percentual de famílias residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal familiar per capita - 2006.	94
Tabela 4 – Percentual da população urbana e rural em relação à população total, segundo mesorregiões – Bahia – 1991/2000.	97
Tabela 5 – Indicadores sociais associados às condições de saúde da população e taxa de fecundidade, segundo mesorregiões – Bahia – 1991/2000.	98
Tabela 6 – Indicadores sociais de educação, segundo mesorregiões – Bahia – 1991/2000.	99
Tabela 7 – Indicadores sociais de acesso aos serviços básicos, segundo mesorregiões – Bahia – 1991/2000.	101
Tabela 8 – Indicadores sociais de rendimento, segundo mesorregiões – Bahia – 1991/2000.	102
Tabela 9 – Valor da inércia, resultante da Análise de Correspondência Múltipla, por dimensão – 1995, 2001 e 2006.	137
Tabela 10 – Medidas de Discriminação, por indicadores primários – 1995, 2001 e 2006.	142
Tabela 11 – Número de observações incluídas na análise – 1995, 2001 e 2006.	146
Tabela 12 – Índices FGT(0), FGT(1) e FGT(2), por abordagem de análise da pobreza, segundo área metropolitana e situação censitária (não metropolitana) – Bahia – 1995, 2001 e 2006.	150
Tabela 13 – Decomposição do Índice FGT(0), por cor ou raça do indivíduo – Bahia – 1995, 2001 e 2006.	151
Tabela 14 – Decomposição do Índice FGT(0), por sexo do indivíduo – Bahia – 1995, 2001 e 2006.	152
Tabela 15 – Decomposição do Índice FGT(0), por tipo de família do indivíduo – Bahia – 1995, 2001 e 2006.	153
Tabela 16 – Decomposição do Índice FGT(0), por área censitária – Bahia – 1995, 2001 e 2006.	153
Tabela 17 – Proporção de pessoas, por categorias dos indicadores primários e grupos de indivíduos pobres e não pobres (pobreza multidimensional) – Bahia – 1995, 2001 e 2006.	154

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	23
CAPÍTULO 1 A EVOLUÇÃO DO ESTUDO DA POBREZA: da satisfação das necessidades nutricionais ao advento do enfoque multidimensional	27
1.1 Antecedentes históricos do estudo da pobreza: as primeiras interpretações.	27
1.2 A importância dos conceitos e métodos de mensuração para o estudo da pobreza	30
1.3 O pensamento científico da pobreza: da abordagem unidimensional à abordagem multidimensional.....	35
<i>1.3.1 A abordagem monetária da pobreza</i>	<i>38</i>
<i>1.3.2 A abordagem das necessidades básicas</i>	<i>45</i>
<i>1.3.3 A abordagem das capacitações</i>	<i>50</i>
1.3.3.1 Identificação e agregação da pobreza e seus efeitos.....	54
<i>1.3.4 As relações existentes entre a abordagem das necessidades básicas e a abordagem das capacitações</i>	<i>62</i>
CAPÍTULO 2 REFLEXÕES SOBRE O ESTUDO DA POBREZA NO BRASIL E NA BAHIA	65
2.1 O estudo da pobreza no Brasil.....	65
2.1.1 <i>A hegemonia da abordagem monetária nos estudos da pobreza no Brasil</i>	<i>71</i>
2.1.2 <i>Estudos multidimensionais de pobreza no Brasil.....</i>	<i>76</i>
2.2 O estudo da pobreza na Bahia	81
2.2.1 <i>Contexto econômico.....</i>	<i>88</i>
2.2.2 <i>Contexto social</i>	<i>95</i>
CAPÍTULO 3 DA TEORIA À APLICAÇÃO EMPÍRICA: uma análise da pobreza na Bahia a partir do indicador multidimensional.....	105
3.1 Delimitação da Análise	105
3.2 Metodologia	108
3.2.1 <i>O Indicador Multidimensional de Pobreza</i>	<i>108</i>
3.2.2 <i>Fonte de dados.....</i>	<i>112</i>
3.2.3 <i>Seleção das variáveis.....</i>	<i>113</i>
3.3 A pobreza multidimensional na Bahia.....	123
3.3.1 <i>Análise preliminar dos indicadores primários</i>	<i>123</i>
3.3.2 <i>Os resultados da Análise de Correspondência Múltipla.....</i>	<i>137</i>
3.3.3 <i>Aplicação do Indicador multidimensional de pobreza à mensuração da pobreza na Bahia.....</i>	<i>143</i>

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	165
APÊNDICE A – <i>Scripts</i> Desenvolvidos para a Realização da Análise	177
A.1 <i>Script</i> principal (Stata)	177
A.2 <i>Script</i> para realização da Análise de Correspondências Múltiplas (SPSS)	201
APÊNDICE B – Variáveis Componentes do Indicador Multidimensional de Pobreza.....	203

INTRODUÇÃO

A pobreza é um tema que vem ganhando espaço nas ciências sociais, incluindo a ciência econômica. Interligado com a questão do desenvolvimento econômico, o seu estudo tem avançado em direção a uma visão mais complexa do conceito e dos métodos de mensuração, repercutindo na formulação das políticas que objetivam o seu enfrentamento.

Não se trata de um tema novo, haja vista que a pobreza é facilmente identificada em qualquer período da história. Na ciência econômica, esse tema já estava presente no trabalho original de Adam Smith e, desde então, tem sido abordado, de maneira tangencial ou aprofundada, por diversas correntes do pensamento econômico. A partir dos anos 1960, com a intensificação do debate sobre o processo de crescimento e desenvolvimento econômico dos diversos países, o estudo da pobreza adquiriu expressividade dentro dessa ciência, se tornando uma área de pesquisa específica.

Ainda nos anos iniciais desse período, o conceito de pobreza como insuficiência de renda se fortaleceu, sob a influência das idéias da Teoria Econômica Clássica do Bem-estar: os indivíduos são vistos como consumidores, maximizadores de utilidade, cujo bem-estar é determinado pela sua função consumo, de forma que a renda é o indicador de bem-estar; e, por conseguinte, a insuficiência de renda é o que impossibilita a maximização do bem-estar (utilidade). Com base nesse raciocínio, a eliminação da pobreza ocorreria no momento em que a renda dos consumidores aumentasse até o nível de bem-estar mínimo. Esse nível, definido como a linha de pobreza, é o que separa os indivíduos pobres dos não pobres.

Os resultados do processo de crescimento econômico verificado em alguns países do Terceiro Mundo durante as décadas de 1960 e 1970, levaram a questionar a relação de causalidade existente entre o aumento da renda e a eliminação da pobreza. Reconheceu-se, então, que a pobreza nos países subdesenvolvidos não poderia ser analisada e enfrentada apenas sob o ponto de vista unidimensional da renda. Era preciso ampliar o seu estudo para o atendimento das necessidades básicas (nutrição, educação e saúde), concedendo à definição de pobreza um caráter multidimensional.

A abordagem das necessidades básicas perdeu força política no decorrer dos anos 1980/1990, provavelmente porque defendia a participação do Estado na garantia da satisfação de tais necessidades a todos os membros da população, num período em que o ideário

neoliberal estava ganhando impulso. Mas, do ponto de vista teórico, a abordagem foi se estruturando e adquirindo novos adeptos e formuladores entre os estudiosos da pobreza.

Concomitante a isso, as críticas ao enfoque unidimensional monetário da pobreza se intensificaram com os trabalhos do economista indiano Amartya Sen. Estes trabalhos resultaram em uma nova abordagem sobre o desenvolvimento, fundamentada nos princípios da liberdade e da igualdade, conhecida como abordagem das capacitações.

Trata-se de uma visão inovadora a respeito do desenvolvimento, que transfere o foco de análise da acumulação de capital para os indivíduos e seu conjunto de capacitações (*capabilities set*). De acordo com ela, a renda é apenas um dos meios e não o fim primordial do desenvolvimento. O objetivo do processo de desenvolvimento deve ser a expansão das capacitações dos indivíduos e não a expansão da renda. Estas capacitações, que permitem ao indivíduo escolher o tipo de vida que quer levar, não estão relacionadas apenas ao aspecto econômico, mas, também, ao social, cultural e político.

Reconhecendo a heterogeneidade entre os indivíduos, Sen (2000; 2001) defende que o espaço avaliatório da igualdade não deve ser aquele das oportunidades, mas sim o espaço das capacitações. Isso porque, garantir oportunidades iguais sem considerar o conjunto de capacitações das pessoas não resultará em redução da desigualdade, pois muitos indivíduos estão privados de algumas capacitações. A privação de capacitações é o conceito de pobreza adotado por esse autor.

A abordagem das capacitações reforçou o enfoque multidimensional de estudo da pobreza e, junto com a abordagem das necessidades básicas, tem questionado frontalmente a abordagem exclusivamente monetária. Isso, contudo, não conseguiu acabar com o predomínio desta última nas análises de pobreza e no planejamento e operacionalização das políticas que objetivam o seu enfrentamento.

Tal predomínio pode ser identificado, sem dificuldades, nos estudos sobre a pobreza no Brasil. A definição de pobreza como insuficiência de renda prevalece entre esses estudos, ao ponto de parecer incontestável. O mesmo pode ser observado com relação aos estudos regionais e por Unidade da Federação.

Em sentido contrário, portanto, à preponderância da abordagem monetária verificada entre esses estudos, esta dissertação adota o enfoque multidimensional de estudo da pobreza, compartilhando o entendimento de que a pobreza é um fenômeno complexo, que não se

manifesta e nem pode ser tratado apenas pelo prisma único da renda ou do consumo de bens privados.

Considerando as particularidades que o fenômeno da pobreza possui e a necessidade da realização de estudos que busquem entender os aspectos que estão relacionados à sua ocorrência e persistência em determinadas áreas, a análise tem como delimitação o Estado da Bahia. A opção por essa Unidade da Federação se deve ao seu destaque entre os Estados da região Nordeste, tanto do ponto de vista demográfico como econômico. Além disso, a pesquisa contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

O objetivo principal desta dissertação é analisar a pobreza no estado da Bahia nos anos de 1995, 2001 e 2006, com base na perspectiva multidimensional de estudo da pobreza. Mais especificamente, pretende-se demonstrar a essencialidade de se expandir o foco de análise da pobreza na Bahia para além da renda, enfatizando outros tipos de privações sofridas pela população baiana e que contribuem para a elevada incidência da pobreza no estado. Adicionalmente, procura-se destacar a necessidade de considerar a multidimensionalidade da pobreza na elaboração e execução das políticas e dos programas sociais.

A hipótese central do trabalho é a de que parte da população baiana sofre privações importantes que não podem ser captadas pela análise unidimensional da pobreza como insuficiência de renda, tornando necessário o desenvolvimento de análises que considerem o caráter multidimensional da pobreza.

Para analisar a pobreza multidimensional na Bahia, um indicador multidimensional de pobreza foi elaborado, através da técnica multivariada da Análise de Correspondências Múltiplas, seguindo a metodologia proposta por Asselin (2002). Essa técnica permite reduzir um número grande de dados, referentes a um conjunto de 3 ou mais variáveis qualitativas, a um indicador sintético por unidade da população analisada, sem que haja perda considerável de informação. A partir desse indicador, foi possível definir uma linha de pobreza multidimensional e utilizá-la como critério de identificação da pobreza. A mensuração da pobreza multidimensional foi feita com base nos tradicionais índices FGT(0), FGT(1) e FGT(2) (FOSTER; GREER; THORBECKE; 1984).

A presente dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro deles discute a trajetória evolutiva do estudo da pobreza, partindo da perspectiva unidimensional para a

multidimensional. Três abordagens de estudo são destacadas: a abordagem monetária, a abordagem das necessidades básicas e a abordagem das capacitações.

O capítulo 2 trata do estudo da pobreza no Brasil e na Bahia. No caso do estudo da pobreza no Brasil, relaciona-se o seu desenvolvimento às diferentes fases da economia brasileira no decorrer da segunda metade do século XX. Além disso, ressalta-se o predomínio da abordagem monetária nesse estudo e se apresenta alguns trabalhos sobre a pobreza no Brasil que utilizam o enfoque multidimensional. No que se refere ao estudo da pobreza na Bahia, salienta-se que as análises geralmente se baseiam no enfoque unidimensional monetário e se restringem à pobreza na região metropolitana de Salvador. As interligações entre os contextos econômico e social e a incidência da pobreza no estado também são abordadas nesse capítulo.

O último capítulo apresenta a análise multidimensional da pobreza na Bahia. Inicialmente, descrevem-se os principais conceitos adotados e a metodologia utilizada na realização da análise. Em seguida, analisa-se cada uma das variáveis integrantes do indicador multidimensional de pobreza, objetivando identificar as diferenças existentes entre as populações metropolitana, urbana e rural. Posteriormente, são expostos os resultados da Análise de Correspondências Múltiplas realizada para a elaboração do indicador multidimensional de pobreza. Por fim, apresentam-se os resultados da aplicação do indicador multidimensional à mensuração da pobreza na Bahia.

CAPÍTULO 1

A EVOLUÇÃO DO ESTUDO DA POBREZA:

da satisfação das necessidades nutricionais ao advento do enfoque multidimensional

Este capítulo trata do estudo científico da pobreza e do seu desenvolvimento, com especial atenção para o período mais recente. O objetivo é demonstrar a trajetória evolutiva desse estudo, partindo da abordagem unidimensional para a abordagem multidimensional da pobreza e para o entendimento de que a sua superação deve ser meta primordial do processo de desenvolvimento socioeconômico de qualquer sociedade. Os antecedentes históricos do estudo científico da pobreza são apresentados na seção 1.1, com destaque para a visão que predominou até o início do século XX a respeito da pobreza. A seção 1.2 aborda a importância dos conceitos e métodos de mensuração da pobreza e ressalta que os critérios de identificação dos pobres (linhas de pobreza) são, quase sempre, definidos sob a influência da abordagem unidimensional monetária.

A Seção 1.3 discorre sobre a trajetória evolutiva do pensamento científico sobre a pobreza. Essa trajetória está fortemente vinculada com a ampliação do conceito de desenvolvimento econômico como o processo capaz de promover melhorias econômicas e sociais para a população, através da ampliação de suas oportunidades de escolhas, redução das desigualdades socioeconômicas e eliminação da pobreza. Com o propósito de tornar mais perceptível essa trajetória evolutiva, três abordagens de análise da pobreza foram selecionadas: a abordagem unidimensional monetária (subseção 1.3.1); a abordagem das necessidades básicas (subseção 1.3.2); e a abordagem das capacitações (subseção 1.3.3). As diferenças e similaridades entre essas duas últimas abordagens são expostas na subseção 1.3.4.

1.1 Antecedentes históricos do estudo da pobreza: as primeiras interpretações.

A pobreza é algo que sempre esteve presente na história da humanidade. Relatos não faltam no decorrer dessa história que possibilitam a identificação da sua ocorrência, independentemente do povo e período histórico a que nos referimos (SACHS, 2005). E a

forma com que ela foi definida durante os diferentes períodos de tempo permite que se perceba a evolução que o seu conceito obteve, partindo de uma definição mais restritiva para uma definição mais abrangente e complexa.

Na Antiguidade, acreditava-se que a explicação para existência de “ricos” e “pobres” era a determinação divina, ou seja, havia pessoas predestinadas a serem ricas e outras a serem pobres, sendo essa predestinação relacionada à classe social a qual o indivíduo pertencia. Caberia a cada um aceitar a sua posição dentro da hierarquia social. Questioná-la seria um afronto às leis consideradas supremas. Durante a Idade Média, a Igreja Católica, no auge do seu poder político, fez com que tal afirmação fosse propagada, o que facilitava o seu domínio sobre as classes menos favorecidas e garantia a manutenção dos privilégios da nobreza e do clero.

Já nesses períodos a pobreza era vista como ausência de condições materiais (leia-se terras e riquezas) que permitissem ao indivíduo desfrutar de uma vida confortável, considerando-se os padrões da época. Mais do que isso, ela corroborava o domínio dos senhores sobre os servos ou vassalos – no caso da época feudal – pois as possibilidades de desempenhar outras atividades eram praticamente inexistentes para esses últimos.

Na Europa, durante o século XIV, um número crescente de pessoas se encontrava nessa situação desfavorável, sofrendo com as epidemias, desabrigo e miséria generalizada. Até então, a assistência aos “desfavorecidos” ficava a cargo da caridade cristã (mais precisamente, da caridade católica). No entanto, com esse crescimento no número de “desfavorecidos” se constatou as limitações desse tipo de auxílio, ainda mais diante das tensões sociais que estavam surgindo. Foi então que, em 1388, a monarquia britânica institui a Leis dos Pobres (*Poor Law Act*), considerada como uma das primeiras políticas sociais implementadas no mundo¹. Aqui, então, surge um questionamento: a quem esta Lei visava atender? Ou seja, quem eram os pobres?

De acordo com Pereira (2008, p. 62), os pobres atendidos eram os andarilhos e o principal objetivo era inibir a “perambulância de pessoas em busca de melhores ocupações, ou a chamada ‘vagabundagem’” e as possíveis “consequências negativas, para a ordem prevalecente, de uma pobreza não confinada territorialmente”. Com o passar do tempo, a Lei dos Pobres foi sofrendo modificações, e os seus “benefícios” eram destinados aos incapacitados ao trabalho. Em 1601, a reedição desta Lei classificou os pobres em três grupos:

¹ Vale ressaltar que essa política era muito mais punitiva do que protetora, conforme muito bem exposto por Pereira (2008, passim).

pobres impotentes (idosos, enfermos crônicos, cegos e doentes mentais), que deveriam ser alojados nas *Poor-houses* ou *Almshouses* (asilos ou hospícios); *pobres capazes para o trabalho*, ou *mendigos fortes*, que deveriam ser postos a trabalhar nas chamadas *Workhouses*; e os *capazes ao trabalho, mas que se recusavam a fazê-lo* (os corruptos), que deveriam ser encaminhados para reformatórios ou casas de correção (PEREIRA, 2008, p.64, grifos da autora).

Na prática, essa assistência se concentrou apenas nas *Workhouses*. Quando uma nova reforma foi feita na Lei dos Pobres inglesa em 1834, a concepção de pobreza já estava influenciada pelos ideais utilitaristas e *laissezfairianos*. A nova lei assistia apenas aos completamente destituídos, surgindo assim uma distinção até hoje muito utilizada: a distinção entre pobres e indigentes. Pensadores influentes da época, como David Ricardo e Thomas Malthus, condenavam a assistência aos pobres por acreditarem que isso ocasionaria problemas ao bom funcionamento do sistema econômico (RICARDO, 1982, *passim*; MALTHUS, 1982, *passim*). A pobreza era geralmente associada à preguiça, à indisposição para o trabalho, à má índole do indivíduo, salvo aqueles casos de incapacidade física e/ou mental que impossibilitavam o indivíduo de trabalhar. Por isso, o auxílio aos pobres era visto como incentivo ao vício, além de livrá-los da responsabilidade de sustentar suas famílias. Para Ricardo (*op. cit.*, p. 88),

[o] conforto e o bem-estar dos pobres não podem ser permanentemente assegurados sem algum interesse da parte deles ou algum esforço da parte do legislativo, para regular o aumento do seu número e para tornar menos frequente entre eles os casamentos prematuros e imprevidentes. [...] Restringindo gradualmente a esfera de operação das leis dos pobres, transmitindo-lhes o valor da independência e ensinando-lhes que não devem esperar a caridade casual ou sistêmica, mas apoiar-se em seu próprio esforço para manter-se, e mostrando-lhes também que a prudência e a previsão não são virtudes desnecessárias nem inúteis, alcançaremos pouco a pouco uma condição mais segura e mais forte.

Para além desses argumentos, havia o interesse por parte dos empregadores de que os benefícios concedidos e o número de beneficiários fossem o menor possível, a fim de evitar uma pressão sobre os salários pagos diante da crescente necessidade de mão-de-obra exigida pelo processo de industrialização em curso. A ajuda consistia em alimentos (basicamente pão) e algum auxílio monetário, suficientes apenas para garantir a sobrevivência dos beneficiários. E, assim, apareceu a necessidade de determinar a quantidade nutricional mínima requerida para garantir a sobrevivência de uma pessoa. O indivíduo ou a família que não conseguisse atender aos requerimentos nutricionais mínimos necessários à sua existência era definido como pobre.

Segundo Codes (2008), trabalhos seminais foram desenvolvidos por volta do final do século XIX que tinham como objetivo estabelecer essa quantidade de nutrientes mínima, instaurando-se “um novo estágio de trabalho relativamente mais científico sobre a questão da pobreza, que veio a se prolongar pelo século XX” (op. cit., p. 11). Desde então, o interesse pelos estudos sobre pobreza tem aumentado, tornando esse tema num dos mais discutidos atualmente. Talvez um dos motivos para isso seja o fato de que todos os avanços obtidos pela sociedade humana nas mais diversas áreas do conhecimento e o tão exaltado crescimento econômico alcançados no decorrer do último século não foram capazes de solucionar, em grande parte dos países, esse problema complexo.

Os estudos sobre pobreza desenvolvidos desde o início do seu estágio científico apresentam diferenças conceituais e metodológicas importantes. Não há, ainda hoje, um consenso sobre o que é a pobreza, quais são suas causas e o seu tamanho. E dificilmente haverá, já que se trata de um amálgama que envolve questões sociais, econômicas e morais. O que se percebe, no entanto, é que há um direcionamento para uma definição mais abrangente e multidimensional da pobreza.

O conceito de pobreza se constitui em elemento fundamental para a definição de políticas que visem o seu combate ou a sua redução. Exemplo disso é a histórica Lei dos Pobres inglesa e suas reformas – citada anteriormente – que foi influenciada fortemente pela visão de que a principal causa da pobreza era a “culpabilização do pobre” (PEREIRA, 2008, p.83). Para Laderchi, Saith e Stewart (2003, p. 35, tradução nossa), “definições mais claras e transparentes de pobreza são um pré-requisito essencial de qualquer política de desenvolvimento que coloque no seu centro a redução da pobreza”.

Antes, portanto, de se analisar alguns aspectos da trajetória do pensamento científico sobre a pobreza, convém ressaltar a importância dos conceitos e dos métodos de mensuração para o estudo da pobreza, assunto a ser tratado na seção seguinte.

1.2 A importância dos conceitos e métodos de mensuração para o estudo da pobreza

Em qualquer área do conhecimento, quando se inicia o debate sobre algum tema específico é necessário que se defina o objeto de estudo. Definir um objeto significa limitar seu estudo a esta definição, por mais abrangente que ela possa ser. Portanto, explicitar de

maneira clara e compreensível os conceitos a serem empregados se constitui em uma etapa fundamental para o desenvolvimento de qualquer análise.

No caso do estudo da pobreza, a definição do conceito de pobreza e dos seus métodos de mensuração repercute fortemente nas políticas que visam o seu enfrentamento e, por isso, “não estamos inteiramente livres para caracterizar a pobreza de qualquer modo que nos agrade” (SEN, 2001, p.170). Todas as definições de pobreza contêm alguns elementos subjetivos e arbitrários (LADERCHI; SAITH; STEWART; 2003). Conceitos diferentes exigem diferentes métodos e indicadores de mensuração e resultam na identificação de diferentes indivíduos como pobres.

Laderchi, Saith e Stewart (2003, *passim*) apontam algumas questões gerais que surgem quando se trata da definição de pobreza e sua mensuração: 1) Qual é o espaço de definição da pobreza e qual a capacidade dos indicadores escolhidos para capturar esse espaço? 2) Existe universalidade na definição de pobreza, ou seja, é possível aplicar o conceito aos diferentes tipos de sociedade ou níveis de desenvolvimento dos países/regiões? 3) Os métodos adotados se caracterizam pela subjetividade ou objetividade? 4) Quem são os pobres e quem são os não pobres? 5) Qual é a unidade de mensuração da pobreza: indivíduo, família, comunidade, região ou país? 6) Como lidar com o problema da multidimensionalidade? 7) Qual é o horizonte temporal a ser analisado? 8) Quais são as políticas de combate à pobreza indicadas a partir da definição adotada?

A questão 4, que se refere à discriminação entre pobres e não pobres, merece maiores considerações por ser entendida como crucial para a análise da pobreza. Ela exige a introdução de um outro elemento à análise: a linha de pobreza. Segundo Laderchi, Saith e Stewart (2003) dois pontos surgem desta questão. O primeiro é qual a justificativa para adotar tal linha de pobreza, sendo que

[at] a theoretical level, the choice of a definition of poverty relies on the crucial assumption that there is some form of discontinuity between the poor and the non-poor which can be reflected in the poverty line. Such a break can pertain to behaviour of the poor, or to some salient feature which identifies the poor and which either moral or political considerations suggest should be addressed (LADERCHI; SAITH; STEWART; 2003, p. 4).

O segundo ponto é a escolha entre a determinação de uma linha de pobreza num contexto relativo e a determinação de uma linha de pobreza que reflita algum padrão absoluto de privação. Uma linha de pobreza relativa é sensível às características da população como

um todo e é geralmente definida com base em alguma medida sumária da distribuição total. Ou seja, ela depende do modo de vida predominante na sociedade a ser analisada, identificando um conjunto de indivíduos relativamente pobres quando comparados com o padrão de vida observado naquela sociedade.

Já a linha de pobreza absoluta é baseada em requerimentos considerados essenciais para a sobrevivência do indivíduo. Existe grande dificuldade em se adotar um conceito extremista de linha de pobreza absoluta, pois frequentemente há um elemento relativo nos indicadores de pobreza absoluta. Na maioria das vezes, a pobreza absoluta é associada aos países pobres ou em desenvolvimento, onde ainda não foram garantidos os meios indispensáveis à sobrevivência dos indivíduos [LADERCHI; SAITH; STEWART (2003); ROCHA (2003)].

Os primeiros estudos científicos sobre a pobreza, baseados nos requerimentos nutricionais mínimos para a sobrevivência física de uma pessoa, foram desenvolvidos utilizando uma linha de pobreza absoluta. Por isso, quando se trata de linha de pobreza absoluta, ela é geralmente entendida como os requerimentos nutricionais mínimos que permitem a sobrevivência física do indivíduo. Com o surgimento da abordagem monetária de análise da pobreza – que será comentada mais adiante – converteram-se as necessidades nutricionais no valor monetário necessário para aquisição dos alimentos que possibilitem a manutenção física do indivíduo.

No entanto, algumas abordagens multidimensionais de análise da pobreza² chamam a atenção para o fato de que a pobreza absoluta não deveria ser entendida como requisitos *mínimos* para a sobrevivência *física* do ser humano, mas sim como requisitos *essenciais* ou *básicos* para a sua sobrevivência *física* e a sua participação *social*. As necessidades humanas não se resumem à capacidade de se alimentar, embora esse aspecto “físico” seja uma necessidade imprescindível a todo ser humano (CODES, 2008).

Além disso, o caráter absoluto da pobreza não deve ser confundido com algo fixo no tempo, como argumentam os defensores da abordagem relativista em suas críticas à abordagem absolutista. Pois, mesmo “sob uma abordagem absolutista, a linha de pobreza será uma função de algumas variáveis, e não há razão *a priori* para que estas variáveis não possam mudar com o tempo” (SEN, 1983b, p. 155, tradução nossa).

² Abordagem das capacitações e a abordagem das necessidades básicas, apresentadas nas subseções 1.3.2 e 1.3.3 deste capítulo.

Amartya Sen afirma que a pobreza possui uma noção primária absoluta, enfatizando que “há [...] um coração absolutista irredutível na idéia de pobreza” (SEN, 1983a, p. 17; 1983b, p. 159, tradução nossa). Para este autor, a visão relativista pura da pobreza a vê como uma questão de desigualdade, o que não condiz com a realidade, inclusive dos países ricos:

the fact that some people have a lower standard of living than others is certainly proof of inequality, but by itself it cannot be a proof of poverty unless we know something more about the standard of living that these people do in fact enjoy. It would be absurd to call someone poor just because he had means to buy only one Cadillac a day when others in that community could buy two of these cars each day. The absolute considerations cannot be inconsequential for conceptualising poverty (1983b, p. 159).

A escolha entre o enfoque relativista e o enfoque absolutista da pobreza e, consequentemente, a definição das linhas de pobreza, são elementos constitutivos do que foi chamado por Sen (1976, p. 219) de etapa de identificação dos pobres. Ainda segundo este autor, a mensuração da pobreza compreende duas etapas: a de identificação – já mencionada – e a de agregação. Esta última consiste na construção ou escolha dos índices de pobreza. Na maioria das vezes, estes índices se configuram numa imagem quantificada da pobreza e são indispensáveis à definição de políticas públicas, principalmente às políticas sociais, ainda que se considere que grande parte deles apresente sérias limitações quanto à capacidade de captar toda a complexidade da pobreza (SALAMA; DESTREMAU; 1999). Eles refletem as opções teóricas e conceituais em que se baseia a análise, seja ela unidimensional ou multidimensional.

A análise unidimensional se caracteriza pelo estudo da pobreza em apenas uma dimensão como, por exemplo, nas análises baseadas exclusivamente nas necessidades nutricionais ou na abordagem monetária. Em contrapartida, a abordagem multidimensional analisa a pobreza considerando que esta se manifesta em múltiplas dimensões (sociais, políticas e econômicas), não sendo possível reduzi-la à apenas uma dimensão.

Observa-se que, nos últimos anos, as abordagens multidimensionais da pobreza estão ganhando espaço nos debates sobre o tema. No entanto, o enfoque unidimensional ainda predomina nos trabalhos empíricos (MACHADO, 2006; DELGADO, 2003; SALAMA; DESTREMAU; 1999) e os índices/indicadores que norteiam as ações de combate à pobreza realizadas por alguns organismos internacionais (Banco Mundial, por exemplo) se pautam frequentemente nesse enfoque. Tal fato pode resultar – e tem resultado – em políticas sociais de caráter mais focalizado em detrimento das políticas sociais universalistas, uma vez que se

defende que essas ações devam ser direcionadas apenas para os indivíduos considerados pobres pelo critério de pobreza adotado, sendo esse critério definido geralmente em um nível baixo de renda.

Recentemente, o Banco Mundial alterou a linha de pobreza internacional de US\$ 1/dia (PPC) para US\$ 1.25/dia (PPC), considerando 2005 como o ano de referência. Existe um intenso debate envolvendo essa “nova” definição de linha de pobreza e o seu uso, com severas críticas à metodologia adotada. Pogge (2008a) argumenta que a noção de equivalência contida no valor dessa linha envolve problemas metodológicos e dois tipos de conversão: a conversão em moeda local, através do índice de preços ao consumidor, em seu equivalente para algum ano base; e a conversão desse resultado, através da PPC (Paridade do Poder de Compra) do ano base, em dólares do ano base³.

A definição do critério de pobreza em patamares mínimos de renda reduz significativamente o escopo de atuação das políticas sociais. De acordo com Delgado (2003, p. 120),

[...] a linha de pobreza, como é empregada pelo Banco Mundial, insere-se numa estratégia bem precisa de política social, cuja linguagem, cujos conteúdos e recomendações servem em geral de contraponto e/ou abafamento aos critérios da política social de caráter universalista e de afirmação de direitos sociais.

Pogge (2008b) também chama a atenção para as consequências políticas resultantes da fixação de uma linha de pobreza por renda em um valor tão reduzido⁴, referindo-se aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) instituídos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Em 1996, na cidade de Roma, um acordo foi firmado por 185 países na Cúpula Mundial de Alimentação, organizada pela *Food and Agriculture Organization* (FAO), que se comprometeram a reduzir à metade o número de pessoas em extrema pobreza no mundo. Esse compromisso foi ratificado pela ONU, que o estabeleceu como o primeiro dos ODM's. Na época, a meta era reduzir a pobreza extrema à metade até o ano de 2015, tendo por referência o ano 2000. Entretanto, nas últimas reformulações dos ODM's, o ano base foi alterado para 1990 e a população mundial foi substituída pela população dos países em desenvolvimento (ibidem, p.1). O objetivo passou, então, de diminuir à metade a pobreza no

³ Para mais considerações sobre o uso dessa linha de pobreza, ver Reddy (2008a, 2008b), Ravallion (2008a, 2008b), Banco Mundial (2008) e Pogge (2008a, 2008b).

⁴ Reddy (2008b, p. 1) também critica o valor da linha de pobreza internacional definida pelo Banco Mundial, afirmando que “*the new international poverty line is too low to cover the cost of purchasing basic necessities*”.

mundo em 15 anos para reduzir à metade a pobreza nos países em desenvolvimento em 25 anos.

Atingir este objetivo depende fortemente do critério escolhido para definir quem são os pobres, que, no caso, é a linha de pobreza internacional definida pelo Banco Mundial. Ainda segundo Pogge (2008b, p. 1), se a linha de pobreza for de \$ 1.25 (2005) por dia, a previsão é de que se supere a meta estipulada para 2015 em 31%; se a linha for de \$ 2.00 (2005) por dia, a meta ficaria 68% aquém do programado. Isso ilustra a importância que a escolha da linha de pobreza tem nas políticas. Soma-se a isso que a linha de pobreza internacional definida pelo Banco Mundial é a média das linhas de pobreza dos 15 países mais pobres do mundo (RAVALLION, 2008b), estabelecidas frequentemente pelo próprio Banco Mundial de uma maneira nem sempre clara (Pogge, 2008b).

O estudo da pobreza requer, desse modo, que se torne explícita a abordagem na qual se fundamenta a análise, bem como o critério de identificação dos pobres e os métodos de agregação, pois esses elementos definirão o conceito de pobreza a ser utilizado. A perspectiva multidimensional da pobreza pode ser vista como um avanço para o pensamento científico da pobreza, desde que permite maior compreensão da questão, inclusive por parte dos organismos internacionais que se dedicam à promoção e ao estudo do desenvolvimento socioeconômico entre as diversas populações. Essa “trajetória de evolução do pensamento científico da pobreza” (CODES, 2008) é o tema da próxima seção.

1.3 O pensamento científico da pobreza: da abordagem unidimensional à abordagem multidimensional

O final do século XIX e começo do século XX foi o período em que se iniciaram os estudos científicos sobre a pobreza. Esses primeiros estudos se caracterizaram por uma definição de pobreza associada à idéia de subsistência. O conceito de subsistência era baseado nas necessidades nutricionais mínimas requeridas para a manutenção da eficiência física do indivíduo ou família, dependendo da unidade de análise adotada.

O trabalho de Rowntree sobre a pobreza na cidade inglesa de York, de 1901, é frequentemente citado como pioneiro no estudo científico da pobreza [LADERCHI; SAITH;

STEWART (2003); SEN (1983a); ROCHA (2003); MACHADO (2006)]. Partindo da definição das necessidades nutricionais mínimas, Rowntree definiu famílias em pobreza primária como aquelas cujo total de rendimentos era insuficiente para satisfazer essas necessidades e garantir a “manutenção da eficiência meramente física” (SEN, 1983a, p. 11, tradução nossa).

No período após a Segunda Guerra Mundial, a noção de subsistência incorporou outros requerimentos que não só os nutricionais. O relatório Beveridge⁵, por exemplo, definiu um nível de subsistência que, além das necessidades nutricionais, incluía também gasto com vestuário e com combustíveis. Ainda assim, os requerimentos eram baseados nos mínimos necessários para a subsistência do indivíduo.

O entendimento da pobreza como subsistência exerceu muita influência nas políticas econômicas e sociais durante todo o século XX. De acordo com Codes (2008, p. 12), essa idéia ainda permanece balizando medidas de assistência à pobreza em vários países no mundo. No entanto, a abordagem biológica da pobreza, como também é conhecida a abordagem associada à idéia de subsistência, tem sido alvo de algumas críticas, entre elas: existência de variações significativas entre as características físicas e os hábitos do indivíduo que dificultam o estabelecimento de requerimentos nutricionais; a transformação dos requerimentos nutricionais mínimos em quantidades mínimas de alimentos depende das *commodities* escolhidas; dificuldade em se especificar os requerimentos mínimos de necessidades não alimentares (SEN, 1983a, p.12).

A determinação das necessidades nutricionais mínimas estimulou o desenvolvimento daquela que seria tomada como principal base de análise da pobreza no decorrer do século XX, a saber: a abordagem monetária da pobreza. A possibilidade de estudar a pobreza através de uma medida quantitativa, como aquela definida pelas necessidades nutricionais, incentivou a conversão dessas necessidades em valores monetários e a utilização de critérios de discriminação entre pobres e não pobres apoiados na renda do indivíduo ou família. A análise da pobreza sob a perspectiva da renda foi também encorajada pela intensificação das atividades capitalistas, a partir da percepção de que:

[nas] economias modernas e monetizadas, onde parcela ponderável das necessidades das pessoas é atendida através de trocas mercantis, é natural

⁵ Elaborado por um comitê coordenado por William Beveridge e publicado em 1942, “propunha uma completa revisão do esquema de proteção social existente na Grã-Bretanha” (PEREIRA, 2008, p. 93), caracterizando-se por uma perspectiva universalista de política social, além de ser considerado como “uma das pedras fundamentais do *Welfare State* de pós-guerra” (ibidem, p. 93).

que a noção de atendimento às necessidades seja operacionalizada de forma indireta, via renda (ROCHA, 2003, p.12).

Estas duas abordagens – a abordagem da subsistência e a abordagem monetária – analisam a pobreza sob uma perspectiva unidimensional, restringindo o estudo da pobreza à apenas um dos aspectos que a constitui. Essa simplificação da análise permitiu o desenvolvimento de medidas quantitativas da pobreza, numa tentativa de mensurá-la e estabelecer estratégias que permitissem a formulação de políticas. No entanto, ainda que se reconheça que a simplificação do objeto de estudo se constitua em característica da fase inicial do desenvolvimento científico de qualquer tema, tal fato, na análise da pobreza, impregnou-se de questões ideológicas que tentaram – e tentam – evitar a expansão do conceito de pobreza em direção à perspectiva multidimensional.

A partir da década de 1970, os questionamentos sobre a adoção da perspectiva unidimensional no estudo da pobreza cresceram, levando alguns autores a buscarem formas alternativas de analisá-la, tentando “[...] devolver à pobreza, e a seus meios de medidas, dimensões não monetárias e particularmente sociais e políticas [...]” (SALAMA; DESTREMAU; 1999, p.73). Desde então, esse movimento se intensificou, permitindo que o enfoque multidimensional da pobreza ganhasse espaço no debate, embora a abordagem unidimensional monetária ainda predomine. No estudo multidimensional da pobreza, duas abordagens tem se destacado: a abordagem das necessidades básicas e a abordagem das capacitações⁶.

Para além da perspectiva multidimensional, estas abordagens se caracterizam por “uma visão humanista que vai além da economia para se remeter à moral e ao desenvolvimento do Homem em toda a sua dimensão, inclusive moral, de liberdade e de dignidade” (ibid., p. 74). Trata-se de refutar o argumento de que o crescimento econômico é a condição suficiente para reduzir e/ou evitar a pobreza, garantindo a maximização do nível de bem-estar da sociedade. As experiências vividas pelos países classificados como subdesenvolvidos ou em desenvolvimento durante o século XX ressaltaram as limitações conceituais impostas pela visão de desenvolvimento como crescimento econômico e progresso técnico. Muito mais do que gerar riqueza e promover o crescimento do PIB e da

⁶ Ainda na perspectiva multidimensional da pobreza, a abordagem da Exclusão Social e a abordagem Participatória (Subjetiva) também merecem ser mencionadas. Para algumas considerações sobre estas abordagens, ver Laderchi, Saith e Stewart (2003).

renda *per capita*, é preciso considerar também a apropriação e distribuição da riqueza gerada e a melhoria nas condições de vida da população.

Assim, a abordagem multidimensional da pobreza

[...] insiste na dimensão fundamentalmente social, senão política, da pobreza, porque as condições de existência não se limitam unicamente aos aspectos materiais e individuais (moradia, alimentação, renda) e incluem as relações sociais, o acesso ao trabalho, aos cuidados, etc. (SALAMA; DESTREMAU; 1999, p.113 e 114).

É esse direcionamento para a compreensão da pobreza como fenômeno multidimensional que permite afirmar a existência de uma trajetória evolutiva do pensamento científico da pobreza, passando de uma definição restritiva para uma conceituação mais complexa, ampliando também o entendimento sobre o desenvolvimento socioeconômico, a partir de uma perspectiva humanista. Mesmo que se reconheçam as complicações metodológicas em lidar com múltiplas variáveis ao mesmo tempo, a multidimensionalidade é importante e inescapável e “deve ser vista mais como uma vantagem do que como uma desvantagem” (ANAND e SEN, 1997, p. 231, tradução nossa).

1.3.1 A abordagem monetária da pobreza

O estudo da pobreza sob a perspectiva monetária tem o seu marco inicial no trabalho de Rowntree, no começo do século XX [LADERCHI; SAITH; STEWART; (2003); MACHADO (2006, 2007b), ROCHA (2003)]. Desde então, o número de estudos que adotam essa perspectiva tem crescido, transformando essa abordagem em uma das mais utilizadas na análise da pobreza.

Como definição geral, pode-se dizer que ela identifica a pobreza como uma deficiência (*shortfall*) no consumo ou na renda, relativa a alguma linha de pobreza. (LADERCHI; SAITH; STEWART; 2003, p. 6, tradução nossa).

Essa visão da pobreza encontra forte respaldo na Teoria Econômica Tradicional (ou Neoclássica) e é fundamentada no pensamento utilitarista. De acordo com esse pensamento, “a ‘utilidade’ de uma pessoa é representada por alguma medida de seu prazer ou felicidade” (SEN, 2000, p. 77), implicando numa noção de valor baseada somente na utilidade individual,

definida em termos subjetivos (SEN, 2001, p. 94; 2003, p. 5). O indivíduo é considerado como um consumidor cujo comportamento visa à maximização dessa utilidade, sendo que os seus gastos em consumo refletem a utilidade que as mercadorias consumidas geram para ele. O seu bem-estar individual é definido com base na sua função consumo (LADERCHI, 1997) e, por extensão, o bem-estar social é a maximização da soma das utilidades, ou a função consumo total.

É dessa forma que a renda, ou consumo, aparece como indicador exclusivo de bem-estar. A pobreza é entendida como insuficiência de renda (consumo), que impede o indivíduo de alcançar um nível mínimo de bem-estar que maximiza a utilidade total. Conforme apontado por Laderchi, Saith e Stewart (2003), a validade dessa abordagem depende, em parte, de algum desses pontos: “se a utilidade é uma definição adequada de bem-estar; se o gasto monetário é uma medida satisfatória de utilidade; se uma deficiência [*short-fall*] em utilidade engloba tudo o que entendemos por pobreza; a justificativa para uma linha de pobreza particular” (op. cit., p. 7, tradução nossa)⁷.

Um motivo frequentemente mencionado para a adoção da definição de pobreza monetária nos estudos é a sua instrumentalidade como *proxy* de bem-estar, o que possibilitaria uma “quantificação” e comparação intertemporal de bem-estar (MACHADO, 2007b).

A identificação dos pobres por insuficiência de renda (consumo) utiliza como critério a linha de pobreza monetária. Esta linha “pretende ser o parâmetro que permite, a uma sociedade específica, considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor” (BARROS et al., 2000, p.22). Entretanto, o valor dessa linha tem sido alvo de forte debate entre os adeptos dessa abordagem, não existindo uma uniformidade de opiniões sobre o valor a ser adotado⁸. Há os que defendem o uso de uma linha de pobreza absoluta, baseada nas necessidades mínimas de sobrevivência, bem como os que defendem a definição de uma linha de pobreza relativa, baseada nas condições de vida predominantes na sociedade a ser analisada.

Em meio ao conceito de linha de pobreza absoluta aparece também o conceito de linha de indigência, referindo-se às necessidades nutricionais mínimas que garantem as condições vitais do indivíduo. Os indivíduos cuja renda é inferior ao valor da linha de indigência

⁷ No original: “*whether utility is an adequate definition of well-being; whether monetary expenditure is a satisfactory measure of utility; whether a short-fall in utility encompasses all we mean by poverty; the justification for a particular poverty line*”.

⁸ Para maiores detalhes sobre o debate acerca de definição de linhas de pobreza baseada na renda e/ou consumo, ver Rocha (2000a, 2003), Hoffmann e Kageyama (2006), Reddy (2008a, 2008b), Ravallion (2008a, 2008b), Pogge (2008a, 2008b).

encontram-se na situação de pobreza extrema. No geral, o valor da linha de pobreza absoluta monetária é um múltiplo da linha de indigência: calcula-se o gasto alimentar – a partir das necessidades nutricionais mínimas – e, então, multiplica-se o valor desse gasto por determinado multiplicador, sendo que este multiplicador pode ser definido de várias maneiras⁹.

Sob a perspectiva monetária, a etapa de agregação da pobreza se caracteriza pela sofisticação quantitativa dos instrumentos de medida utilizados, tentando aproveitar os avanços obtidos nos últimos anos na área da Econometria. Segundo Grusky e Kanbur (2004, *passim*), o período de 1970-1985 foi caracterizado por uma intensa “efervescência conceitual” (*conceptual ferment*) no que diz respeito à mensuração da pobreza. Nesse período foram formulados alguns dos índices mais utilizados pela abordagem monetária da pobreza e que ainda hoje servem de referência para a elaboração de medidas de pobreza. Até então, os índices mais usados eram o *headcount* (Índice H) e o *income gap* (Índice I). O primeiro indica o percentual de pobres abaixo da linha da pobreza entre a população total:

$$H = \frac{q}{n},$$

onde q = número de pessoas com renda menor do que a linha de pobreza e n = total da população. Este é um índice que apreende apenas a extensão da pobreza, sendo insensível a sua intensidade (HOFFMANN, 1998, p. 220).

O índice I revela o *gap* da pobreza, que mensura a insuficiência da renda dos pobres em relação à linha de pobreza:

$$I = \sum_{i \in S(z)} g_i / qz$$

em que g_i = linha de pobreza z – renda do indivíduo i . Contrariamente à medida H, esse índice não é sensível à extensão da pobreza, mas sim à sua intensidade¹⁰.

As limitações apresentadas por esses índices sofreram – e sofrem – algumas críticas. Em trabalho considerado clássico no campo da mensuração da pobreza, Sen (1976) afirma que o índice H não cumpre dois axiomas importantes, que são o axioma da monotonicidade e o axioma da transferência, que também não é satisfeito pelo índice I. O axioma da

⁹ Segundo Rocha (2000a), diferentes autores atribuem valores distintos para esse multiplicador. Por exemplo, a CEPAL adota o multiplicador de 2 para o Brasil, enquanto outros trabalhos utilizam o inverso do Coeficiente de Engel (relação entre as despesas alimentares e a despesas totais) como multiplicador (*ibid.*, p. 117).

¹⁰ Lembrando que, por se tratar de abordagem monetária, essa intensidade é dada pela insuficiência de renda.

monotonicidade afirma que uma redução na renda de uma pessoa pobre (abaixo da linha de pobreza) deve aumentar a medida de pobreza, enquanto que o axioma da transferência estabelece que uma transferência pura de renda de uma pessoa i abaixo da linha de pobreza para outra que é mais rica – ou menos pobre, mas que também está abaixo da linha de pobreza – deve aumentar a medida de pobreza (SEN, 1976, p.219).

Uma outra crítica direcionada a essas medidas é a de que elas não levam em conta a distribuição de renda entre os pobres. Na intenção de construir uma medida composta da pobreza, mas ainda dentro do enfoque da pobreza de renda, Sen (1976) formulou um índice, com base num conjunto de axiomas, que considera a proporção de pobres, a intensidade da pobreza e a desigualdade na distribuição da renda entre os pobres, conhecido como índice de Sen:

$$P = H \left[1 - (1 - I) \left(1 - G \left(\frac{q}{q+1} \right) \right) \right]$$

sendo G o coeficiente de Gini¹¹ da população pobre e q = número de pessoas com renda inferior à linha de pobreza. Esse índice pode variar de zero a 1, “com $P = 0$ quando todas as pessoas têm renda maior do que z [linha de pobreza] e $P = 1$ quando todas as pessoas têm renda igual a zero” (HOFFMANN, 1998, p. 222). Deve-se ressaltar que o índice P de Sen é invariante às alterações na renda das pessoas acima da linha de pobreza, dependendo somente da renda dos pobres (SEN, op.cit., p. 228).

Apesar do reconhecimento de que a formulação do índice P se constituiu em um passo importante para a mensuração da pobreza por renda, esse índice proposto por Sen não permite a decomposição por subgrupos. Foster, Greer e Thorbecke (1984) formularam um índice de pobreza que pode ser decomposto. Este índice se aproxima do índice de Sen, mas possui características que permitem satisfazer o axioma da monotonicidade de subgrupo¹² que é condição básica para satisfazer a decomposição: quando a renda no subgrupo muda, a pobreza total e a do subgrupo mudam na mesma direção. O índice de Sen e seus variantes não satisfazem essa condição (FOSTER; GREER; THORBECKE; 1984, p. 763).

A família de índices proposta por esses autores é dada por

¹¹ O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade de renda muito utilizada e reconhecida como uma das mais importantes nos estudos sobre distribuição de renda. Ver Hoffmann (1998).

¹² Axioma da monotonicidade de subgrupo: “Let $\hat{y}$ be a vector of incomes obtained from y by changing the incomes in subgroup j from $y^{(j)}$ to $\hat{y}^{(j)}$, where n_j is unchanged. If $\hat{y}^{(j)}$ has more poverty than $y^{(j)}$, then $\hat{y}$ must also have a higher level of poverty than y ” (FOSTER; GREER; THORBECKE; 1984, p. 763).

$$P_{\alpha}(y; z) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \left(\frac{g_i}{z} \right)^{\alpha}$$

onde y = vetor da renda das famílias; z = linha de pobreza; $g_i = z - y_i$, que é o *gap* da renda; $q = q(y; z)$, que corresponde ao número de famílias pobres; n = número total de famílias; e $\alpha \geq 0$. O α pode ser entendido como medida de aversão à pobreza: “um α mais elevado dá ênfase maior ao pobre mais pobre” (FOSTER; GREER; THORBECKE; 1984, p. 763, tradução nossa). Quando $\alpha = 0$, a medida equivale ao índice H; sendo $\alpha = 1$, $P_I = H$. I; e para $\alpha = 2$, obtém-se o índice FGT.

A decomposição pode ser feita utilizando-se

$$P_{\alpha}(y; z) = \sum_{j=1}^m \frac{n_j}{n} P_{\alpha}(y^{(j)}; z),$$

sendo n_j = número de famílias pobres no grupo j ; m = total de grupos em que a população foi dividida; $y^{(j)}$ = renda no grupo j ; e $P_{\alpha}(y^{(j)}; z)$ é o valor do índice no grupo j . Dessa forma,

$\frac{n_j}{n} P_{\alpha}(y^{(j)}; z)$ é a contribuição total do subgrupo para a pobreza global. Sem dúvida, a possibilidade de realizar a decomposição é uma grande vantagem do índice FGT (HOFFMANN, 1998). Por isso, a elaboração desse índice é reconhecida como ponto culminante do período de “efervescência conceitual” (*conceptual ferment*) na mensuração da pobreza monetária (GRUSKY; KANBUR; 2004, *passim*).

Em que pese esses aprimoramentos metodológicos de mensuração da pobreza, a abordagem monetária apresenta uma importante característica: a unidimensionalidade. A noção de utilidade é um conceito unidimensional (KUKLYS, 2005, p. 12). E essa característica resulta em sérias implicações teóricas e, consequentemente, políticas.

A literatura econômica convencional ainda adota uma perspectiva individualista e não consegue analisar o indivíduo dentro de um contexto social, sendo a multidimensionalidade um conceito ainda distante da análise de pobreza entre os economistas do *mainstream* (GRUSKY; KANBUR, 2004). Quando muito, sugerem o desenvolvimento de capacidades, mas apenas como meio de aumentar a produtividade e, portanto, a renda entre os pobres (LADERCHI; SAITH; STEWART; 2003, p. 27).

Admitir a exclusividade da renda como a mais adequada *proxy* de bem-estar é ignorar outras dimensões que influenciam o bem-estar, seja do indivíduo, da família, da comunidade,

região ou país. A extensão dessa exclusividade para o estudo da pobreza produz uma simplificação do debate que já não pode mais ser aceita. As mudanças sociais, políticas e econômicas testemunhadas no decorrer do século XX e seus efeitos para as diversas populações ao redor do mundo induzem, no mínimo, ao questionamento sobre a aplicabilidade dessa variável como medida primeira de bem-estar. Esse questionamento atinge frontalmente a Teoria Econômica Clássica do Bem-estar e do Crescimento Econômico, segundo a qual países pobres, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento deveriam buscar o crescimento econômico – entendido como condição suficiente – para que o aumento na renda doméstica eliminasse a pobreza interna, tão característica desses países. A realidade é que crescimento econômico e/ou PIB *per capita* elevado não podem ser vistos como meios suficientes para melhorar a vida das pessoas (SEN, 2003).

De acordo com Kuklys (2005, p. 14), essa exclusividade do uso da renda pode resultar em três tipos de problemas:

the omission of impact of non-market goods and services on the individual's welfare; secondly, a disregard of interpersonal heterogeneity in converting income into welfare, particularly in poverty and inequality analysis; and thirdly, the neglect of the intrinsic value of choice.

Há, assim, uma dificuldade em incorporar à abordagem monetária da pobreza os bens que não passam pelo mercado privado e que, portanto, não têm seus preços definidos neste mercado. Esses bens podem ser não-monetários (autoconsumo, bens públicos, doações, etc.), mas influenciam diretamente no nível de bem-estar dos indivíduos. Para Salama e Destremau (1999, p.49), “se não levarmos em consideração estas exceções, uma definição da pobreza limitada a um patamar de rendimento monetário será restritiva e, por conseguinte, insuficiente”.

A heterogeneidade entre os indivíduos não é levada em consideração nessa abordagem, sendo que essas diferenças são vistas apenas em termos de suas restrições orçamentárias. Segundo Sen (2000, p. 89), “no nível prático, talvez a maior dificuldade na abordagem do bem-estar medido pela renda real resida na diversidade dos seres humanos”. A utilidade gerada/provocada por determinado nível de renda depende de circunstâncias diversas e por isso, varia muito de pessoa para pessoa. Algumas fontes de variação da base material (composta por renda e mercadorias) de bem-estar entre os indivíduos são: heterogeneidades pessoais; diversidades ambientais, variações no clima social; diferenças de

perspectivas relativas – as necessidades de mercadorias entre comunidades dependem de convenções e costumes; distribuição intra-familiar (SEN, 2000, p. 90-91).

A questão da heterogeneidade está associada também à negligência quanto ao valor intrínseco do ato de escolha. Este valor se constitui de dois elementos: o ato de escolha em si e a quantidade de opções existentes no ato de escolha. Na abordagem tradicional, as perdas de liberdade de escolha (ou seja, a quantidade de opções) não se refletem na mensuração do nível de bem-estar individual (KUKLYS, 2005, p.17).

Com relação às implicações políticas, estas são de grande relevância. O enfoque exclusivista monetário da pobreza limita as ações voltadas à redução da pobreza às políticas de transferência de renda e elevação do PIB *per capita*. Não se trata de dizer que essas são políticas que não devam ser realizadas, mas de compreender que, embora necessárias, elas não são suficientes. Para Sen (2000, p. 131),

os debates sobre políticas realmente têm sido distorcidos pela ênfase excessiva dada à pobreza e à desigualdade medidas pela renda, em detrimento das privações relacionadas a outras variáveis como desemprego, doença, baixo nível de instrução e exclusão social.

O crescimento econômico aparece frequentemente como o maior objetivo do planejamento e execução de políticas. No entanto, apesar de se reconhecer a importância de seu acontecimento, é necessário atentar para até que nível pode-se considerá-lo como objetivo principal (SEN, 2003). Ele não pode ser confundido com o desenvolvimento socioeconômico, entendido como o processo capaz de promover melhorias econômicas e sociais para a população, ampliando suas oportunidades de escolhas e reduzindo as desigualdades socioeconômicas.

As recomendações de políticas feitas pelos adeptos dessa abordagem de estudo da pobreza são, em sua quase totalidade, focalizadas (em indivíduos considerados em extrema pobreza por renda) e tendem a aniquilar o caráter universalista das políticas sociais. O provimento de bens e serviços por parte do Estado é criticado, defendendo-se a premissa clássica de livre funcionamento dos mercados para garantir a sua eficiência máxima e, assim, promover o crescimento econômico e a redução da pobreza (GUIMARÃES, 2003).

De tudo o que foi exposto, nota-se que a análise da pobreza pode começar com as informações sobre renda, mas não deve terminar nelas apenas (SEN, 2000). A abordagem monetária da pobreza tende a minimizá-la, induzindo a uma simplificação do debate sobre suas causas e seus efeitos. O enfoque multidimensional se constitui em um avanço para o

pensamento científico da pobreza justamente por ampliar a visão e as discussões sobre o assunto, com consequências importantes para o planejamento, execução e sucesso das políticas.

1.3.2 A abordagem das necessidades básicas

A abordagem das necessidades básicas surgiu como um contra-argumento a ênfase na capacidade do crescimento econômico em promover o desenvolvimento e erradicar a pobreza nos países do chamado Terceiro Mundo. Constitui-se, portanto, nos primeiros questionamentos sobre o poder do crescimento econômico como medida do progresso social.

Sua origem pode ser datada em meados dos anos de 1940, mas é somente nas décadas de 1960 e 1970 que ela ganha espaço, alcançando o seu auge na segunda metade dos anos de 1970, quando passa a dominar as políticas de desenvolvimento sugeridas por algumas organizações internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Banco Mundial (STEWART, 2006; STREETEN et al., 1981).

No decorrer do seu desenvolvimento, é possível identificar três estágios na formulação e interpretação dessa abordagem (BAGOLIN; ÁVILA; 2006). No primeiro estágio, as necessidades estavam relacionadas aos aspectos naturais e espontâneos, cuja satisfação promoveria “[...] *the capacities for thinking, acting, willing, loving, enjoying and suffering*” (ibidem, p. 3). O segundo estágio se caracteriza pela preocupação com a operacionalização, buscando utilizar o conceito de necessidade básicas na formulação de políticas, o que de certa forma resultou em ênfase nas necessidades relativas aos recursos e à posse de bens. No terceiro estágio, pode-se dizer que há um retorno ao conceito mais abrangente de necessidades básicas (materiais e não materiais) formulado no estágio inicial, passando a ser identificado por necessidades humanas.

Em linhas gerais, de acordo com essa abordagem, o objetivo primeiro do desenvolvimento deveria ser a satisfação das necessidades humanas básicas. As políticas implantadas nos países pobres ou em desenvolvimento no período pós Segunda Guerra elevaram, em sua maioria, as taxas de crescimento econômico desses países, mas não tiveram o mesmo efeito do ponto de vista distributivo e nem foram capazes de reduzir a pobreza.

Como resultado, ocorreu uma expansão no número absoluto de pessoas pobres, aumento do desemprego e concentração de renda. Tais fatos não poderiam ser ignorados:

the more pragmatic motivation for replacing GNP per capita by some human-based indicators was that growth in per capita incomes – which did occur to an unprecedented extent in developing countries in the quarter of a century after 1950 – appeared often to have led to an unsatisfactory situation from a humanitarian perspective (STEWART, 1995, p. 84).

As primeiras reflexões sobre tais problemas apontaram o desemprego como a principal causa para o crescimento da pobreza, levando alguns a afirmarem que a expansão do emprego deveria ser o objetivo primordial do desenvolvimento. Esse argumento foi apresentado pela OIT em 1976 – já no segundo estágio da abordagem – que recomendou o destronamento do produto nacional bruto (PNB) como medida de desenvolvimento (apud STEWART, 2006). Contudo, logo se percebeu que o desemprego não era a principal causa para o crescimento da pobreza e o foco foi redirecionado para a renda dos pobres. O crescimento continuaria sendo estimulado, mas os resultados deveriam ser distribuídos também entre os pobres. Esta era a visão defendida pelo Banco Mundial em 1979 (apud STEWART, 2006).

No entanto, as condições em que se encontravam as populações pobres exigiam que medidas urgentes fossem tomadas. Muito mais do que expandir a produtividade e promover a industrialização nos países do Terceiro Mundo, era preciso dar condições básicas de sobrevivência para as suas populações. Sob o entendimento de que os pobres não necessitavam somente de renda, mas da satisfação de necessidades que dariam oportunidade de levar uma vida plena, a abordagem das necessidades básicas chamou a atenção para o que deveria ser a preocupação fundamental do desenvolvimento: os seres humanos e suas necessidades (STREETEN et al., 1981, p.21). Para Streeten e Burki (1978, p.412):

the evolution from growth as the principal performance criterion, via employment and redistribution, to basic needs is an evolution from abstract to concrete objectives, from a preoccupation with means to a renewed awareness of ends, and from a double negative (reducing unemployment) to a positive (meeting basic needs).

A abordagem das necessidades básicas não tem a intenção de substituir o crescimento econômico e sim de suplementá-lo, pois considera que este é essencial para geração de renda para as populações pobres e de receitas públicas que assegurem a oferta dos bens e serviços públicos (STEWART, 2006, p. 17). Entre as características principais dessa abordagem estão: o reconhecimento da limitação das medidas de renda e emprego no estudo da pobreza; a

ênfase na melhoria da vida humana como objetivo do desenvolvimento; o apelo à mobilização de recursos nacionais e internacionais para satisfação das necessidades básicas; e a formulação de uma base para ação pública (STREETEN et al, 1981).

Segundo Stewart (1995, p. 87), a hipótese fundamental dessa abordagem é que algumas necessidades são mais importantes do que outras, porque *“the ‘basic’ goods are essential for minimally decent life – i.e. for conditions in which there is enough food, health is good enough and education sufficient, to permit people to enjoy the other good things of life”*.

Várias são as definições das necessidades básicas e, frequentemente, o termo é mal empregado, dificultando a sua compreensão. Streeten et al (1981, p.25-26) descrevem resumidamente algumas dessas interpretações. Há os que identificam necessidades básicas como necessidades naturais, consideradas vitais ou de sobrevivência, que devem ser minimamente atendidas. Trata-se, de acordo com Pereira (2006), de uma definição limitada e muito criticada por igualar as necessidades de sobrevivência humana às necessidades animais.

Outros, como os economistas neoclássicos (e/ou neoliberais), as interpretam como preferências subjetivas dos consumidores, não admitindo intervenção do setor público na satisfação das necessidades. Não existem necessidades comuns e, portanto, não existem parâmetros para a formulação de políticas públicas.

Essa identificação das necessidades básicas com estados subjetivos e relativos de deficiências/precisos e a defesa do afastamento do Estado na provisão social geram consequências negativas para a elaboração das políticas sociais, entre elas: diminuição da confiança no sucesso dessas políticas; ameaças aos direitos sociais dos cidadãos; fragmentação da luta política contra as diversas formas de opressão e/ou discriminação (DOYAL; GOUGH; 1991, p.9). Esses efeitos contribuem para a aceitação da idéia de atendimento mínimo às necessidades sociais como objetivo da política social – quando existir política social.

No outro extremo estão os que afirmam que somente à autoridade pública cabe a função de decidir sobre o atendimento das necessidades básicas e direcionar o consumo privado.

Os adeptos da abordagem moderna das necessidades humanas básicas (terceiro estágio) se distanciam dessas interpretações e enfatizam que as necessidades básicas devem incluir aspectos materiais e não materiais que possibilitam a realização de uma vida plena,

considerando o atendimento a essas necessidades como direitos humanos. É esta a definição que se tornou uma das bases da teoria do desenvolvimento humano.

Sob essa perspectiva, a identificação das necessidades básicas pode ser feita através da definição de um padrão de vida (qualidade de vida) e, posteriormente, dos bens e serviços necessários para garantir uma vida plena (*full life*). Os bens e serviços são, portanto, instrumentos para se alcançar a vida plena. Essa relação foi chamada por Fei, Ranis e Stewart de função de metaprodução (*metaproduction function*) (apud STEWART, 2006, p. 16) e é representada pela expressão:

$$FL = f(a, b, c, d, \dots),$$

onde FL é um vetor de características e $a, b, c, d, \dots$ são os bens e serviços necessários para se alcançar um nível mínimo aceitável de FL (ibidem, p.16). Geralmente, esses bens e serviços envolvem educação, saúde, alimentação, moradia e vestuário. Segundo Stewart (2006, p.16), ainda que se trate de uma lista definida arbitrariamente, parece não haver dúvidas de que a satisfação de tais necessidades já se constitui em um avanço para a eliminação da pobreza.

Um ponto de aparente divergência entre os adeptos da abordagem das necessidades básicas é o tipo de enfoque da pobreza que deve fundamentar a análise, se relativo ou absoluto. Segundo Streeten e Burki (1978, p. 411), a abordagem das necessidades básicas é uma estratégia de desenvolvimento voltada para a abolição da pobreza absoluta. Para Streeten et al. (1981, p.18), a pobreza possui um componente absoluto, determinado por critérios fisiológicos, e um componente relativo, determinado pelo contexto social e cultural ao qual o indivíduo pertence. Stewart (1989, p. 358) parece compartilhar com esse pensamento ao afirmar que alguns dos indicadores de vida plena (*full life*) são universais e devem ser os primeiros a serem perseguidos, mas existem também indicadores que são dependentes do nível de desenvolvimento.

De maneira geral, a análise relativista pura da pobreza parece não ser condizente com o conceito de necessidades básicas adotado por essa abordagem. Análises da pobreza pautadas no relativismo — e, conseqüentemente, na afirmação de que não existem necessidades universais — resultam do emprego de uma definição de necessidades básicas que se distancia do objetivo principal dessa abordagem¹³.

¹³ Para exemplos de algumas definições relativistas de necessidades básicas, ver Pereira (2006) e Doyal e Gough (1991).

Doyal e Gough (1991, *passim*), autores representantes da abordagem moderna das necessidades humanas básicas, defendem um caráter universal e objetivo destas necessidades, argumentando que existem necessidades que são comuns a todos os seres humanos, independentemente do contexto econômico, social e cultural no qual eles estão inseridos.

Esses autores definem necessidades humanas básicas como as necessidades que, quando não satisfeitas, causam sérios prejuízos à vida dos homens, sejam em termos materiais ou em termos de impossibilidade de atuar como sujeito ativo na sociedade. Os sérios prejuízos resultantes da não satisfação das necessidades humanas básicas são os efeitos negativos que impedem os seres humanos de viver em condições físicas e sociais adequadas ao seu exercício participativo na sociedade. As necessidades básicas existentes agrupam-se em dois conjuntos: saúde física e autonomia, vistas como precondições para se atingir o objetivo universal da participação social (PEREIRA, 2006, p. 68).

Tais conjuntos estão associados a dois princípios importantes, a saber: participação e libertação. A satisfação da necessidade de saúde física permite a participação do indivíduo na sociedade com o intuito de se libertar das possíveis formas de opressão que o atinge, incluindo a pobreza. Mais ainda, saúde física é necessidade humana básica porque ela possibilita a participação do indivíduo na vida. A satisfação da necessidade de autonomia é o que garante ao homem a liberdade de tomar decisões, realizar escolhas e lutar por seus objetivos e ideais. A autonomia é que proporciona a liberdade aos indivíduos para agirem de modo a se sentir responsável por seus atos e decisões.

Ao optar-se por não atender a essas necessidades se está abrindo mão da participação e da liberdade dos indivíduos, principalmente no que se refere a sua condição de agente modificador da realidade e do seu poder de avaliar criticamente o contexto social no qual ele está inserido.

Apesar de reconhecerem a universalidade das necessidades humanas básicas, Doyal e Gough (apud Pereira, 2006) ressaltam que a satisfação dessas necessidades não é uniforme, havendo uma variedade de *satisfiers* (“satisfadores”) — bens, serviços, atividades, relações, medidas, políticas. Esses *satisfiers* dependem de aspectos próprios de cada cultura, o que pode ser entendido como um componente relativo de satisfação das necessidades e que vai ao encontro do que é defendido por outros autores da abordagem das necessidades básicas.

No que diz respeito às aplicações práticas dessa abordagem, estas focam, em sua maioria, nas necessidades materiais mensuradas através dos bens e serviços básicos. Isso

permitiu que essa abordagem fosse acusada de cometer o “fetichismo da *commodity*” (*commodity fetishism*), principalmente no período corresponde ao segundo estágio da abordagem. Para Stewart (1995, p.88),

this is an incorrect criticism in relation to the BN approach [...], since the metaproduction function takes the quality of life as the objective, and BN-goods and services as the means to bring about an improvement in the quality of life.

As dificuldades em se mensurar as necessidades não materiais e em estabelecer níveis satisfatórios de atendimento são justificativas para a concentração nos bens e serviços. Além disso, como já dito anteriormente, estes últimos são definidos como instrumentos (meios) para a realização de uma vida plena (fim).

A preocupação dessa abordagem é muito mais na qualificação da pobreza do que na sua quantificação. Os pobres são frequentemente identificados com base nas suas rendas e a linha de pobreza utilizada varia muito. Mas há o entendimento de que este não é um critério suficiente. A ele deve ser somada a satisfação de necessidades básicas, tais como educação, saúde, nutrição, saneamento, moradia, acesso à água tratada, entre outros. Assim, essa abordagem introduz a multidimensionalidade nos estudos da pobreza e do desenvolvimento, sendo a sua contribuição inquestionável.

As primeiras análises de satisfação de necessidades básicas utilizavam indicadores isolados. Algumas agregações eram feitas, como a sugerida pela função de metaprodução, mas não havia índices agregados que captassem conjuntamente todas as necessidades. A formulação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) permitiu essa agregação, ainda que com restrições. Este índice, além de ser uma medida associada à abordagem das capacitações, também pode ser interpretado como uma medida de atendimento às necessidades básicas. Isso porque a teoria do desenvolvimento humano se fundamenta nessas duas abordagens.

1.3.3 A abordagem das capacitações

Os trabalhos do economista Amartya Sen no final da década de 1970 e início dos anos 1980 se constituem no ponto de partida da formulação da Abordagem das Capacitações (ou *Capability Approach*). O escopo dessa abordagem não se restringe à análise da pobreza,

trazendo contribuições importantes para a Teoria do Bem-estar Social e para a Teoria do Desenvolvimento Socioeconômico, particularmente porque analisa o desenvolvimento a partir do princípio da igualdade e das liberdades substantivas.

Segundo esta abordagem, o êxito da sociedade deve ser avaliado segundo as liberdades desfrutadas por seus membros. A liberdade é “o determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social” (SEN, 2000, p. 33), estando relacionada ao aspecto da condição de agente (*agency aspect*) do indivíduo, entendido como sujeito ativo e capaz de provocar mudanças. Por isso, a liberdade é “o fim primordial e o principal meio do desenvolvimento” (ibidem, p.52). O papel instrumental da liberdade como meio refere-se ao que contribui para a expansão da liberdade humana (direitos, oportunidades, *entitlements*). As liberdades instrumentais devem atuar em conjunto e suas consequências geralmente não se restringem a uma delas. Entre essas liberdades estão: liberdade política, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora (SEN, 2000, p. 55).

Para Salama e Destremau (1999, p.77), o pensamento de Sen se inscreve

sem ambiguidade no campo de uma reflexão sobre a justiça social, sobre a igualdade e as desigualdades, o que leva a colocar o problema da pobreza numa perspectiva que, sem negar os fatores econômicos, dá importância às conotações legais, às implicações políticas e à sua pertinência social.

Trata-se, assim, de um enfoque distinto daquele adotado pela abordagem monetária da pobreza, rejeitando o utilitarismo como medida de bem-estar e a maximização da utilidade como hipótese comportamental (LADERCHI; SAITH; STEWART; 2003, p.14). A riqueza é útil na medida em que ela nos fornece condições pra realizar determinados tipos de liberdades. Mas ela não é algo exclusivo que permite a realização das liberdades: “é tão importante reconhecer o papel crucial da riqueza na determinação das nossas condições e qualidade de vida quanto entender a natureza restrita dessa relação” (SEN, 2000, p.28).

O espaço de avaliação nessa abordagem é em termos de *functionings*¹⁴ e capacitações (SEN, 2001). O bem-estar de um indivíduo é medido em função da qualidade do estado em que este indivíduo se encontra. Segundo Sen (op. cit., p. 79), “a asserção é de que os funcionamentos [*functionings*] são constitutivos do ‘estado’ (*being*) de uma pessoa, e uma

¹⁴ Optou-se por utilizar o termo originalmente em inglês para evitar interpretações equivocadas quanto à definição dos *functionings*.

avaliação do bem-estar tem de assumir a forma de uma apreciação desses elementos constituintes”.

Por *functionings*, pode-se entender: “[...] *the achieved states of being and activities of an individual, e.g. being healthy, being well-sheltered, moving about freely, or being well-nourished*” (KUKLYS, 2005, p.5). Ou seja, são atividades ou estados de existência de um indivíduo, relacionados à saúde, moradia, alimentação, liberdade, dentre outros.

A definição de capacitação deriva dessa noção: “*it reflects the various combinations of functionings (doings and beings) he or she can achieve*” (SEN, 2003, p. 5). Dessa forma, capacitação consiste num conjunto de vetores de *functionings*, refletindo a liberdade substantiva da pessoa para levar um tipo de vida que ela valoriza¹⁵.

A mensuração do bem-estar baseada nos conceitos de *functionings* e capacitações permite que esta abordagem não se omita quanto ao impacto de bens e serviços não-monetários sobre o bem-estar. De acordo com Kuklys (2005, p. 5),

welfare measurement in the functionings space takes into account the presence of non-market goods and services in an economy, home production, and adjusts for non-monetary constraints in decision making, because functionings are outcome-based (as opposed to resource-based) welfare measures.

A ênfase nos resultados que caracterizam a qualidade de vida do indivíduo é um outro ponto que diferencia esta abordagem da abordagem monetária, justamente por incluir, na análise, indicadores não-monetários.

Sob a perspectiva multidimensional das capacitações, a pobreza deve ser entendida como privação das capacitações básicas. Segundo Sen (2001, p. 173), “os funcionamentos relevantes para esta análise podem variar desde os físicos elementares [...] até realizações sociais mais complexas tais como tomar parte na vida da comunidade [...]”. Nota-se que a ênfase dessa definição de pobreza é mais na adequação dos recursos – monetários ou não – para realizar certas capacitações do que na suficiência desses recursos (LADERCHI; SAITH; STEWART; 2003, p. 14).

Assim, a análise da pobreza por esse enfoque permite a concentração em privações intrinsecamente importantes, além do reconhecimento de outras influências sobre a privação

¹⁵ De acordo com alguns autores, esta seria uma definição mais aplicada ao conceito de *capability set* (CLARK, 2006; COMIM, 2001). Mas optamos por utilizar a definição mais abrangente e geral do próprio Sen para conceituar capacitação.

de capacitações, que não exclusivamente a renda. Convém ressaltar que

a perspectiva da pobreza como privação de capacidades [capacitações] não envolve nenhuma negação da idéia sensata de que a baixa renda é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades [capacitações] de uma pessoa (SEN,2000, p.109).

As palavras de Salama e Destremau (1999, p.79) definem bem o conceito de pobreza utilizado pela abordagem seniana:

trata-se, pois, de uma abordagem qualitativa que, sem negligenciar o possuir material, dá ênfase a valores de realização e de liberdade, com os funcionamentos representando um modo de se levar a vida, as capacidades [capacitações] e as diversas oportunidades que se apresentam a uma pessoa e entre as quais ela escolhe. No enfoque das capacidades [capacitações], nem a utilidade, nem o rendimento podem ser identificados com o bem-estar. A definição de pobreza não pode, portanto, se basear no fraco nível de um ou de outro, mas, de preferência, na inadequação dos meios econômicos referentes à propensão das pessoas em convertê-las em capacidades [capacitações] de funcionar, e isto num ambiente social, econômico e cultural particular.

Os argumentos favoráveis a essa visão de pobreza foram resumidos por Sen (2000, p.109-110) em três: concentração em privações intrinsecamente importantes, enquanto na abordagem monetária a concentração é naquilo que é importante instrumentalmente; reconhecimento de outras influências sobre a privação de capacitações e não unicamente a renda; variabilidade da relação instrumental entre baixa renda e baixa capacitação entre comunidades, famílias e indivíduos.

Esse último argumento é considerado por este autor como o mais relevante para a avaliação da ação pública. A relação renda e capacitação pode ser afetada por diversos aspectos, tais como idade, papéis sexuais e sociais, localização e outras condições sobre as quais as pessoas não possuem controle – ou este controle é limitado.

Há também a possibilidade de união de desvantagens entre privação de renda e adversidade na conversão da renda em *functionings*. Essas adversidades podem ser ocasionadas por fatores que dificultam, eliminam ou reduzem as capacitações de um indivíduo. Tais fatores – como inteligência, metabolismo, habilidade física, dentre outros – são chamados de fatores de conversão. Diante da volubilidade desses fatores entre as pessoas, “[...] a pobreza real (no que se refere à privação de capacitações) pode ser, em um sentido significativo, mais intensa do que pode parecer no espaço da renda” (SEN, 2000, p. 110-111).

Além disso, a análise monetária não é capaz de capturar as diferenças na alocação interna da renda familiar.

Nota-se, com base nesses argumentos, que a adoção da perspectiva das capacitações na análise da pobreza desvia a atenção dos meios (renda) para os fins “que as pessoas têm razão para buscar e correspondentemente, para as liberdades de poder alcançar esses fins” (SEN, 2000, p. 112).

Deve-se acrescentar que essas duas perspectivas da pobreza (renda e capacitações) estão vinculadas. Um aumento de capacitação pode levar a um aumento de renda, contribuindo para a redução da pobreza por renda. Por exemplo, os serviços sociais inclusivos tendem a reduzir a privação de capacitações e, conseqüentemente, a produzir efeitos positivos na diminuição da pobreza monetária.

1.3.3.1 Identificação e agregação da pobreza e seus efeitos

Na abordagem das capacitações, a etapa de identificação da pobreza pode ser realizada de duas formas: descritiva ou política (*policy form*). Pela forma descritiva, a identificação é feita pelo reconhecimento da privação. Já na forma relativa às políticas, a identificação visa à recomendação de alguma política. No primeiro caso, a recomendação de alguma política é um aspecto secundário, enquanto no segundo, a descrição da pobreza é que se torna secundária (SEN, 2001).

Essas duas maneiras de se identificar a pobreza devem ser complementares, e não excludentes. Partindo-se de um diagnóstico (descrição) da privação pode-se determinar o que precisa ser feito e escolher as políticas reais que podem ser implementadas com base nos meios de que se dispõe. Assim, “a análise descritiva da pobreza tem de ser anterior à escolha das políticas [...] importante para assegurar que a indisponibilidade de recursos públicos para auxiliar na eliminação de severas privações não nos faça redefinir a própria pobreza” (SEN, 2001, p. 171).

A análise descritiva da pobreza deve considerar a sociedade que está sendo objeto de estudo. As privações variam de sociedade para sociedade, ou seja, o que se admite por privação em uma determinada sociedade pode não ser visto como tal em outra. Isso, no

entanto, não elimina o fato de que existem privações que são reconhecidas como graves, independentemente da sociedade onde elas ocorram.

Essas privações, dentro da abordagem de Sen, são denominadas *basic capabilities* (capacitações básicas) e podem ser entendidas como um aspecto absoluto da pobreza. Devido à importância dessas *capabilities* na vida de todos os indivíduos, Sen define pobreza como deficiência de capacidades básicas (*basic capabilities*) para que se possam alcançar níveis humanamente aceitáveis de sobrevivência. O aspecto relativo da pobreza está nas *functionings* que são relevantes para a análise.

A defesa da existência de um aspecto absoluto na pobreza por parte de Sen¹⁶ o coloca em posição divergente das abordagens relativistas que ganharam espaço no decorrer da década de 1980. Apesar das divergências quanto ao conceito de necessidades básicas defendido pelas abordagens relativistas, nota-se que um aspecto que é comum a todas elas é a ausência do conceito de universalidade e objetividade dessas necessidades. Estas são compreendidas em termos relativos, não se aceitando a existência de necessidades que sejam comuns a todos os indivíduos e a diferentes contextos socioculturais.

A Abordagem das Capacitações é, portanto, um *mix* de relativismo (*functionings*) e absolutismo (capacitações), pois reconhece que, diante da complexidade do objeto de estudo e da diversidade entre as pessoas, limitar a análise a apenas um enfoque a afastaria da perspectiva da pobreza como privação de capacidades humanas.

A mensuração da pobreza sob a perspectiva multidimensional seniana envolve questões que, a princípio, podem dificultar a sua aplicação prática. Uma destas questões é a definição das capacidades básicas que devem integrar a análise. Sen não especifica explicitamente em seus trabalhos uma lista de capacidades que devem ser atendidas (LADERCHI; SAITH; STEWART; 2003, p. 17), embora tenha sugerido que estar bem nutrido, ter capacidade de escapar da morte prematura, ter boa saúde, moradia, educação, liberdade política são capacidades importantes para as avaliações sobre pobreza.

Outra questão relevante é a mensuração das capacidades. As capacidades representam um conjunto de resultados potenciais, ou seja, de *functionings* potencialmente disponíveis para o indivíduo (KUKLYS, 2005) e que são difíceis de serem identificadas empiricamente. Por isso, grande parte das análises empíricas se concentra nos *functionings*, sendo que tais análises podem ser entendidas como avaliação de um conjunto (*functionings*

¹⁶ Ver Seção 1.2 deste trabalho e também Sen (1983a, 1983b).

potenciais) através de um dos seus elementos constitutivos (*functioning* realizada/alcançada) (LADERCHI; SAITH; STEWART; 2003).

Essas questões de definição e mensuração dos *functionings* são partes do *valuational exercise* (exercício avaliativo), que consiste na escolha dos *functionings* que realmente possuem valor na avaliação de bem-estar do indivíduo. A operacionalização desse exercício não é simples: ela leva a uma multiplicidade de variáveis e a uma pluralidade de espaços relevantes (COMIM, 2001, p.4).

A disponibilidade dos dados não deve ser a única motivação para a escolha, necessitando-se que esta escolha seja guiada também pela importância que esses *functionings* possuem para a análise. Conforme apontado por Kuklys (2005, p. 21), mesmo com o reconhecimento de que na maioria dos trabalhos empíricos a seleção dos *functionings* relevantes é feita de uma maneira *ad hoc*, esta seleção deve ser a mais explícita possível, justificando-se as escolhas.

Elegidos os *functionings* e as dimensões a serem utilizadas na análise, torna-se necessário estabelecer o critério de diferenciação entre pobres e não pobres, isto é, a “linha de pobreza” que identifica o *break* na distribuição dos *functionings*. Essa linha “pode ser definida de modo a representar [...] o nível [...] em que sejam garantidas as capacidades de participar das atividades comunitárias e de poder adotar as convenções sociais mínimas” (HOFFMANN; KAGEYAMA, 2006, p. 83).

Por se tratar de uma abordagem multidimensional, não deve ser especificada apenas uma única linha de pobreza, mas sim uma linha de pobreza para cada capacitação ou *functioning*. Segundo Laderchi, Saith e Stewart (2003, p. 18), é inevitável que haja algum nível de arbitrariedade na definição dessas linhas:

it is clear that both choice of dimensions and cut-off standards are somewhat arbitrary and are likely to be revised according to the general standards attained in the world, the region, or the country where the poverty assessments are being made.

De acordo com Alkire e Foster (2007) existem três principais abordagens de identificação dos pobres na perspectiva multidimensional:

one is the ‘unidimensional’ approach, through which the multiple indicators of wellbeing are combined into a single aggregate variable, and a person is identified as poor when the variable falls below a certain cutoff level. This method of identification takes into account dimensional deprivations – but only inasmuch as they affect the aggregate indicator. [...] A second is the

'union' approach, which regards someone who is deprived in a single dimension as poor in the multidimensional sense. [...] The third main approach is the 'intersection' method, which requires a person to be deprived in all dimensions before being identified as poor (ALKIRE; FOSTER; 2007, p. 1).

A *unidimensional approach* (abordagem unidimensional) mencionada apresenta limitações que a tornam pouco condizente com a perspectiva das capacitações, pois elege uma variável de bem-estar ou renda como capaz de refletir a multidimensionalidade. Além disso, quando a etapa de agregação antecede a etapa de identificação, ela converte realizações dimensionais (*dimensional achievements*) em outra sem considerar os cortes específicos de cada dimensão (ALKIRE; FOSTER; 2007, p. 7).

Já a *union approach* (abordagem da união) tende a superestimar a pobreza ao considerar como pobre o indivíduo que apresente privação em apenas uma das dimensões integrantes da análise. Por exemplo, se $\rho(y_i; z)$ é a função de identificação dos pobres, onde y_i é o vetor linha de realizações do indivíduo e z é o vetor linha dos cortes específicos de cada dimensão (linha de pobreza), o indivíduo é considerado pobre [$\rho(y_i; z) = 1$] se e somente se a quantidade de privações sofridas pelo indivíduo (vetor coluna c_i) for superior ou igual a 1 ($c_i \geq 1$) (ibidem, p. 8).

O *intersection method* (método de intersecção) pode ser visto como oposto à *union approach*, no sentido em que define o pobre como aquele indivíduo que apresenta privação em todas as dimensões componentes da análise, podendo levar à subestimação da pobreza. Por esse método, a função de identificação dos pobres $\rho(y_i; z)$ se iguala a 1 quando o vetor de privações sofridas pelo indivíduo c_i é igual ao número de dimensões d ($c_i = d$). Percebe-se que a opção por esse método de identificação torna o número de dimensões integrantes da análise um fator importante na mensuração da pobreza, pois um aumento neste número provavelmente diminui a população pobre.

Diante dos problemas que a *union approach* e o *intersection method* apresentam, Alkire e Foster (2007) sugerem o uso de um método híbrido para identificar o pobre sob a perspectiva multidimensional, incluindo a abordagem das capacitações. A alternativa seria estabelecer uma linha de corte intermediária k para c_i , sendo $1 \leq k \leq d$. Então, k seria o número máximo de dimensões em que o indivíduo não alcançaria os *cutoffs* específicos para ser considerado pobre. Por exemplo, se o indivíduo tivesse k ou mais privações dentro das d dimensões escolhidas seria considerado pobre. A função de identificação seria então

dependente de cortes intra dimensão (z) e entre dimensões (k). Este método, chamado pelos autores de *dual cutoff method* (método de corte dual), apresenta algumas características:

first, it is 'poverty focused' in that an increase in an achievement level y_{ij} of a non-poor person leaves its value [do método] unchanged. Second, it is 'deprivation focused' in that an increase in any non-deprived achievement $y_{ij} \geq z_j$ leaves the value of the identification function unchanged [...]. Finally, the dual cutoff identification method can be meaningfully used with ordinal data [...] (ALKIRE; FOSTER; 2007, p. 9)

Apesar das vantagens que este método apresenta comparado com os outros anteriormente mencionados, ele não consegue escapar da arbitrariedade na definição das linhas de pobreza. Os autores também não descrevem um critério ou método de definição para o valor de corte k entre as dimensões.

No que diz respeito à etapa de agregação, é necessário que se tenha cautela para que *trade-offs* entre dimensões não sejam introduzidos na análise (LADERCHI; SAITH; STEWART; 2003). Segundo Comim (2001), existem dois níveis básicos de agregação na Abordagem das Capacitações. Imaginando uma matriz cujas colunas representam os *functionings* e as linhas representam as unidades de análise (indivíduos, famílias, etc.), a agregação dos diferentes *functionings* por unidade de análise seria uma agregação no nível horizontal; a agregação total de um *functioning* para todas as unidades seria uma agregação no nível vertical (COMIM, op. cit., p. 10).

A agregação pode gerar, dependendo do nível em que ocorra, redução da multidimensionalidade ou da diversidade interpessoal. Apesar disso, ela é de grande auxílio ao planejamento das ações políticas, tornando possível a redução de um grande número de informações a proporções administráveis (LADERCHI; SAITH; STEWART; 2003, p. 19).

As medidas de pobreza e desenvolvimento baseadas na abordagem das capacitações se caracterizam pela preocupação com a qualidade de vida dos indivíduos, não se restringindo a quantificação da pobreza. Mais ainda, estas medidas refletem a idéia de que o desenvolvimento humano não pode ser analisado somente pela ótica da renda. Um marco na elaboração dessas medidas foi a formulação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apresentado pelo Relatório de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas (ONU) no início da década de 1990.

O IDH foi elaborado por Mahbub ul Haq e Amartya Sen, com o intuito de ser uma medida alternativa ao PIB *per capita* nas análises de desenvolvimento, sendo resultado do

debate que já estava ocorrendo acerca das limitações existentes no uso do PIB *per capita* nesse tipo de análise. Atualmente, ele é “um índice-chave dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas” (PNUD, 2008). Para Salama e Destremau (1999, p. 83), a proposta do IDH é “refletir os aspectos fundamentais do desenvolvimento humano, identificando quais as possibilidades essenciais que as pessoas devem dispor para se integrar à sociedade e contribuir socialmente”.

Esse índice é composto por três dimensões, cada uma delas com peso igual: renda *per capita*, longevidade (expectativa de vida ao nascer) e educação (índice de analfabetismo e taxa de matrícula em todos os níveis de ensino). Essas três dimensões podem ser entendidas, respectivamente, como: capacidade dos indivíduos para possuir um padrão de vida que possibilite a sua sobrevivência; capacidade para sobreviver (vulnerabilidade à morte em idade pouco avançada); e capacidade para ter educação e conhecimento. Apesar de ser uma medida simples, ela representou um avanço na compreensão da necessidade de incluir outras variáveis nos estudos sobre desenvolvimento, pobreza e bem-estar. Além disso, serviu de base para formulação do Índice de Pobreza Humana (IPH), também apresentado pela ONU nos Relatórios anuais de Desenvolvimento a partir de 1997¹⁷.

O IPH utiliza as mesmas dimensões do IDH, com a diferença de que as informações são mais delimitadas à situação de pobreza dos indivíduos: percentual de pessoas cuja expectativa de vida esperada é de até 40 anos (longevidade); percentual de adultos analfabetos (educação); aspecto relacionado a um padrão de vida considerado satisfatório, que abrange as variáveis: percentual de pessoas sem acesso a serviços de saúde e água potável e percentual de crianças subnutridas menores de 5 anos [PNUD (1997, p.18); ANAND; SEN (1997, p. 232)].

Trata-se, assim, de um índice voltado à análise da pobreza, enquanto que o IDH é um índice mais abrangente, relacionado às análises de desenvolvimento. De acordo com Anand e Sen (1997, *passim*), a diferença entre esses índices está no fato de que o IDH é formulado com base numa perspectiva conglomerada (focada na população em geral), enquanto o IPH adota a perspectiva da privação (focada nos mais pobres). Ainda segundo esses autores, estas duas perspectivas não são excludentes e sim complementares:

The conglomerative and the deprivational perspectives are not, in fact, substitutes of each other. [...] The specialized focus of the deprivation

¹⁷ No Relatório de Desenvolvimento Humano de 1996 já se apresentava o Índice de Privação de Capacitações que, no ano subsequente, recebeu alguns ajustes e se transformou no IPH. Sobre o Índice de Privação de Capacitações ver PNUD (1996, cap. 1) e Salama e Destremau (1999).

perspective is needed to supplement – not to supplant – the universalist solicitude of the conglomerative approach (ANAND; SEN; 1997, p. 228).

A princípio, o IPH foi calculado apenas para os países classificados como pobres ou em desenvolvimento. A justificativa era que a natureza da pobreza nos países ricos exigia um índice específico, que teria por foco as privações relevantes para estes países [PNUD (1997, p.18); ANAND; SEN (1997, p. 231)]. No Relatório de Desenvolvimento Humano de 1998, esse índice passou a ser chamado de IPH-1, aplicável aos países em desenvolvimento ou pobres, e foi apresentado o IPH-2, aplicável aos países industrializados (PNUD, 1998). Neste último, além das dimensões utilizadas no IPH-1 – e no IDH (longevidade, educação e padrão de vida) – foi adicionada a dimensão exclusão social¹⁸. As variáveis que compõem o IPH-2 são: percentual da população cuja expectativa de vida é inferior a 60 anos (longevidade); percentual da população com analfabetismo funcional (educação); percentual da população cuja renda pessoal disponível é inferior a 50% da renda mediana (padrão de vida); percentual de desempregados há mais de 12 meses na força de trabalho (exclusão social) (PNUD, 1998, p. 27).

Observa-se, no entanto, que tais índices se constituem em medidas agregadas de pobreza, que não permitem decomposição por indivíduo. Nos últimos anos, tem se procurado avançar na formulação de medidas multidimensionais, principalmente através do uso de métodos de análise multivariada como análise fatorial, *fuzzy sets*, análise de correspondência múltipla, dentre outros. Um dos maiores desafios é elaborar índices que permitam o uso de variáveis categóricas e não somente variáveis contínuas (quantitativas) para analisar a pobreza. Índices de pobreza multidimensional embasados em formulações axiomáticas e postulados também estão sendo construídos, como o índice P apresentado por Bourguignon e Chakravarty (2003) e o índice M elaborado por Alkire e Foster (2007). Este último trabalho também apresenta uma adaptação para a família de índices FGT, objetivando a aplicação desses índices à análise multidimensional.

Porém, diferentemente do que acontece com o estudo da pobreza sob a perspectiva unidimensional monetária, não existe ainda na abordagem das capacitações um conjunto de medidas de pobreza comumente utilizadas e consolidadas. Tal fato pode ser justificado pelo próprio conceito de pobreza baseado na idéia de desenvolvimento centrado nos seres

¹⁸ Esta dimensão não foi adicionada ao IPH-1 por não haver dados disponíveis sobre exclusão social para os países para os quais o índice é aplicável (PNUD, 1998).

humanos, cuja multidimensionalidade é difícil de ser mensurada e captada por uma medida quantitativa.

Mesmo que se reconheçam as limitações apresentadas pelos índices de pobreza baseados na abordagem das capacitações, é preciso salientar que a formulação de tais índices é de grande importância para a elaboração e planejamento de políticas que objetivem a redução das privações sofridas pelos indivíduos.

A análise das políticas públicas, segundo Sen (2000), precisa ser sensível às relações diversas entre liberdades e disposições sociais, que se influenciam mutuamente. Tais políticas devem ter como objetivo a expansão das liberdades substantivas, consideradas, ao mesmo tempo, o fim e o meio necessários ao desenvolvimento. E as políticas sociais, especificamente, têm um papel fundamental para a realização desse objetivo. Sua extensão não deve se limitar a proporcionar um aumento na renda, mas também a reduzir as desigualdades entre os indivíduos e a privação de capacitações. Permitir o acesso à educação básica, serviços de saúde, seguridade social, são algumas formas de expandir a capacitação das pessoas e, portanto, de melhorar a sua qualidade de vida.

Assim, a adoção do conceito de pobreza como privação de capacitações, na formulação das políticas que visam à sua redução, expande o foco de análise para um conjunto de mecanismos interligados que influenciam no desenvolvimento humano dos indivíduos. A ação pública exerce um papel essencial nas iniciativas que objetivam a melhoria do bem-estar social, em especial naquelas de prevenção da fome e desnutrição que atingem determinados grupos populacionais¹⁹.

Dessa forma, percebe-se que a abordagem das capacitações se diferencia das outras abordagens de estudo da pobreza ao enfatizar no pensamento científico sobre o tema questões como liberdade e igualdade. Nas palavras de Laderchi, Saith e Stewart (2003, p. 19): “*the CA approach [Capability Approach] represents a major contribution to poverty analysis because it provides a coherent framework for defining poverty in the context of the lives people live and the freedoms they enjoy*”.

¹⁹ Ver Sen (2000), (1983a) e Drèze e Sen (1991, cap. 13).

1.3.4 As relações existentes entre a abordagem das necessidades básicas e a abordagem das capacitações

A contiguidade entre a abordagem das capacitações e a abordagem das necessidades básicas é defendida por alguns autores. De acordo com Stewart (2006, p. 18), ambas as abordagens possuem objetivo similar e nos trabalhos empíricos utilizam de critérios de avaliação pouco distintos. Para Alkire (2005, p. 167), a abordagem das capacitações é a ampliação para uma estrutura filosófica coerente de considerações sobre a abordagem das necessidades básicas:

[m]y assesment is that the capability approach is a wider, philosophically more rigorous way of conceiving the role of poverty reduction in relation to the full life, but that this does not mean that, when it addresses the operational tasks, it will recommend procedures which differ significantly from best-practice BNA [abordagem das necessidades básicas].

Do mesmo modo que na abordagem das capacitações, a ação pública também é salientada na abordagem das necessidades básicas. A satisfação de tais necessidades requer o reconhecimento da importância da participação pública para a redução da pobreza e promoção da melhoria de vida das pessoas. As políticas públicas dos Estados devem ser planejadas e implementadas visando beneficiar os pobres. Entende-se que a ênfase no econômico resulta numa distorção nas propostas das políticas, que devem objetivar o desenvolvimento de todos os seres humanos e seus potenciais (STREETEN; BURKI, 1978).

É no nível prático que se encontram as maiores similaridades entre essas abordagens. Como os trabalhos aplicados da abordagem das capacitações terminam por mensurar mais *functionings* do que propriamente capacitações, esses trabalhos, pelo menos indiretamente, também mensuram o atendimento das necessidades básicas. Na verdade, se *functionings* podem ser entendidas como necessidades (ALKIRE, 2005, p.163) ou não (DUCLOS, 2002, p.3) depende muito do conceito de necessidades básicas que é adotado. Se esse conceito engloba as necessidades materiais e sociais dos indivíduos, conforme sugerem autores importantes da abordagem das necessidades básicas – Paul Streeten, Frances Stewart, Ian Gough, Len Doyal, David Wiggins, entre outros – pode-se afirmar que existe uma proximidade entre os dois conceitos.

Porém, não se deve concluir que não existe distinção entre as duas abordagens, argumento que é inclusive destacado por Sen ao apontar as limitações da abordagem das necessidades. Segundo Alkire (2005, p. 166), as principais críticas de Sen à abordagem das necessidades são: definição de necessidades básicas em termos de *commodities*; requerimentos individuais de bens não são independentes, em função da interdependência social; aplicação direcionada principalmente aos países pobres; passividade do conceito de necessidade; negligência a fundamentos filosóficos. Essas críticas, no entanto, não são condizentes com as definições e argumentos apresentados por autores importantes da abordagem das necessidades, sendo mais adequadas às interpretações relativistas do conceito de necessidades básicas que se distanciam do objetivo proposto por esta abordagem²⁰.

Entre os pontos que distinguem essas abordagens há, em primeiro lugar, a diferença no foco de análise: a abordagem das necessidades básicas foca nas realizações do indivíduo (resultados) enquanto que na abordagem seniana o foco é na capacitação (liberdade de converter capacidades e habilidades) do indivíduo (STEWART, 1989, p.354). Esta é uma importante distinção porque, de acordo com Stewart (1995, p. 92), a abordagem das capacitações

[...] gives individual choice a prime position, in the sense that it builds the requirement that people are able to choose among capabilities into the objective. In contrast, in the BN-approach, choice is not normally regarded as a decent-life characteristics. [...] In the BN-approach the functioning failure would ring immediate alarm bells and a search for a cause and cure; but a functioning failure in the C-approach apparently accompanied by a C-fulfillment may be attributed to choices and accepted as such.

Em segundo lugar, a abordagem das capacitações possui uma fundamentação filosófica mais coerente e estruturada [STEWART (2006, p. 18); CLARK (2006, p. 33); LADERCHI; SAITH; STEWART (2003, p. 19)], sendo que os seus princípios se aplicam a todos os indivíduos – ricos e pobres; moradores de países industrializados, pobres ou emergentes. Terceiro, há um reconhecimento explícito na abordagem seniana de que alguns indivíduos (ou grupos) possuem necessidades especiais que podem requerer volume maior de recursos materiais para alcançar um conjunto de capacitações (STEWART, 2006, p. 18).

Percebe-se que a abordagem das capacitações apresenta uma estrutura teórica mais organizada e é mais abrangente do que a abordagem das necessidades básicas. Conforme destacado por Alkire (2005, p. 170, grifos da autora, tradução nossa), “[...] a mais importante

²⁰ Para maiores considerações sobre as críticas de Sen à abordagem das necessidades básicas, ver Alkire (2005, p. 166-170) e Stewart (2006, p. 16).

função da abordagem das capacitações é tornar *explícitas* algumas suposições *implícitas* na abordagem das necessidades básicas sobre o valor da escolha e da participação (e o desvalor da coerção)”²¹. Ainda que a abordagem das capacitações tenha inovado no estudo da pobreza ao tratar de liberdade e oportunidades, a abordagem das necessidades antecipou-se a ela ao chamar a atenção para as limitações da renda (consumo) como medida de bem-estar e ao propor uma definição multidimensional de pobreza.

Diante de tudo o que foi exposto no decorrer deste capítulo, é possível constatar a existência de uma trajetória evolutiva no pensamento científico da pobreza, partindo de uma conceituação mais limitada (unidimensional) em direção a uma conceituação multidimensional e, portanto, mais ampliada. Mas não é apenas isso. A evolução também está no reconhecimento de que todos os seres humanos têm direito a uma vida plena, ou seja, de ter a liberdade de levar a vida que se valoriza. É verdade que entre o pensamento teórico e a aplicação prática ainda há uma distância a ser percorrida, principalmente porque as dificuldades operacionais são consideráveis. Contudo, tais dificuldades não devem inibir as tentativas de reduzir essa distância, como a que se pretende fazer neste trabalho.

²¹ No original: “[...] *the single most important function of the capability approach is to make explicit some implicit assumptions in the basic needs approach about the value of choice and participation (and the disvalue of coercion)*”.

CAPÍTULO 2

REFLEXÕES SOBRE O ESTUDO DA POBREZA NO BRASIL E NA BAHIA

O estudo da pobreza no Brasil e na Bahia é o tema a ser discutido neste capítulo. O objetivo principal é destacar o predomínio da abordagem unidimensional monetária nas análises sobre o tema, o que pode ser constatado tanto em relação à pobreza no Brasil como à pobreza na Bahia.

O capítulo está dividido em duas grandes seções. A seção 2.1 aborda as principais características do estudo da pobreza no Brasil. A primazia da abordagem monetária nesse estudo é ressaltada na subseção 2.1.1. Essa primazia, no entanto, começa a ser questionada. Para melhor exemplificar isso, são apresentados na subseção 2.1.2 alguns estudos sobre a pobreza no Brasil baseados em abordagens multidimensionais.

A seção 2.2 trata do estudo sobre a pobreza na Bahia, salientando a forte concentração desses estudos na Região Metropolitana de Salvador e nos municípios de maior porte, além da quase total predominância da renda como critério de identificação dos pobres. As particularidades do ambiente econômico e social baiano, ambos marcados pela concentração e pela desigualdade, são expostas nas subseções 2.2.1 e 2.2.2, respectivamente. Tais exposições objetivam fornecer subsídios à melhor compreensão da incidência da pobreza nesse estado.

2.1 O estudo da pobreza no Brasil

A pobreza tem sido, há algum tempo, um assunto bastante discutido no Brasil. Ainda no século XIX, alguns intelectuais – ainda que poucos – já chamavam a atenção para a precária situação na qual parte da população vivia. No auge do escravismo e até a promulgação da lei que o proibiria, essa atenção estava voltada principalmente para as condições sub-humanas a que os escravos eram obrigados a se submeterem. Com a interiorização para o Norte e Centro-Oeste, somada a ocorrência de determinados movimentos sociais no Nordeste, o interesse se direcionou também para a realidade de outras parcelas da população. No entanto, esse interesse era muito incipiente e não se conseguiu dar ao debate a devida importância dentro da sociedade da época.

Identificar quando se deu o início do estudo da pobreza no Brasil não é fácil. Mas, um ponto de partida de maior destaque pode ser o trabalho seminal do pernambucano Josué de Castro, intitulado “Geografia da Fome – o dilema brasileiro: pão ou aço”, publicado pela primeira vez em 1946. Ao enfatizar as principais carências alimentares dos habitantes das cinco regiões do país, ele expôs a situação precária à qual boa parte desses habitantes estava submetida e levantou questionamentos sobre as políticas que estavam sendo executadas visando atender às necessidades dessas populações.

Nesse mesmo período (pós Segunda Guerra), ganhou força a idéia de que o crescimento econômico seria a forma de se erradicar a pobreza no mundo. Nos países pobres ou em desenvolvimento era necessário promover a industrialização, criar mercados internos, expandir a renda, aumentar os investimentos em infraestrutura e a capacidade produtiva, fortalecer o mercado de trabalho assalariado, permitir o funcionamento das forças de mercado. Ou seja, superar o atraso econômico que caracterizava esses países e que, conseqüentemente, levaria a superação da pobreza.

Tal idéia se propagou intensamente no Brasil, onde encontrou número significativo de adeptos e defensores. Uma justificativa para a ocorrência desse fato pode estar no argumento de que modernidade e mudança são aspectos que sempre estiveram associados ao conceito de desenvolvimento no Brasil (THEODORO, 2004; DELGADO; THEODORO, 2005). A “perspectiva modernizante-desenvolvimentista” da segunda metade do século XX teve “como base a idéia da mudança, de transição em direção a uma nova situação, na qual o perfil social e econômico do país assumiria o tão perseguido patamar de modernidade” (THEODORO, 2004, p. 16). A busca pelo desenvolvimento revelava a existência de uma realidade contrária, entendida como subdesenvolvimento. Este se caracterizava principalmente pelo dualismo: convivência de um segmento não-moderno com um setor-moderno.

As recomendações anteriormente mencionadas deveriam ser adotadas pelo Brasil. E assim se fez. O objetivo das políticas precisava ser a modernização da economia, que levaria ao fim da defasagem tecnológica e produtiva em relação aos países centrais. O crescimento econômico seria o indicador e a industrialização o seu elemento dinâmico.

Salienta-se, porém, que, ainda sob a influência dessa idéia, havia os que acreditavam que o processo de desenvolvimento não ocorreria de modo tão simples em uma sociedade com características tão particulares como a brasileira. Mais ainda, esse processo não seria resultado de um mero receituário de medidas a serem realizadas de maneira homogênea pelos diversos países, sendo importante considerar o papel desempenhado pelos países

subdesenvolvidos na divisão internacional do trabalho. O pensamento da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) entre as décadas de 1950 e 1980 é um exemplo dos que compartilhavam desse argumento.

Durante as duas décadas seguintes a 1960, o Brasil apresentou elevado crescimento econômico, com taxas de variação real média de 6,5% entre 1960-1970 e 8,7% entre 1971-1980²². O PIB (Produto Interno Bruto) *per capita* aumentou de US\$ 2,730 em 1960 para US\$ 6,710 em 1980²³, mesmo com a população total passando de aproximadamente 70 milhões para 119 milhões de pessoas²⁴. Houve aumento no percentual de pessoas residentes nas áreas urbanas – de 45% da população total em 1960 para 67,6% em 1980²⁵ – acompanhada de forte migração entre regiões e intrarregional. O setor industrial ampliou a sua participação no PIB e a taxa de investimento (formação bruta de capital fixo/PIB) também cresceu nesse período.

A princípio, esse cenário de efervescência econômica levou à afirmação de que o Brasil caminhava para a superação, ou no mínimo para uma redução significativa, da pobreza em seu território. Mas, isso não ocorreu. Logo se percebeu que o modelo de crescimento econômico estava ocasionando um aumento da desigualdade social e, até certo ponto, um empobrecimento da população que permanecia à margem desse progresso.

Os questionamentos sobre a distribuição dos benefícios eram respondidos com base na afirmação de que “o destino dos pobres não deveria ser uma preocupação nos estágios iniciais do desenvolvimento” (STREETEN, 1981, p.9, tradução nossa), ou seja, de que era preciso crescer o bolo para depois reparti-lo. Segundo Langoni (1973, p. 190), uma vez que o processo de desenvolvimento poderia ser caracterizado pela transformação de setores tradicionais em setores modernos haveria uma

[...] explicação lógica para encontrarmos, na fase de transição (isto é, de crescimento acelerado), uma correlação positiva entre taxa de crescimento e desigualdade. Ao mesmo tempo, à medida que a taxa de crescimento assume valor mais estável com a economia já operando num nível de renda per capita mais elevada, as mesmas forças que atuaram para provocar o aumento da desigualdade, irão contribuir para a sua redução.

Entretanto, não foi esse o resultado. As distorções econômicas e sociais geradas foram de tal magnitude que não tardaram a aparecer trabalhos que tratavam da elevada concentração de renda no país, buscando possíveis explicações para aqueles resultados negativos oriundos

²² IPEA, 2009.

²³ Ibidem. Taxa de câmbio real/dólar comercial (venda) média de 2007.

²⁴ IBGE, 2007c.

²⁵ Ibidem.

do processo de crescimento econômico. A concentração de renda não era um tema novo para o debate econômico, mas o seu acirramento a transformou em um assunto muito discutido, mencionado em quase todos os principais textos da época (1960 a 1980) sobre a economia brasileira.

No que se refere ao estudo da pobreza, essa discussão o direcionou para o enfoque da pobreza monetária: pobres são os indivíduos que não dispõem de determinado patamar mínimo de renda. As contestações referentes ao processo de crescimento, em sua maioria, tinham como elemento fulcral a renda apropriada pelas diferentes parcelas da população, trazendo implícita a idéia de que o objetivo do desenvolvimento seria a elevação da renda das populações menos favorecidas, que eram historicamente ligadas ao setor não-moderno da economia. A partir daí, elas poderiam transitar para o setor moderno, que deveria apresentar crescimento duradouro e pujante capaz de absorver essa migração intersetorial.

Convém ressaltar que, a partir do final dos anos 1970, intensifica-se o debate sobre as políticas sociais e direitos civis entre importantes segmentos organizados da sociedade civil, com a participação de estudiosos de diferentes áreas do conhecimento e correntes do pensamento social. Esses estudos visavam, principalmente, a implantação efetiva de um Estado de Bem-estar no Brasil capaz de promover melhorias significativas na vida dos cidadãos, garantindo a satisfação das suas necessidades básicas. Os resultados obtidos através desse debate repercutiram fortemente na formulação da Constituição Federal de 1988 e foram responsáveis por importantes avanços na área social.

As duas últimas décadas do século XX repercutiram a fragilidade das bases de sustentação do processo de crescimento econômico brasileiro e das suas limitações como condição suficiente para superação da pobreza. Tal fato não surpreende, pois apesar de todas as transformações econômicas, sociais e políticas vivenciadas durante esse processo, não houve mudança nas relações sociais estruturantes. Nas palavras de Furtado (2004, p. 485): “a experiência nos ensinou amplamente que, se não se atacam de frente os problemas fundamentais, o esforço de acumulação tende a reproduzir, agravado, o mau-desenvolvimento”.

Ou seja, apesar da importante contribuição que o crescimento econômico pode dar para o desenvolvimento de uma sociedade, é necessário que tal crescimento seja acompanhado de outras ações políticas que tenham por objetivo evitar o agravamento das desigualdades sociais e econômicas e promover a melhoria das condições de vida da população como um todo. Essas ações políticas não devem ser apenas conjunturais, mas sim

de caráter estrutural, direcionando o processo de crescimento para o desenvolvimento humano.

Os “problemas fundamentais” podem se referir a uma variedade de aspectos, dependendo da análise que se realiza e da corrente de pensamento na qual esta análise se alicerça. No caso do Brasil, a estrutura agrária e a formação e organização do mercado de trabalho aparecem como elementos históricos importantes para a compreensão da pobreza e das desigualdades sociais.

No que diz respeito à estrutura agrária, esta é fortemente concentrada na grande propriedade, impedindo o acesso a terra por parcela considerável da população e, conseqüentemente, provocando o acirramento da desigualdade patrimonial. Essa característica da sociedade brasileira contribui intensamente para a elevação e persistência da pobreza no Brasil. Historicamente, a promulgação da Lei de Terras em 1850 garantiu a manutenção dos latifúndios e impediu o fortalecimento do regime de agricultura familiar e, portanto, trouxe efeitos negativos para os indivíduos albergados no setor de subsistência. Este setor

compreende o conjunto de atividades econômicas e relações de trabalho que propiciam meios de subsistência e/ou ocupação para uma parte expressiva da população, mas que não são reguladas pelo contrato monetário de trabalho assalariado, nem visam primordialmente à produção de mercadorias ou de serviços mercantis com fins lucrativos (DELGADO, 2005, p.38).

No mesmo período em que se instituiu a Lei de Terras, outro fato histórico importante ocorreu: o fim do tráfico de escravos. Como consequência, houve uma preocupação com a possibilidade de escassez da mão-de-obra para atender as necessidades da cafeicultura, principal atividade econômica da época, diante da diminuição na oferta de escravos. Tal preocupação parece, no mínimo, irrealista, haja vista a grande oferta de mão-de-obra que estava disponível no setor de subsistência (THEODORO, 2005; DELGADO, 2005). No entanto, quando da abolição da escravatura em 1888, já se tinha feito a opção pela imigração européia e asiática como fonte de mão-de-obra para as grandes lavouras. Nesse momento, de acordo com Theodoro (2005, p. 94-95),

[...] uma parcela crescente da população liberada, até então escrava, vai se juntar ao contingente de homens livres e libertos, a maioria dos quais dedicada à economia de subsistência, fosse a alguns ramos assalariados – especialmente nos pequenos serviços urbanos. O nascimento do mercado de trabalho ou, em outros termos, a ascensão do trabalho livre como base da economia, foi acompanhado pela entrada crescente de uma população trabalhadora no setor de subsistência e em atividades mal remuneradas.

A ocorrência desses fatores contribuiu para a formação de um mercado de trabalho marcado pela precariedade de suas relações internas. O uso intensivo da mão-de-obra estrangeira aumentou o contingente de pessoas à margem das oportunidades de trabalho existentes à época (final do século XIX e início do século XX) que se concentravam nas áreas agrícolas e nos empregos gerados pela industrialização incipiente nas grandes cidades e no processo de urbanização. Esse excesso de mão-de-obra permitiu que fossem estabelecidas relações precárias de trabalho, a favor dos empregadores e proprietários de terra.

A restrição ao acesso a terra, resultante da Lei de Terras que garantiu a propriedade aos latifundiários, também contribuiu para essa precarização, na medida em que a maioria dos escravos libertos e da população pobre que já era livre possuía algum tipo de “experiência” no setor agrícola.

Desse modo, a formação do mercado de trabalho brasileiro se deu de forma excludente e com relações de trabalho díspares do que poderia ser considerado benéfico ao trabalhador. No decorrer do século XX, essas relações excludentes e precárias permaneceram, com a expansão do mercado informal, da discriminação justificada pela baixa qualidade da mão-de-obra e pela ausência de alterações na estrutura fundiária capazes de diminuir a concentração de terras por parte de poucos.

Estrutura agrária e mercado de trabalho são, portanto, elementos que não devem ser desconsiderados em análises sobre a pobreza no Brasil. De acordo com Delgado (2003, p. 118), “a herança histórica do ‘mercado de trabalho’ e do ‘mercado de terras’ combinada com um modelo de modernização e industrialização no pós-guerra, sem mudança das relações sociais estruturantes, são, [...] os grandes eixos reprodutores da pobreza em nosso país”. Tais elementos também são destacados por Oliveira e Henrique (1990) ao sugerirem um roteiro de estudo para a questão da pobreza brasileira. A esses, os autores adicionam a natureza das políticas sociais como terceiro elemento, afirmando que “a face de bem-estar do Estado brasileiro é distorcida e ineficaz” (ibidem, p. 10).

Entretanto, não foi baseado nessa perspectiva que se desenvolveu o estudo da pobreza no Brasil a partir da segunda metade do século XX. Num primeiro momento, ele foi fortemente influenciado pela visão de crescimento econômico como condição suficiente para o desenvolvimento e superação da pobreza (anos 1960-1990); num momento seguinte, a principal influência passa a ser a ideologia neoliberal (anos 1990 até os dias atuais). Como característica comum a esses momentos, percebe-se a ênfase no enfoque unidimensional e monetário de análise da pobreza, principalmente nos trabalhos empíricos e aplicados.

Se, no contexto internacional, as últimas décadas do século XX foram marcadas pela formulação de abordagens multidimensionais da pobreza, que promoveram a intensificação do debate sobre o objetivo principal a ser alcançado pelo desenvolvimento e a defesa do deslocamento do foco de análise da renda *per capita* para o desenvolvimento humano, no Brasil essas “inovações” teóricas não são incluídas nos estudos sobre a pobreza. Pelo menos não na maioria deles. Distribuição de renda, desigualdade social e de renda, e pobreza costumam ser tratadas como conceitos sinônimos ou equivalentes, não se percebendo que a pobreza envolve muito mais aspectos do que somente a renda.

2.1.1 A hegemonia da abordagem monetária nos estudos da pobreza no Brasil

Na subseção 1.3.1 do capítulo 1 deste trabalho, ressaltamos a predominância da abordagem unidimensional monetária no pensamento científico sobre a pobreza. No caso brasileiro, essa predominância parece ser ainda mais forte, sendo essa abordagem pouco questionada. Estudos sobre a pobreza se baseiam frequentemente na exclusividade do critério renda – ou no consumo – para a identificação dos pobres. E este tem sido também o critério adotado pelas políticas públicas que tem por objetivo a redução da pobreza.

Ao se referir à discussão sobre desigualdade e pobreza no Brasil, Guimarães (2003, p. 89) afirma que:

[...] urge deslocar o debate para além das costumeiras análises que limitam a problemática e o foco da discussão à desigualdade de renda (mais especificamente aos diferenciais de rendimento existentes no mercado de trabalho). Essa limitação analítica (não casual) contribui para a dissimulação das raízes estruturais da pobreza e é tão reiterada que passa a nem mais chocar, limitar ou surpreender.

A abordagem monetária de análise da pobreza tem como premissas os fundamentos microeconômicos da Teoria Clássica de Bem-Estar, também conhecida como Abordagem Welfarista²⁶. As formulações multidimensionais de estudo da pobreza que contestam o enfoque exclusivista monetário direcionam suas críticas à validade desses fundamentos.

²⁶ Ver subseção 1.3.1 do capítulo 1 deste trabalho.

No que diz respeito ao estudo da pobreza, o interessante é que, no Brasil, as críticas direcionadas à Teoria Econômica convencional não conseguiram se libertar das premissas clássicas para a interpretação da pobreza, defendendo constantemente o crescimento econômico como condição suficiente para o desenvolvimento. Os indivíduos ainda são tratados como consumidores, maximizadores de utilidade ou preferências, que são reveladas pela sua capacidade de consumo, ou seja, pela renda monetária de que dispõe. Isso tem efeito danoso nas políticas públicas, em especial nas políticas de combate à pobreza. A renda é um importante meio de se evitar ou migrar da pobreza, mas ela não pode ser vista como o principal fim da política social, e consequentemente, do desenvolvimento (SEN, 2000).

Convém esclarecer que o papel do crescimento econômico na redução da pobreza deve ser reconhecido e que este é uma condição necessária para alcançar tal objetivo. O que se contesta é o argumento de que a sua ocorrência por si só ocasionaria a superação da pobreza. Tal argumento pode resultar em diversas interpretações, até certo ponto extremistas: a minimização da função das políticas sociais, que devem agir apenas de maneira focalizada; o direcionamento da ação pública para medidas pró-mercado; a submissão total do gasto social público e da sua expansão à taxa de crescimento da economia.

A primazia do enfoque monetário nos estudos sobre a pobreza no Brasil é claramente revelada em diversos trabalhos recentes sobre o tema: Barros, Henriques e Mendonça (2000); Barros, Corseuil e Leite (2000); Hoffmann (2000); Rocha (2000a, 2000b, 2003); Neri (2000); FGV (2001); PNUD, IPEA e FJP (2003); Silva, Belik e Takagi (2001). Em geral, esses trabalhos compartilham a visão de que o principal determinante para a pobreza no Brasil é a elevada desigualdade de renda. Para Bagolin e Ávila (2006, p. 2):

[...] even the Brazilian studies that conceptually accept and understand poverty as a multidimensional phenomenon end up evaluating only the income perspective. The lack of a multidimensional assessment is clear and it can be one of the reasons explaining the low efficacy of the Brazilian strategies adopted to reduce poverty.

A importância fundamental que a definição da linha de pobreza possui na análise de pobreza monetária parece não ser totalmente apreendida nas análises da pobreza no Brasil. Estabelecer, por exemplo, como critério de identificação do pobre uma linha de indigência de US\$ 1/dia ou uma linha de pobreza de US\$ 2/dia (PPC) é, no mínimo, irrealista e simplista. Mas é um critério comumente utilizado nos estudos sobre a pobreza no Brasil, inclusive por

aqueles que criticam as ações do Banco Mundial²⁷, mesmo com os crescentes questionamentos direcionados ao uso desse critério (ROCHA, 2003; DELGADO, 2003; POGGE, 2008a; REDDY, 2008a).

É comum também definir a linha de pobreza com base no valor do salário mínimo [(HOFFMANN, 2000); (BARROS; CORSEUIL; LEITE, 2000); (PNUD; IPEA; FJP, 2003); (HOFFMANN; KAGEYAMA; 2006); (OSÓRIO; MEDEIROS; 2003)]. De acordo com Rocha (2003, p. 45), “[...] a popularidade do salário mínimo como linha de pobreza esteve em boa parte associada à dificuldade de acesso e uso de microdados das pesquisas domiciliares”. Além disso, a utilização do salário mínimo como valor de referência para a definição de linhas de pobreza se deve também ao fato de que se trata de um valor instituído oficialmente. A dúvida que surge quando nos atentamos para esse critério é o fato de ser o percentual do salário, que por definição já é mínimo, uma boa maneira de identificação dos pobres. Soma-se a isso a desconsideração com as diferenças regionais tão presentes no território brasileiro.

Construções mais elaboradas de linha de pobreza podem ser encontradas, baseadas em padrões de consumo e convertidas em valores monetários. Entre estas, destaque deve ser dado aos trabalhos de Sônia Rocha (2000a; 2000b; 2003; 2006) e as suas engenhosas e criativas tentativas de incorporar as particularidades regionais de consumo no cálculo da linha de pobreza, bem como as diferenças existentes entre as áreas urbana, rural e metropolitana.

As linhas de pobreza definidas por esses métodos são associadas ao enfoque absoluto de análise da pobreza. Recentemente, elas estão sendo empregadas para defender a política social focalizada, em detrimento das políticas universalistas, principalmente no que se refere à satisfação de necessidades primárias de sobrevivência, como a alimentação²⁸. Embora esta provavelmente não tenha sido a motivação inicial para a formulação de tais linhas, o fato é que a abordagem absoluta da pobreza no Brasil é alvo frequente de críticas (POCHMANN, 2007; GUIMARÃES, 2003). Na verdade, percebe-se que as críticas se aplicam muito mais à abordagem monetária do que ao enfoque absoluto em geral.

Como alternativa, é possível também definir linhas de pobreza relativa. Esta linha identifica como pobres aqueles cuja renda *per capita* (familiar ou domiciliar) é inferior à renda *per capita* mediana (familiar ou domiciliar). Para Pochmann (2007), esse é o critério

²⁷ Por exemplo, Antunes et al. (2007) endereçam algumas críticas à abordagem liberal conservadora adotada por alguns organismos internacionais, como o Banco Mundial, ressaltando os efeitos negativos que essa abordagem provoca na análise da pobreza. No entanto, ao mencionar dados sobre a pobreza no mundo, utiliza como critério de identificação a linha de pobreza do Banco Mundial.

²⁸ Os artigos organizados por Albuquerque e Velloso (2004) são exemplos do emprego das linhas de pobreza absoluta na defesa de políticas sociais focalizadas nos mais pobres – identificados pelo critério monetário.

que deveria ser adotado amplamente no Brasil, pois ele permite que se considere a questão distributiva, não incorporada nas linhas de pobreza absoluta.

Cada um desses métodos empregados na determinação da linha de pobreza produz resultados distintos de quantificação dos pobres, ainda que eles se baseiem no mesmo critério de identificação da pobreza – o monetário. Com isso, o debate sobre a linha de pobreza é rotineiramente limitado à escolha de qual desses métodos deve ser empregado, passando incólume a fundamentação teórica na qual eles se sustentam.

Para exemplificar a importância da escolha da linha de pobreza, comparemos os resultados de duas pesquisas recentes sobre o cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM's), ambas supervisionadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil. De acordo com o Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM's (BRASIL, 2007), a meta de reduzir à metade o percentual da população em pobreza extrema até 2015, já havia sido alcançada pelo Brasil em 2005:

enquanto, em 1990, 8,8% dos brasileiros viviam na pobreza extrema, em 2005 o percentual caiu para 4,2%, o que representa um resultado superior ao estabelecido pela ONU. Em termos absolutos, 4,7 milhões de pessoas deixaram a condição de extrema pobreza entre 1990 e 2005, embora cerca de 7,5 milhões ainda tenham renda domiciliar *per capita* inferior a **1 dólar PPC por dia** (BRASIL, 2007, p. 26, grifos nossos).

Já os estudos realizados pela Rede de Laboratórios Acadêmicos para o Acompanhamento dos ODM's (PNUD, 2007) utilizam como linha de pobreza a metade do valor do salário mínimo e como linha de pobreza extrema um quarto do valor do salário mínimo. Sob tais critérios, o Brasil ainda não teria alcançado a meta estipulada para o primeiro ODM, já que o percentual da população em situação de pobreza extrema era de 19,98% em 1990 e 11,11% em 2005.

Observa-se, portanto, que a linha de pobreza adotada influencia no direcionamento da ação pública voltada à redução da pobreza. Não se trata somente de diferenciais na quantificação dos pobres, mas também da definição de qual orientação será dada às políticas públicas. A escolha por determinada linha reflete, muitas vezes, interesses políticos e opções conceituais que nem sempre estão preocupadas com as condições de vida dos que estão na pobreza.

Uma vantagem que a abordagem unidimensional monetária possui é a sua facilidade operacional. Essa é uma justificativa fortemente empregada nos estudos da pobreza baseados

na renda ou consumo. A existência na literatura internacional de um conjunto consolidado de medidas da pobreza fundamentadas nessa abordagem é outro fator contributivo para o seu largo emprego. Esses fatores trouxeram, sem dúvida, avanços significativos para a trajetória evolutiva do pensamento científico sobre a pobreza. Por outro lado, a preocupação excessiva pela mensuração quantitativa promoveu certo reducionismo na discussão acerca da questão da pobreza no Brasil, dando a impressão de que a medida operacional (ou indicador) passou a ocupar o lugar do conceito nas análises sobre o tema. Para Guimarães (2003, p. 104), esta

[...] é uma das faces mais nefastas do debate acerca da questão da pobreza no Brasil. A medição espúria domina o centro da questão e a discussão passa a ser limitada por um inaceitável reducionismo – se o país possui “x” ou “y” milhões de pobre e/ou indigentes e, se, de um ano para o outro [...] aumentou ou diminuiu o “estoque de pobres”.

Comim e Bagolin (2002, p. 469), ao enfatizarem o predomínio da abordagem monetária nas análises sobre a pobreza, expõem algumas razões usualmente apontadas para a preferência pelo uso de medidas monetárias no estudo da pobreza:

[...] a) grau de correlação entre a insuficiência de renda e as demais privações associadas ao “ser pobre”; b) indisponibilidade de outras estatísticas sociais; c) dificuldade de ponderação e agregação de diferentes dimensões sociais; e d) necessidade de medidas homogêneas que possibilitem a comparabilidade entre distintas regiões ou localidades.

Medidas de desigualdade de renda e medidas de pobreza são com frequência vistas como similares, fato que pode resultar em interpretações equivocadas dos indicadores. O coeficiente de Gini, por exemplo, é uma importante medida de desigualdade de renda que não raro é citada como indicador de pobreza. Ainda que se conceitue pobreza como insuficiência de renda, esse coeficiente não reflete a carência de renda, mas sim a distribuição da renda²⁹.

Essas interpretações são compreensíveis, uma vez que o estudo da pobreza no Brasil está quase sempre ligado à questão da desigualdade de renda. Esta desigualdade se configura em uma característica da sociedade brasileira e, sem dúvida, é um aspecto que merece atenção, além de ser imprescindível o enfrentamento das suas causas estruturais. No entanto,

²⁹ Quatro situações gerais são possíveis: 1) uma sociedade (região) pode se caracterizar como de renda baixa e apresentar um baixo valor do coeficiente de Gini, ou seja, baixa desigualdade na distribuição dessa renda; 2) ou ter renda elevada e distribuída de forma mais igualitária, sendo o valor do coeficiente de Gini baixo; 3) ou ter baixa renda e alta desigualdade na distribuição, apresentando um valor elevado para o coeficiente de Gini; 4) ou ainda apresentar renda elevada e distribuição desigual, com alto coeficiente de Gini. Ou seja, nem sempre podemos associar elevado coeficiente de Gini com pobreza.

não devemos reduzir a análise da pobreza e das desigualdades sociais à análise da desigualdade de renda.

Ao abordar o estudo da pobreza no Brasil, Bagolin e Ávila (2006, p. 2) ressaltam que:

the diversity and complexity involved in poverty analysis, is not only frequently left aside, but is also not properly understood. Very often, poverty in Brazil is seen as a derived problem from the chronic income inequality. Others times poverty issues are associated, or even reduced to the famine problem. Both, inequality and famine are important dimensions to be taken into consideration, they are, however, not sufficient to explain the complexities involved in such issue.

As duas dimensões de análise a que esses autores se referem – a desigualdade de renda e a fome – podem ser associadas, respectivamente, aos enfoques da pobreza relativa e da pobreza absoluta dentro da abordagem monetária. A centralidade dos estudos nessas dimensões impõe certo distanciamento do pensamento científico da pobreza no Brasil em relação à evolução apresentada pelo estudo da pobreza no mundo. Esta evolução está associada ao direcionamento para análise multidimensional, reconhecendo-se que a pobreza é um fenômeno complexo que deve ser estudado considerando as várias dimensões que o compõe e que contribuem para a sua manutenção e/ou aguçamento.

Assim, vários são os aspectos que permitem afirmar o predomínio da abordagem monetária unidimensional nos estudos sobre a pobreza no Brasil. Torna-se necessário concentrar esforços na elaboração e aplicação de trabalhos e métodos multidimensionais de análise da pobreza em nosso país que estejam alinhados com a perspectiva do desenvolvimento humano. Felizmente, tentativas já começaram a ser feitas e algumas delas serão expostas na próxima seção.

2.1.2 Estudos multidimensionais de pobreza no Brasil

De forma destoante ao que tem caracterizado o estudo da pobreza no Brasil, alguns trabalhos adotam o enfoque multidimensional, sinalizando a possibilidade de um novo redirecionamento nas análises de pobreza. Além disso, reforçam a necessidade de intervenção pública através de políticas sociais integradas e da garantia de satisfação das necessidades humanas básicas, vistas como condição para a superação da situação de pobreza. Cabe

destacar que a opção por esse enfoque não significa o abandono da renda como uma dimensão da pobreza, embora alguns trabalhos não incluam essa variável. Conforme enfatizado por Sen (2000), a renda é uma importante dimensão da pobreza, mas não pode ser considerada a única.

Hoffmann e Kageyama (2006) desenvolvem uma análise sobre a pobreza no Brasil partindo da perspectiva multidimensional. O argumento é de que a pobreza teria uma dupla natureza, estando associada, de um lado, ao subdesenvolvimento regional e local e, por outro, às características demográficas e limitações do capital humano e financeiro das famílias. A superação desses aspectos não é obtida pelo mesmo tipo de medidas. No primeiro caso, ela depende do investimento público e privado em infra-estrutura; no segundo, exige melhorias na educação e no acesso ao mercado de trabalho (HOFFMANN; KAGEYAMA, 2006, p. 84).

Para mensurar a pobreza, esses autores combinam a medida tradicional de pobreza baseada na renda com aspectos relativos ao bem-estar ou desenvolvimento social (ibidem, p. 79). Para isso, utilizam os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) referentes aos anos de 1992 a 2004, adotando como linha de pobreza meio salário mínimo *per capita*, atualizados para valores em reais de abril/maio de 2005. Classificam os pobres em três grupos: i) tipo 1: insuficiência de renda; ii) tipo 2: falta de acesso a pelo menos dois dos três equipamentos básicos (acesso à água canalizada, banheiro e luz elétrica); iii) tipo 3: insuficiência de renda combinada com a ausência de acesso aos três equipamentos básicos. A justificativa para essa classificação é a de “considerar a pobreza não apenas pela baixa renda, mas também incluindo algum indicador de privação de bens essenciais cuja disponibilidade depende em parte de gastos públicos” (ibidem, p. 83).

Os resultados apontam que a pobreza do tipo 1 representa 90% da pobreza total; que houve uma redução das pobreza mais severas (tipo 2 e 3); e que ocorreu uma piora na distribuição regional da pobreza, sendo que a região Nordeste concentrava 85% da pobreza extrema brasileira em 2004. É importante destacar que a perspectiva multidimensional só é adotada pelos autores na etapa de mensuração. A identificação dos pobres é feita baseada na linha de pobreza monetária, não representando, portanto, uma análise muito distinta das que predominam no estudo da pobreza no Brasil.

Em seu trabalho, Barros, Carvalho e Franco (2006) empregam a abordagem multidimensional para formular um índice escalar multivariado de pobreza familiar baseado nas informações da PNAD. Segundo esses autores, este índice apresenta algumas vantagens:

[...] além da possibilidade de ser calculado em nível de cada família, possui características que o tornam aditivamente agregável. Isto é, permite calcular o grau de pobreza de qualquer grupo demográfico. Dada a linearidade empregada tanto na agregação da pobreza das diversas famílias como na agregação das dimensões da pobreza, o índice proposto também permite que se obtenha o grau de pobreza de toda a população referente a cada uma das dimensões da pobreza (BARROS; CARVALHO; FRANCO; 2006, p. 16).

Seis dimensões compõem o índice: (a) vulnerabilidade, (b) acesso ao conhecimento, (c) acesso ao trabalho, (d) escassez de recursos, (e) desenvolvimento infantil e, (f) carências habitacionais. Cada uma dessas dimensões possui um número diferente de componentes e cada componente possui um número distinto de indicadores. Ao todo, são 26 componentes e 48 indicadores. Todas as dimensões possuem o mesmo peso no cálculo do índice. O mesmo tratamento simétrico é dado para os componentes e indicadores: todos os componentes que formam uma dimensão têm peso igual, bem como todos os indicadores que formam um componente. A partir do cálculo do índice, os autores investigam

[...] a) a natureza e o perfil da pobreza das famílias e grupos mais pobres; b) o grau de correlação entre as dimensões da pobreza; c) a evolução temporal e as disparidades espaciais da pobreza no país; e d) a distribuição do grau de pobreza entre as famílias (BARROS; CARVALHO; FRANCO; 2006, p. 25).

A avaliação do perfil da pobreza é feita decompondo a população em 400 grupos sociodemográficos. O grupo pobre mais típico foi identificado como aquele “formado por crianças em famílias chefiadas por mulheres negras, com baixa escolaridade, que não se encontram economicamente ocupadas e que vivem na área rural do Nordeste” (ibidem, p. 30). Ao contrário do que aponta grande parte dos trabalhos sobre pobreza multivariada, os autores afirmam que os resultados do índice multidimensional não diferem dos resultados apresentados pelo índice unidimensional da renda.

Neder (2008b) também adota a perspectiva multidimensional da pobreza em sua análise sobre pobreza rural. Com base nos dados da PNAD para os anos 1995 e 2004, o autor utiliza a Análise Fatorial de Correspondências Múltiplas para a obtenção de um indicador de pobreza multivariada. Esse indicador vai além da simples utilização da renda *per capita* domiciliar no cálculo da proporção de pobres, incluindo outras variáveis relacionadas às características domiciliares e dos indivíduos. Além disso, compara os resultados quantitativos obtidos a partir do indicador multidimensional com o índice de pobreza baseado na insuficiência de renda.

Para realizar essa comparação, três índices são estimados: 1) índice de pobreza baseado na insuficiência de renda; 2) índice de pobreza multivariado cuja linha de pobreza é a metade da mediana do índice multivariado na unidade de federação correspondente; 3) índice de pobreza multivariado cuja linha de pobreza corresponde à metade da mediana do índice multivariado em todas as áreas rurais do Brasil (NEDER, 2008b, p. 14).

Como resultados, o autor conclui que a mensuração da pobreza rural pela perspectiva da insuficiência de renda e a mensuração pelo enfoque multivariado apresentam divergências de ordenamento entre as Unidades de Federação quanto à proporção de pobres na população, principalmente para o ano de 2004. Além disso, é possível perceber as diferenças na proporção de pobres entre os Estados.

A análise da pobreza apoiada em indicadores multidimensionais começa a despertar o interesse dos estudiosos brasileiros. E algumas aplicações já estão surgindo fundamentadas na abordagem das capacitações e na abordagem das necessidades básicas. O trabalho de Lopes, Macedo e Machado (2004) é inspirado nessa primeira abordagem, no qual é formulado um índice de pobreza que mede o grau de pobreza das famílias como uma função de determinados atributos. Trata-se de uma “[...] medida do grau de exclusão social, de privação relativa e de não-dotação de algumas capacitações relativas a *i*-ésima família, privação que a impede de gozar de um nível de vida razoável no que diz respeito à sociedade em que vive” (ibidem, p. 6).

Os atributos elegidos para compor o indicador são: a) renda domiciliar *per capita*; b) infraestrutura domiciliar; c) nível de escolaridade domiciliar; d) percentual de moradores em situação precária (referente às condições de atividade e ocupação). Além de calcular o indicador composto, a metodologia empregada – baseada na Teoria de *Fuzzy Sets* – permite calcular também um indicador unidimensional para cada atributo. Os resultados obtidos para o Brasil a partir dos dados do Censo Demográfico 2000 indicam que os atributos atividade/ocupação e renda são os que mais influenciam no indicador composto. Na comparação com o indicador unidimensional de renda, os autores concluem que “[...] existem grandes alterações de cenário quando se passa do arcabouço unidimensional para o multidimensional” (LOPES; MACEDO; MACHADO; 2004, p. 19).

As abordagens das capacitações e das necessidades básicas serviram de fundamento para a análise da pobreza nos estados brasileiros realizada por Bagolin e Ávila (2006). Ao se admitir o Brasil como um país que se caracteriza por uma forte heterogeneidade regional (econômica, demográfica, social e cultural), torna-se importante considerar essa característica

nos estudos sobre a pobreza. Partindo desse argumento, um índice multidimensional baseado em indicadores de necessidades e capacitações é formulado para cada um dos estados. Quatro grupos de variáveis são escolhidos: saúde, segurança, educação e segurança alimentar. Cada grupo é composto por indicadores de recursos e de resultados. Os primeiros estão associados à abordagem das necessidades básicas, enquanto os segundos podem ser identificados como *functionings* de acordo com a abordagem das capacitações. O cálculo do indicador segue a metodologia adotada na formulação do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e do IPH (Índice de Pobreza Humana). As informações referem-se ao ano de 2003.

Os estados são classificados em três grandes grupos: 1) pobre, que inclui os estados cujo valor do índice pertence ao intervalo entre 0 e 0,49; 2) nível de pobreza moderado, formado pelos estados que possuem índice entre 0,50 e 0,79; 3) baixo nível de pobreza, que inclui os estados com índice maior ou igual a 0,8 (BAGOLIN; ÁVILA; 2006, p. 13). De maneira geral, o índice multidimensional mostra que o Brasil

[...] faces moderate levels of poverty, in so far, it can be split into two different groups of states. The South, the Southwest and two states in the North [Amapá e Roraima], and two states in the Northeast [Rio Grande do Norte e Sergipe] can be considered as being in a better condition. The majority of the Northeast states and the North region are closer to be considered severely poor (ibidem, p. 15).

Dessa forma, o trabalho reforça a existência de disparidades regionais, enfatizadas com frequência nos estudos sobre a pobreza no Brasil, independentemente da abordagem na qual estes estudos se fundamentam. Sem dúvida, a pobreza no Brasil tem um forte componente regional: sua incidência, quaisquer que sejam os indicadores utilizados é mais elevada no Norte e Nordeste, reduzindo-se em direção ao Sul.

Admitindo a pobreza como um fenômeno multidimensional e utilizando os dados disponibilizados pela PNAD 2004, incluindo o Suplemento sobre Segurança Alimentar, Buainain, Neder e Lima (2007) afirmam que a região Nordeste se mantém como o principal bolsão de pobreza do Brasil. Esses autores apontam algumas características relevantes da pobreza rural nessa região: falta de renda e alimentos; local de moradia no meio rural; distribuição espacial dos pobres entre Estados; configuração das famílias; cor e sexo da população rural e pobre; escolaridade e analfabetismo; origem das pessoas.

Com base nas linhas de pobreza estabelecidas por Rocha (2006 *apud* BUAINAIN; NEDER; LIMA; 2007), aproximadamente 47% da população rural nordestina era considerada pobre. Ao se considerar como pobre quem vive em situação de insegurança alimentar, o

percentual é ainda mais elevado (65%), sendo que entre os pobres por insuficiência de renda, 80% estava em situação de insegurança alimentar. Segundo esses autores, “[...] a ausência de fontes de rendimentos permanentes e a precariedade das ocupações são fatores relevantes para explicar a insegurança alimentar no meio rural nordestino” (BUAINAIN; NEDER; LIMA; 2007, p.99). Um indicador baseado exclusivamente na insuficiência de renda não capta esse aspecto da insegurança de renda. A consideração de tal aspecto provavelmente ajudaria na melhor compreensão da incidência da pobreza.

O indicador de pobreza multivariado apresentado no estudo confirmou o caráter multidimensional da pobreza, demonstrando que a proporção de pobres se eleva quando se considera um conjunto de dimensões básicas do que quando se leva em conta apenas a dimensão da renda (BUAINAIN; NEDER; LIMA; 2007, p. 138). Com isso, o *ranking* dos Estados com base no indicador multivariado diverge do *ranking* dos Estados baseado na ótica exclusivista da renda.

O reconhecimento de que a pobreza no Brasil se apresenta de forma heterogênea entre as regiões suscita o estudo das realidades vivenciadas pelos diferentes estados. Tais estudos não se constituem num fato novo. No entanto, predomina entre eles a mesma corrente de pensamento científico sobre a pobreza que prevalece nos estudos sobre o Brasil como um todo. Conceituar a pobreza como fenômeno multidimensional e aplicar esse conceito às análises empíricas é um esforço que deve ser realizado quando se objetiva identificar ações que: (i) possam resolver – ou, ainda, amenizar – a situação precária na qual número considerável de pessoas ainda permanecem em várias regiões do país; (ii) possam garantir aos indivíduos a proteção contra os riscos sociais.

2.2 O estudo da pobreza na Bahia

A Bahia é um estado que se destaca entre as Unidades da Federação que formam as Regiões Norte e Nordeste do Brasil, ocupando o primeiro lugar entre os estados dessas regiões no que se refere ao contingente populacional e ao número de municípios (417), bem como à participação no Produto Interno Bruto brasileiro (IBGE, 2008b).

Assim como ocorre com o estudo da pobreza no Brasil, as análises sobre a pobreza baiana também costumam privilegiar o enfoque unidimensional monetário. Análises

multidimensionais ainda são poucas, sendo o trabalho de Machado (2006) um exemplo. Alguns estudos abordam a questão da multidimensionalidade, mas de maneira tangencial, como um complemento à análise monetária. Nos últimos anos, órgãos oficiais – como a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI) – vêm desenvolvendo trabalhos importantes de mapeamento e discussão sobre a pobreza na Bahia (SEI, 2003; 2008a; 2008b), estimulando o debate sobre o tema.

Uma das razões que justificam a concentração das análises na abordagem monetária é a ausência de dados relativos às outras dimensões (educação, saúde, alimentação, moradia, participação política, etc.) que possam ser desagregados ao nível dos indivíduos. As pesquisas geralmente se concentram na região metropolitana de Salvador e nas cidades com mais de 200 mil habitantes, abrangendo apenas uma pequena parte dos 417 municípios baianos. As informações referentes aos indivíduos que vivem nas cidades menores se limitam aos dados censitários, cuja periodicidade decenal torna as informações defasadas quando se distancia do período da coleta dos dados.

Essa justificativa parece ser condizente quando a unidade de análise dos estudos é o indivíduo. Se essa unidade passa a ser o município, no entanto, já é possível acessar bancos de dados ricos em informações, embora separados por área, como os disponibilizados pelo Ministério da Educação, Ministério da Saúde e IBGE, que permitem o desenvolvimento de estudos multidimensionais sobre a pobreza por municípios. Remove-se, assim, um importante obstáculo para a realização de análises multidimensionais.

A centralização das pesquisas na região metropolitana de Salvador e nos municípios maiores exclui parte representativa dos municípios baianos. Conforme pode ser observado na Tabela 1, a Bahia é composta predominantemente por municípios pequenos, com população inferior a 50 mil habitantes. Apesar de haver uma concentração da população nas cidades da região metropolitana de Salvador e nos municípios com mais de 200 mil habitantes (Feira de Santana, Juazeiro, Ilhéus, Itabuna e Vitória da Conquista), aproximadamente 60% da população do estado vive em cidades com até 100 mil habitantes, cuja realidade é bastante distinta da verificada nos municípios maiores.

Um dado que merece ser destacado é o percentual da população vivendo em municípios com até 50 mil habitantes. Quase metade da população baiana vivia nesses municípios. Apesar de serem considerados área urbana, a grande maioria deles possui características do espaço rural (aproximadamente 68% destes municípios possuíam até 20 mil habitantes), sendo a agricultura de subsistência uma atividade fortemente presente. Esse tipo

de atividade frequentemente não é capaz de produzir um excedente monetário suficiente para garantir a satisfação de algumas necessidades mínimas de sobrevivência.

Tabela 1 – Distribuição dos municípios baianos por estimativa de número de habitantes – 2006.

Grupo de Municípios	Número de Municípios	População total do grupo	Participação (%) na população total do Estado
Região Metropolitana de Salvador	10	3.408.273	24.43
Municípios com mais de 200 mil habitantes ¹	5	1.460.163	10.47
Municípios com número de habitantes entre 100 mil e 200 mil ¹	6	794.872	5.70
Municípios com número de habitantes entre 50 mil e 100 mil ¹	24	1.559.886	11.18
Municípios com até 50 mil habitantes ¹	372	6.726.952	48.22
Bahia	417	13.950.146	100

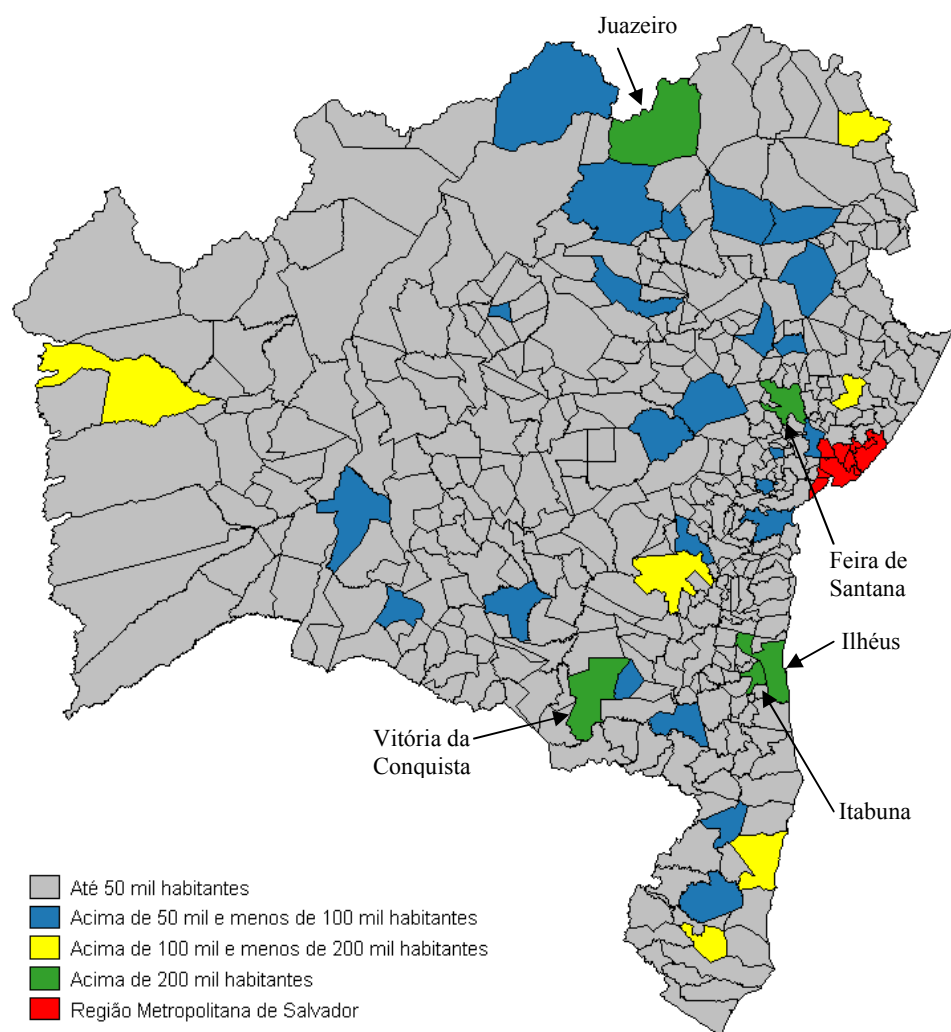
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (2009)

(1) Exclui os municípios pertencentes à Região Metropolitana de Salvador: Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho, Vera Cruz..

No Mapa 1 é possível visualizar a distribuição espacial dos grupos de municípios dentro do Estado, de acordo com o total de habitantes. Nota-se que as áreas correspondentes aos grupos de municípios nos quais se concentram grande parte das análises sobre a pobreza no Estado (áreas em vermelho e verde) constituem pequenos pontos, enquanto que a área correspondente aos municípios com população de até 50 mil habitantes (em cinza) predomina no território baiano.

Outro aspecto importante que influencia nessa centralização é a destacada importância econômica da Região Metropolitana e dos municípios de maior porte. A participação dessa região no PIB estadual é em torno de 50% (ano 2005), sendo as cidades de Salvador e Camaçari responsáveis por, respectivamente, 24,35% e 11,37% do PIB baiano. As cinco cidades com mais de 200 mil habitantes respondem por 10,61%. Desse modo, 15 municípios são responsáveis por mais de 60% do PIB do estado, enquanto que a grande maioria dos

municípios baianos – constituída por pequenos municípios – detém uma participação de aproximadamente 40%. Esses dados são apresentados na Tabela 2.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI (2009)

Mapa 1 – Grupos de Municípios por Número Total de Habitantes – Bahia, 2006.

As diferenças no valor do PIB *per capita* entre os grupos de municípios também são significativas. Ainda de acordo com a Tabela 2, o grupo formado pelos municípios com até 50 mil habitantes possui PIB *per capita* de quase metade do valor verificado para o Estado como um todo. Por outro lado, a Região Metropolitana apresenta PIB *per capita* duas vezes superior a esse último.

Tabela 2 – Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto per capita e Participação no Produto Interno Bruto Estadual, segundo grupos de municípios baianos por estimativa de número de habitantes – 2005.

Grupo de Municípios	Produto Interno Bruto (mil reais)	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> anual (reais)	Participação (%) no PIB estadual
Região Metropolitana de Salvador	45.792.495,92	13.667,26	50.35
Municípios com mais de 200 mil habitantes ¹	9.646.639,01	6.690,98	10.61
Municípios com número de habitantes entre 100 mil e 200 mil ¹	5.582.459,38	7.163,89	6.14
Municípios com número de habitantes entre 50 mil e 100 mil ¹	6.294.378,13	4.068,37	6.90
Municípios com até 50 mil habitantes ¹	23.627.020,29	3.528,21	26.0
Bahia	90.942.992,73	6.582,76	100

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2007a).

(1) Exclui os municípios pertencentes à Região Metropolitana de Salvador: Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho, Vera Cruz..

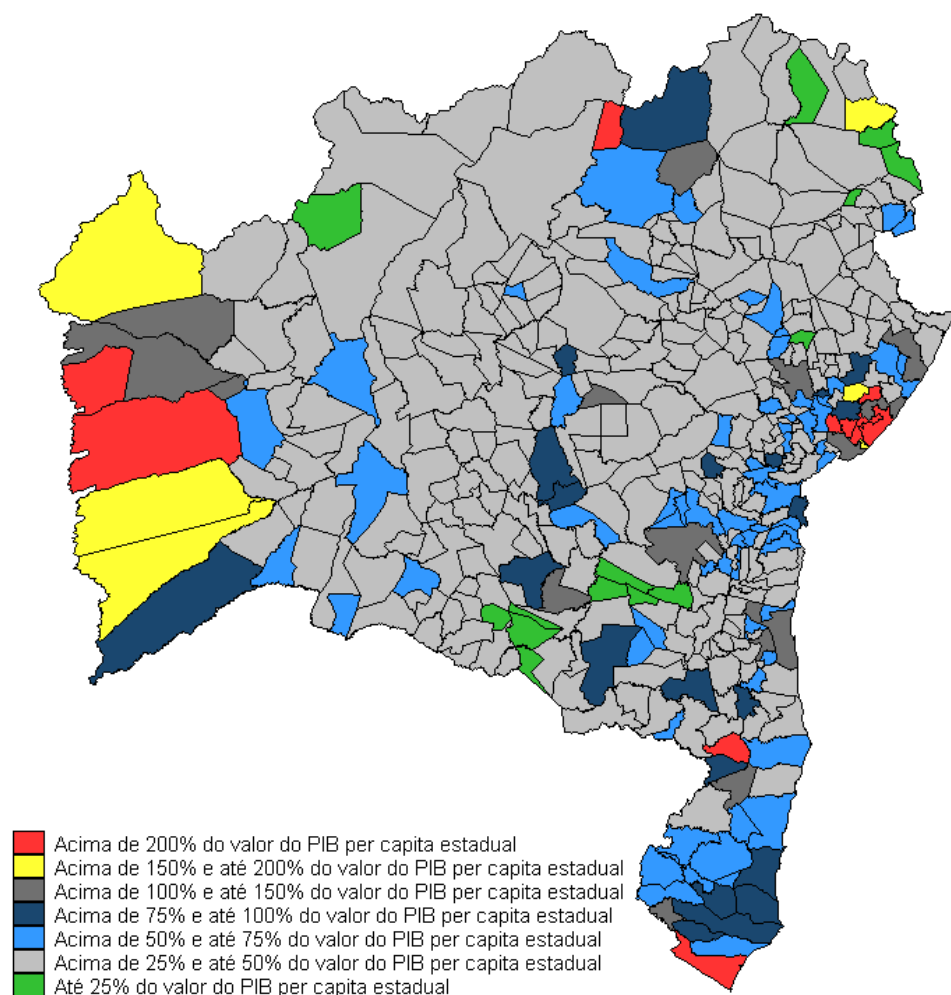
Essas diferenças também podem ser percebidas no Mapa 2. Neste mapa, os municípios foram agrupados com base no valor do PIB *per capita* municipal. Sete grupos foram gerados:

- Grupo 1: formado por 14 municípios cujo PIB *per capita* é menor ou igual a 25% do valor do PIB *per capita* estadual;
- Grupo 2: corresponde aos 285 municípios cujo valor do PIB *per capita* é maior do que 25% e menor ou igual a 50% do valor do PIB *per capita* estadual;
- Grupo 3: formado por 64 municípios cujo valor do PIB *per capita* é maior do que 50% e menor ou igual a 75% do valor do PIB *per capita* estadual;
- Grupo 4: corresponde aos 21 municípios cujo valor do PIB *per capita* é maior do que 75% e menor ou igual a 100% do valor do PIB *per capita* estadual;
- Grupo 5: composto pelos 16 municípios cujo valor do PIB *per capita* é maior do que 100% e menor ou igual a 150% do valor do PIB *per capita* estadual;
- Grupo 6: formado pelos 6 municípios cujo valor do PIB *per capita* é maior do que

150% e menor ou igual a 200% do valor do PIB *per capita* estadual;

- Grupo 7: composto pelos 11 municípios cujo valor do PIB *per capita* supera 200% do valor do PIB *per capita* estadual.

Este último grupo é o dos *outliers*, ou seja, dos municípios que muito se distanciam do que é constatado para os demais municípios. Seis desses municípios (Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Pojuca, São Francisco do Conde e Simões Filho) estão localizados na Região Metropolitana de Salvador e imediações, enquanto que dois deles (Mucuri e Itapebi) se localizam no Extremo Sul; um (Sobradinho) na região do Baixo Médio São Francisco; e os outros dois restantes (Luís Eduardo Magalhães e São Desidério) na região Oeste do Estado.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2007a).

Mapa 2 – Grupos de Municípios, segundo Produto Interno Bruto Municipal per capita – Bahia, 2005.

Pelo Mapa 2 se observa que a maioria dos municípios baianos pertence ao Grupo 2, onde vivem aproximadamente 39% da população total do Estado. Esse grupo não é alvo frequente das análises sobre a pobreza na Bahia, pois não inclui nenhum dos municípios metropolitanos ou de maior porte.

Uma vez que a abordagem monetária privilegia a dimensão econômica da pobreza, compreende-se, então, o interesse em análises que tenham como foco os municípios mais desenvolvidos economicamente em termos de PIB. A concentração dos estudos nesses municípios deve ser levada em consideração quando se examina a pobreza na Bahia, para que não se incorra no erro de confundir análises baseadas num número limitado e regionalmente concentrado de municípios com análises da pobreza no Estado.

As informações sobre a pobreza na Bahia, definida a partir de critérios monetários, apontam para a existência de número elevado de indivíduos pobres (OSÓRIO; MEDEIROS; 2003; ROCHA, 2003; SEI, 2008b). Apesar das discrepâncias entre os valores apresentados, explicada pelo uso de linhas de pobreza distintas, cerca de 50% da população baiana era considerada pobre ao final dos anos 1990. A partir dos anos 2000, essa proporção se reduziu um pouco, situando-se entre 40% a 45% (ROCHA, 2006; SEI, 2008b).

Sob uma perspectiva histórica, dois elementos são geralmente citados ao se abordar a pobreza na Bahia, a saber: a questão da escravidão e a renitência da pobreza no semi-árido nordestino (SEI, 2008b). Assim, não se trata de um problema conjuntural, mas sim da trajetória histórica de formação de um sistema de produção caracterizado por alta concentração da riqueza.

Segundo Pedrão (2003), a pobreza na Bahia está ligada, historicamente, à desorganização da produção mercantil escravista, à fragilidade da industrialização e sua interação incerta com a agricultura. Ela é fruto de diferentes processos convergentes que a transformam em um quadro complexo persistente e, mais ainda, agravante:

há uma pobreza ancestral, dos escravos, dos índios e dos demais dominados; e uma pobreza causada pelo modo como se produziu e como se produz a riqueza e como se selecionam as pessoas que participam da produção e do consumo (ibidem, p. 238).

No que se refere ao processo de produção da riqueza, este tem se caracterizado pela concentração - tanto sob o aspecto da propriedade quanto sob o aspecto regional - e pela reprodução da desigualdade social. Todos os indivíduos pertencentes ao setor de subsistência da economia, que sempre constituiu parte expressiva da população baiana, foram excluídos

desse processo. Como consequência, essas (concentração e desigualdade) também são características marcantes do ambiente econômico e social do estado, contribuindo para a ocorrência de situações de privações severas entre os indivíduos.

2.2.1 Contexto econômico

Analogamente ao que pode ser observado para o Brasil, o processo de crescimento da economia baiana foi tardio e regionalmente concentrado. Até a segunda metade do século XX, prevaleceu a forte dependência econômica de poucas *commodities* agrícolas – cacau, fumo e açúcar – cuja produção era limitada às regiões de Ilhéus (no caso do cacau) e do Recôncavo (no caso do fumo e do açúcar). No restante do Estado predominava a pecuária extensiva, de baixa produtividade. Com o enfraquecimento da produção no Recôncavo, a estrutura produtiva de então dependeu fortemente do comportamento do cacau, gerador de divisas despendidas em bens não produzidos internamente. De um modo geral,

[...] tinha-se um forte produto de exportação, gerador de significativas divisas que eram direcionadas para outros mercados, e um setor comercial e financeiro importante, destacando-se neste último o Banco Econômico. Apesar disso, a Bahia não se industrializava e boa parte da sua população vivia na miséria (TEIXEIRA; GUERRA; 2000, p. 88).

A partir dos anos de 1950, inaugura-se na Bahia um “sistema estadual de planejamento” (ibidem, p. 89) com o objetivo de mudar esse cenário. Esse sistema contou com forte participação do governo estadual e iniciou a implementação de alguns projetos. Em paralelo, o aumento do investimento público federal em infra-estrutura permitiu que importantes pontos de estrangulamento da economia baiana fossem amenizados com a construção da hidroelétrica de Paulo Afonso e a implantação da rodovia Rio-Bahia (BR-116), que liga o Estado à região sudeste do país. A exploração de petróleo pela Petrobrás na região do Recôncavo e a posterior instalação da Refinaria Landulfo Alves são fatos que também marcaram esse período (ALMEIDA, 2006 apud SEI, 2008, p. 56-57).

Mas é entre o final da década de 1960 e começo da década seguinte que ocorrem dois momentos determinantes para a economia baiana: a criação do Centro Industrial de Aratu (1966) e do Complexo Petroquímico de Camaçari (1972). O primeiro – localizado entre os municípios de Simões Filho e Candeias – era resultado do processo de desconcentração

industrial defendido pelo Grupo Técnico de Desenvolvimento do Nordeste, que levou à criação da SUDENE. Por meio de incentivos fiscais federais e estaduais e de infra-estrutura, diversos projetos foram atraídos, destinados em sua maioria ao setor de bens intermediários (TEIXEIRA; GUERRA; 2000).

Já o Complexo Petroquímico de Camaçari foi produto da especialização regional da matriz industrial brasileira, direcionando a industrialização baiana para os setores químico e metalúrgico³⁰. A arrecadação estadual cresceu consideravelmente com a sua implantação, assim como a participação do setor secundário no PIB setorial baiano. A taxa média real de crescimento do PIB baiano na década de 1970 atingiu 11,4%.

A retração econômica ocorrida no Brasil durante a década de 1980, apesar dos efeitos danosos provocados, não atingiu fortemente a atividade industrial baiana que, como alternativa, buscou novos mercados no exterior, aproveitando um cenário internacional favorável ao setor petroquímico. Adicionalmente, o início das operações da metalurgia de cobre em 1982 e a posterior ampliação da produção em 1987 também contribuíram positivamente para o bom desempenho da atividade industrial.

As transformações econômicas ocorridas entre os anos 1960 e final dos anos 1980, espacialmente concentradas na Região Metropolitana de Salvador (RMS), promoveram significativa mudança nesta região. O crescimento do setor industrial provocou efeitos positivos indiretos em outros setores tais como comércio, serviços e construção civil. Dessa forma, pode-se afirmar que ao longo das décadas de 1970 e 1980, a RMS

enquanto núcleo econômico de destaque, consolidou suas modernas feições e tendências [...] com o avanço da indústria de base, constituída pela metalurgia, química pesada e, em escala significativamente menor, pela indústria mecânica para equipamentos de perfuração de petróleo. Ela passou a concentrar um parque produtivo criado basicamente com recursos estatais, capital intensivo, produtor de bens intermediários e, até então, sem grandes perspectivas de desdobramentos a jusante (TEIXEIRA; GUERRA; 2000, p. 92).

Essas características do parque produtivo metropolitano resultaram em alta geração de renda, mas baixa geração de emprego direto; elevada dependência da conjuntura econômica nacional e das indústrias produtoras de bens finais; reduzida integração entre as sub-regiões do Estado.

³⁰ O direcionamento para essas atividades se deveu a três fatores: a Bahia era o estado maior produtor de petróleo do país e já possuía uma refinaria; carência de insumos básicos pelas indústrias de transformação localizadas no Centro-Sul do país; política federal de redução dos desequilíbrios regionais (TEIXEIRA; GUERRA; 2000, p. 90).

Os acontecimentos relacionados ao processo de industrialização que marcaram o período entre as décadas de 1970 e 1990, intensificaram a concentração econômica nas regiões litorâneas contrariando o movimento de interiorização que até então estava ocorrendo, impulsionado por outras atividades (PORTO, 2002).

Na primeira metade dos anos 1990, os principais segmentos da indústria baiana sofreram com a abertura comercial da economia brasileira, com o excesso de oferta no mercado mundial e com a redução dos incentivos às exportações. Diante de expectativas pouco otimistas quanto ao desempenho e investimento nesses segmentos e da necessidade de diversificação da economia baiana, a indústria de papel e celulose foi apontada como uma alternativa. De fato, já no final da década esse segmento passa a ser o segundo mais importante entre os industriais.

No entanto, as esperanças depositadas na indústria de celulose como um novo caminho diversificante e dinamizador da economia baiana não tardaram a ser dissipadas. As razões para isso são as próprias características apresentadas por este setor: concentrador (capital intensivo e demandante de grandes extensões de terra) e com baixo nível de articulação interindustrial (TEIXEIRA; GUERRA; 2000, p. 95).

Ainda que se considerem todas as limitações e resultados do processo de industrialização ocorrido na Bahia durante a segunda metade do século XX, são inegáveis as mudanças provocadas por este e que transformaram a economia dependente agroexportadora em uma economia com significativa participação do setor industrial.

Nesse processo, papel fundamental foi – e ainda é – desempenhado pelo Estado, por meio de políticas de incentivo fiscal, de infra-estrutura e de investimentos. Para Teixeira e Guerra (2000), tal fato permite caracterizar a dinâmica de desenvolvimento econômico baiana como exógena e espasmódica, pois a industrialização não conseguiu gerar uma capacidade empresarial local apta à promover o dinamismo endógeno, além de ter sido marcada pela concentração temporal dos investimentos governamentais e/ou das empresas estatais.

Adicionalmente, uma outra característica pode ser identificada no processo de desenvolvimento econômico baiano, característica esta que não se limita apenas ao setor secundário. Trata-se do que é comumente referido, explícita ou implicitamente, como o desenvolvimento “pelos extremos” (SEI, 2008; PORTO, 2002; BAHIA, 2001). Ou seja, o desenvolvimento econômico foi espacialmente concentrado na região litorânea, devido inicialmente aos aspectos históricos de ocupação do território e, posteriormente, ao

direcionamento dos investimentos nos setores industrial e turístico para esta região; e, a partir dos anos 1990, no entorno das cidades de Barreiras (Oeste), Juazeiro (Norte), Teixeira de Freitas (Extremo Sul), impulsionado pela produção agrícola empreendida em bases capitalistas modernas, voltada, em grande parte, para o mercado externo.

À parte desse processo, existe uma grande área na região central do Estado que “[...] tem sofrido historicamente com um baixo grau de coesão e dinamismo, constituindo-se num vazio populacional e econômico” (BAHIA, 2001, p. 54). Essa área se estende do sudoeste ao nordeste do estado, passando pela Chapada Diamantina. Apresenta baixo desempenho econômico, com destaque para a agropecuária de subsistência. É possível encontrar alguns pontos de maior atividade econômica, como a cafeicultura e a pecuária na região do Planalto (sudoeste do estado). Porém, a atividade industrial é incipiente e limitada aos municípios de maior população, como Jequié e Vitória da Conquista.

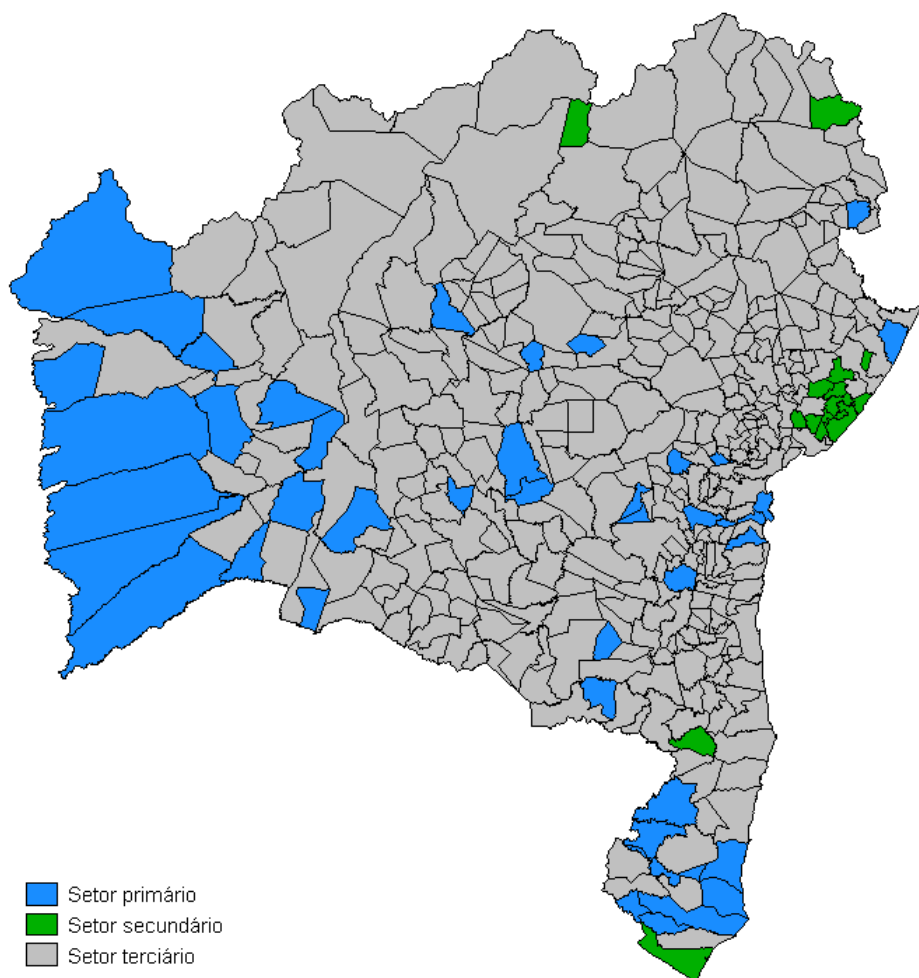
O Mapa 3 apresenta os municípios baianos, destacando o setor de atividade que mais contribui para o PIB municipal. Observa-se que num número reduzido de municípios o setor secundário é o que mais agrega valor ao PIB total. Mais uma vez é possível notar a concentração espacial desses municípios. A participação do setor primário é maior principalmente nos municípios próximos à cidade de Barreiras (fronteira agrícola do oeste, com destaque para a produção de soja) e naqueles localizados no Extremo Sul (onde predomina a produção de eucalipto), conforme já ressaltado anteriormente.

A grande maioria dos municípios possui no setor de serviços a principal atividade de adição de valor ao PIB municipal. No entanto, a informação apresentada no Mapa 3 precisa ser tratada com cautela, pois a definição utilizada pelo IBGE agrega diversas atividades econômicas nesse setor de atividade, incluindo a administração, educação e saúde públicas e seguridade social³¹.

Os municípios que aparecem em cinza no Mapa 3, são destacados no Mapa 4, segundo o percentual de participação das atividades do setor público no valor adicionado pelo setor de serviços ao PIB municipal. Para uma quantidade expressiva desses municípios, essa participação responde por mais de 50% desse valor, o que explica a predominância desse setor

³¹ De acordo com o IBGE (2007b), a atividade de prestação de serviços é constituída por: “[...] comércio e serviços de manutenção e reparação; serviços de alojamento e alimentação; transportes, armazenagem e correio; serviços de informação; intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; atividades imobiliárias e aluguéis; serviços prestados às empresas; administração, saúde e educação públicas e seguridade social; educação e saúde mercantis; e serviços prestados às famílias e associativos e serviços domésticos”.

até mesmo nos municípios onde a agropecuária de subsistência prevalece como a atividade econômica mais exercida.

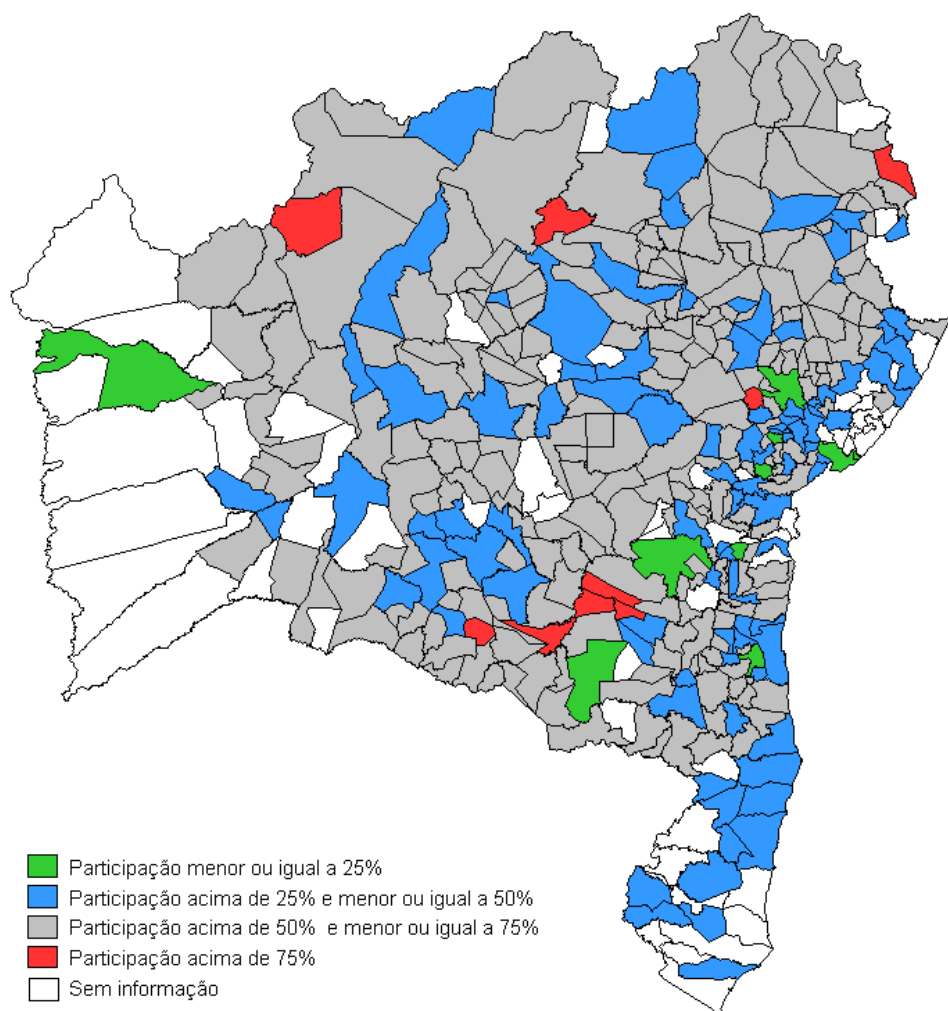


Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2007a).

Mapa 3 – Principal setor de atividade, por valor adicionado ao PIB municipal – Bahia, 2005.

Os pontos verdes no Mapa 4 equivalem aos municípios de maior população e que são considerados pólos regionais e/ou microrregionais (Barreiras, Vitória da Conquista, Itabuna, Jequié, Feira de Santana, Gandu, Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus). Inclui-se também nesse grupo a cidade de Salvador. Nesses municípios, o comércio é diversificado e dinâmico, se beneficiando da localização geográfica como entreposto comercial de importantes vias de escoamento da produção estadual, bem como de vias de ligação a outras

regiões do país. São cidades ofertantes de serviços mercantis educacionais e de saúde, de serviços de intermediação bancária e de informação.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2007a).

Mapa 4 – Participação (%) da administração, educação e saúde públicas e seguridade social, no valor adicionado pelo setor de serviços ao PIB municipal. Municípios selecionados – Bahia, 2005.

A concentração do dinamismo econômico nos extremos do território e a falta de oportunidades de emprego nos demais municípios ocasionam intenso fluxo migratório, principalmente em direção a Região Metropolitana de Salvador (RMS). No entanto, as atividades econômicas ali desenvolvidas não são capazes de absorver a crescente oferta de mão-de-obra, em virtude da reduzida geração de postos de trabalho oriundos dessas atividades. Isso se reflete, por exemplo, na elevada taxa de desemprego da RMS, que é

frequentemente considerada uma das maiores do país. Além disso, entre as regiões metropolitanas brasileiras, Salvador é a que possui o menor rendimento médio real³².

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2006 revelam que o rendimento médio mensal real³³ na Bahia era de R\$ 553,00. Este valor é inferior ao observado para o Brasil (R\$ 873,00) e muito próximo do observado para o Nordeste (R\$ 551,00). Considerando-se o rendimento mensal familiar *per capita*, para cerca de 70% das famílias este rendimento não superava, em 2006, um salário mínimo, conforme pode ser visualizado na Tabela 3. O percentual de famílias que possuíam rendimento *per capita* de até um quarto do valor do salário mínimo também é bastante significativo. Chama-se a atenção para o percentual de famílias que recebiam mais de 5 salários mínimos e que era superado pelo percentual de famílias sem rendimento.

Tabela 3 – Percentual de famílias residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal familiar per capita - 2006.

Classes de rendimento mensal familiar per capita	Brasil (%)	Nordeste (%)	Bahia (%)
Até 1/4 de salário mínimo	8,56	19,57	17,71
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	16,47	25,35	24,66
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	27,29	28,13	28,77
Mais de 1 a 2 salários mínimos	23,29	13,87	14,98
Mais de 2 a 3 salários mínimos	8,28	3,61	3,91
Mais de 3 a 5 salários mínimos	5,95	2,63	2,80
Mais de 5 salários mínimos	5,69	2,53	2,31
Sem rendimento ⁽¹⁾	2,48	3,17	3,26
Sem declaração	1,99	1,14	1,60
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2006)

(1) A categoria **Sem rendimento** inclui as famílias cujos componentes receberam somente em benefícios.

Apesar de se tratar de uma análise introdutória, é possível perceber, a partir do Mapa 4, que o setor público desempenha um papel importante na economia baiana. A sua participação no PIB estadual é bastante expressiva, sendo superada apenas pela indústria de

³² Rendimento médio real do trabalho principal, efetivamente recebido no mês de referência (março), pelas pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (IBGE, 2009). O período analisado foi de 2002 a 2009, tendo como referência o mês de março de cada ano.

³³ Das pessoas de 10 anos ou mais idade, com rendimento (IBGE, 2006).

transformação (IBGE, 2008b). De fato, visto que o processo de crescimento econômico adotado na Bahia se caracterizou pela elevada relação capital/trabalho, baixo nível de remuneração, concentração espacial e pouca integração entre as sub-regiões, expressiva atuação foi exigida do Estado como investidor, gerador de empregos e demandante de produtos e serviços. Ainda assim, essa atuação não foi suficiente para criar um mercado regional forte e descentralizado (PEDRÃO, 2003).

Na última década, alguns programas públicos de incentivos aos pequenos produtores agropecuários, aos micro e pequenos empreendedores e às atividades ligadas ao turismo e entretenimento, estão tentando estimular uma maior diversificação da economia baiana. A atração de novos investimentos industriais também tem sido alvo de interesse do governo do estado, com alguns resultados já alcançados.

Todas essas características do processo de crescimento da economia baiana influenciaram na conservação de um sistema de reprodução da riqueza e da renda centralizado numa parcela diminuta da população. Além disso, o impacto social gerado por tal processo foi limitado, não beneficiando número expressivo de famílias, principalmente as que residem nas regiões centrais do estado.

2.2.2 Contexto social

No período entre 1950 e 1980, a busca pela modernização e pelo crescimento da economia prevaleceu nas ações políticas e/ou públicas que objetivavam o desenvolvimento baiano. Pouca atenção foi dispensada às políticas sociais, que apareciam de forma residual na agenda política governamental. De acordo com Baptista (2003, p. 269), “[...] nos anos 50-60, a política social baiana, acompanhando a tendência nacional, não deixou de configurar-se como uma série de decisões estritamente setoriais em educação, saúde pública, habitação popular, previdência e assistência social”.

O predomínio da idéia de que as melhorias sociais viriam com o crescimento econômico contribui para que as más condições de vida da população fossem vistas como situações momentâneas, que certamente seriam superadas com o advento da modernização. Diante disso, a pobreza era entendida como resultante do atraso, principalmente associado ao meio rural (SEI, 2008b).

Entre os anos 1950-1970, a maioria da população baiana vivia no meio rural, exercendo atividades ligadas à agropecuária de subsistência. O baixo dinamismo econômico de muitas regiões fazia com que as perspectivas de melhoria de vida não fossem animadoras para grande parte dessas pessoas. Isto incentivou um fluxo migratório intenso para outras regiões do país, em especial para a cidade de São Paulo. Além disso, a interligação entre as regiões e cidades do estado era precária, o que submetia alguns habitantes a um verdadeiro isolamento. O acesso à saúde e educação era bastante limitado, principalmente no interior do estado.

Os investimentos ocorridos na região metropolitana de Salvador no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 direcionaram parte do fluxo migratório das populações interioranas para essa região. No entanto, a geração de postos de trabalhos diretos e indiretos não foi suficiente para reverter a situação de pobreza à qual boa parte dos indivíduos que ali residiam estavam submetidos. Esta pobreza não se referia apenas à insuficiência de renda para atender necessidades mínimas. Era uma situação de privação de moradia adequada, de saúde, de educação, de segurança alimentar, de mobilidade social. Se esta era a situação na região de pujança econômica, no interior ela não era diferente, com o agravante do baixo dinamismo econômico.

Este cenário sofreu poucas alterações na década seguinte, robustecido pela forte crise do setor cacauzeiro e pelos momentos difíceis enfrentados pela economia brasileira durante os anos 1980. Ainda assim, é necessário ressaltar que algumas melhoras foram ocorrendo paulatinamente nos indicadores sociais, como redução na taxa de analfabetismo e de mortalidade infantil; aumento no percentual de crianças frequentando escolas e ampliação da cobertura dos serviços básicos de saúde e do acesso à energia elétrica e água encanada nos domicílios. Essas melhorias tiveram no Estado o seu promotor central.

A promulgação da Constituição Federal (CF) em 1988 marcou uma nova fase para a política social no Brasil e, consequentemente, para as ações dos governos em todas as suas instâncias: federal, estadual e municipal. Ao estabelecer entre os direitos sociais (artigo 6º) de todo cidadão brasileiro a educação, a saúde, o trabalho, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados³⁴, a Constituição exigiu, por parte dos governos, a expansão dos investimentos nos chamados setores sociais. Isso representou um passo importante na direção de um conceito mais amplo de desenvolvimento econômico,

³⁴ A moradia foi incluída como direito social pela Emenda Constitucional nº 26, de 2000.

em detrimento da ênfase no crescimento como condição suficiente à promoção das melhorias sociais.

Os frutos da instituição dessas mudanças começaram a aparecer a partir do final da década de 1990. Ao se comparar os dados dos Censos 1991 e 2000, é possível perceber os avanços. Na verdade, as ações públicas sociais compensaram o baixo dinamismo econômico de algumas regiões e cidades baianas, reforçando o papel do Estado como o principal agente econômico.

As tabelas 4 a 8 apresentam algumas informações censitárias dos municípios baianos, agrupados por mesorregião³⁵. Os valores apresentados constituem a média entre os municípios pertencentes a cada mesorregião. Os dados corroboram que a desigualdade existente entre as regiões baianas não se restringem apenas ao aspecto econômico, mas também ao social.

Tabela 4 – Percentual da população urbana e rural em relação à população total, segundo mesorregiões – Bahia – 1991/2000.

Estado e mesorregiões	Percentual da População Urbana em relação à população total		Percentual da População Rural em relação à população total		Total de Municípios ⁽¹⁾
	1991	2000	1991	2000	
Bahia	59.12	67.12	40.88	32.88	415
Centro Norte	49.07	59.85	50.93	40.15	80
Centro Sul	45.25	52.14	54.75	47.86	118
Extremo Oeste	42.59	53.23	57.41	46.77	23
Região Metropolitana	89.84	92.47	10.16	7.51	38
Nordeste	37.00	44.95	63.00	55.05	59
Sul	58.61	70.40	41.39	29.60	70
Vale do São Francisco	51.59	56.52	48.41	43.48	27

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD; IPEA; FJP; 2003).

(1) Não inclui os municípios Luís Eduardo Magalhães e Barrocas, ambos instalados em 2000, por não haver informações censitárias para estes municípios.

A primeira transformação a ser observada é o aumento da urbanização (Tabela 4). Isso

³⁵ As mesorregiões foram definidas seguindo o critério adotado no Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD; IPEA; FJP; 2003)

pode ser constatado em todas as mesorregiões. Como era de se esperar, a região metropolitana era a que possuía maior percentual da população vivendo em áreas urbanas (92,47%). Em 2000, a população rural era maioria somente na região Nordeste do estado.

O percentual de pessoas domiciliadas em áreas rurais decresceu até mesmo nas regiões conhecidas por exercerem atividades agropecuárias e extrativistas, como o Extremo Oeste, o Sul e o Vale do São Francisco. Alguns fatores podem ter motivado esse deslocamento da população rural, tais como: o melhor acesso aos serviços básicos de infraestrutura, saúde e educação existente nas cidades; a ausência de oportunidades de trabalho no campo; a expansão das grandes propriedades de terra, que transfere o domicílio do trabalhador rural para a área urbana; dentre outros.

Tabela 5 – Indicadores sociais associados às condições de saúde da população e taxa de fecundidade, segundo mesorregiões – Bahia – 1991/2000.

Estado e mesorregiões	Mortalidade infantil ⁽¹⁾		Esperança de vida ao nascer		Probabilidade de sobrevivência até 60 anos		Taxa de Fecundidade	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Bahia	70.87	46.49	59.94	64.53	62.78	70.74	3.66	2.5
Centro Norte	86.12	57.24	57	61.25	57.68	65.12	4.41	2.93
Centro Sul	67.41	45.23	60.42	64.52	63.68	70.75	4.51	3
Extremo Oeste	62.88	42.41	61.21	65.02	65.26	71.63	5.14	3.36
Região Metropolitana	65.53	40.27	60.74	65.74	64.4	72.91	3.67	2.53
Nordeste	89.73	61.3	56.22	60.22	56.37	63.34	4.73	3.34
Sul	71.93	47.12	59.49	63.79	62.17	69.49	4.38	2.95
Vale do São Francisco	77.33	51.29	58.69	62.71	90.19	67.63	4.65	3.31

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD; IPEA; FJP; 2003).

(1) Crianças de até um ano de idade.

Na Tabela 5 são apresentados indicadores que geralmente estão associados às condições de saúde da população e a taxa de fecundidade. Um dado bastante positivo é a elevada queda na mortalidade infantil verificada em todas as regiões do estado. Os valores para o ano 2000 ainda estavam acima do que seria tolerável, mas houve melhora significativa

em relação ao ano de 1991. A região nordeste era a que apresentava maior índice de mortalidade infantil entre as crianças de até um ano de idade.

A esperança de vida ao nascer e a probabilidade de sobrevivência até 60 anos de idade cresceram no período, o que pode ser entendido como uma melhora nas condições de saúde da população. A implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), sob o princípio da universalidade de acesso, permitiu que grande parte da população que não estava ligada ao sistema INAMPS/INPS – por não possuir contrato formal de trabalho – tivesse direito ao atendimento público de saúde, mesmo que se considerem todos os problemas conhecidos para a efetivação desse direito. Com certeza, esse foi um fato que alterou profundamente as bases das políticas de saúde pública e cujos efeitos no longo prazo irão contribuir para a melhoria das condições de vida da população.

A taxa de fecundidade decresceu no período entre os censos, com destaque para a redução da região sul. A região do extremo oeste manteve a posição de região com maior valor para essa taxa, seguida pela região nordeste. A menor taxa continuou sendo verificada na região metropolitana.

Tabela 6 – Indicadores sociais de educação, segundo mesorregiões – Bahia – 1991/2000.

Estado e mesorregiões	Percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas		Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de 4 anos de estudo		Taxa de Alfabetização		Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Bahia	35.3	22.09	62.16	50.55	64.7	76.86	3.34	4.45
Centro Norte	43.58	29.73	78.72	65.6	56.41	70.27	1.86	2.94
Centro Sul	48.32	33.13	82.28	70.88	51.68	66.86	1.59	2.52
Extremo Oeste	49.08	32.65	80.11	68.53	50.92	67.36	1.74	2.68
Região Metropolitana	33.88	21.32	61.5	48.36	66.12	78.68	3.16	4.39
Nordeste	51.47	35.44	81.95	70.61	48.54	64.56	1.59	2.59
Sul	48.21	32.6	76.93	65.68	51.79	67.4	1.99	3
Vale do São Francisco	45.56	31.23	76.72	65.22	54.44	68.76	2.03	3.01

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD; IPEA; FJP; 2003)

Os dados apresentados na Tabela 6 permitem visualizar parte do progresso obtido na busca pelo aumento da escolaridade da população baiana. A baixa escolaridade é frequentemente apontada como causa principal dos baixos rendimentos do trabalho. Níveis mais elevados de rendimento estariam associados a maior escolaridade e esta, por sua vez, a maior produtividade. Sob esses argumentos, o aumento na escolaridade é uma espécie de passaporte para a inserção e manutenção do indivíduo no mercado de trabalho e, mais ainda, boa parte do desemprego é consequência da baixa escolaridade dos trabalhadores, que não possuem conhecimento suficiente para garantir a sua empregabilidade. Tais argumentos são, no mínimo, frágeis e tendem a restringir as análises sobre o mercado de trabalho ao lado da oferta de trabalho (por parte dos trabalhadores). Considerações teóricas à parte, essas idéias, somadas às pressões de organismos internacionais e ao reconhecimento da importância da educação na formação do cidadão, resultaram na implantação de uma verdadeira força-tarefa no Brasil, a partir da metade dos anos 1990, para promover a universalização da educação.

É possível perceber que houve, na Bahia, um decréscimo no percentual de pessoas analfabetas com idade igual ou superior a 15 anos (Tabela 6). Em várias regiões do estado, esse percentual era próximo dos 50% em 1991, sendo reduzido para aproximadamente 30% em 2000. Isso significa que um número expressivo de indivíduos conseguiu eliminar um tipo de privação que se constitui em um dos principais obstáculos à promoção do desenvolvimento humano. Sem dúvida, há de se discutir a qualidade da educação ofertada. No entanto, é preciso reconhecer os avanços já conseguidos.

Como consequência, houve um aumento na taxa de alfabetização em todas as regiões baianas. A média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade ainda é baixa, apesar de ter melhorado no período. Com exceção da região metropolitana de Salvador, essa média não excedia 3 anos nas outras regiões do estado. Essa é uma variável que reflete, em parte, os baixos níveis de escolaridade dos períodos anteriores e a falta de acesso à escola na infância e adolescência de indivíduos que na década de 1990 já estavam na fase adulta.

A cobertura dos serviços de abastecimento de água, energia elétrica e coleta de lixo foi ampliada entre os anos censitários de 1991 e 2000, conforme apresentado na Tabela 7. Mesmo assim, aproximadamente 40% da população baiana, em 2000, viviam em domicílios que não possuíam água encanada. Na região centro norte, esse percentual era de mais de 60%. Esta região está localizada no semi-árido baiano, onde o problema das secas ainda persiste e as medidas para sanar as suas consequências ainda não são suficientes. Em relação ao acesso

à energia elétrica, a menor cobertura entre a população residente de cada região ocorre no centro sul e no nordeste do estado.

Tabela 7 – Indicadores sociais de acesso aos serviços básicos, segundo mesorregiões – Bahia – 1991/2000.

Estado e mesorregiões	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada		Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica		Percentual de pessoas que vivem em domicílios urbanos com coleta de lixo	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Bahia	45.38	60.28	68.88	80.97	64.09	85.21
Centro Norte	20.55	37.50	52.35	72.63	44.36	74.35
Centro Sul	26.59	44.23	45.3	63.8	43.76	79.71
Extremo Oeste	24.75	43.21	39.22	57.13	36.45	71.38
Região Metropolitana	43.93	59.89	78.33	90.14	43.6	77.35
Nordeste	20.30	40.45	43.83	63.82	37.62	72.49
Sul	37.21	50.36	67.83	78.66	58.93	79.78
Vale do São Francisco	30.42	45.30	51.94	64.52	39.58	63.85

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD; IPEA; FJP; 2003).

O serviço de coleta de lixo urbano cresceu significativamente em todas as regiões. Isso contribui para prevenir doenças relacionadas ao contato com o lixo. No entanto, o destino do lixo coletado também deve receber a atenção da população, já que a desobediência às leis sanitárias pode causar sérios danos à saúde.

Finalmente, a Tabela 8 traz algumas informações sobre o rendimento da população baiana nos anos de 1991 e 2000. O percentual da renda oriunda de transferências governamentais praticamente dobrou em todas as regiões do estado, refletindo o aumento nos investimentos sociais ocorridos a partir da segunda metade da década de 1990. A desigualdade de renda aumentou no período, o que pode ser constatado pela razão entre a renda média dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres e pela razão entre a renda média dos 20% mais ricos e dos 40% mais pobres. Em muitas regiões (centro sul, extremo oeste e Vale do São Francisco) essas razões mais que dobraram de valor. Entre as variáveis descritas nas Tabelas 4 a 8, essas são as que apresentam pior desempenho. Em todas as outras, é possível

identificar avanços no período de tempo analisado. Mas, quanto à desigualdade, os dados são bastante desanimadores.

Tabela 8 – Indicadores sociais de rendimento, segundo mesorregiões – Bahia – 1991/2000.

Estado e mesorregiões	Percentual de pessoas com mais de 50% da renda provenientes de transferências governamentais		Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres		Razão entre a renda média dos 20% mais ricos e dos 40% mais pobres		Percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$ 37,75 ⁽¹⁾		Percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$ 75,50 ⁽²⁾	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Bahia	8.53	15.89	33.03	37.9	20.47	23.74	41.12	31.13	67.03	55.32
Centro Norte baiano	9	21.57	15.27	24.33	10.17	16.8	54.22	43.22	81.2	69.43
Centro Sul	8.25	18.68	15.95	32.99	10.55	22.78	53.71	39.8	81.12	67.41
Extremo Oeste	6.5	18.02	16.7	44.65	11.13	29.23	54.68	47.41	80.03	70.85
Região Metropolitana	12.68	18.8	17.52	21.23	11.73	14.42	40.76	30.36	68.55	56.93
Nordeste	9.42	20.78	14.38	23.8	9.66	16.4	52.18	43.24	80.82	70.08
Sul	6.08	13.47	19.66	21.23	12.66	14.02	51.85	37.02	78.11	66
Vale do São Francisco	8.73	17.53	18.03	40.67	11.61	27.58	55.04	47.17	79.65	70.72

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD; IPEA; FJP; 2003).

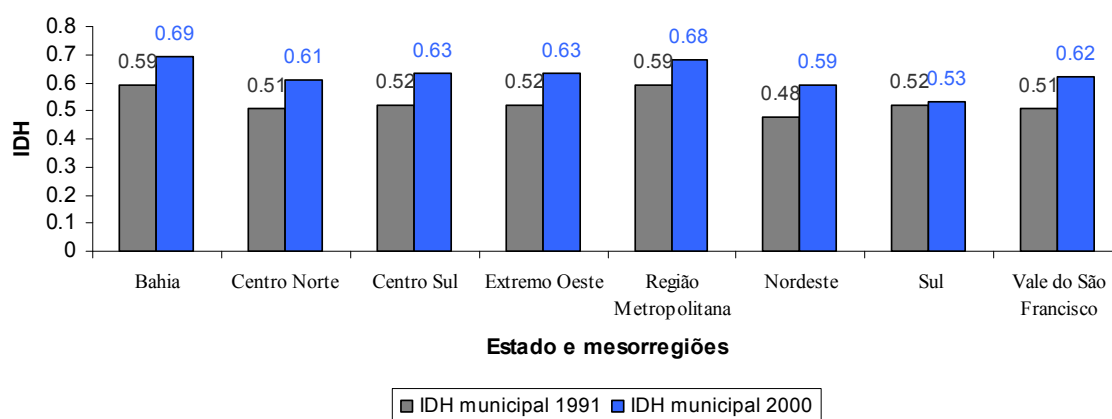
(1) Correspondente a $\frac{1}{4}$ do valor do salário mínimo em 2000.

(2) Correspondente a $\frac{1}{2}$ do valor do salário mínimo em 2000.

As duas últimas colunas da Tabela 8 apresentam, respectivamente, o percentual de pessoas cuja renda era inferior a $\frac{1}{4}$ do valor do salário mínimo (R\$ 150,00) em 2000 e o percentual de pessoas cuja renda era inferior a $\frac{1}{2}$ desse valor. Esses valores de corte são adotados com frequência nas análises de pobreza monetária. O primeiro ($\frac{1}{4}$ do valor do salário mínimo) seria a linha de indigência e o segundo ($\frac{1}{2}$ do valor do salário mínimo) seria a linha de pobreza. Os percentuais referentes a cada um deles decresceram entre 1991 e 2000. De maneira geral, os dados da Tabela 8 evidenciam um aumento da desigualdade de renda e uma redução da pobreza monetária a partir dos critérios de definição estabelecidos.

As melhorias ocorridas nas áreas de saúde, educação e renda *per capita* também podem ser percebidas através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M).

Este índice é uma adaptação do IDH – proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – para o nível municipal, sendo composto por três sub-índices: longevidade, educação e renda (PNUD; IPEA; FJP; 2003).



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD; IPEA; FJP; 2003).

Gráfico 1 – Índice de Desenvolvimento Humano, segundo mesorregiões – Bahia – 1991/2000

Conforme visualizado no Gráfico 1, o IDH-M médio das mesorregiões baianas cresceu entre os anos 1991 e 2000, o que fez com que o IDH-M para o estado como um todo passasse de 0,59 para 0,69. A região sul foi a região em que esse índice menos cresceu (0,58 em 1991 e 0,59 em 2000). Nas demais regiões, o crescimento foi praticamente o mesmo. A região metropolitana de Salvador era a que apresentava maior IDH-M, indicando que esta seria a área de maior desenvolvimento.

Os avanços anteriormente mencionados em relação aos diversos indicadores sociais apresentados, salvo os referentes à desigualdade de renda, longe estão do que seria uma situação ideal ou, no mínimo, mais satisfatória. Podem ser considerados avanços porque até então o que existia era uma situação de inércia quanto à necessidade e execução de ações de políticas sociais, principalmente por parte do governo estadual (BAPTISTA, 2003). O entendimento era de que a melhoria das condições sociais seria fruto da melhoria das condições econômicas, às quais deveriam ser direcionados incentivos primordiais.

A primazia do econômico sobre o social prevaleceu nas investigações sobre a pobreza na Bahia, reduzindo a complexidade desta à variável renda. De fato, observa-se na Bahia a

predominância dos baixos rendimentos do trabalho, o que pode ser comprovado por diversas fontes de pesquisas (Censo, PNAD, PME, etc.), e a existência de uma forte concentração de renda, inclusive quanto ao aspecto espacial. Esses fatos justificam a realização de estudos que pretendam analisar aspectos relativos à renda da população baiana e a desigualdade existente na sua distribuição.

No entanto, o estudo da pobreza deve ser muito mais abrangente e multidimensional. É necessário considerar aspectos sociais – tais como saúde, educação, condições de moradia, segurança alimentar, participação política, acesso aos serviços básicos de infraestrutura, etc. – que estão imbricados a situação de pobreza. A consideração de tais aspectos não deve se restringir a investigação do perfil da pobreza, mas ser incorporada na etapa de identificação dos pobres. Muitas das privações relacionadas a esses aspectos dificilmente são eliminadas através da simples ultrapassagem da linha de pobreza monetária pelo indivíduo considerado pobre.

Assim, o objetivo principal dos estudos sobre a pobreza deve ser a busca por uma maior compreensão desta, a fim de subsidiar ações políticas que visem à garantia da satisfação das necessidades básicas – e não mínimas – de sobrevivência da população, permitindo aos indivíduos o desenvolvimento de suas capacitações. Trata-se, portanto, de um campo de estudo desafiador, haja vista as dificuldades empíricas enfrentadas, mas cujos resultados devem auxiliar na construção de uma sociedade mais humana e igualitária.

CAPÍTULO 3

DA TEORIA À APLICAÇÃO EMPÍRICA:

uma análise da pobreza na Bahia a partir do indicador multidimensional

O objetivo deste capítulo é analisar a pobreza na Bahia adotando o enfoque multidimensional de estudo da pobreza. Para isso, calcula-se um indicador multidimensional de pobreza, baseado na Análise de Correspondência Múltipla. Este indicador é composto por um conjunto de necessidades básicas e *functionings* que, quando não satisfeito, indica que o indivíduo está em situação de pobreza.

Os conceitos teóricos gerais que fundamentam a análise são expostos na seção 3.1. A seção 3.2 descreve a metodologia empregada no cálculo do Indicador Multidimensional de Pobreza, sendo o seu processo de formulação especificado na subseção 3.2.1. A fonte de dados utilizada e as variáveis selecionadas para compor o indicador são temas, respectivamente, das subseções 3.2.2 e 3.2.3.

A análise multidimensional da pobreza na Bahia é apresentada na seção 3.3. Inicialmente, na subseção 3.3.1, se examinam os dados referentes a cada um dos indicadores primários integrantes da análise, destacando a diferença existente entre as áreas metropolitana, urbana e rural. Na subseção 3.3.2 são expostos os resultados gerais da Análise de Correspondência Múltipla. Finalmente, na subseção 3.3.3 são apresentados os resultados da aplicação do Indicador Multidimensional de Pobreza à análise multidimensional da pobreza na Bahia.

3.1 Delimitação da Análise

A conceituação da pobreza como um fenômeno multidimensional impõe ao seu estudo científico um grande desafio: a sua mensuração e análise empírica. Diferente do que pode ser observado nas investigações baseadas exclusivamente na abordagem monetária da pobreza, ainda não há um grupo definido de indicadores multidimensionais empregado nos estudos fundamentados nesse conceito de pobreza. Isso se deve, em parte, à existência de diversas abordagens sobre a pobreza dentro da perspectiva multidimensional. Além disso, o uso de

mais de uma variável e/ou dimensão aumenta as dificuldades no tratamento dos dados e, frequentemente, requer o emprego de métodos estatísticos de análise multivariada.

Os esforços para a formulação de indicadores multidimensionais de pobreza já produzem resultados positivos. Há, atualmente, vários trabalhos que propõem metodologias para construção desse tipo de indicador como, por exemplo, Alkire e Foster (2007); Barros, Carvalho e Franco (2006); Bourguignon e Chakravarty (2003); Asselin (2002); Bagolin e Ávila (2006); Costa (2002 apud Lopes; Macedo; Machado; 2004). Sem dúvida, os indicadores mais conhecidos são os Índices de Pobreza Humana (IPH-1 e IPH-2), elaborados por Anand e Sen (1997) e divulgados anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)³⁶.

Investigações empíricas da pobreza no Brasil que adotam a perspectiva multidimensional não são frequentes. O mesmo se constata com relação ao estado da Bahia. O objetivo deste capítulo é analisar a pobreza na Bahia sob essa perspectiva, a partir de um indicador multidimensional. Este indicador se baseia na formulação proposta por Asselin (2002) e emprega o método multivariado da Análise de Correspondência Múltipla.

O conceito de pobreza aqui utilizado está fundamentado em duas abordagens multidimensionais, a saber: necessidades básicas e capacitações. Para a primeira delas, a pobreza consiste na insatisfação das necessidades humanas básicas; para a segunda, a pobreza é conceituada como privação de capacitações³⁷. A partir dessas interpretações, a pobreza foi definida como a insatisfação das necessidades humanas básicas que priva o indivíduo de desenvolver e expandir as suas capacitações (o seu *capabilities set*).

A idéia de capacitações está associada ao conceito utilizado por Sen (2000), que as define como a liberdade do indivíduo para alcançar combinações alternativas de desempenhos (*functionings*), ou seja, como a liberdade para alcançar vários estilos de vida (BAGOLIN; ÁVILA; 2006). As *functionings* são as realizações (*achievements*) de uma pessoa, que podem melhorar o seu bem-estar (ibidem). Por necessidades humanas básicas se entende as necessidades cujo não atendimento pode ocasionar danos físicos e sociais ao indivíduo. Entre elas, estão: saúde, educação, segurança alimentar, trabalho e moradia.

Convém esclarecer que o indicador multidimensional calculado não é um indicador de capacitações, pois não se refere ao conjunto de capacidades e habilidades que o indivíduo

³⁶ Para maiores considerações sobre esses índices ver subseção 1.3.3.1, no capítulo 1 deste trabalho.

³⁷ Sobre a Abordagem das Necessidades Básicas e a Abordagem das Capacitações, ver, respectivamente, seções 1.3.2 e 1.3.3, no capítulo 1 deste trabalho.

dispõe. Na verdade, trata-se de um misto de necessidades básicas (recursos disponíveis – o que se tem) e *functionings* (estados – o que se é). A Abordagem das Capacitações é utilizada aqui como plano de fundo para análise multidimensional da pobreza. Ao tratar do uso desta abordagem nas aplicações práticas e empíricas, Bagolin *ett alli* (2007, p. 4) ressaltam que tais aplicações

[...] ainda são limitadas e passíveis de críticas e discussões. Não existe consenso a respeito de como operacionalizar a abordagem, ou de como avaliar políticas públicas implementadas a partir dos princípios da abordagem. Desta forma, a operacionalização e a aplicação da abordagem ainda podem ser consideradas como aspectos restritos, que demandam esforços adicionais de pesquisa.

Toda a análise desenvolvida se apóia no enfoque absoluto de estudo da pobreza. O pressuposto é de que existem necessidades e *functionings* básicas que precisam ser, respectivamente, atendidas e alcançadas. Diante das suspeitas de que tal situação ainda não foi garantida à toda população baiana, adotar o enfoque relativista não seria condizente com a definição de pobreza utilizada.

No entanto, a opção pelo enfoque absoluto não deve ser interpretada como a exclusão do relativismo da análise. Na escolha das variáveis e na determinação das suas respectivas categorias em ordem de privação, por exemplo, procurou-se considerar as transformações políticas e sociais a elas relacionadas, ocorridas durante o período analisado, pois, conforme lembrado por Sen (2001, p. 171), “[...] não estamos inteiramente livres para caracterizar a pobreza de qualquer modo que nos agrade”.

Para realizar a análise, fez-se uso dos *softwares* estatísticos Stata (STATA, 2005) e SPSS (SPSS, 2006). As etapas de preparação dos dados, do cálculo do indicador multidimensional e das estimativas de pobreza foram feitas no Stata. Utilizou-se o SPSS na aplicação do método multivariado de Análise de Correspondências Múltiplas, o qual será exposto mais adiante. O Apêndice A apresenta os *scripts* desenvolvidos no Stata e no SPSS.

É importante também ressaltar que, apesar de adotar a perspectiva multidimensional, a análise aqui apresentada não deve ser entendida como do tipo ideal. Pelo contrário, ela possui várias limitações, impostas pelo tipo de fonte de dados utilizada e pela dificuldade, já mencionada, de mensurar as diversas dimensões da pobreza. Além disso, agrupar toda a complexidade da pobreza em um indicador, mesmo que multidimensional, é uma simplificação que não pode ser desconsiderada.

3.2 Metodologia

3.2.1 O Indicador Multidimensional de Pobreza

Para mensurar a pobreza na Bahia sob a perspectiva multidimensional, aplicou-se o indicador multidimensional de pobreza (IMP) elaborado por Asselin (2002). Trata-se de um indicador composto que busca agregar diferentes indicadores primários (I_k) de pobreza em uma medida sintética. A proposta desse autor é “[...] *to define a unique numerical indicator C as a composite of the K primary indicators I_k , computable for each elementary population unit U_i , and significant as generating a complete poverty ordering of the population U* ” (ASSELIN, 2002, p. 3).

O método empregado na sua formulação é a Análise de Correspondência Múltipla (ACM). A principal vantagem do uso desse método na construção de indicadores de pobreza é que ele pode ser aplicado a dados qualitativos, sejam variáveis categóricas com nível de mensuração ordinal ou nominal, e entre estas últimas variáveis binárias (*dummies*). Isso possibilita que se supere um obstáculo comum nos estudos empíricos apoiados na abordagem multidimensional, pois esta quase sempre requer a utilização de informações qualitativas.

A ACM pode ser definida como uma extensão da Análise de Correspondência (AC). Esta última se desenvolveu a partir dos anos 1960, mas o seu marco ocorre em 1973, com a publicação do trabalho seminal de um grupo de estudiosos franceses, liderados por Jean-Paul Benzécri [(BLASIUS; GREENACRE; 2006); (CLAUSEN, 1998)]. Este método analisa a associação entre duas variáveis categóricas, representando as categorias das variáveis como pontos em um espaço dimensional, sendo que os pontos mais próximos são de categorias com distribuições similares (CLAUSEN, 1998, p.2). Trata-se de uma técnica multivariada exploratória que pode ser empregada em análises gráficas e numéricas de quase todas as matrizes de dados com entradas não-negativas (BLASIUS; GREENACRE; 2006). Na AC,

[...] *the rows or columns of a data matrix are assumed to be points in a high-dimensional Euclidean space, and the method aims to redefine the dimensions of the space so that the principal dimensions capture the most variance possible, allowing for lower-dimensions descriptions of the data* (ibidem, p. 5).

As distâncias entre as categorias são calculadas utilizando a distância chi-quadrada (χ^2), definida como uma distância Euclidiana ponderada, cujo peso das categorias é inversamente proporcional à sua massa – ou seja, às distribuições de frequência relativa das colunas [(ASSELIN, 2002); (C.LAUSEN, 1998)]. O peso de uma categoria é definido por

$$W_{jk}^{\alpha,k} = \frac{\sum_{i=1}^{N_{jk}} F_{\alpha}^{*i}}{N_{jk}^k},$$

sendo que F_{α}^{*i} é o escore normalizado do eixo α e N_{jk}^k é a frequência da categoria j_k do indicador k (ASSELIN; AHN, 2006, p.5).

No caso da ACM, a associação analisada é entre mais de duas variáveis categóricas. Cada variável z_j possui k_j categorias distintas. Cada uma das m variáveis z_j são substituídas por tabulações cruzadas de k_j . Essas tabulações são reunidas em uma grande matriz quadrada binária, conhecida também como matriz de Burt. Essa técnica não diferencia variáveis descritivas de variáveis a serem descritas: todas as variáveis têm o mesmo status (BLASIUS; GREENACRE; 2006, p. 28). Assim,

[...] MCA [ACM] is a CA [AC] analysis applied to the 0/1 matrix generated from the categorical indicators, what is precisely named the “indicator matrix”. It is important to see that this transformation of the original categorical variables, a kind of “atomization”, is in fact a process of freeing the population scores in the representation space from linearity in the original categorical variables (ASSELIN, 2002, p.13).

Construída a matriz de Burt, o cálculo do indicador composto é feito em duas etapas. Primeiro, se estima o perfil da unidade populacional com relação aos K indicadores primários. Posteriormente, aplicam-se a esse perfil os pesos das categorias. Estes pesos equivalem aos escores normalizados dos indicadores primários no primeiro eixo fatorial resultante da ACM (ASSELIN, 2002, p.14).

O perfil de uma unidade da população é dado pelo vetor linha de dimensões $1 \times K$, de forma que o valor do indicador nada mais é do que a média dos pesos das categorias às quais essa unidade da população pertence. Do mesmo modo, com N unidades populacionais, o perfil de uma categoria (k, j_k) é o vetor coluna de dimensão $N_{jk}^k \times 1$, sendo o peso da categoria equivalente à média dos escores das unidades da população pertencentes à essa categoria (ASSELIN, 2002, p.14-15).

Assim, para cada unidade da população – que na nossa análise é o indivíduo – é calculado um escore médio, espécie de indicador “individual”. A estimação desse escore é o ponto de partida para a mensuração da pobreza multidimensional. A primeira etapa dessa mensuração é a de identificação, na qual se estabelece o critério que será utilizado para distinguir o indivíduo pobre do não pobre. Esse critério depende do tipo de enfoque escolhido (relativo ou absoluto) e da definição de pobreza adotada. Conforme já mencionado anteriormente, elegeu-se o enfoque absoluto como o mais adequado à análise proposta e às teorias que a fundamentam. Consequentemente, esse foi o enfoque utilizado na determinação do critério de identificação.

A princípio, por se tratar de uma análise multidimensional, a definição da linha de pobreza aparenta ser um pouco complexa. Para facilitar o entendimento, a sua formulação segue alguns passos. Trata-se de uma tentativa de se especificar matematicamente uma linha de pobreza que não esteja desvinculada do “consenso social”³⁸.

Considerando que o IMP é composto por K indicadores primários k (também chamados de variáveis), e que cada um destes indicadores possui J categorias, é necessário que linhas de pobreza sejam estabelecidas para cada indicador k . A idéia é de que, todo indicador k contém uma categoria j_k associada, ou à insatisfação de alguma necessidade básica, ou à ausência/deficiência em algum *functioning*, duas situações características da pobreza. Em virtude disso, os indivíduos pertencentes a tal categoria j_k podem ser classificados como pobres com relação ao indicador k . A categoria sinalizadora de privação é então definida como categoria de referência para a estimação da linha de pobreza, sendo que os indivíduos incluídos nas demais categorias são identificados como não pobres (referente a determinado indicador k).

Estabelecidas as “linhas de pobreza” de cada variável componente do IMP, o passo seguinte é aplicar os pesos (W_{pov}^k) das categorias de referência para estimar a linha de pobreza absoluta. Entre essas categorias, identifica-se a categoria que possui o maior peso [$\text{Max}(W_{pov}^k)$]. O uso desse valor torna como condição necessária para o indivíduo (unidade populacional) ser identificado como pobre apresentar privação em um indicador primário, embora esta não seja uma condição suficiente. A condição suficiente é quando o indivíduo

³⁸ A expressão “consenso social” aqui utilizada se refere às regras e normas que regem a sociedade brasileira e que são fruto de um processo democrático, no qual a sociedade escolhe os seus representantes no poder legislativo, outorgando a estes o direito de estabelecer as leis sob as quais essa sociedade se organiza. No estabelecimento das linhas de pobreza dos indicadores primários componentes do indicador multidimensional buscou-se considerar essas leis e normas.

apresenta privações em todos os indicadores primários, ainda que esta não seja uma condição necessária. A condição suficiente e necessária ocorre quando o IMP, que é o escore médio da unidade da população, é superado pelo valor $\text{Max}(W_{pov}^k)$ (ASSELIN, 2002, p. 28). Isso garante que todas as linhas de pobreza dos indicadores primários sejam satisfeitas.

Ao $\text{Max}(W_{pov}^k)$ deve ser adicionado o valor absoluto do $\text{IMP}_{\min}$ [$\text{abs}(\text{IMP}_{\min})$], que também deve ser somado aos valores do IMP a fim de transformá-los em valores positivos, o que permitirá que se utilize as medidas tradicionais de pobreza na etapa de agregação da análise. O $\text{IMP}_{\min}$ é dado por:

$$\text{IMP}_{\min} = \frac{\sum_{k=1}^K W_{\min}^k}{K},$$

onde $W_{\min}^k$ é o peso categórico mínimo de cada indicador primário k e K é o número total de indicadores primários. Uma vez que o IMP_i é a média dos pesos das categorias às quais o indivíduo i pertence, então o $\text{IMP}_{\min}$ é a média das categorias de menor peso e corresponde, portanto, ao menor valor que o IMP poderia assumir, no caso de um indivíduo possuir todas as categorias de peso mínimo. Assim sendo, o $\text{IMP}_{\min}$ consiste no menor valor do IMP que poderia ser encontrado para qualquer unidade da população analisada (ASSELIN, 2002, p. 25).

Dessa forma, a linha de pobreza absoluta utilizada como critério de identificação da pobreza pode ser definida como:

$$LP_{abs} = \text{Max}(W_{pov}^k) + \text{abs}(\text{IMP}_{\min}),$$

sendo que, quando $\text{IMP} < LP_{abs}$, o indivíduo é considerado pobre; e quando $\text{IMP} \geq LP_{abs}$, o indivíduo é não pobre.

A metodologia de cálculo do indicador apresentado permite que medidas tradicionais de pobreza, associadas à abordagem monetária unidimensional, possam ser também estimadas com base no IMP, reduzindo as dificuldades geralmente encontradas durante a etapa de agregação nas análises de mensuração da pobreza multidimensional.

3.2.2 Fonte de dados

A fonte de dados utilizada para o cálculo do indicador composto de pobreza multidimensional foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Foram selecionadas as PNADs referentes aos anos de 1995, 2001 e 2006. A escolha por esse período de tempo foi influenciada por dois fatores. O primeiro deles é econômico: a estabilidade monetária ocorrida a partir de 1995, ano inicial de avaliação do Plano Real. Isso evita as possíveis influências da inflação alta na renda das famílias, uma das variáveis que compõe o indicador multidimensional. O segundo fator é sociopolítico: a implantação de um conjunto de políticas sociais instituídas pela Constituição Federal de 1988 e regulamentadas por um grupo de leis na primeira metade dos anos 1990. Essas medidas marcam uma nova fase da política social no Brasil e seus efeitos são positivos para a melhoria de vida da população.

A opção pela PNAD como fonte de dados se justifica pela disponibilidade de informações referentes ao período mais recente (a partir do ano 2000) que ela oferece, devido à sua periodicidade anual (com exceção dos anos censitários). No entanto, o uso da PNAD como fonte de dados exige que se atente para algumas particularidades dessa pesquisa.

Em primeiro lugar, trata-se de uma pesquisa cujo método de delineamento é o de amostragem por conglomerados em múltiplos estágios. Isso significa que a PNAD é uma amostra aleatória complexa e não autoponderada, ou seja, com pesos diferenciados para as unidades amostrais. Apenas nos estados onde não há região metropolitana, a pesquisa é autoponderada.

O setor censitário é a unidade primária amostral (PSU) nas regiões metropolitanas e municípios autorrepresentativos³⁹. A seleção dos setores é feita com probabilidade proporcional ao tamanho, que é definido pelo número de domicílios em cada setor. Os domicílios são selecionados pelo procedimento de amostragem sistemática. Dessa forma, nas regiões metropolitanas e nos municípios autorrepresentativos, a amostra é feita em dois estágios (NEDER, 2008a, p. 101).

No caso dos municípios não autorrepresentativos⁴⁰, a amostra é realizada em três estágios. O processo é feito da seguinte forma:

³⁹ Municípios de maior população situados fora da região metropolitana.

⁴⁰ Municípios com menor população situados fora da região metropolitana.

as unidades da federação são estratificadas geograficamente, sendo que em cada estrato são selecionados dois municípios, sendo estes as unidades primárias de amostragem (PSUs). A seleção dos municípios é feita com probabilidade proporcional ao tamanho dos mesmos, sendo que a *proxy* de tamanho indicada é a população total do município por ocasião do último censo (NEDER, 2008a, p. 101).

Nesses municípios, a seleção dos setores emprega o mesmo procedimento utilizado para as regiões metropolitanas e municípios autorrepresentativos. Todas essas características do desenho amostral da PNAD não devem ser desconsideradas ao utilizar seus dados, pois o tratamento inadequado dos dados pode gerar sérias distorções nos resultados.

O segundo ponto é que, devido ao seu desenho amostral, não é possível desagregar as informações por municípios e/ou regiões a partir dos dados da PNAD. O nível de desagregação se limita às áreas censitárias (região metropolitana, municípios autorrepresentativos e municípios não autorrepresentativos) e à situação censitária (urbana e rural). Em terceiro lugar, é sempre bom lembrar que os dados da PNAD referem-se a uma amostra e não à população. Por isso, comparações entre anos precisam ser interpretadas com cautela, assim como também avaliações de diferenças entre indicadores em um mesmo ano, correspondentes a áreas e situações censitárias ou grupos sociais diferentes.

Por último, apesar do número significativo de variáveis disponíveis na pesquisa básica da PNAD, as características gerais da população referentes à saúde, à segurança alimentar, ao trabalho infantil e ao acesso a programas de transferência de renda não são alvo da coleta anual de informações. Esses temas são pesquisados sem uma periodicidade regular, o que dificulta o emprego dessas informações em análises que englobam mais de um ano de referência.

3.2.3 Seleção das variáveis

A escolha das variáveis (ou indicadores primários) componentes do indicador multidimensional foi feita em duas etapas. Na primeira, definiram-se as dimensões que deveriam ser incluídas no indicador, a partir das sugestões dadas pela literatura sobre a pobreza multidimensional. Essas sugestões apontam para certo grupo de dimensões básicas, que podem ser identificadas tanto na abordagem das necessidades básicas quanto na

abordagem das capacitações: educação, saúde, segurança alimentar, moradia adequada, acesso aos serviços básicos de infraestrutura domiciliar, trabalho.

Eleitas as dimensões, passou-se para a etapa de definição das variáveis. A condição necessária para a escolha de determinada variável era estar relacionada com alguma das dimensões definidas na etapa anterior. Mas esta não era uma condição suficiente, pois era preciso que as informações alusivas à variável escolhida estivessem disponíveis para os três anos selecionados para análise (1995, 2001 e 2006).

Infelizmente, para duas das dimensões definidas *a priori* – saúde e segurança alimentar – não existem informações para os anos selecionados. Trata-se de dimensões importantes para análises de pobreza multidimensional, mas que não fazem parte da pesquisa básica da PNAD. Mesmo quando pesquisados na parte de suplemento da PNAD, não há informações disponíveis sobre saúde e segurança alimentar para o mesmo ano. Portanto, alterar os anos selecionados não resolveria o problema. A alternativa encontrada foi utilizar variáveis que servissem de *proxies* para essas dimensões.

No caso da dimensão saúde, os indicadores primários escolhidos foram os referentes ao esgotamento sanitário, existência de banheiro no domicílio, água encanada e destino do lixo. A justificativa para essa escolha foi o entendimento de que a falta de acesso, ou o acesso inapropriado, a qualquer uma dessas variáveis pode ocasionar sérios prejuízos à saúde do indivíduo, principalmente no que diz respeito à saúde básica. Reconhece-se desde já a forte limitação dessa escolha, mas diante das opções existentes, essa foi a que apresentava maior plausibilidade.

Quanto à dimensão segurança alimentar, não foi possível identificar nenhuma variável como *proxy* direta de satisfação das necessidades alimentares. No entanto, o atendimento a esse tipo de necessidade foi considerado de maneira indireta, através da variável “pobre por renda”, que será definida mais adiante. A ausência dessa dimensão no indicador multidimensional de pobreza não significa que ela seja vista como irrelevante para as análises de pobreza, mas sim que esta ausência é resultado da indisponibilidade de informações relacionadas a essa dimensão na fonte de dados utilizada.

Diante das limitações impostas pelas variáveis disponíveis na PNAD, as dimensões foram redefinidas. Além disso, para atender aos objetivos deste trabalho, algumas variáveis originais precisaram ser recodificadas. Em outros casos, foram geradas novas variáveis a partir de duas ou mais variáveis originais. As transformações realizadas nas variáveis,

segundo cada dimensão, são apresentadas com detalhes (de acordo com as suas definições na PNAD) no Apêndice B.

No Quadro 1 é possível visualizar as cinco variáveis que compõem a dimensão “moradia”, todas extraídas do arquivo de domicílios dos microdados da PNAD. São elas: material predominante nas paredes, material predominante no telhado, condição de ocupação e posse do domicílio, iluminação do domicílio e número de pessoas por dormitório. Ainda que essas variáveis possam ser questionadas quanto à sua utilidade na análise da pobreza, entende-se que a ausência de condições adequadas de moradia se configura em um tipo de privação importante, além de ser uma violação aos direitos sociais⁴¹ garantidos pelo texto constitucional brasileiro.

Dimensão Moradia	
Variável	Categorias
Material predominante nas paredes (matpar)	2 > alvenaria. 1 > outros.
Material predominante no telhado (mattel)	2 > telha ou laje de concreto. 1 > outros.
Condição de ocupação e posse do domicílio (dcond)	3 > próprio, com propriedade do terreno. 2 > próprio, sem propriedade do terreno. 1 > alugado, cedido por empregador, cedido de outra forma, outra condição.
Iluminação do domicílio (ilumina)	2 > elétrica (de rede, gerador, solar). 1 > outra.
Número de pessoas por dormitório (pesspordorm)	2 > total de moradores/número de dormitórios ≤ 3. 1 > total de moradores/número de dormitórios > 3.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 1 – Dimensão “moradia” do indicador multidimensional de pobreza

O valor de corte entre as duas categorias da variável “número de pessoas por dormitório” foi fixado a partir da definição de adensamento habitacional excessivo utilizada pela ONU como uma das características de identificação dos assentamentos precários. Assentamentos precários são domicílios urbanos com no mínimo uma das seguintes características: (a) ausência de acesso adequado ao fornecimento de água; (b) ausência de acesso ao saneamento adequado; (c) *overcrowding* (3 ou mais pessoas por dormitório); e (d)

⁴¹ Segundo Pereira (2006, p. 37, grifos da autora), “[...] os direitos sociais, por sua própria natureza coletiva, guardam estreita vinculação com o conceito de *necessidade*, que tem relação com os princípios da *igualdade*, *equidade* e *justiça social*”.

moradias feitas com material não durável (ONU, 2008). A melhoria significativa na vida dos moradores desses assentamentos precários é uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio⁴² (ODM's). A mesma definição de adensamento habitacional excessivo é utilizada pelo governo brasileiro em seus relatórios de acompanhamento dos ODM's (BRASIL, 2007, p. 116).

Dimensão Saneamento	
Variável	Categorias
Esgotamento sanitário (escoad)	2 ≥ rede geral de esgoto ou pluvial, fossa séptica ligada à rede coletora (domicílios urbanos). 2 ≥ rede geral de esgoto ou pluvial, fossa séptica (domicílios rurais). 1 ≥ outros.
Abastecimento de água no domicílio (dagua)	3 ≥ água canalizada em pelo menos um cômodo, proveniente de rede geral (domicílios urbanos). 3 ≥ água canalizada em pelo menos um cômodo, proveniente de rede geral, poço ou nascente (domicílios rurais). 2 ≥ água canalizada em pelo menos um cômodo, não proveniente de rede geral (domicílios urbanos). 2 ≥ água canalizada em pelo menos um cômodo, não proveniente de rede geral, poço ou nascente (domicílios rurais). 1 ≥ não possui água canalizada no domicílio.
Destino do lixo domiciliar (lixo)	2 ≥ coletado direta ou indiretamente. 1 ≥ outros.
Condição sanitária no domicílio (dbanh)	3 ≥ possui banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade, de uso exclusivo do domicílio. 2 ≥ possui banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade, de uso comum a mais de um domicílio. 1 ≥ não possui banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 2 – Dimensão “saneamento” do indicador multidimensional de pobreza.

Os quatro indicadores primários integrantes da dimensão saneamento são apresentados no Quadro 2: esgotamento sanitário, abastecimento de água, destino do lixo e condição sanitária. Conforme já citado anteriormente, essa dimensão é interpretada como uma *proxy* da dimensão saúde preventiva. As variáveis “esgotamento sanitário” e “abastecimento de água” diferenciam, em algumas categorias, os domicílios urbanos dos domicílios rurais. No caso da

⁴² Meta 7.D do sétimo Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (Assegurar a sustentabilidade ambiental).

primeira variável, a situação considerada adequada para os domicílios urbanos foi a de rede geral ou fossa séptica ligada à rede coletora, enquanto que para os domicílios rurais esta última condição foi desconsiderada. Para a segunda variável, a existência de água canalizada no domicílio proveniente de rede geral foi interpretada como situação adequada para os domicílios urbanos, sendo que essa procedência foi ampliada para poço ou nascente com referência aos domicílios rurais.

Essa diferenciação entre os domicílios se baseia no fato de que há uma dificuldade operacional frequente de se atender às populações mais afastadas por meio de rede geral de esgoto e rede geral de distribuição de água. O importante é o entendimento de que o acesso inapropriado ao esgotamento sanitário e a ausência de água canalizada no domicílio são consideradas situações inadequadas para qualquer indivíduo, independentemente da área onde ele resida.

A dimensão educação é formada por três variáveis: proporção de alfabetizados, proporção de criança na escola, anos de estudo médio. Essas variáveis são descritas no Quadro 3. A primeira delas se refere à proporção de moradores com 15 ou mais de idade que sabem ler e escrever entre os moradores do domicílio que se encontrem nessa faixa etária. A condição considerada adequada é a de que essa proporção seja igual a 1, ou seja, de que todos os moradores de 15 anos ou mais de idade estejam alfabetizados. Qualquer valor abaixo de um é interpretado como uma privação, pois significa presença de analfabetismo no domicílio. Convém destacar que essa variável não considera os anos de estudo dos indivíduos, mas apenas se eles sabem ler e escrever. O valor da proporção é igual para os indivíduos de um mesmo domicílio.

A segunda variável da dimensão educação trata da proporção de crianças na escola em relação ao total de crianças no domicílio. Para os dados dos anos 1995 e 2001, foram definidas como crianças as pessoas cuja idade era igual ou superior a 7 anos e inferior a 14 anos. Esse corte foi fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996), que estabeleceu o acesso ao ensino fundamental obrigatório e gratuito a partir dos 7 anos de idade. No entanto, em 2005 essa lei foi modificada pela Lei 11.114, alterando a obrigatoriedade e gratuidade do acesso ao ensino fundamental para os maiores de 6 anos de idade. Isso exigiu uma alteração na definição das crianças para o ano 2006. A opção por não se incluir o acesso à educação infantil na formulação dessa variável se baseou no fato dessa

modalidade de ensino não ter sido alvo principal das políticas de educação pública no período 1995 e 2006⁴³.

Assim como no caso da proporção de alfabetizados, a única situação interpretada como adequada é quando a proporção de crianças na escola é igual a 1, ou seja, a situação em que todas as crianças estejam frequentando a escola. Toda situação diferente desta é entendida como uma privação, principalmente quando se considera a correlação existente entre essas situações e a pobreza. O acesso ao sistema educacional de ensino é um direito de toda criança e um dever constitucional do Estado proporcionar os meios que garantam esse acesso (Constituição Federal/88, art. 23, inciso V).

Dimensão Educação	
Variável	Categorias
Proporção de alfabetizados no domicílio (palfa)	$2 \geq$ (total de moradores alfabetizados de 15 ou mais anos de idade/total de moradores de 15 ou mais de anos de idade) = 1. $1 \geq$ (moradores alfabetizados de 15 ou mais anos de idade/total de moradores de 15 ou mais de anos de idade) < 1.
Proporção de criança na escola no domicílio (pcriesc)	$2 \geq$ (total de crianças ⁽¹⁾ frequentando escola ou creche/total de crianças no domicílio) = 1. $1 \geq$ (total de crianças ⁽¹⁾ frequentando escola ou creche/total de crianças no domicílio) < 1.
Anos de estudo médio por domicílio (anosestmed)	$4 \geq$ (total de anos de estudo dos moradores de 18 ou mais anos de idade/total de moradores de 18 ou mais anos de idade) = [13,15] $3 \geq$ (total de anos de estudo dos moradores de 18 ou mais anos de idade/total de moradores de 18 ou mais anos de idade) = [9,13] $2 \geq$ (total de anos de estudo dos moradores de 18 ou mais anos de idade/total de moradores de 18 ou mais anos de idade) = [5, 9] $1 \geq$ (total de anos de estudo dos moradores de 18 ou mais anos de idade/total de moradores de 18 ou mais anos de idade) = [0, 5)

Fonte: Elaboração própria.

(1) Para os anos de 1995 e 2001, pessoas cuja idade era igual ou superior a 7 anos e menor que 14 anos. Para o ano de 2006, pessoas cuja idade era igual ou superior a 6 anos e menor que 14 anos.

Quadro 3 – Dimensão “educação” do indicador multidimensional de pobreza.

⁴³ Apenas com a instituição do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Lei 11.494) em 2007 é que a educação infantil passa a ser, juntamente com os outros níveis da educação básica (fundamental e médio), objeto de maior interesse das políticas públicas de educação.

A última variável que compõe a dimensão educação se refere aos anos de estudo médio do total de moradores de 18 anos ou mais de idade. Essa variável é formada por quatro categorias, em cujas especificações se levou em conta o número de anos de estudo mínimos exigidos para conclusão dos níveis de ensino. Ao incluir essa variável no indicador, a intenção foi captar não somente o ano de estudo médio por indivíduo, mas também o “contexto educacional” no qual o indivíduo está inserido. Em outras palavras, a intenção foi a de trazer para a análise alguma informação sobre a formação educacional das pessoas pertencentes ao mesmo domicílio do indivíduo, que, na maioria das vezes, são seus familiares. A situação considerada menos adequada foi a da categoria 1. Fazem parte dessa categoria os domicílios para os quais o número de anos de estudo médio dos moradores de 18 anos ou mais é inferior a 5, o que equivaleria mais ou menos ao antigo ensino primário.

A quarta dimensão componente do indicador multidimensional de pobreza foi denominada trabalho. Conforme pode ser visualizado no Quadro 4, essa dimensão é formada apenas pela variável proporção de trabalho precário no domicílio. Qualificou-se como situação de trabalho precário aquela na qual o trabalhador não era segurado da previdência social nem contribuinte de outro instituto de previdência e, por isso, não tinha proteção contra os chamados riscos sociais (incapacitantes ao trabalho). É importante ressaltar que a condição de segurado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não se restringe ao segurado contribuinte, uma vez que a categoria de segurado especial⁴⁴ foi regulamentada no início da década de 1990, beneficiando um número expressivo de trabalhadores rurais.

Antes de optarmos por essa definição de trabalho precário, outras tentativas foram consideradas baseadas no número de horas trabalhadas, remuneração e vínculo empregatício. Todas estas tentativas revelaram-se inadequadas, de modo que a condição de ser segurado foi a que mais adequadamente representou essa dimensão, já que reflete em um único aspecto a precariedade ou não do trabalho, abrangendo, de certa forma, os outros critérios alternativos.

Qualquer evidência da presença de trabalho precário entre os moradores ocupados do

⁴⁴ De acordo com a Lei 8.398/1992, essa categoria de segurado incluía: “o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam essas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de quatorze anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo”. Recentemente, essa definição de segurado especial foi alterada pela Lei 11.718/2008, classificando nessa categoria a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar (ainda que com o auxílio eventual de terceiros a título de mútua colaboração), estejam na condição de: a) produtor; b) pescador artesanal; c) ou então, cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de 16 (dezesseis) anos de idade ou a este equiparado, do produtor ou pescador segurado, que, comprovadamente, trabalhem com o grupo familiar respectivo.

domicílio foi interpretada como uma situação inadequada. Dentro da abordagem das capacitações, a segurança protetora é apontada por Sen (2000) como um tipo importante de liberdade instrumental que, quando não garantida, pode ter efeitos negativos nas vidas das pessoas. Baseada nisso, a falta de acesso a essa segurança pode ser considerada como um fator agravante para a pobreza.

Dimensão Trabalho	
Variável	Categorias
Proporção de trabalho precário no domicílio (tprecario)	$2 \geq (\text{total de moradores em situação de trabalho precário}^{(1)} / \text{total de moradores ocupados}^{(2)}) = 0.$ $1 \geq (\text{total de moradores em situação de trabalho precário}^{(1)} / \text{total de moradores ocupados}^{(2)}) > 0.$

Fonte: Elaboração própria.

(1) Pessoas ocupadas na semana de referência, com idade igual ou superior a 14 anos, não seguradas da Previdência Social.

(2) Pessoas ocupadas na semana de referência, com idade igual ou superior a 14 anos.

Quadro 4 – Dimensão “trabalho” do indicador multidimensional de pobreza.

Diferente do modo como é frequentemente tratada nas análises de pobreza, a renda é apenas uma das dimensões componentes do indicador proposto. A dimensão renda é apresentada no Quadro 5. Ela é formada por apenas uma variável, definida a partir de linhas de pobreza diferenciadas por área censitária (metropolitana, urbano e rural).

As linhas de pobreza utilizadas foram extraídas de Rocha (2009). A metodologia para a formulação dessas linhas se baseia, primeiramente, na definição da despesa alimentar, através de uma cesta alimentar ajustada que considera a satisfação das necessidades nutricionais mínimas e o conjunto de produtos alimentares regionalmente consumidos, determinado pela Pesquisa de Orçamento Familiar (POF). A partir disso, o valor das cestas alimentares é, então, estimado. Posteriormente, estabelece-se o valor das despesas não alimentares, especificadas também a partir das informações da POF referentes às famílias de baixa renda, isto é, famílias pertencentes à classe de renda para a qual as necessidades energéticas mínimas foram atingidas. No caso das regiões não metropolitanas, as informações sobre consumo e preço foram obtidas pelo Endef (Estudo Nacional da Despesa Familiar). Os valores das despesas alimentares e não alimentares foram atualizados pelo INPC, segundo categorias (ROCHA, 2003).

Apesar das limitações que essa metodologia apresenta no que diz respeito à arbitrariedade e atualização das despesas alimentares e não alimentares em relação às alterações no padrão de consumo das famílias brasileiras, optou-se pelo seu uso em virtude da possibilidade de utilizar linhas diferenciadas por região. Como essas linhas se baseiam nas necessidades nutricionais diárias, elas também são indicadores indiretos de segurança alimentar.

Outro aspecto que deve ser mencionado é o uso da renda familiar *per capita* na definição da variável pobre por renda. Sabe-se que a distribuição de renda entre os membros da família nem sempre é homogênea, conforme destacado por Sen (2000; 2001), e que esta distribuição pode ser bastante danosa aos membros dos grupos considerados mais vulneráveis (mulheres, crianças, idosos, portadores de necessidades especiais, etc.). No entanto, diante das limitações impostas pela fonte de dados, a renda familiar *per capita* demonstrou ser a que mais se adequava ao indicador multidimensional.

Dimensão Renda	
Variável	Categorias
Pobre por renda (pob_renda)	$2 \geq \text{rendimento familiar per capita}^{(1)} \geq \text{linha de pobreza}^{(2)}$ $1 \geq \text{rendimento familiar per capita}^{(1)} < \text{linha de pobreza}^{(2)}$

Fonte: Elaboração própria.

(1) Rendimento mensal familiar dividido pelo número de componentes da família (exclusive o rendimento dos pensionistas, empregados domésticos, parentes dos empregados domésticos e pessoas de menos de 10 anos de idade).

(2) Definidas de acordo com Rocha (2009).

Quadro 5 – Dimensão “renda” do indicador multidimensional de pobreza.

Finalmente, a última dimensão componente do indicador multidimensional de pobreza é apresentada no Quadro 6. Esta dimensão é composta pela variável razão de dependência, que é um indicador demográfico utilizado nas análises de mercado de trabalho, pois trata da relação entre pessoas em idade potencialmente inativa e pessoas em idade potencialmente ativa (IBGE, 2008a, p. 23). As pessoas com idade inferior a 14 anos ou igual ou superior a 60 anos foram definidas como dependentes. A especificação do limite na idade de 60 anos ou mais se pautou no que foi estabelecido pelo Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), que considera idoso os indivíduos que estão nessa faixa etária.

Dimensão Demográfica	
Variável	Categorias
Razão de dependência no domicílio (rdepen)	$2 \geq (\text{total de pessoas dependentes}^{(1)} / \text{total de pessoas não dependentes}^{(2)}) \leq 1.$ $1 \geq (\text{total de pessoas dependentes}^{(1)} / \text{total de pessoas não dependentes}^{(2)}) > 1.$

Fonte: Elaboração própria.

(1) Pessoas com idade inferior a 14 anos ou igual ou superior a 60 anos.

(2) Pessoas com idade igual ou superior a 14 anos ou inferior a 60 anos.

Quadro 6 – Dimensão “demográfica” do indicador multidimensional de pobreza.

A linha de corte da razão de dependência foi definida arbitrariamente em 1. Adotou-se este critério arbitrário devido à ausência de valores que pudessem ser utilizados como referência. A escolha por 1 como valor de corte foi baseada no entendimento de que uma razão de dependência igual ou superior a este valor representa um sinal de vulnerabilidade dentro do domicílio, pois significa que o número total de dependentes é superior ao número total de não dependentes.

Assim, o indicador multidimensional de pobreza é composto por 15 variáveis, distribuídas de forma heterogênea em 6 dimensões. A categorização das variáveis obedece ao princípio de que maior privação corresponde à menor valor, de modo que categorias de valor 1 são situações menos adequadas do que as categorias de valor 2, e assim sucessivamente.

Todas as dimensões componentes do indicador possuem peso igual, seguindo a opção utilizada pelo PNUD na elaboração do IDH, do IPH-1 e do IPH-2 e também empregada por Barros, Carvalho e Franco (2006) na formulação do Índice de Desenvolvimento da Família (IDF). O mesmo procedimento é usado na definição dos pesos das variáveis componentes de cada dimensão, ou seja, variáveis de uma mesma dimensão possuem pesos iguais, de forma a manter o mesmo peso para todas as dimensões, depois de somados os pesos das variáveis que as compõem. Como o número de variáveis não é o mesmo entre as dimensões, pode ocorrer que variáveis de dimensões diferentes possuam pesos distintos.

A opção por utilizar pesos iguais para as dimensões e não para as variáveis se justifica pelo fato de que há um número maior de variáveis relacionadas às condições de infraestrutura do domicílio, de forma que se todas as variáveis tivessem o mesmo peso o indicador multidimensional representaria mais a privação nessas dimensões do que no conjunto dos indicadores primários.

3.3 A pobreza multidimensional na Bahia

3.3.1 *Análise preliminar dos indicadores primários*

De maneira geral, as informações extraídas da PNAD sinalizam uma melhora nas condições de vida da população baiana entre os anos 1995-2006, ratificando a tendência observada nos dados censitários de 1991 e 2000⁴⁵. Essa melhora, no entanto, não ocorreu de forma homogênea entre as regiões metropolitana, urbana e rural. Para alguns indicadores primários, as disparidades entre essas regiões aumentaram no decorrer do período analisado.

É importante esclarecer que os conceitos de rural e urbano adotados na análise são os mesmos utilizados pela PNAD alusivos à situação censitária do domicílio (variável V4105 dos microdados da PNAD).

No entanto, as três categorias referentes aos domicílios urbanos foram reagrupadas em uma única categoria, sendo o mesmo procedimento seguido com relação às cinco categorias referentes aos domicílios rurais, transformando uma variável categórica nominal com oito categorias em uma outra com apenas duas categorias. A área metropolitana foi identificada pela categoria 1 da variável “área censitária” (código V4106 dos microdados da PNAD).

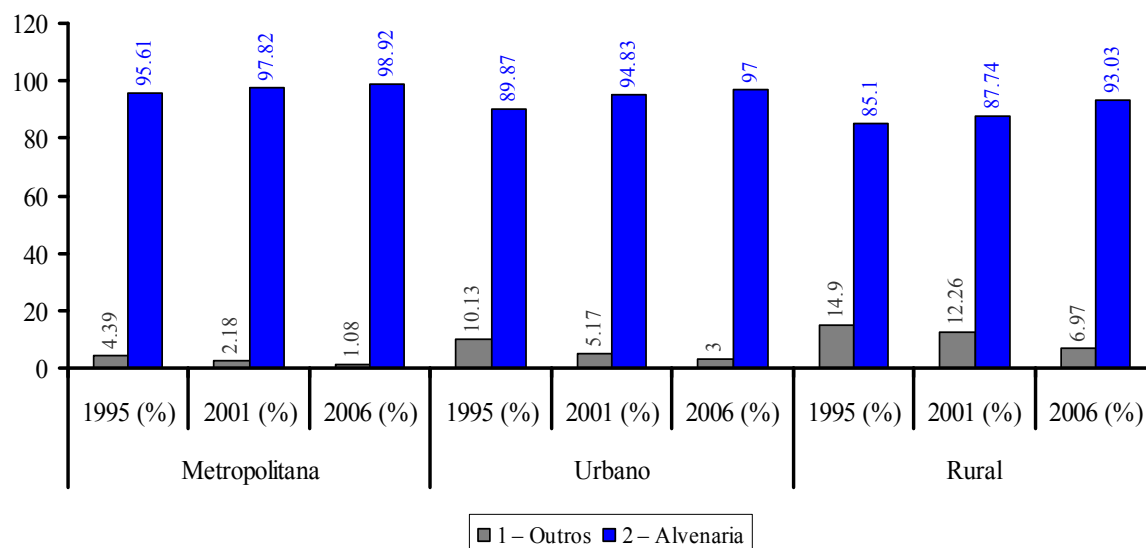
O critério utilizado na PNAD para definição da situação censitária é o mesmo empregado pelo último censo anterior ao ano de realização da pesquisa, de forma que quando se analisam anos de décadas distintas – como, por exemplo, 1995 e 2001 – pode haver diferenças na delimitação dos espaços rurais e urbanos.

Muitos pesquisadores, incluindo técnicos do IBGE, alertam para este fato, que pode causar problemas de viés por má identificação das duas áreas, desde que com o decorrer do tempo os perímetros urbanos municipais vão se alterando. À medida que o período se afasta da data censitária, este problema se agrava, o que pode prejudicar comparações intertemporais.

No caso dos censos de 1991 e 2000, as características demarcadoras de cada uma das categorias associadas a esses espaços não foram alteradas, permanecendo os mesmos critérios de definição da situação censitária entre os anos aqui analisados (1995, 2001 e 2006).

⁴⁵ Ver subseção 2.2.2, do capítulo 2 deste trabalho.

Ainda que não seja possível captar integralmente a evolução das estatísticas referentes à situação urbana e rural, em virtude das prováveis alterações nos limites de seus perímetros, optou-se por analisar os indicadores primários por situação censitária a fim de identificar as diferenças entre as populações rural, urbana e metropolitana.

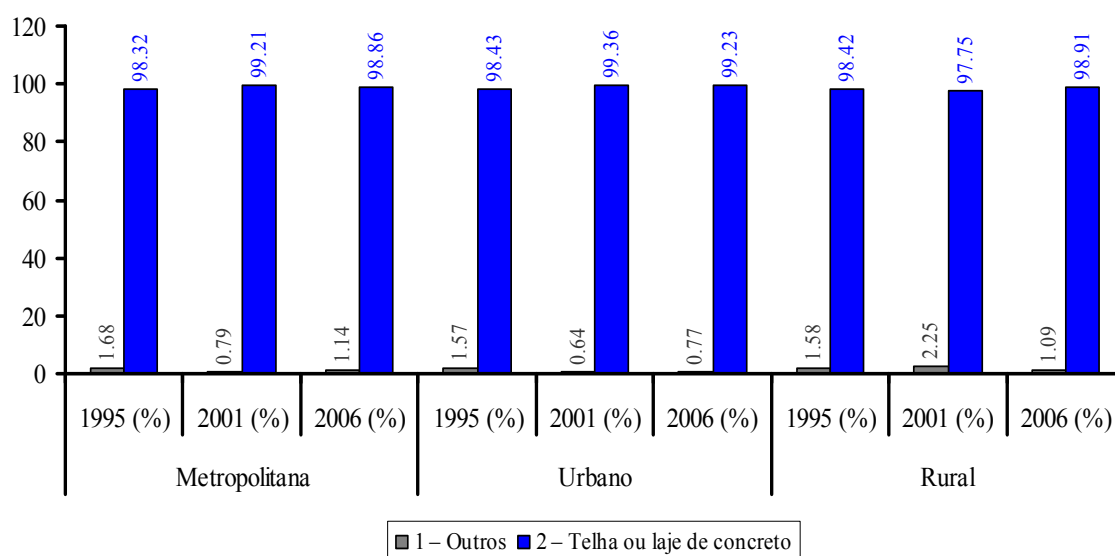


Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD).

Nota: Urbano não metropolitano e rural não metropolitano.

Gráfico 2 – Percentual de pessoas residentes, segundo material predominante nas paredes do domicílio, por região metropolitana e situação do domicílio – Bahia – 1995, 2001 e 2006.

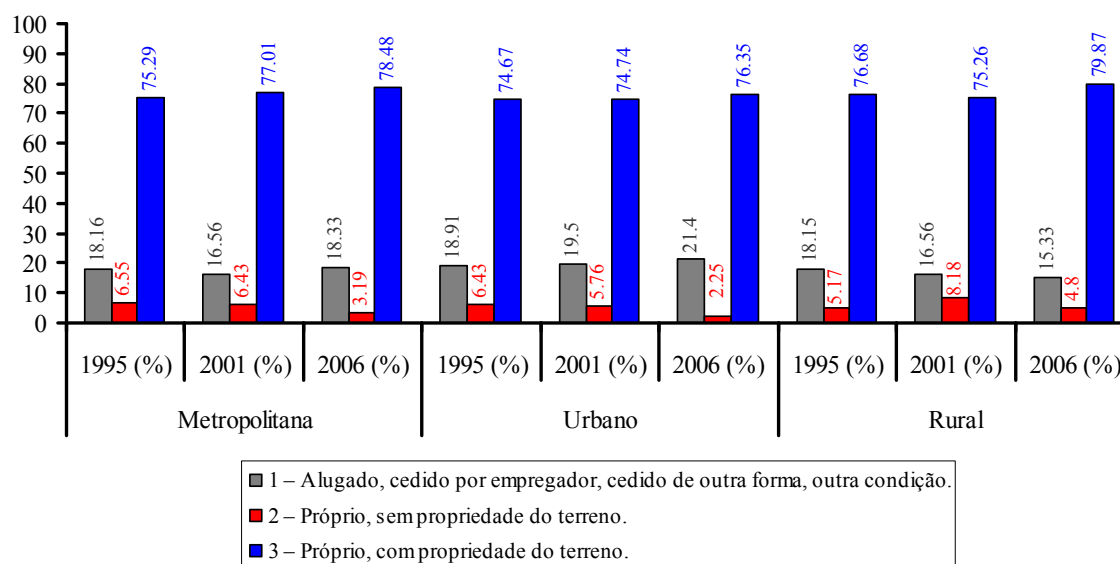
As variáveis pertencentes à dimensão “moradia” do indicador multidimensional de pobreza eram as que apresentavam maior similaridade entre as áreas metropolitana, urbana e rural. Percentual elevado dos indivíduos residia em domicílios com estrutura considerada adequada (paredes de alvenaria e coberto por telhas ou laje de concreto), inclusive na área rural, conforme pode ser observado nos Gráficos 2 e 3. Grande parte das pessoas vivia em domicílios próprios (Gráfico 4), incluindo nesta qualificação os domicílios que ainda estão sendo pagos.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD).

Nota: Urbano não metropolitano e rural não metropolitano.

Gráfico 3 – Percentual de pessoas residentes, segundo material predominante no telhado do domicílio, por região metropolitana e situação do domicílio – Bahia – 1995, 2001 e 2006.

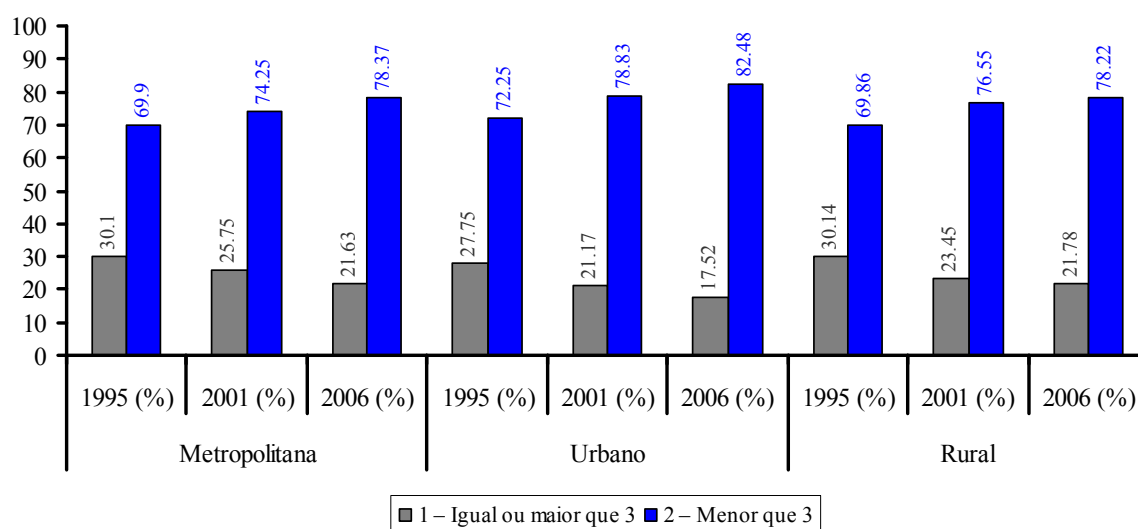


Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD).

Nota: Urbano não metropolitano e rural não metropolitano.

Gráfico 4 – Percentual de pessoas residentes, segundo condição de ocupação e posse do domicílio, por região metropolitana e situação do domicílio – Bahia – 1995, 2001 e 2006.

O adensamento habitacional, avaliado pelo número de pessoas por dormitório, também não era muito distinto entre os domicílios metropolitanos, urbanos e rurais. Mas o percentual da população que vivia em domicílios com alto adensamento habitacional era significativo (em torno de 20%), o que evidenciava certa precariedade na condição de utilização desses domicílios (Gráfico 5). Esse percentual se reduziu entre os anos de 1995 e 2006 para todas as áreas e situações censitárias. Uma possível explicação para essa redução é a diminuição no tamanho das famílias, que vem ocorrendo no Brasil – resultante, em parte, das políticas de planejamento familiar.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD).

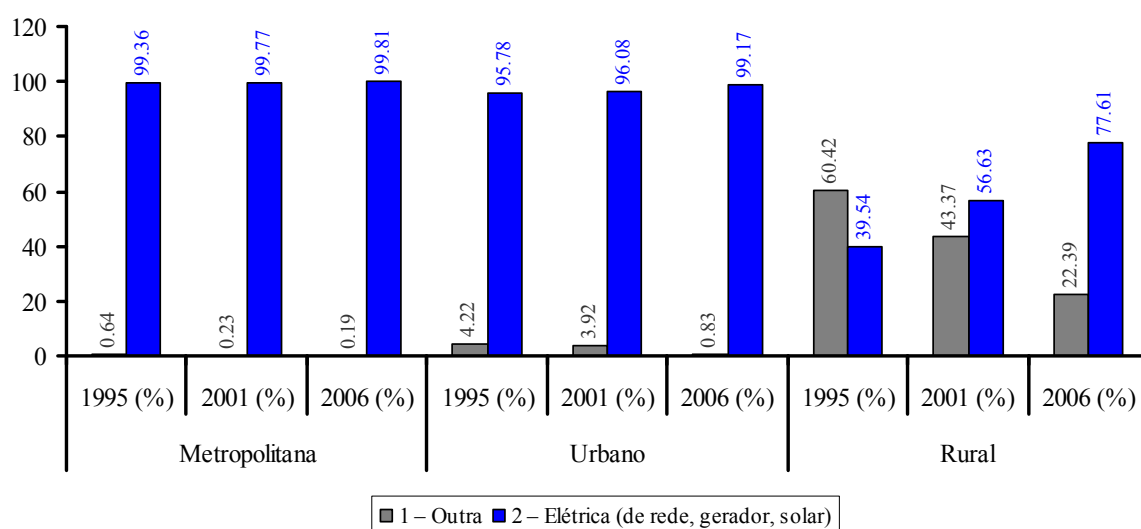
Nota: Urbano não metropolitano e rural não metropolitano.

Gráfico 5 – Percentual de pessoas residentes, segundo número de pessoas por dormitório, por região metropolitana e situação do domicílio – Bahia – 1995, 2001 e 2006.

A exceção entre as variáveis pertencentes à dimensão moradia com relação ao que se verifica para as diferentes áreas (metropolitana, urbana e rural) era a forma de iluminação do domicílio. Como pode ser visualizado no Gráfico 6, enquanto que quase a totalidade dos indivíduos, na região metropolitana e na área urbana, morava em domicílios com acesso à energia elétrica, esta forma de iluminação ainda estava ausente das moradias de aproximadamente 22% da população rural em 2006.

Felizmente, é possível identificar uma trajetória fortemente descendente nesse percentual durante o período 1995-2006. Essa trajetória foi ocasionada principalmente pela

implantação, na segunda metade da década de 1990, do Programa Luz no Campo, que tinha por objetivo expandir o acesso à energia elétrica no meio rural. Em 2003, esse programa foi substituído pelo Programa Luz para Todos, sendo o objetivo geral preservado. A falta de acesso à energia elétrica é um tipo de privação que pode resultar em outras, como, por exemplo, dificuldade no acesso ao conhecimento e, no caso da agricultura familiar, na implantação de novas técnicas produtivas que garantam a sustentabilidade.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD).

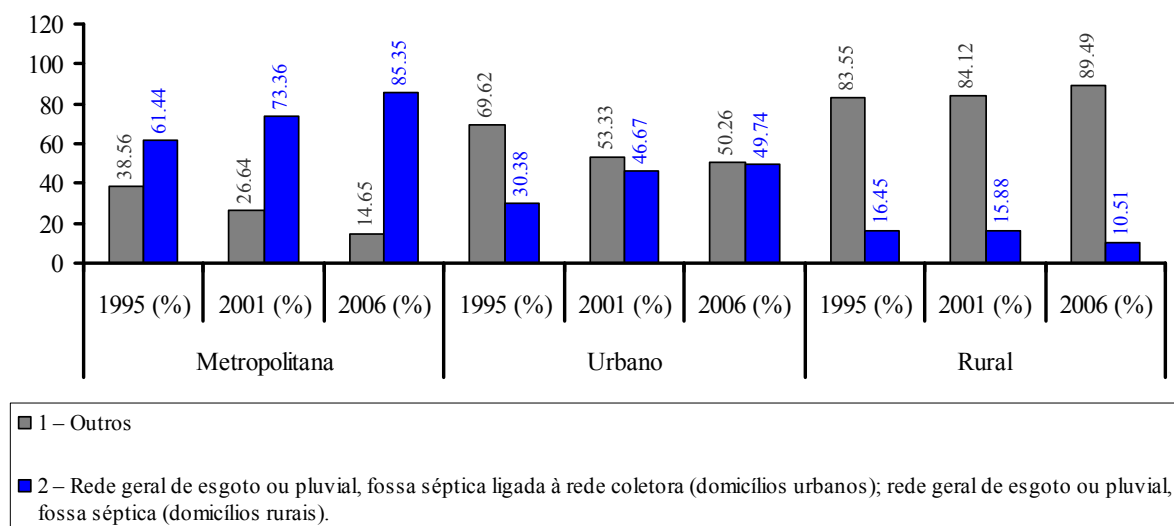
Nota: Urbano não metropolitano e rural não metropolitano.

Gráfico 6 – Percentual de pessoas residentes, segundo iluminação do domicílio, por região metropolitana e situação do domicílio – Bahia – 1995, 2001 e 2006.

As variáveis referentes à dimensão saneamento do indicador multidimensional de pobreza apresentavam discrepâncias em relação às condições domiciliares de saneamento observadas na região metropolitana e nas áreas urbana e rural. No Gráfico 7, é possível visualizar que o acesso ao esgotamento sanitário adequado era ainda inexistente para boa parte da população baiana no período analisado. Em 2006, na área urbana, em torno de 50% dos indivíduos não contavam com esse acesso.

Como era previsível, o acesso ao esgotamento sanitário era mais precário no meio rural. Isso é comumente justificado pelo alto custo de implantação desse tipo de serviço nas áreas rurais e, em algumas situações, pela inviabilidade técnica. Mesmo que se reconheça que esses fatores são obstáculos difíceis de serem superados, é preciso investir em formas

alternativas sustentáveis que garantam o escoamento sanitário adequado nas áreas rurais, a fim de evitar problemas de saúde para os indivíduos, bem como problemas ambientais futuros.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD).

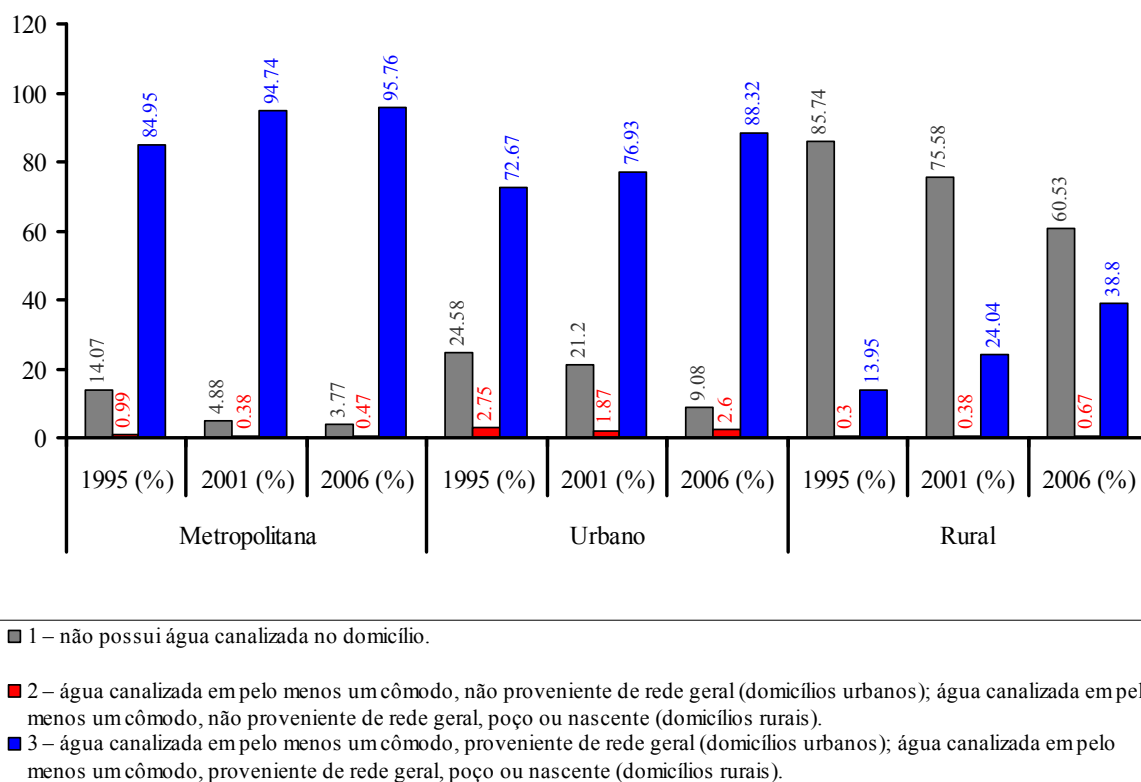
Nota: Urbano não metropolitano e rural não metropolitano.

Gráfico 7 – Percentual de pessoas residentes, segundo a forma de esgotamento sanitário do domicílio, por região metropolitana e situação do domicílio – Bahia – 1995, 2001 e 2006.

Ainda com referência ao Gráfico 7, chama à atenção a trajetória ascendente apresentada pelo percentual de pessoas residentes na área rural sem acesso adequado ao esgotamento sanitário, entre o período 1995 e 2006, contrariando a melhora verificada nos demais indicadores sociais.

Na área rural, o percentual de pessoas sem acesso à água canalizada no domicílio impressiona (Gráfico 8). Independente da proveniência da água (poço, nascente, rede geral, etc.), em 2006, 60% das pessoas residia em domicílios que não contavam com água canalizada. Provavelmente, número considerável desses domicílios estava localizado na região do semi-árido, castigada frequentemente por prolongadas temporadas de seca, o que intensifica ainda mais a necessidade de políticas comprometidas com a garantia do acesso à água potável. O armazenamento inadequado da água é fonte de várias doenças, facilmente evitadas quando se armazena a água corretamente e se reduz o contato excessivo com os reservatórios.

Nas áreas metropolitana e urbana, a maioria dos indivíduos residia em domicílios com água canalizada proveniente de rede geral. O percentual de pessoas que viviam em domicílios com água canalizada proveniente de outra fonte era bastante reduzido. Nota-se uma queda acentuada no total de pessoas que não contavam com esse serviço em seus domicílios na área urbana, entre os anos de 2001 e 2006 (Gráfico 8).



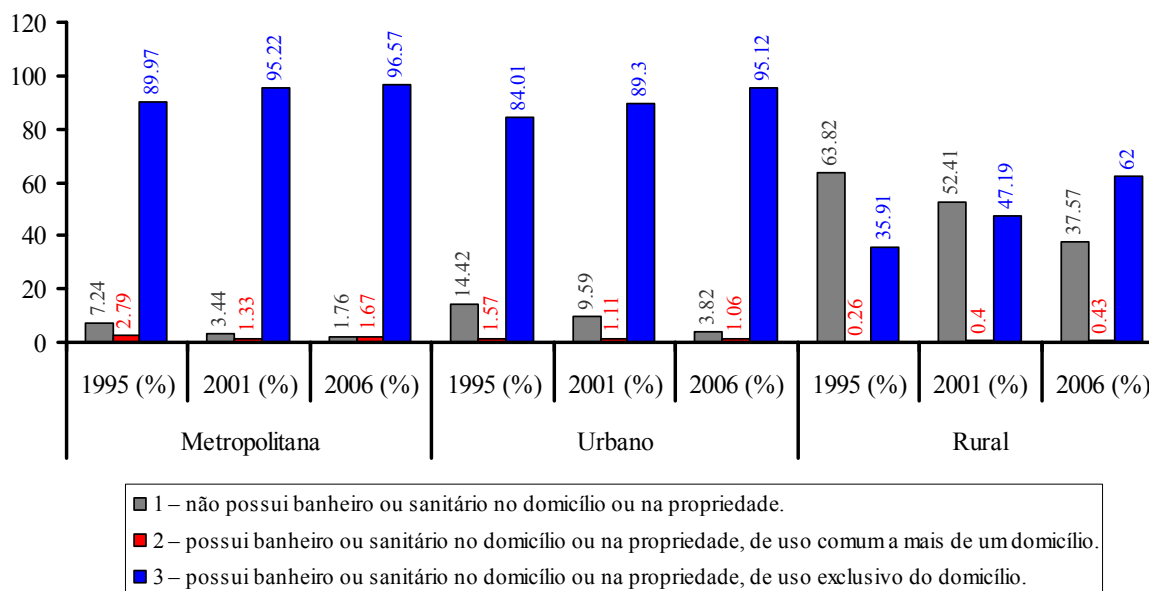
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD).

Nota: Urbano não metropolitano e rural não metropolitano.

Gráfico 8 – Percentual de pessoas residentes, segundo a forma de abastecimento de água no domicílio, por região metropolitana e situação do domicílio – Bahia – 1995, 2001 e 2006.

Com relação à zona rural, outro dado que também mostra a gravidade das condições sanitárias da população é o percentual de indivíduos que moravam em domicílios que não possuíam banheiro ou sanitário. Conforme apresentado no Gráfico 9, no ano de 2006, mais de 37% das pessoas se encontravam nessa situação. A precariedade das condições sanitárias no meio rural certamente contribui para maior ocorrência de doenças parasitárias nessa área, principalmente entre as crianças. A inexistência de condições sanitárias adequadas pode ocasionar grave prejuízo à saúde dos indivíduos, além de estar fortemente associada à

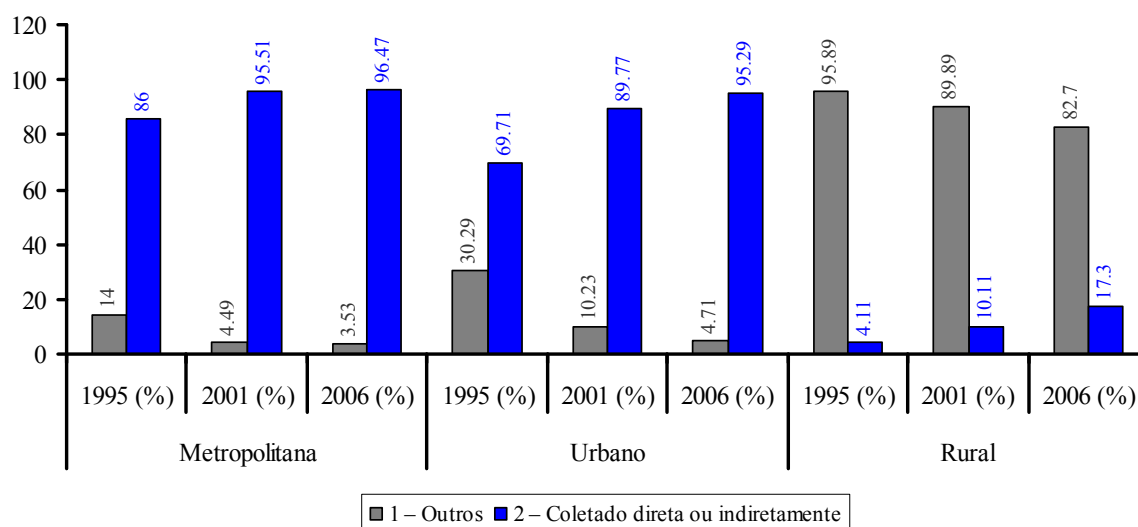
situação de pobreza. Nas demais áreas (metropolitana e urbana), o percentual de indivíduos que residiam em domicílios que não possuíam banheiro ou sanitário era menor.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD).

Nota: Urbano não metropolitano e rural não metropolitano.

Gráfico 9 – Percentual de pessoas residentes, segundo condição sanitária do domicílio, por região metropolitana e situação do domicílio – Bahia – 1995, 2001 e 2006.



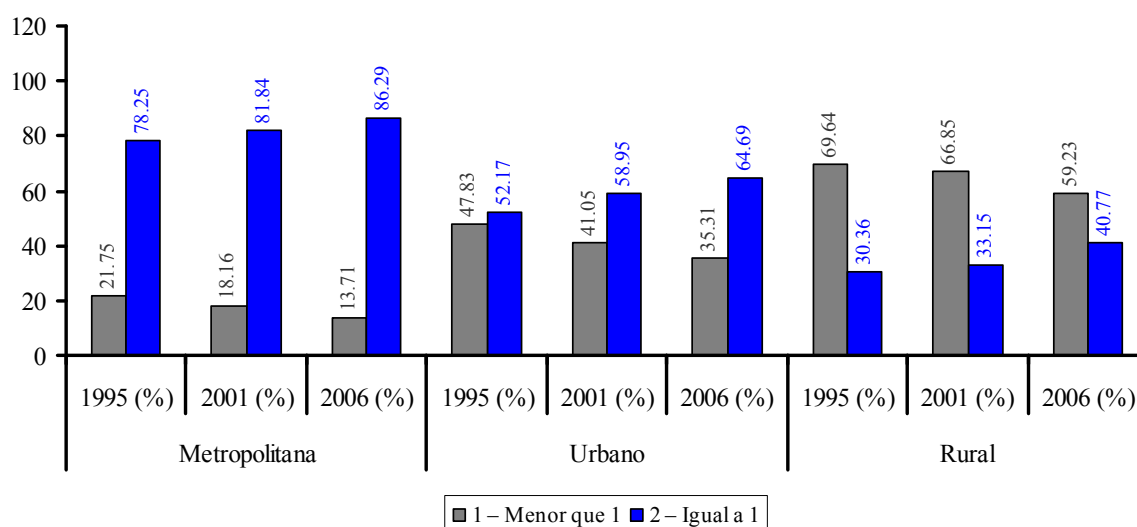
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD).

Nota: Urbano não metropolitano e rural não metropolitano.

Gráfico 10 – Percentual de pessoas residentes, segundo o destino do lixo domiciliar, por região metropolitana e situação do domicílio – Bahia – 1995, 2001 e 2006.

As informações sobre o destino do lixo domiciliar também apontam uma discrepância entre as áreas metropolitana e urbana e a área rural (Gráfico 10). No caso das primeiras, quase a totalidade dos indivíduos que residiam nessas áreas contavam com sistema de coleta direta ou indireta do lixo domiciliar. No entanto, na área rural, apenas um percentual diminuto das pessoas residentes tinham acesso a esse tipo de serviço.

No que se refere à dimensão educação do indicador multidimensional de pobreza, as disparidades entre as áreas metropolitana, urbana e rural também podem ser verificadas para duas das variáveis componentes dessa dimensão: proporção de alfabetizados e anos de estudo médio por domicílio. Apesar da queda nos valores verificada entre os anos 1995-2006, um número expressivo de pessoas vivia em domicílios com presença de analfabetismo entre os moradores com 15 anos ou mais de idade (Gráfico 11). Esse número era muito mais elevado no meio rural (cerca de 60%, em 2006), mas bastante significativo também na área urbana não metropolitana (35%, em 2006). Na área metropolitana, esse percentual era 2 vezes menor do que o verificado nessa última (aproximadamente 14%, em 2006).



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD).

Nota: Urbano não metropolitano e rural não metropolitano.

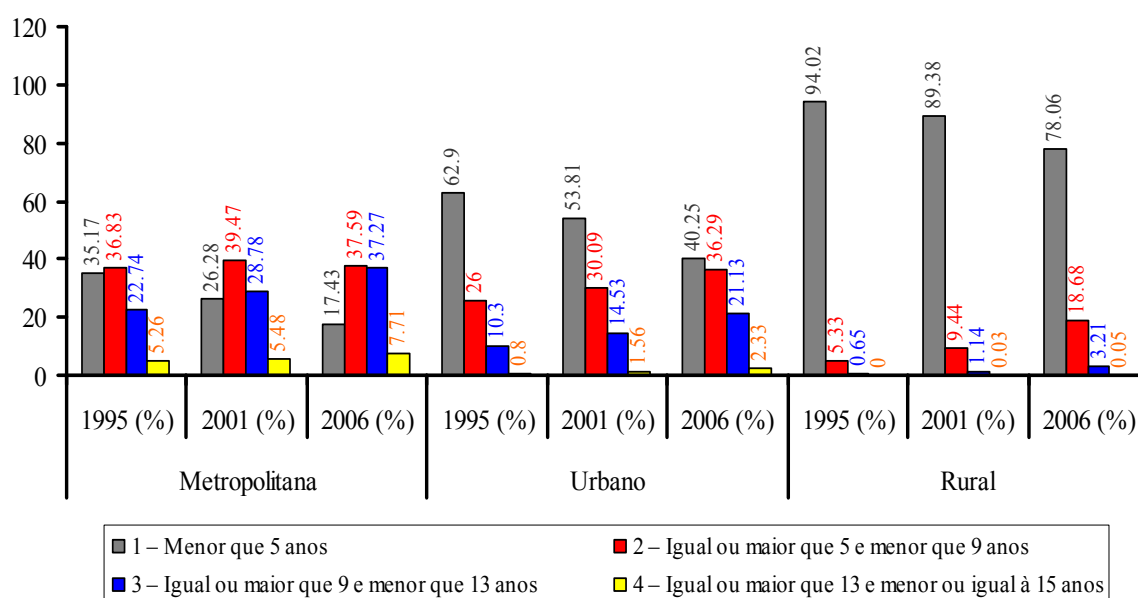
Proporção de alfabetizados refere-se aos moradores com idade igual ou superior a 15 anos.

Gráfico 11 – Percentual de pessoas residentes, segundo proporção de alfabetizados no domicílio, por região metropolitana e situação do domicílio – Bahia – 1995, 2001 e 2006.

A existência de analfabetismo no domicílio pode ser interpretada como um aspecto correlacionado à incidência da pobreza, uma vez que a deficiência/ausência de acesso à

educação é apontada como um tipo grave de privação [(SEN; 2000; 2001); (PNUD; 1997; 1998)] e um sinal de insatisfação das necessidades humanas básicas (STEWART; 1989; 1995).

Essa deficiência também aparece quando se observa o percentual de indivíduos para os quais o número médio de anos estudo entre os moradores do domicílio eram inferior a 5 anos, o que pode ser visualizado no Gráfico 12. Na área rural, essa era a situação que mais prevalecia. O percentual de pessoas residentes nessa área em domicílios com número médio de anos de estudo superior a 13 anos era praticamente inexistente em 2006. Na região metropolitana, a distribuição percentual entre as faixas de anos de estudo era mais homogênea. Ainda assim, deve ser notado o baixo percentual de indivíduos que moravam em domicílios com número médio de anos de estudo superior a 13 nessa região.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD).

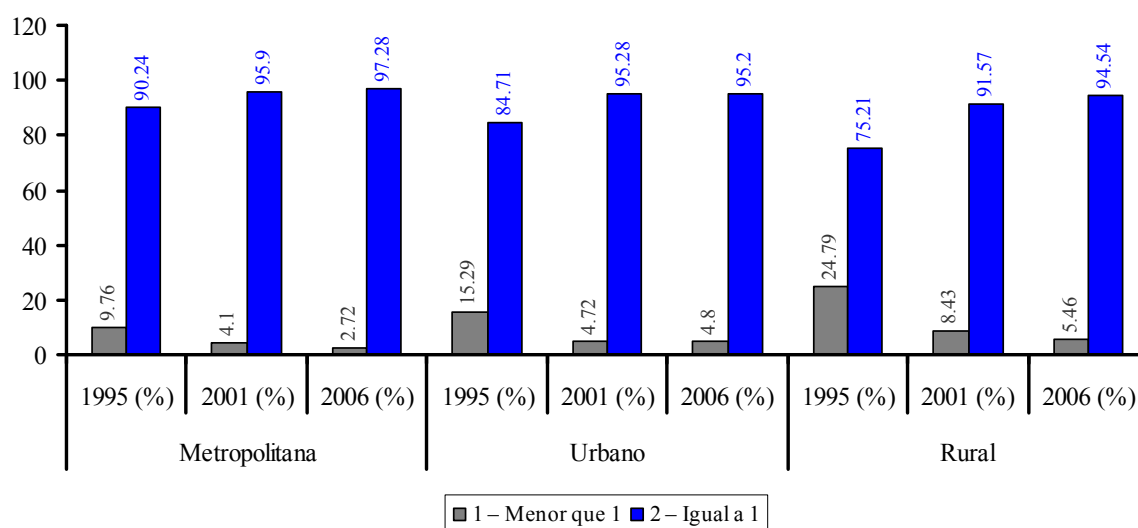
Nota: Urbano não metropolitano e rural não metropolitano.

Anos de estudo médio do total de moradores com idade igual ou superior a 18 anos.

Gráfico 12 – Percentual de pessoas residentes, segundo número médio de anos de estudo por domicílio, por região metropolitana e situação do domicílio – Bahia – 1995, 2001 e 2006.

Um dado positivo, cujos efeitos a longo prazo devem contribuir para melhorar o nível de escolaridade da população baiana, foi a expressiva expansão no acesso das crianças à escola, inclusive na área rural. O percentual total de habitantes dos domicílios onde existiam

crianças em idade escolar não frequentando escola diminuiu consideravelmente no período (Gráfico 13). A ampliação dos investimentos no ensino fundamental durante a segunda metade dos anos 1990, somada à implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)⁴⁶ e ao estabelecimento de programas sociais que exigem do beneficiário a obrigatoriedade de frequentar a escola, contribuíram favoravelmente para essa expansão. Os avanços foram maiores na área rural, mas nas demais regiões eles também ocorreram.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD).

Nota: Urbano não metropolitano e rural não metropolitano.

Proporção de criança na escola refere-se aos moradores com idade igual ou superior a 7 anos e inferior a 14. Para o ano de 2006, moradores com idade igual ou superior a 6 anos e inferior a 14.

Gráfico 13 – Percentual de pessoas residentes, segundo proporção de crianças na escola por domicílio, por região metropolitana e situação do domicílio – Bahia – 1995, 2001 e 2006.

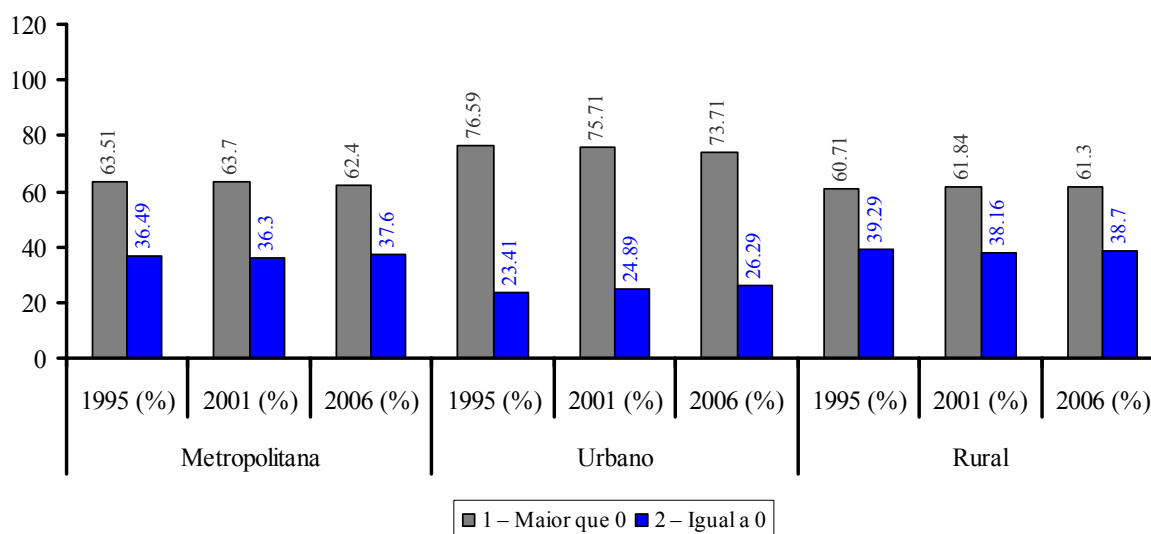
Com relação à proporção de trabalho precário no domicílio, única variável pertencente à dimensão trabalho do indicador multidimensional de pobreza, as informações demonstram uma situação mais favorável na área rural do que na área urbana do Estado da Bahia (Gráfico 14). Isso ocorre porque os trabalhadores rurais em regime de agricultura familiar se incluem na categoria de segurado especial da Previdência Social, independente de contribuir ou não para o sistema previdenciário. Como a definição de trabalho precário, aqui empregada, se

⁴⁶ Em 2006, o FUNDEF foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB).

refere à ocupação da pessoa de 14 anos ou mais de idade não segurada de sistema previdenciário, é facilmente compreendida a razão desse resultado um pouco melhor na área rural.

De modo geral, o índice de trabalho formal nas áreas urbanas da Bahia é baixo e as ocupações tendem a se concentrar em atividades de baixa remuneração e/ou sazonais, o que explica o baixo percentual de pessoas que residiam em domicílios nos quais a ocupação de algum morador poderia ser qualificada como trabalho precário. Na região metropolitana, onde há um nível maior de formalização, esse percentual era um pouco mais elevado.

Ainda é possível perceber, pelos dados referentes aos anos de 1995, 2001 e 2006 apresentados no Gráfico 14, que o percentual de indivíduos que residiam em domicílios com presença de trabalho precário se manteve constante e em valores reduzidos no decorrer desse período. A falta de garantia de proteção contra os riscos sociais que podem atingir o indivíduo e/ou os que com ele convivem no seu domicílio é um fator que comumente agrava a sua vulnerabilidade à pobreza.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD).

Nota: Urbano não metropolitano e rural não metropolitano.

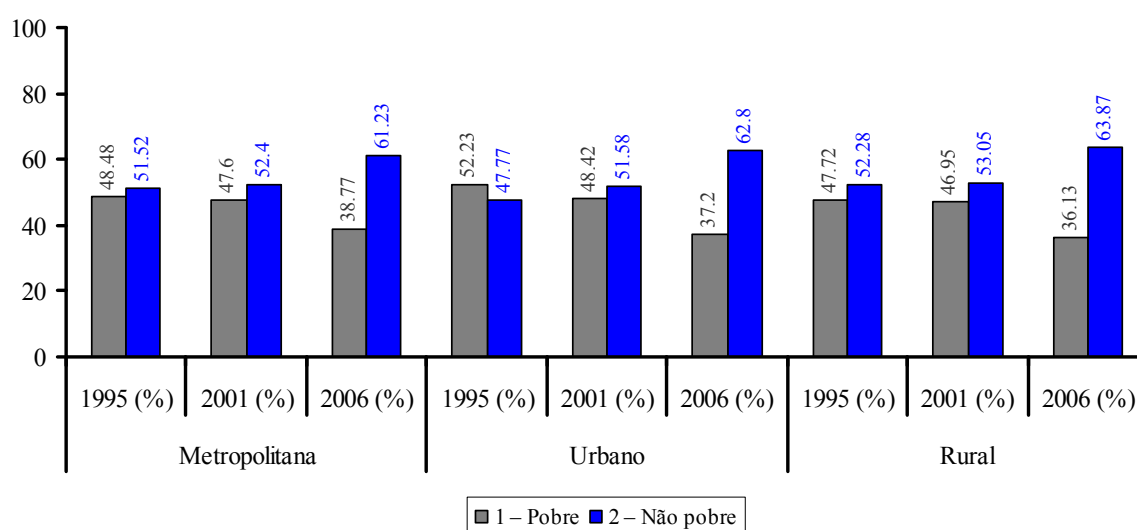
Proporção de trabalho precário no domicílio: total de pessoas ocupadas, não seguradas de sistema de previdência, com 14 anos ou mais de idade, dividido pelo total de pessoas ocupadas no domicílio com 14 anos ou mais de idade.

Gráfico 14 – Percentual de pessoas residentes, segundo proporção de trabalho precário no domicílio, por região metropolitana e situação do domicílio – Bahia – 1995, 2001 e 2006.

Já a variável pobreza por renda – pertencente à dimensão renda do indicador

multidimensional – apresentou uma evolução positiva entre os anos 1995 e 2006. Conforme pode ser visualizado no Gráfico 15, o percentual de indivíduos classificados como pobres pelo critério exclusivo da renda diminuiu em todo o estado da Bahia durante esse período. É sempre bom ressaltar que esse percentual depende da linha de pobreza utilizada como critério de identificação dos pobres.

Os dados demonstram que a pobreza por renda era menor na área rural do que nas demais áreas, embora esse distanciamento não seja grande. Tal fato se deve, principalmente, a dois fatores: i) valor da linha de pobreza menor quando comparado às áreas metropolitana e urbana, sendo esse valor comumente justificado pelos custos mais baixos das despesas alimentares e não alimentares na área rural; ii) o aumento da renda no meio rural, impulsionado pela expansão no número de beneficiários das aposentadorias rurais, contribuindo para que os indivíduos cruzem a linha da pobreza.



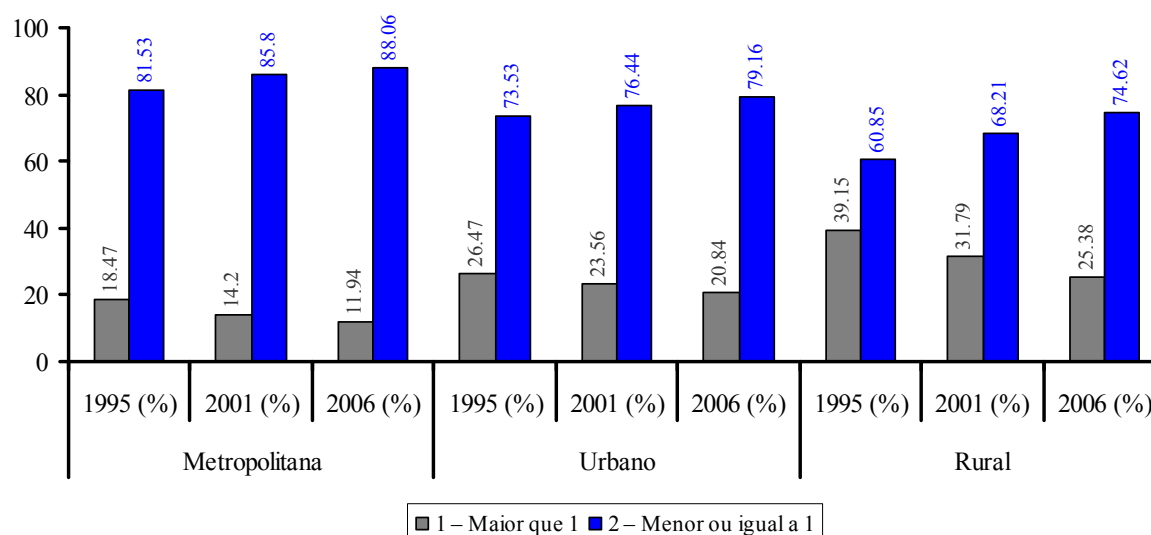
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) e das linhas de pobreza elaboradas por Rocha (2009).

Nota: Urbano não metropolitano e rural não metropolitano.

Gráfico 15 – Percentual de pessoas residentes, segundo pobreza por renda, por região metropolitana e situação do domicílio – Bahia – 1995, 2001 e 2006.

O maior decréscimo na proporção de pobres (equivalente à categoria 1) ocorreu no meio urbano e, provavelmente, contou com o apoio dos programas governamentais de transferência de renda. Apesar dessa evolução favorável, a proporção de pobres ainda permanecia elevada, situando-se em torno de 36% em 2006. Isso significa que esse percentual

da população não possuía meios monetários suficientes para cobrir as suas despesas mínimas alimentares e não alimentares.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD).

Nota: Urbano não metropolitano e rural não metropolitano.

Gráfico 16 – Percentual de pessoas residentes, segundo razão de dependência no domicílio, por região metropolitana e situação do domicílio – Bahia – 1995, 2001 e 2006.

A última variável componente do indicador multidimensional a ser analisada é a razão de dependência no domicílio (Gráfico 16). Na região metropolitana, o percentual de indivíduos que moravam em domicílios cuja razão de dependência era superior a 1 – ou seja, domicílios onde o número de dependentes supera o total de não dependentes – não era muito elevado quando comparado às áreas urbanas e rurais.

Uma possível explicação para isso pode estar no fato de que, devido aos seus aspectos econômicos, essa região costuma atrair e concentrar pessoas em idade ativa, sendo boa parte delas migrantes do interior do estado. As áreas com baixo dinamismo econômico, como as que predominam no meio rural baiano, tendem a ser exportadoras de trabalhadores em idade ativa, que se dirigem aos grandes centros em busca de melhores oportunidades de emprego, de modo que parcela expressiva da população residente nessas áreas é composta por crianças e idosos. Isso contribui para o maior percentual de pessoas vivendo em domicílios com elevada razão de dependência, observado nessas áreas.

3.3.2 Os resultados da Análise de Correspondência Múltipla

Como um tipo de técnica de redução de dados, a Análise de Correspondência Múltipla (ACM) permite, nas análises que envolvem muitas variáveis, a diminuição no número destas, objetivando facilitar a sua compreensão. Para isso, ela transforma uma matriz de dados complexa em uma matriz de dados mais simples, sem que se incorra em perda considerável de informação, representando as informações do conjunto preliminar de dados em uma quantidade menor de dimensões.

Tabela 9 – Valor da inércia, resultante da Análise de Correspondência Múltipla, por dimensão – 1995, 2001 e 2006.

Dimensões	Inércia		
	1995	2001	2006
Dimensão 1	0.255	0.254	0.237
Dimensão 2	0.177	0.174	0.177
Total (1+2)	0.432	0.428	0.414

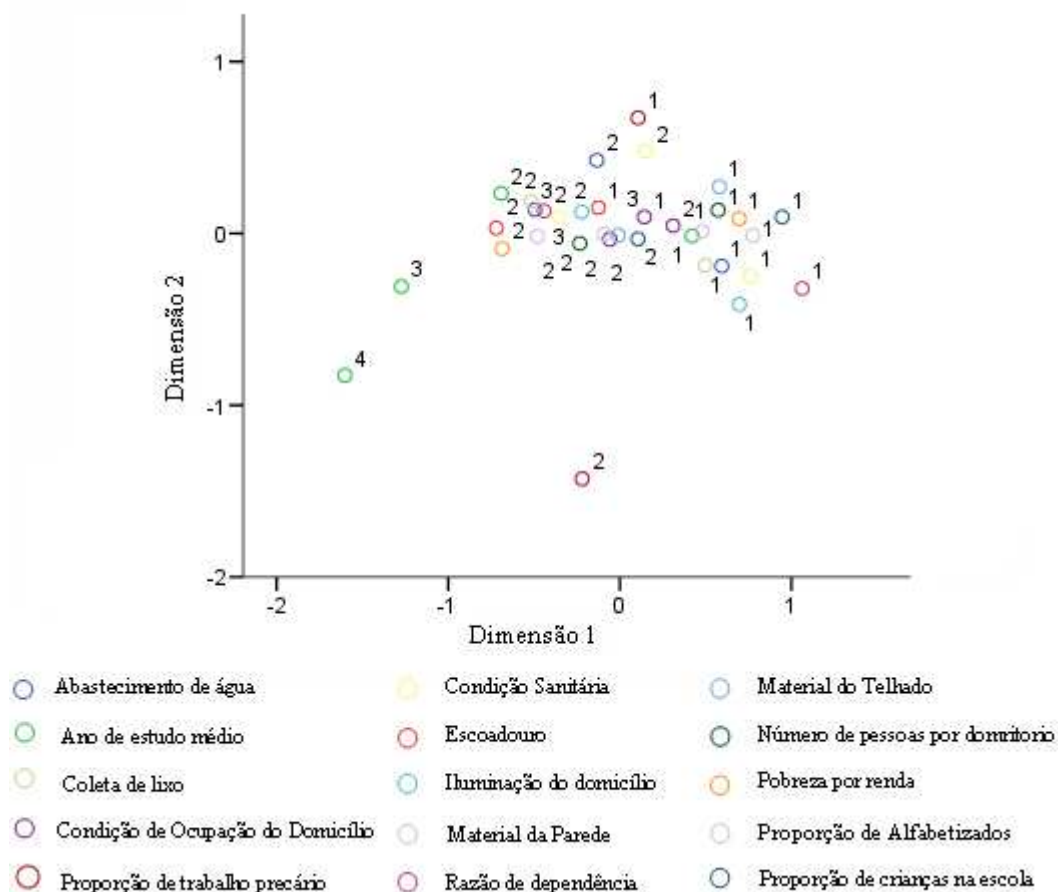
Fonte: Elaboração própria, a partir dos resultados da Análise de Correspondência Múltipla realizada no *software* SPSS (SPSS, 2006).

Nota: Total de casos ativos usados na análise, ponderados pela variável “peso da pessoa” extraída da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD): 12.690.274 (ano 1995); 13.234.416 (ano 2001); 13.973.930 (ano 2006).

A Tabela 9 apresenta os valores da inércia das duas primeiras dimensões resultantes da aplicação da ACM aos dados referentes aos anos de 1995, 2001 e 2006. Essas duas dimensões explicam cerca de 43% da inércia total dos dados de 1995 e 2001 e em torno de 42% da inércia total dos dados de 2006. A inércia total é a variabilidade dos pontos ao redor do centróide do sistema de pontos, dada pelo somatório do produto da massa (peso) do ponto i (r_i) e da distância chi-quadrado entre o ponto i e o centróide (d_i^2): $\Lambda^2 = \sum_i r_i d_i^2$ (CLAUSEN, 1998, p. 14-15).

A inércia de cada dimensão, também chamada por alguns autores de *eigenvalue* [(ASSELIN; 2002, p. 18); (CLAUSEN, 1998, p. 15)], corresponde à proporção da variância (ou da inércia total do sistema de pontos) que é explicada por cada dimensão. À medida que novas dimensões são acrescentadas, a contribuição das dimensões decresce, o que é característico da ACM (assim como de outras técnicas de análise fatorial e de análise de componentes

principais). Isso explica porque a inércia da dimensão 1 é sempre maior do que a inércia da dimensão 2. A inércia da dimensão 1 explica aproximadamente 25% da inércia total para os anos de 1995 e 2001 e um pouco menos para o ano de 2006 (23,7%). Esses percentuais são significativos, desde que se considere o número máximo de dimensões que podem ser extraídas pela ACM⁴⁷.



Fonte: *Software SPSS (SPSS, 2006)* – Resultados da Análise de Correspondências Múltiplas

Gráfico 17 – Mapa das coordenadas das categorias dos indicadores primários – ano de 1995.

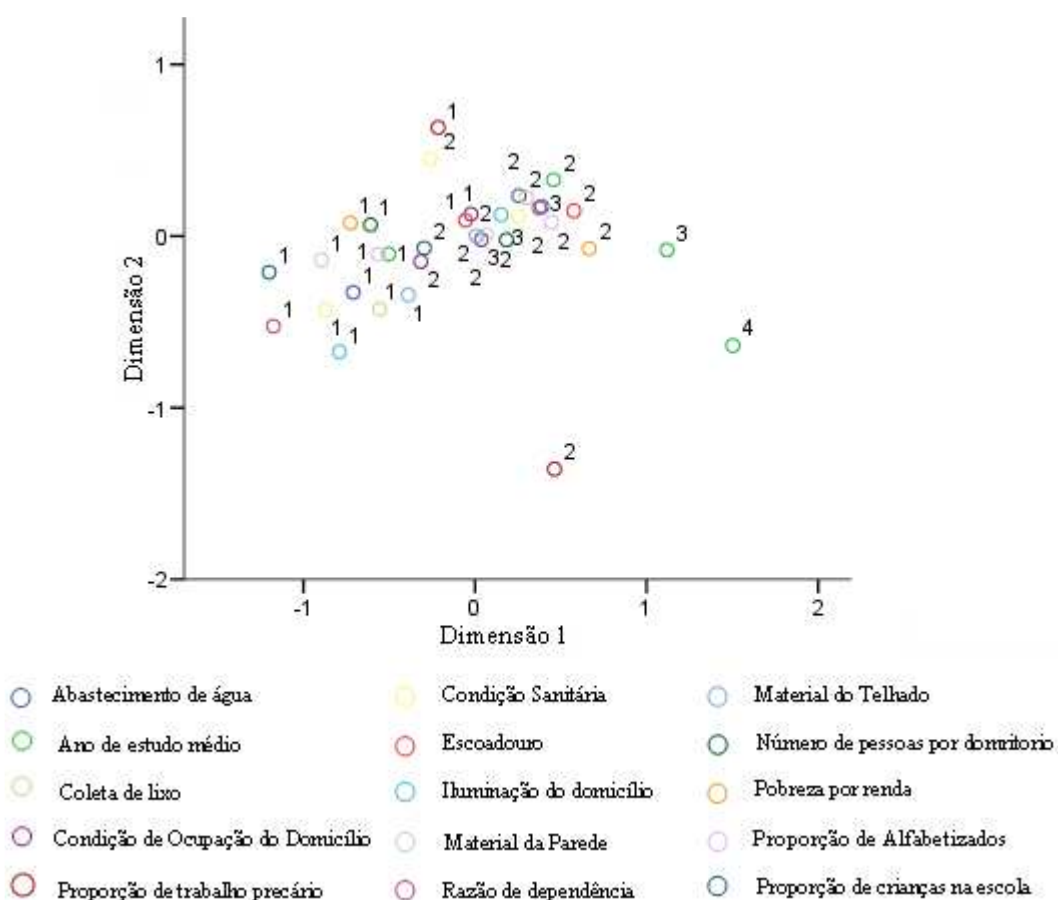
A ACM realizada para formulação do IMP, além de gerar os escores médios (IMP) para cada unidade da população (indivíduo), permite também que se observe as correspondências existentes entre as categorias dos indicadores primários. Essas correspondências podem ser visualizadas facilmente através da representação gráfica das

⁴⁷ O número de dimensões é dado por $\left(\sum_{j \in J} k_j\right) - m$, onde J é o total de categorias j de cada variável k_j e m é o total de variáveis. No caso da análise realizada, há 15 variáveis, dentre as quais: 11 possuem 2 categorias; 3 possuem 3 categorias; e 1 possui 4 categorias. De forma que, o número máximo de dimensões geradas é igual a: $[(11 \times 2) + (3 \times 3) + (1 \times 4)] - (11 + 3 + 1) = 20$.

coordenadas do sistema de pontos-categorias. Essas coordenadas definem as posições dos pontos em relação às dimensões.

O Gráfico 17 apresenta as coordenadas das categorias resultantes da análise referente aos dados de 1995. Observa-se que há uma forte correspondência entre as categorias que indicam maior privação, sempre associadas ao número 1. Isso significa que a existência de privação em um dos indicadores primários está correlacionada com existência de privação em outros indicadores. As categorias de maior valor estão menos concentradas, mas ainda assim se identifica elevada correspondência entre algumas delas, como por exemplo, com relação as variáveis relacionadas às condições de moradia.

Nota-se que as categorias que indicam número maior de anos de estudo médio por domicílio e ausência de trabalho precário no domicílio estão muito distantes das demais, se constituindo em *outliers*. A categoria 1 do indicador primário de trabalho precário, quando comparada à categoria 2 deste mesmo indicador, está mais fortemente atraída em relação às categorias dos demais indicadores primários.

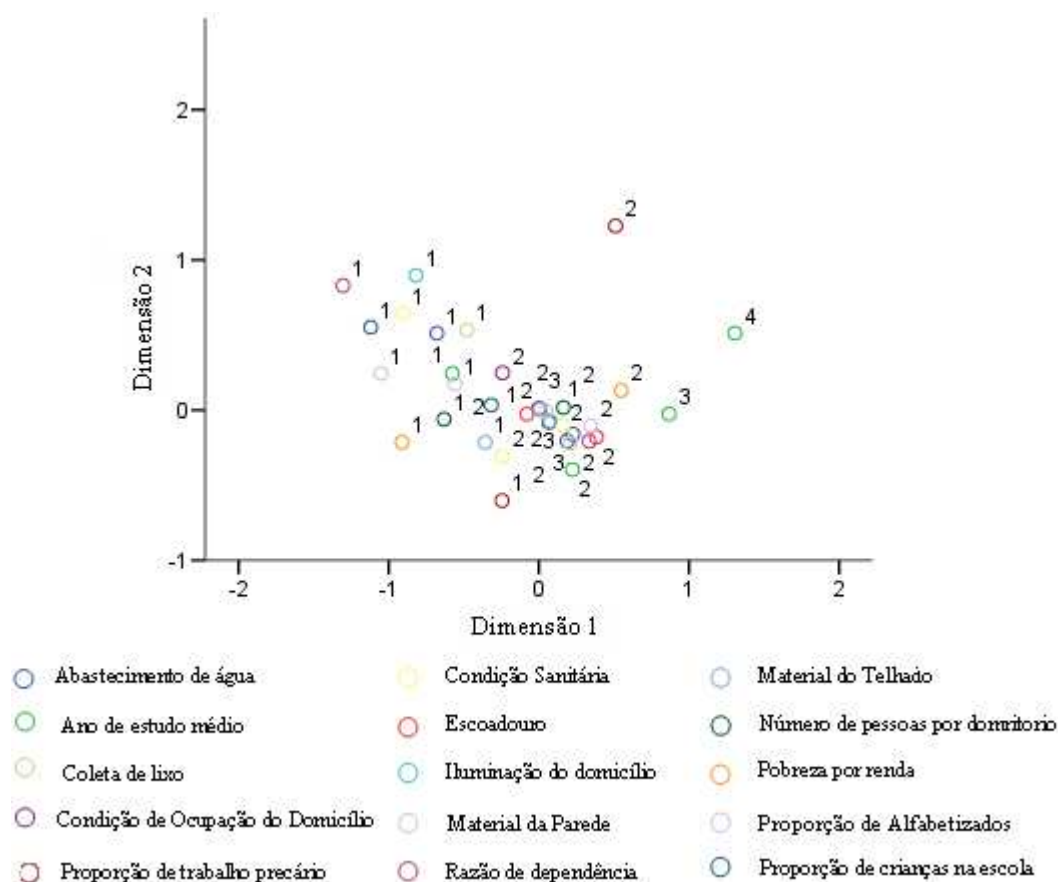


Fonte: Software SPSS (SPSS, 2006) – Resultados da Análise de Correspondências Múltiplas

Gráfico 18 – Mapa das coordenadas das categorias dos indicadores primários – ano de 2001.

Com relação aos dados referentes ao ano de 2001, percebe-se, pelo Gráfico 18, que as categorias de maior privação – rotuladas por 1 – estão mais espalhadas. Os pontos representados por essas categorias se distanciam mais da origem, revelando que eles estão mais afastados do padrão médio. Entre as categorias indicadoras de não privação (rotuladas com valor igual ou maior do que 2), a correspondência é mais forte. Os dois conjuntos de pontos se opõem em relação à dimensão 1, o que significa que a mesma pode ser interpretada como representando – em conjunto – as características, de forma que quando se eleva o valor da dimensão 1, a privação geral diminui. Os mesmos *outliers* identificados na análise do ano de 1995 aparecem também para o ano de 2001.

Os resultados da análise para o ano de 2006 demonstram certa dispersão entre as categorias de valor 1, bem como o afastamento destas em relação ao ponto médio, conforme pode ser visualizado no Gráfico 19. As categorias referentes às situações mais adequadas apresentam forte correspondência e estão bem próximas da média.



Fonte: *Software* SPSS (SPSS, 2006) – Resultados da Análise de Correspondências Múltiplas

Gráfico 19 – Mapa das coordenadas das categorias dos indicadores primários – ano de 2006.

A observação conjunta dos gráficos 17, 18 e 19 possibilita que se perceba a relação entre as coordenadas das categorias e cada uma das dimensões. No gráfico referente ao ano de 1995, os valores das coordenadas das categorias de maior privação são positivos para a primeira dimensão, indicando que quanto maior os valores dos escores desse eixo, maiores serão as privações (pobreza). Quanto aos outros gráficos mencionados (18 e 19), aqueles valores são negativos para a primeira dimensão, mostrando que menores escores estão associados a maiores privações. De fato, os escores relativos ao ano de 1995 deverão ser transformados, por meio de uma inversão dos valores do eixo, de forma que menores escores representem maiores privações.

É possível ver também que, em todos os anos analisados, a dimensão 1 apresenta a propriedade da consistência de ordenamento (ASSELIN, 2002, p.19). Esta propriedade garante que entre todas as variáveis incluídas na análise haja consistência quanto ao sentido apresentado pelas coordenadas de suas categorias, isto é, ou de maior para menor privação (como no ano 1995), ou de menor para maior privação (como nos anos 2001 e 2006). Ela na verdade permite que o axioma da monotonicidade seja satisfeito, de forma que quando uma unidade i da população melhore sua situação para um dado indicador primário, o seu indicador multidimensional de pobreza também melhore (ASSELIN; ANH; 2006, p. 6). Se o indicador primário k selecionado para compor o IMP não obedece a essa propriedade, ele não pode ser incluído na ACM⁴⁸.

A escolha da dimensão a ser utilizada na análise sobre a pobreza multidimensional se baseia em alguns critérios. A propriedade de consistência é um deles, ao lado das medidas de discriminação dos indicadores. Estas revelam a variância do escore obtido pelo conjunto de categorias associadas a determinado indicador e ajudam na interpretação do significado das dimensões.

Quando não há variabilidade no valor dos escores dos indivíduos pertencentes a cada uma das categorias da variável e quando os valores desses escores referentes a cada uma dessas categorias se diferenciam entre si, a medida de discriminação é igual a 1. De forma que, medidas de discriminação mais elevadas correspondem a maior distanciamento entre as categorias de uma variável, indicando o alto grau de discriminação entre elas em determinada

⁴⁸ Isso foi o que aconteceu com o indicador primário “taxa de ocupação por domicílio”, que, a princípio, tinha sido selecionado para compor a dimensão trabalho do IMP. Como não cumpria a propriedade de consistência do primeiro eixo, esse indicador primário teve de ser excluído da análise.

dimensão. Gráficamente, isso é representado pelo afastamento das coordenadas das categorias da variável.

Na Tabela 10 são expostas as medidas de discriminação dos indicadores relativas aos dados de 1995, 2001 e 2006. Para os dois primeiros anos, com exceção da variável proporção de trabalho precário, todas as demais discriminam mais em relação à dimensão 1, de forma que este eixo é o que melhor estaria representando o conjunto das condições selecionadas referentes à investigação da pobreza. No que se refere aos dados do ano de 2006, o número de indicadores que discriminam mais em relação à dimensão 2 aumenta para 3 (trabalho precário, coleta de lixo, iluminação do domicílio). É possível perceber, então, que as condições de trabalho são melhores representadas pela dimensão 2.

Tabela 10 – Medidas de Discriminação, por indicadores primários – 1995, 2001 e 2006.

Indicadores Primários	Medidas de Discriminação					
	1995		2001		2006	
	Dimensão 1	Dimensão 2	Dimensão 1	Dimensão 2	Dimensão 1	Dimensão 2
Material da Parede	0.071	0.000	0.058	0.001	0.044	0.002
Material do Telhado	0.005	0.001	0.002	0.001	0.001	0.000
Escadouro	0.137	0.010	0.126	0.011	0.067	0.014
Coleta de lixo	0.255	0.034	0.165	0.095	0.098	0.117
Iluminação do domicílio	0.155	0.053	0.118	0.085	0.056	0.066
Pobreza por renda	0.476	0.008	0.483	0.006	0.497	0.028
Condição de Ocupação do Domicílio	0.012	0.003	0.008	0.005	0.003	0.003
Abastecimento de água	0.289	0.029	0.273	0.057	0.150	0.083
Condição Sanitária	0.264	0.029	0.217	0.053	0.137	0.069
Anos de estudo médio	0.410	0.030	0.416	0.043	0.366	0.084
Proporção de Alfabetizados	0.230	0.000	0.250	0.009	0.192	0.018
Proporção de crianças na escola	0.101	0.001	0.084	0.004	0.077	0.008
Proporção de trabalho precário	0.023	0.963	0.100	0.859	0.126	0.740
Razão de dependência	0.470	0.042	0.438	0.087	0.432	0.173
Número de pessoas por dormitório	0.134	0.008	0.111	0.001	0.101	0.001

Fonte: Elaboração própria, a partir dos resultados da Análise de Correspondência Múltipla realizada no *software* SPSS (SPSS, 2006).

Diante desses resultados gerais da ACM para o grupo de dados elaborado a partir das informações da PNAD para cada ano pré-escolhido, e seguindo a metodologia proposta por Asselin (2002), o valor do indicador multidimensional de pobreza de cada indivíduo equivale ao valor do seu escore médio (média dos pesos das categorias às quais ele pertence) referente à dimensão 1 resultante da ACM. É nesse indicador que se fundamenta a análise sobre a pobreza na Bahia apresentada na próxima subseção.

3.3.3 Aplicação do Indicador multidimensional de pobreza à mensuração da pobreza na Bahia

De acordo com Sen (1976), a mensuração da pobreza é constituída por duas etapas: identificação e agregação. Na primeira delas, se estabelece o critério (linha de pobreza) que distingue a situação de pobreza da situação de “não pobreza”, sendo que esse critério depende da definição de pobreza adotada. Na segunda etapa, se elege uma medida agregada de pobreza, que permitirá que se efetue a sua mensuração e análise.

A análise sobre a pobreza na Bahia aqui apresentada buscou seguir essas etapas descritas por Sen. Dentro da perspectiva multidimensional, a pobreza foi definida como a insatisfação das necessidades humanas básicas que priva o indivíduo de desenvolver e expandir as suas capacitações⁴⁹. A multidimensionalidade foi inserida na análise por meio do indicador composto multidimensional de pobreza (IMP), cuja metodologia foi sugerida por Asselin (2002).

O IMP, calculado através da Análise de Correspondência Múltipla (ACM), é composto por 15 indicadores primários k , divididos de maneira heterogênea em 6 dimensões: moradia (5 indicadores primários); saneamento (4 indicadores primários); educação (3 indicadores primários); trabalho, renda e demografia (com 1 indicador primário cada). Em conjunto, os 15 indicadores primários totalizam 35 categorias. Todas as dimensões possuem o mesmo peso no IMP e todos os indicadores primários possuem o mesmo peso na dimensão à qual pertencem. Esses indicadores foram extraídos dos microdados da PNAD, referentes a três anos distintos: 1995, 2001 e 2006.

⁴⁹ Conforme explicado na seção 3.1 deste capítulo.

Baseado na interpretação de que existe um conjunto de necessidades e *functionings* básicas, procurou-se aplicar o enfoque absoluto de estudo da pobreza na definição da linha de pobreza. Para isso, se estabeleceu uma categoria de referência, para cada um dos indicadores primários, que se constitui na sua linha de pobreza. Entre estas categorias, foi identificada aquela de maior peso [$\text{Max}(W_{pov}^k)$], que representa o maior valor entre as linhas de pobreza de cada indicador k . Ao valor $\text{Max}(W_{pov}^k)$ foi adicionado o $\text{IMP}_{\min}$, e o valor z resultante dessa adição é a linha de pobreza absoluta⁵⁰ (ASSELIN, 2002, p. 25-26). Esse procedimento foi realizado para cada um dos três anos analisados. Desse modo, assumindo que

$\rho(\text{IMP}_i, z) \rightarrow$ é a função de identificação dos pobres;

$\text{IMP}_i \rightarrow$ é o indicador multidimensional de pobreza do indivíduo i ;

$z \rightarrow$ é a linha de pobreza absoluta;

o critério de identificação da pobreza foi especificado da seguinte forma:

- quando $\text{IMP}_i < z$, o indivíduo é considerado pobre e $\rho(\text{IMP}_i, z) = 1$;
- quando $\text{IMP}_i \geq z$, o indivíduo é considerado não pobre e $\rho(\text{IMP}_i, z) = 0$.

Passada a etapa de identificação, o passo seguinte foi determinar quais as medidas de pobreza que seriam utilizadas para mensurar a pobreza multidimensional na Bahia. A metodologia de cálculo do IMP permite que ele seja empregado como substituto da renda nas medidas tradicionais de pobreza. Essa característica do IMP facilita a mensuração da pobreza multidimensional, pois exclui a necessidade de que novos índices sejam formulados para mensurá-la.

Assim, na etapa de agregação, foram selecionadas três medidas de pobreza: FGT(0), FGT(1) e FGT(2)⁵¹. A opção por tais medidas dispensa justificativas, visto que estas são amplamente usadas no estudo científico da pobreza. No entanto, é necessário ressaltar que estas são medidas que se baseiam na idéia de média e que, portanto, fornecem informações gerais sobre a pobreza (COMIN; BAGOLIN; 2002, p. 472). Foi com base nos resultados gerados da aplicação dessas medidas ao conjunto de observações e indicadores referentes a cada um dos anos escolhidos (1995, 2001 e 2006) que se desenvolveu a análise multidimensional da pobreza na Bahia a seguir apresentada. Todas as etapas da análise, da conceituação da pobreza aos resultados, são ilustradas no Diagrama 1.

⁵⁰ Para maiores considerações sobre a definição da linha de pobreza absoluta, ver subseção 3.2.1 deste capítulo.

⁵¹ As especificações de cada um desses índices são apresentadas na subseção 1.3.1, no capítulo 1 deste trabalho.



Fonte: Elaboração própria.

Diagrama 1 – Etapas realizadas para análise multidimensional da pobreza na Bahia.

O número de observações incluídas na análise referente a cada ano pode ser visualizado na Tabela 11. Esse número corresponde ao total de pessoas entrevistadas pela PNAD que residiam na Bahia. O total de observações ponderado pela variável “peso da pessoa” (código V4729) da PNAD também é exposto. Tanto esse peso quanto o desenho amostral da PNAD foram considerados no cálculo das medidas de pobreza, a fim de evitar a presença de viés nos resultados.

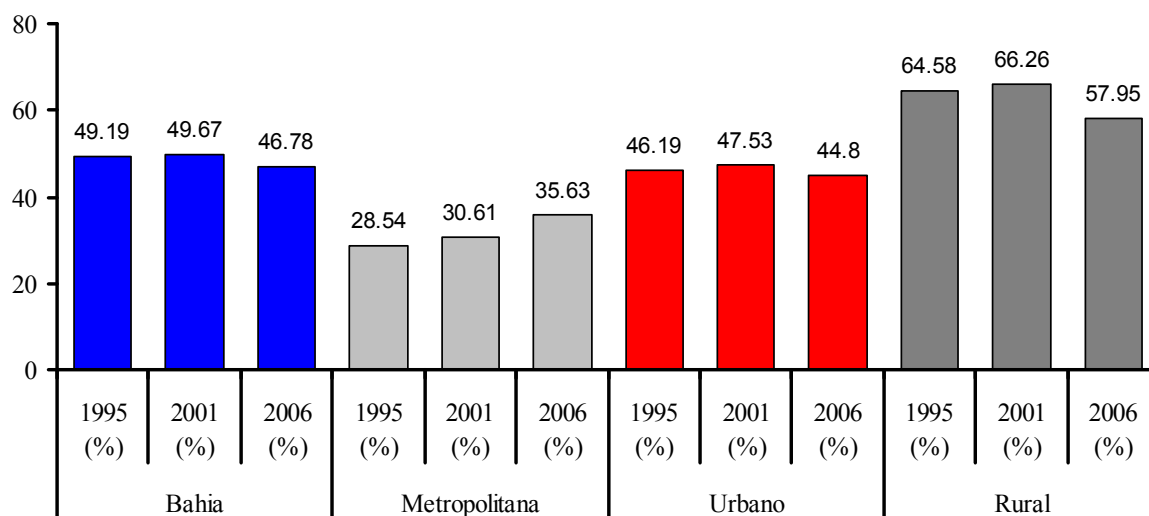
Tabela 11 – Número de observações incluídas na análise – 1995, 2001 e 2006.

Observações	1995	2001	2006
Número de observações	30.035	35.699	37.825
Número de observações ponderado ⁽¹⁾	12.690.274	13.234.416	13.973.930

Fonte: Elaboração própria, a partir das informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

(1) Pela variável “peso da pessoa”, disponível na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

O Gráfico 20 apresenta a proporção de pobres na Bahia, definida com base no IMP e na linha de pobreza multidimensional absoluta para os anos de 1995, 2001 e 2006. Essa proporção equivale ao índice FGT(0). A pobreza multidimensional na Bahia em geral (barras azuis) diminuiu um pouco entre os anos de 1995 e 2006. No entanto, quando se analisa as áreas metropolitana, urbana e rural separadamente, se percebe que há uma grande discrepância entre elas quanto ao percentual de pobres.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos resultados gerados pelo *software* Stata (STATA, 2005), baseados nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Nota: Urbano não metropolitano e rural não metropolitano.

Gráfico 20 – Proporção de pobres [FGT(0)], segundo área metropolitana e situação censitária (não metropolitano) – Bahia – 1995, 2001 e 2006.

Na região metropolitana, o número de indivíduos pobres entre os moradores dessa região era bem menor do que o número verificado para as áreas urbana não metropolitana e rural não metropolitana, embora esse número tenha crescido significativamente no período. A

proporção de pobres na área urbana era a que mais se aproximava da média do estado. Na área rural, nos três anos analisados, essa proporção era bastante elevada. Tais resultados reforçam o que já se havia percebido na análise preliminar dos indicadores primários: a pobreza atinge uma proporção maior de pessoas no meio rural.

Analisando o ano intermediário de 2001, observa-se que a proporção de pobres no estado se manteve praticamente constante quando comparada com o ano de 1995. Em todas as três áreas apresentadas, a pobreza multidimensional aumentou entre esses anos. Convém lembrar que o ano de 2001 foi de baixo crescimento da economia brasileira e baiana e de aumento do desemprego e da informalidade no mercado de trabalho, além de pertencer a um período de predomínio do ideário neoliberal na política macroeconômica, com efeitos negativos nas políticas sociais em geral.

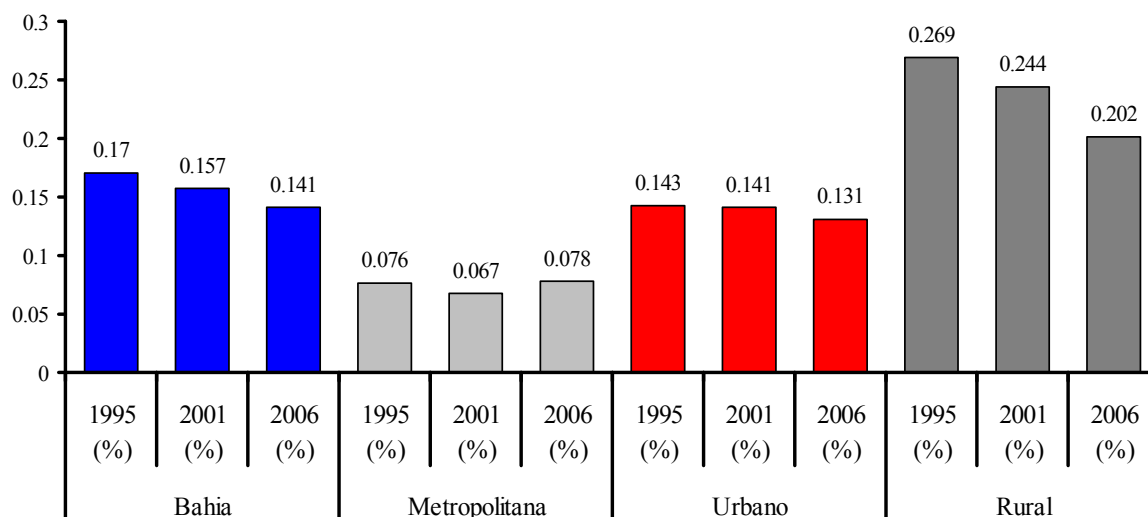
Comparando esse ano com o de 2006, houve uma redução no percentual de pobres, exceto na área metropolitana. Tal redução foi mais expressiva na área rural, mas a proporção de pobres ainda era muito elevada nesta área em 2006. Quanto à região metropolitana, que apresentou trajetória destoante da que pôde ser notada nas demais áreas, uma possível explicação para o crescimento da pobreza pode estar na maior associação entre diversas privações, haja vista que, quando analisados separadamente, os indicadores primários melhoraram nesse período.

A proporção de pobres (H) é uma medida de pobreza que apenas mede a sua extensão. Ao combiná-la com o hiato médio de pobreza (I), obtém-se o índice FGT(1) [$FGT(1) = H \cdot I$]. Na abordagem monetária unidimensional, o valor do índice I é o total de renda necessário para que todos os indivíduos que estejam abaixo da linha de pobreza possam alcançá-la, de forma que o FGT(1) seria um hiato de renda médio, pois considera a quantidade de indivíduos pobres (índice H).

No caso da análise multidimensional aqui realizada, o FGT(1) seria o hiato médio entre o valor do IMP dos indivíduos pobres (IMP_p) e o valor da linha de pobreza multidimensional (z), sendo que quanto mais próximo de 0 for esse valor, menor é a distância média entre o IMP_p e z .

É possível perceber, pelo Gráfico 21, que o *gap* de pobreza médio decresceu entre 1995 e 2006, no estado da Bahia. Na área metropolitana, o IMP_p médio estava muito próximo do valor da linha de pobreza multidimensional, demonstrando que o conjunto médio de privações sofridas pelos indivíduos pobres não se distancia do que foi considerado como a

situação geral de não privação. O *gap* médio mais elevado pertencia à área rural, demonstrando que, além de possuir uma proporção maior de indivíduos pobres, esta também era a área onde a pobreza multidimensional se apresentava mais intensa. Os valores do FGT(1) para a área urbana eram os que mais se aproximavam da média do estado.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos resultados gerados pelo *software* Stata (STATA, 2005), baseados nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

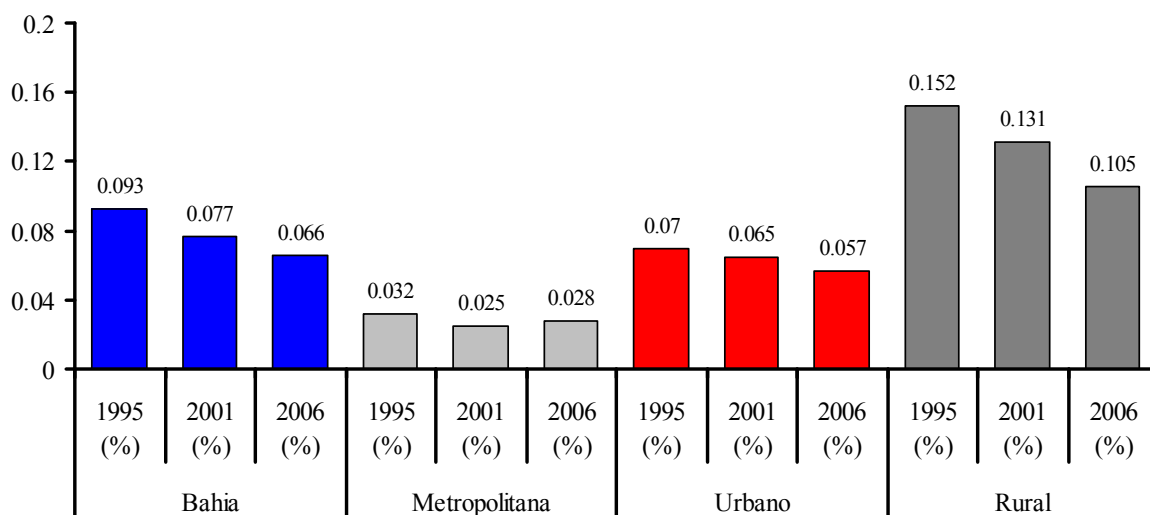
Nota: Urbano não metropolitano e rural não metropolitano.

Gráfico 21 – Índice FGT(1), segundo área metropolitana e situação censitária (não metropolitana) – Bahia – 1995, 2001 e 2006.

Apesar de considerar a extensão e a intensidade da pobreza, o FGT(1) não é capaz de captar a desigualdade entre os pobres. Tal limitação não ocorre com o FGT(2), que associa o FGT(1) à uma medida de desigualdade entre os pobres. Além disso, no FGT(2), peso maior é dado para os indivíduos mais pobres (ou seja, aqueles que mais se distanciam da linha de pobreza), ponderando o hiato de pobreza pelo seu quadrático. Este índice também é conhecido como indicador de severidade da pobreza.

Os valores do FGT(2) obtidos a partir do IMP_p são expostos no Gráfico 22. Uma vez que os valores dos índices FGT pertencem ao intervalo $[0,1]$, pode-se notar que os valores encontrados são baixos, indicando que não existia grande desigualdade entre os indivíduos pobres, sob o ponto de vista multidimensional. Mais ainda, pode ser observado que o percentual de pobreza extrema sob esse prisma não era muito elevado, embora quando se trata de números absolutos o total de pessoas seja expressivo. Os resultados demonstram que a

pobreza era mais severa no meio rural. Ao se analisar o período 1995-2006, percebe-se uma trajetória descendente dessa severidade entre esses anos, em todas as áreas apresentadas.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos resultados gerados pelo *software* Stata (STATA, 2005), baseados nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Nota: Urbano não metropolitano e rural não metropolitano.

Gráfico 22 – Índice FGT(2), segundo área metropolitana e situação censitária (não metropolitana) – Bahia – 1995, 2001 e 2006.

A Tabela 12 mostra os resultados dos índices FGT calculados a partir do IMP e da renda familiar *per capita*. Neste último caso, as linhas de pobreza utilizadas foram aquelas elaboradas por Rocha (2009) para cada uma das áreas apresentadas e dos anos mencionados⁵².

Observa-se que a proporção de pobres por renda decresceu mais intensamente do que a proporção de pobres obtida pela análise multidimensional. Isso significa que, durante o período analisado, os ganhos em termos de renda superaram os ganhos em termos de atendimento das necessidades básicas e de alcance dos *functionings* contemplados pelo IMP. Provavelmente, uma conjunção de fatores contribuiu para o melhor desempenho desse primeiro tipo de ganhos, entre eles: o expressivo aumento real do salário mínimo, que beneficiou principalmente as parcelas da população com menor renda; a ampliação dos programas de transferência de renda, tanto em relação à cobertura, quanto ao número de

⁵² Linhas de pobreza para o ano de 1995: R\$ 92,37 (metropolitana), R\$ 61,91 (urbano) e R\$ 37,34 (rural). Linhas de pobreza para o ano de 2001: R\$ 132,95 (metropolitana), R\$ 89,30 (urbano) e R\$ 53,86 (rural). Linhas de pobreza para o ano de 2006: R\$ 195,44 (metropolitana), R\$ 133,82 (urbano) e R\$ 80,72 (rural) (ROCHA, 2009).

programas executados; a expansão no número de beneficiados do sistema de aposentadorias rurais; e, a partir de 2003, o aumento na geração de novos postos de trabalho.

Na região metropolitana, os movimentos do FGT(0) ocorreram em sentidos opostos: enquanto a pobreza por renda diminuiu, a pobreza multidimensional aumentou, apontando que, apesar dos ganhos de renda, a associação entre as privações nos indicadores primários se intensificaram no decorrer desse período.

Tabela 12 – Índices FGT(0), FGT(1) e FGT(2), por abordagem de análise da pobreza, segundo área metropolitana e situação censitária (não metropolitana) – Bahia – 1995, 2001 e 2006.

Área	FGT(0)		FGT(1)		FGT(2)	
	Pobreza Mult.	Pobreza por Renda	Pobreza Mult.	Pobreza por Renda	Pobreza Mult.	Pobreza por Renda
Bahia						
1995	49.19	52.24	0.170	0.246	0.093	0.152
2001	49.67	49.68	0.157	0.242	0.077	0.155
2006	46.78	38.01	0.141	0.167	0.066	0.103
Metropolitana						
1995	28.54	50.82	0.076	0.248	0.032	0.155
2001	30.61	49.73	0.067	0.249	0.025	0.165
2006	35.63	40.13	0.078	0.181	0.028	0.113
Urbana						
1995	46.19	54.09	0.143	0.260	0.070	0.165
2001	47.53	49.54	0.141	0.254	0.065	0.166
2006	44.80	37.73	0.131	0.166	0.057	0.101
Rural						
1995	64.58	50.96	0.269	0.229	0.152	0.138
2001	66.26	49.85	0.244	0.221	0.131	0.134
2006	57.95	36.77	0.202	0.158	0.105	0.105

Fonte: Elaboração própria, a partir dos resultados gerados pelo *software* Stata (STATA, 2005), baseados nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Nota: 1 Urbano não metropolitano e rural não metropolitano.

2 Pobreza multidimensional baseada no Indicador multidimensional de pobreza (IMP) e na linha de pobreza multidimensional.

3 Pobreza por renda baseada no rendimento familiar *per capita* e nas linhas de pobreza elaboradas por Rocha (2009).

Com relação ao FGT(1), o hiato de renda médio dos indivíduos pobres era maior do que o hiato médio observado entre o IMP_p e a linha de pobreza multidimensional, exceto na área rural. Nesta área, a pobreza multidimensional era mais intensa e o nível de renda médio

dos indivíduos pobres estava mais próximo da linha de pobreza monetária. Uma possível explicação para isso pode estar no aumento do número de aposentadorias rurais concedidas que, juntamente com a elevação real do valor do salário mínimo, muito tem contribuído para elevar a renda no meio rural.

Os resultados do FGT(2) também demonstram uma situação mais desigual e severa entre os indivíduos considerados pobres pelo critério da renda do que entre aqueles considerados pobres pelo critério da multidimensionalidade. Mais uma vez, na área rural identifica-se um comportamento distinto, de forma que os valores do FGT(2) para os dois critérios de identificação da pobreza não se diferem entre si.

Uma importante característica da família de índices FGT é que eles podem ser decompostos em subgrupos, de modo que é possível perceber o nível de pobreza em cada subgrupo escolhido. Nas Tabelas 13 a 16, são apresentados os resultados da decomposição do FGT(0) calculado a partir do indicador multidimensional de pobreza, por quatro grupos: cor ou raça, sexo, tipo de família e área censitária⁵³. Cada grupo é composto por um determinado número de subgrupos (ou categorias).

Tabela 13 – Decomposição do Índice FGT(0), por cor ou raça do indivíduo – Bahia – 1995, 2001 e 2006.

Subgrupos	FGT(0) do subgrupo (a)			Participação no FGT(0) total do grupo ⁽¹⁾ (b)			Risco de Pobreza do subgrupo (a/b)		
	1995	2001	2006	1995	2001	2006	1995	2001	2006
indígena	0.873	0.328	0.431	0.009	0	0.003	1.774	0.661	0.92
branca	0.372	0.424	0.39	0.161	0.187	0.169	0.758	0.854	0.833
preta	0.513	0.509	0.475	0.094	0.119	0.159	1.043	1.026	1.015
amarela	0.537	0.223	0.382	0.001	0	0.002	1.092	0.448	0.817
parda	0.523	0.519	0.492	0.735	0.693	0.666	1.063	1.045	1.051

Fonte: Elaboração própria, a partir dos resultados gerados pelo *software* Stata (STATA, 2005), baseados nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

(1) Dada por $v_k \cdot \text{FGT}_k(0)/\text{FGT}(0)$, onde k = subgrupo; v_k = total de pessoas no subgrupo; $\text{FGT}_k(0)$ = $\text{FGT}(0)$ do subgrupo; e $\text{FGT}(0)$ = $\text{FGT}(0)$ do grupo.

Pela Tabela 13, nota-se que, no primeiro grupo, a proporção de pobres era maior entre as pessoas de cor preta ou parda do que entre as pessoas de cor branca, no ano de 2006,

⁵³ Infelizmente, as informações disponíveis pela PNAD restringem o número de grupos no qual a amostra total pode ser decomposta.

embora a diferença entre essas proporções tenha diminuído entre 1995 e 2006. O subgrupo “parda” era o de maior participação no FGT(0) total, devido á grande quantidade de pessoas pertencentes a ele. Esse também era o subgrupo com maior risco de pobreza, apesar desse risco não exceder muito o risco do total do grupo.

Tabela 14 – Decomposição do Índice FGT(0), por sexo do indivíduo – Bahia – 1995, 2001 e 2006.

Subgrupos	FGT(0) do subgrupo (a)			Participação no FGT(0) total do grupo(1) (b)			Risco de Pobreza do subgrupo (a/b)		
	1995	2001	2006	1995	2001	2006	1995	2001	2006
masculino	0.499	0.496	0.462	0.5	0.492	0.511	1.012	0.998	0.988
feminino	0.486	0.498	0.473	0.5	0.508	0.489	0.988	1.002	1.011

Fonte: Elaboração própria, a partir dos resultados gerados pelo *software* Stata (STATA, 2005), baseados nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

(1) Dada por $v_k \cdot \text{FGT}_k(0)/\text{FGT}(0)$, onde k = subgrupo; v_k = total de pessoas no subgrupo; $\text{FGT}_k(0)$ = $\text{FGT}(0)$ do subgrupo; e $\text{FGT}(0)$ = $\text{FGT}(0)$ do grupo.

Em relação ao grupo “sexo”, parece não haver diferenças significativas entre homens e mulheres quanto aos indicadores de pobreza apresentados na Tabela 14. Por outro lado, na Tabela 15, observa-se que no grupo “tipo de família” existia expressivas distinções entre os seus subgrupos. Considerando o período 1995-2006, o FGT(0) e o risco de pobreza eram maiores entre as famílias do tipo “mãe com todos os filhos menores de 14 anos” ou “mãe com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais”. De modo geral, os tipos de família com risco de pobreza mais elevados eram aqueles com presença de crianças, demonstrando a vulnerabilidade maior destas à pobreza e apontando, conseqüentemente, para a necessidade de ações políticas que reduzam essa vulnerabilidade.

Quanto à decomposição por área censitária (Tabela 16), a pobreza atingia proporções maiores entre os moradores dos municípios não autorrepresentativos, ou seja, municípios menos populosos. É nesse subgrupo que se encontra grande parte dos municípios baianos⁵⁴. O risco de pobreza também era mais elevado nesses municípios. Ainda que se considere o alto percentual de pobres da área metropolitana e dos municípios autorrepresentativos, a pobreza estava muito mais presente no cotidiano dos moradores dos municípios de menor porte, carentes de infra-estrutura e com baixo dinamismo econômico.

⁵⁴ Conforme apresentado na seção 2.2 do capítulo 2 deste trabalho, a maioria dos 417 municípios possui menos de 50 mil habitantes.

Tabela 15 – Decomposição do Índice FGT(0), por tipo de família do indivíduo – Bahia – 1995, 2001 e 2006.

Subgrupos	FGT(0) do subgrupo (a)			Participação no FGT(0) total do grupo ⁽¹⁾ (b)			Risco de Pobreza do subgrupo (a/b)		
	1995	2001	2006	1995	2001	2006	1995	2001	2006
Casal sem filhos	0.368	0.417	0.412	0.047	0.063	0.079	0.748	0.839	0.88
Casal com todos os filhos menores de 14 anos	0.584	0.565	0.527	0.393	0.344	0.328	1.187	1.138	1.125
Casal com todos os filhos de 14 anos ou mais	0.264	0.285	0.304	0.061	0.094	0.121	0.537	0.573	0.649
Casal com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	0.561	0.61	0.567	0.31	0.253	0.198	1.14	1.227	1.211
Mãe com todos os filhos menores de 14 anos	0.612	0.657	0.689	0.06	0.079	0.085	1.245	1.324	1.473
Mãe com todos os filhos de 14 anos ou mais	0.252	0.312	0.333	0.031	0.048	0.064	0.512	0.628	0.713
Mãe com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	0.493	0.697	0.685	0.037	0.052	0.048	1.002	1.403	1.465
Outros tipos de família	0.395	0.418	0.407	0.061	0.066	0.078	0.803	0.842	0.871

Fonte: Elaboração própria, a partir dos resultados gerados pelo *software* Stata (STATA, 2005), baseados nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

(1) Dada por $v_k \cdot FGT_k(0)/FGT(0)$, onde k = subgrupo; v_k = total de pessoas no subgrupo; $FGT_k(0)$ = $FGT(0)$ do subgrupo; e $FGT(0)$ = $FGT(0)$ do grupo.

Tabela 16 – Decomposição do Índice FGT(0), por área censitária – Bahia – 1995, 2001 e 2006.

Subgrupos	FGT(0) do subgrupo (a)			Participação no FGT(0) total do grupo ⁽¹⁾ (b)			Risco de Pobreza do subgrupo (a/b)		
	1995	2001	2006	1995	2001	2006	1995	2001	2006
Metropolitana	0.285	0.306	0.356	0.0125	0.144	0.186	0.580	0.616	0.761
Municípios Autorrepresentativos	0.441	0.366	0.361	0.113	0.099	0.106	0.870	0.737	0.771
Municípios não autorrepresentativos	0.569	0.595	0.536	0.761	0.757	0.708	1.158	1.198	1.145

Fonte: Elaboração própria, a partir dos resultados gerados pelo *software* Stata (STATA, 2005), baseados nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

(1) Dada por $v_k \cdot FGT_k(0)/FGT(0)$, onde k = subgrupo; v_k = total de pessoas no subgrupo; $FGT_k(0)$ = $FGT(0)$ do subgrupo; e $FGT(0)$ = $FGT(0)$ do grupo.

Assim, considerando as informações das Tabelas 13 a 16, percebe-se que pessoas de cor “preta” ou “parda”, pertencentes a famílias do tipo “mãe com filhos menores de 14 anos”, moradoras dos municípios menos populosos, eram as que possuíam maior probabilidade de estarem em situação de pobreza na Bahia, com pouca influência da variável “sexo” sobre essa probabilidade.

Tabela 17 – Proporção de pessoas, por categorias dos indicadores primários e grupos de indivíduos pobres e não pobres (pobreza multidimensional) – Bahia – 1995, 2001 e 2006.

(continua)

Indicador Primário	1995		2001		2006	
	Não pobre	Pobre	Não pobre	Pobre	Não pobre	Pobre
Material predominante nas paredes						
categoria 1	0.046	0.169	0.024	0.113	0.012	0.068
categoria 2	0.954	0.831	0.976	0.887	0.988	0.932
Material predominante no telhado						
categoria 1	0.008	0.024	0.008	0.016	0.007	0.013
categoria 2	0.992	0.976	0.992	0.984	0.993	0.987
Número de pessoas por dormitório						
categoria 1	0.165	0.422	0.121	0.34	0.109	0.302
categoria 2	0.835	0.578	0.879	0.660	0.891	0.698
Forma de iluminação do domicílio						
categoria 1	0.139	0.35	0.064	0.255	0.036	0.121
categoria 2	0.861	0.650	0.936	0.745	0.964	0.879
Condição de ocupação e posse do domicílio						
categoria 1	0.165	0.205	0.175	0.183	0.195	0.178
categoria 2	0.043	0.077	0.052	0.083	0.029	0.038
categoria 3	0.792	0.718	0.774	0.735	0.776	0.784
Abastecimento de água no domicílio						
categoria 1	0.263	0.643	0.162	0.543	0.135	0.365
categoria 2	0.016	0.013	0.119	0.009	0.018	0.010
categoria 3	0.721	0.344	0.826	0.449	0.846	0.624
Condição Sanitária no domicílio						
categoria 1	0.155	0.474	0.080	0.366	0.053	0.242
categoria 2	0.010	0.017	0.007	0.012	0.008	0.001
categoria 3	0.835	0.509	0.913	0.624	0.939	0.745

Tabela 17 – Proporção de pessoas, por categorias dos indicadores primários e grupos de indivíduos pobres e não pobres (pobreza multidimensional) – Bahia – 1995, 2001 e 2006.

Indicador Primário	(conclusão)					
	1995		2001		2006	
	Não pobre	Pobre	Não pobre	Pobre	Não pobre	Pobre
Destino do lixo domiciliar						
categoria 1	0.332	0.697	0.208	0.49	0.211	0.39
categoria 2	0.668	0.303	0.792	0.510	0.789	0.610
Esgotamento sanitário						
categoria 1	0.545	0.78	0.405	0.681	0.438	0.575
categoria 2	0.455	0.220	0.595	0.319	0.562	0.425
Proporção de criança na escola no domicílio						
categoria 1	0.073	0.25	0.015	0.082	0.016	0.064
categoria 2	0.927	0.750	0.985	0.918	0.984	0.936
Proporção de alfabetizados no domicílio						
categoria 1	0.308	0.703	0.240	0.645	0.243	0.53
categoria 2	0.692	0.297	0.760	0.355	0.757	0.470
Anos de estudo médio por domicílio						
categoria 1	0.447	0.929	0.342	0.841	0.283	0.679
categoria 2	0.34	0.062	0.363	0.147	0.358	0.253
categoria 3	0.178	0.008	0.256	0.012	0.301	0.065
categoria 4	0.029	0.000	0.393	0.000	0.052	0.002
Razão de dependência no domicílio						
categoria 1	0.054	0.543	0.031	0.451	0.016	0.412
categoria 2	0.946	0.457	0.969	0.549	0.984	0.588
Pobre por renda						
categoria 1	0.184	0.822	0.164	0.795	0.056	0.733
categoria 2	0.816	0.178	0.836	0.205	0.944	0.267
Proporção de trabalho precário no domicílio						
categoria 1	0.628	0.732	0.580	0.792	0.555	0.800
categoria 2	0.372	0.268	0.420	0.208	0.445	0.200

Fonte: Elaboração própria, a partir dos resultados gerados pelo *software* Stata (STATA, 2005), baseados nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Nota: Grupos de pobres e não pobres identificados de acordo com a abordagem multidimensional, a partir do Indicador multidimensional de pobreza.
Categoria 1 – categoria de maior privação.

Ao retornar aos indicadores primários que compõem o IMP, é possível notar diferenças no percentual de pessoas associadas a cada categoria⁵⁵ entre o grupo de indivíduos identificados como pobres e o grupo dos indivíduos não pobres. Conforme exposto na Tabela 17, para alguns desses indicadores (material predominante nas paredes e no telhado do domicílio, proporção de crianças na escola) essas diferenças eram pequenas e decresceram entre 1995-2006.

Um segundo conjunto de indicadores (número de pessoas por dormitório, esgotamento sanitário, iluminação do domicílio e destino do lixo domiciliar) apresentava discrepâncias médias entre pobres e não pobres. Entretanto, o conjunto maior era formado pelos indicadores nos quais as desigualdades entre esses grupos de indivíduos eram mais significativas (abastecimento de água, condição sanitária, anos de estudo médio, proporção de alfabetizados, pobre por renda, razão de dependência e proporção de trabalho precário no domicílio).

Com exceção do indicador “proporção de trabalho precário”, todos os demais apresentaram melhorias para ambos os grupos de indivíduos. No caso dessa variável, entre o grupo dos pobres, o percentual de indivíduos que residiam em domicílios com presença de trabalho precário aumentou durante o período analisado. No entanto, esse aumento foi maior entre 1995 e 2001, anos marcados por elevação do desemprego e crescimento da informalidade no mercado de trabalho. Entre 2001 e 2006, esse percentual permaneceu praticamente constante, provavelmente em função da redução das taxas de desemprego e do melhor desempenho da economia brasileira e baiana.

Um último indicador chama a atenção entre os listados na Tabela 17: condição de ocupação e posse do domicílio. Em 2006, o percentual de pobres residindo em domicílios próprios pagos ou ainda pagando superava o percentual verificado entre as pessoas não pobres, ainda que se considere essa superação pouco expressiva. Certamente, isso reflete as ações das políticas públicas de expansão do acesso ao crédito imobiliário e do número de financiamentos para aquisição da casa própria, principalmente entre as famílias com renda mais baixa.

As informações da Tabela 17, acrescidas dos resultados dos índices FGT, demonstram que a pobreza multidimensional na Bahia atinge parcela expressiva da população, que não consegue satisfazer o conjunto de necessidades básicas e *functionings* analisado, dificultando o desenvolvimento e a expansão de suas capacitações. A mensuração da pobreza pela ótica

⁵⁵ Convém lembrar que as categorias de valor 1 são as situações de maior privação, sendo que a privação diminui à medida que o valor da categoria aumenta. Ver subseção 3.2.3 deste capítulo.

exclusivista da renda não permite que tais insatisfações sejam identificadas. Apesar do crescimento na renda das pessoas observado no período 1995-2006, a pobreza permanece fazendo parte do dia-a-dia de muitos indivíduos domiciliados na Bahia.

Desse modo, as políticas que objetivem superar a pobreza devem considerar outras informações sobre as condições de vida das pessoas que não somente a sua renda. Do contrário, dificilmente será possível garantir a eficácia de suas ações para o alcance desse objetivo, que precisa ser entendido como a meta primordial do processo de desenvolvimento socioeconômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo científico da pobreza se caracteriza pela evolução dos conceitos e métodos de investigação da pobreza, partindo da abordagem unidimensional para a abordagem multidimensional. O advento do enfoque multidimensional, no entanto, não significou o abandono da perspectiva unidimensional, que ainda hoje predomina nas análises sobre a pobreza e, por extensão, nas políticas e ações que objetivam a sua superação ou redução.

O direcionamento para uma conceituação mais ampla da pobreza foi influenciado pela formulação de novas teorias a respeito do desenvolvimento econômico. A multidimensionalidade é uma característica dessas teorias que amplia o conceito de desenvolvimento para além do processo de crescimento econômico, ressaltando a importância dos aspectos sociais e humanos e exigindo mudanças nos critérios de investigação do nível de desenvolvimento. Como consequência, a pobreza passou a ser definida não apenas sob o prisma da insuficiência de recursos monetários capazes de assegurar as necessidades nutricionais mínimas requeridas para garantir a subsistência dos indivíduos, mas também sob o prisma da insatisfação das condições básicas que garantem a vitalidade dos indivíduos.

Várias abordagens podem ser identificadas dentro da perspectiva multidimensional de análise da pobreza, entre elas a Abordagem das Necessidades Básicas e a Abordagem das Capacitações. A Abordagem das Necessidades Básicas foi uma das primeiras a questionar as idéias das teorias que afirmam que o crescimento econômico é a condição suficiente para eliminação da pobreza. Tal fato chamou a atenção para outros espaços de avaliação da pobreza, como educação, saúde, nutrição, moradia, trabalho e, posteriormente, participação política e social.

Já a Abordagem das Capacitações se destaca por inserir um novo elemento nas teorias do desenvolvimento: a liberdade. Defendendo que o espaço avaliativo do desenvolvimento deve ser ampliado para as capacitações (capacidades e habilidades) dos seres humanos, ela valoriza a liberdade do indivíduo de se levar a vida que ele tem razão para valorizar. Dentro dessa perspectiva, a pobreza é definida como privação de capacitações básicas que impedem e/ou restringem a liberdade substantiva do indivíduo.

Apesar das diferenças conceituais e metodológicas existentes entre essas duas abordagens, ambas enfatizam os limites da análise da pobreza apenas sob a ótica exclusivista

da renda e ressaltam que a superação do estado de pobreza (multidimensional) é condição *sine qua non* para alcançar o desenvolvimento.

No Brasil, apenas uma parcela diminuta dos estudos sobre a pobreza adota o enfoque multidimensional. Ao se analisar os anos entre 1950-1990, percebe-se que a visão de desenvolvimento predominante acreditava que o processo de industrialização e crescimento da economia brasileira levaria à modernização econômica e, conseqüentemente, ao fim do “atraso” econômico e social e à superação da pobreza. Nesse sentido, a intervenção estatal deveria se concentrar na promoção do crescimento econômico. No período pós 1990, o ideário neoliberal ganhou força, repercutindo nas análises sobre a pobreza no Brasil e nas sugestões para o seu enfrentamento.

Sob a influência dessas perspectivas, a abordagem monetária prevaleceu e prevalece entre os estudos brasileiros, de forma que as discussões sobre o conceito de pobreza são escassas. Debatem-se os métodos de mensuração da renda; os valores das linhas de pobreza monetária utilizadas e se estas devem ser absolutas ou relativas; a fonte de dados; o uso da renda familiar ou domiciliar nas análises; o período analisado. Mas tudo isso a partir de uma visão que, além de imperante, parece incontestável: pobreza é insuficiência de renda ou, ainda, incapacidade de consumo⁵⁶.

Como resultado, as políticas de combate à pobreza também se pautam nessa visão. O critério de identificação dos beneficiários destas políticas (ou seja, dos pobres) é sempre definido com base na renda. Elevar a renda desses beneficiários a um nível mínimo que permita a sua subsistência tem sido o objetivo principal dessas ações que, na maioria da vezes, estão limitadas aos programas de transferência de renda que, embora necessários, não são suficientes para eliminar a pobreza.

Interpretar a pobreza como um fenômeno multidimensional é atribuir importância às políticas sociais, que precisam atuar em conjunto, de forma não somente a retirar o indivíduo da pobreza, mas também de evitar o seu retorno à ela. Isso significa que cruzar a linha de pobreza (que, aliás, é um valor bastante questionável) não garante a sua superação: é preciso que haja ações sociais e econômicas integradas que permitam a eliminação dos riscos de incidência da pobreza.

Estabelecer políticas requer conhecimento precedente do que será objeto de ação. Para

⁵⁶ Refere-se ao consumo de bens e serviços que têm seus preços determinados no mercado privado (*market goods and services*).

que as políticas de combate à pobreza considerem a multidimensionalidade, torna-se necessário a realização de estudos sobre a pobreza que adotem essa perspectiva, a fim de orientar o planejamento e implantação dessas políticas. Mesmo não sendo possível captar toda a complexidade da pobreza, esses estudos podem proporcionar eficácia maior às políticas, seja no âmbito federal, estadual ou municipal.

A abordagem unidimensional monetária também tem prevalecido nos estudos sobre a pobreza nos estados brasileiros. No caso da Bahia, além desse predomínio, identificou-se a concentração de estudos relativos à região metropolitana de Salvador, área de maior atividade econômica do estado, e aos municípios de maior porte (Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna e Juazeiro).

O grupo formado pelos demais municípios baianos, constituído, em grande parte, pelos municípios com até 50 mil habitantes, não costuma ser alvo dos estudos da pobreza. Em 2006, aproximadamente metade da população baiana vivia nestes municípios. Sem dúvida, ignorar o perfil dos municípios baianos resulta em análises equivocadas sobre a pobreza na Bahia.

As características do contexto econômico e social do estado apontam para a existência de expressiva desigualdade socioeconômica, tanto entre os indivíduos quanto entre as mesorregiões, conquanto os indicadores sociais tenham melhorado. Apesar do crescimento econômico e do processo de industrialização ocorridos na Bahia a partir dos anos 1960, observa-se que este estado ainda possui fortes características rurais (cidades com baixo número de habitantes e presença significativa da agricultura de subsistência), que não podem ser desprezadas na elaboração das políticas econômicas e sociais.

Fundamentado nas idéias da Abordagem das Necessidades Humanas Básicas e da Abordagem das Capacitações, este trabalho desenvolveu uma análise multidimensional da pobreza na Bahia baseada no indicador multidimensional de pobreza (IMP). As principais vantagens do IMP são permitir que se considere outras importantes privações sofridas pelos indivíduos que não apenas a renda e a formulação de uma linha de pobreza multidimensional. Além disso, este indicador pode ser usado em análises quantitativas da pobreza (mensuração), bem como em análises qualitativas (perfil). Do ponto de vista da formulação de políticas, ele possibilita a identificação da pobreza multidimensional, chamando a atenção para o conjunto de carências que atinge determinada população.

Os dados revelaram a existência de um percentual grande de pobres entre a população baiana. A proporção de pobres estava próxima a 50% em 1995, diminuindo para cerca de 47% em 2006. O hiato de pobreza médio [FGT(1)] do estado não era elevado, em termos percentuais, e também apresentou trajetória declinante entre esses anos (0,17 em 1995 e 0,14 em 2006). O mesmo pôde ser observado com relação à medida de severidade [FGT(2)].

Ao se analisar as áreas metropolitana, urbana e rural separadamente, percebem-se as discrepâncias existentes entre elas. Por qualquer um dos três índices calculados [FGT(0), FGT(1) e FGT(2)], a pobreza era maior, mais intensa e mais severa na área rural. A região metropolitana era a que apresentava os menores valores desses índices, enquanto que na área urbana esses valores estavam mais próximos da média do estado.

Porém, a despeito da melhora observada nos indicadores primários componentes do IMP, a proporção de pobres na área metropolitana cresceu no período 1995-2006, indicando que a associação entre diversas privações aumentou. Em síntese, a pobreza atingia proporções maiores na população rural, embora tivesse decrescido no período, enquanto que a pobreza metropolitana apresentava uma preocupante trajetória de crescimento.

A comparação com os resultados obtidos a partir da definição da pobreza como insuficiência de renda demonstrou que a pobreza multidimensional atingia um percentual maior da população do que o percentual atingido pela pobreza por renda. Esta última decresceu significativamente entre os anos analisados, como consequência, dentre outras coisas, das políticas de transferência de renda, da valorização real do salário mínimo e da ampliação no número de benefícios previdenciários e assistenciais.

Assim, os resultados comparativos apontam para a necessidade de ações políticas de combate à pobreza voltadas para as áreas de educação, saúde, moradia, trabalho e infraestrutura e que ajam de forma integrada. Não basta apenas transferir renda: é preciso que essa transferência venha acompanhada de melhorias no atendimento às necessidades humanas.

A decomposição da análise multidimensional em subgrupos mostrou que famílias com crianças entre os seus membros possuíam maior risco de pobreza. Entre estas, as famílias do tipo mãe com filhos menores de 14 anos eram as que poderiam ser consideradas mais vulneráveis, pois apresentavam elevada proporção de pobres e alto risco de pobreza.

No que se refere à decomposição por área censitária, os resultados revelam a extensão maior da pobreza nos municípios não autorrepresentativos. Nesse grupo de municípios, mais da metade da população residente estava na situação de pobreza. Isso demonstra a realidade

distinta desses municípios quando comparados com a área metropolitana, onde o percentual era bem mais reduzido, corroborando as informações referentes ao contexto econômico e social baiano.

Com relação à decomposição por cor ou raça, esse risco era maior para os indivíduos pertencentes às categorias “preta” ou “parda”. Tal resultado não causa surpresa, uma vez que esses grupos são reconhecidamente os que mais sofrem com a pobreza, independentemente do argumento que se recorra para explicar isso. Quanto à decomposição por sexo, em nenhum dos anos analisados (1995, 2001 e 2006) se verificou diferenças significativas entre homens e mulheres no que se refere à extensão e ao risco da pobreza.

A análise dos indicadores primários por grupos de indivíduos pobres e não pobres demonstrou que a insatisfação das necessidades básicas e a deficiência/ausência dos *functionings* são mais intensas para os indivíduos do primeiro grupo, ratificando os resultados do IMP.

Um dado positivo é que os indicadores apresentaram melhoras no período para ambos os grupos, com exceção da variável “proporção de trabalho precário no domicílio”. As informações sobre esta variável, relativas ao grupo dos indivíduos pobres, indicaram aumento no percentual de pessoas que residiam em domicílios com presença de trabalho precário. Isso revela a necessidade de se implantar políticas que ampliem a inclusão desses trabalhadores no sistema previdenciário, tal como aquela que garantiu aos trabalhadores rurais em regime de agricultura familiar o acesso a esse sistema, sem a exigência da contribuição.

Infelizmente, o uso da PNAD como fonte de dados não permite que se realize a análise por município baiano. Provavelmente, a aplicação dessa metodologia a um conjunto de dados que permitam essa desagregação pode ajudar no planejamento e execução de políticas e programas que tenham por objetivo, não somente a superação da pobreza por renda, mas sim a satisfação das necessidades humanas básicas que possibilitam ao indivíduo o desenvolvimento e a expansão de suas capacidades.

De maneira geral, os resultados da análise multidimensional da pobreza na Bahia mostram que ocorreram melhorias nas condições de vida da população, mas que ainda se estava muito distante do que poderia ser considerada uma situação adequada. A manutenção desses avanços e o ritmo com que eles ocorrem, dependem fortemente do tipo de políticas sociais e econômicas implementadas e, portanto, dos conceitos e objetivos que fundamentam tais políticas e que repercutem nas suas ações e/ou programas.

Reconhecer a pobreza como um fenômeno multidimensional implica em estudá-la como tal, compreendendo que a sua persistência é um estorvo ao desenvolvimento. Ainda que se constitua em uma tarefa desafiadora, ela precisa ser executada, a fim de fornecer subsídios para a elaboração de políticas que objetivem a superação da pobreza e, conseqüentemente, a promoção do desenvolvimento focado nos seres humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, R. C. de; VELLOSO, J. P. dos R. (Orgs.). *A Nova Geografia da Fome e da Pobreza*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

ALKIRE, Sabine. Basic Needs and Basic Capabilities. In: ALKIRE, Sabine. *Valuing Freedoms: Sen's Capability Approach and Poverty Reduction*. Oxford: Oxford University Press, 2005, cap. 5.

ALKIRE, S., FOSTER, J. *Counting and Multidimensional Poverty Measurement*. OPHI, 2007 (Revised May 2008). Working paper n° 7. Disponível em: <www.ophi.org.uk/pubs/Alkire_Foster_CountingMultidimensionalPoverty.pdf>. Acesso em: 16 mar 2009.

ANAND, S., SEN, A. Concepts of Human Development and Poverty: a multidimensional perspective. Human Development Papers 1997. New York: UNDP, 1997.

ANTUNES, D. J. N.; GIMENEZ, D. M.; FAGNANI, E.. Crescimento Econômico e Pobreza. In: FAGNANI, E.; POCHMANN, M. (Orgs). *Debates Contemporâneos: Economia Social e do Trabalho*: mercado de trabalho, relações sindicais, pobreza e ajuste fiscal. São Paulo: LTr, 2007. n. 1.

ASSELIN, Louis-Marie. Composite Indicator of Multidimensional Poverty. *Multidimensional Poverty*. Québec: Institut de Mathématique Gauss, 2002. Disponível em: <<http://www.ppp-net.org/NEW-PEP/Group/PMMA/pmma-train/files/Multi-Dim-Pov-Doc%201.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2007.

ASSELIN, Louis-Marie, ANH, Vu Tuan. *Multidimensional Poverty and Multiple Correspondence Analysis*. Québec: Analyse Économique et du Développement, 2006. Disponível em: <http://www.aed.auf.org/IMG/pdf/Louis-Marie_Asselin.pdf>. Acesso em: 24 abr 2007.

BAGOLIN, I. P.; ÁVILA, R. P.. Poverty Distribution among the Brazilian States: a multidimensional analysis using capabilities and needs approaches. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34., 2006, Salvador. *Trabalhos Apresentados...* Salvador: ANPEC, 2006. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A142.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2009.

BAGOLIN, I. P. et al. Distribuição Espacial e de Gênero da Pobreza Multidimensional no Município de Porto Alegre, Rio Grande Do Sul (Brasil). *Texto para Discussão*. Porto Alegre:

PUCRS, n. 06, 2007. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/ppgfiles/files/faceppg/ppge/texto_6.pdf>. Acesso em: 15 maio 2009.

BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. *Quatros Cantos da Bahia*. Salvador: Superintendência de Planejamento Estratégico, 2001.

BANCO MUNDIAL. World Bank Updates Poverty Estimates for the Developing World. *Research at the World Bank*. 2008. Disponível em: <<http://econ.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/EXTRESEARCH/0,,contentMDK:21882162~pagePK:64165401~piPK:64165026~theSitePK:469382,00.html>>. Acesso em: 26 fev. 2009.

BAPTISTA, Creomar. Bahia – das políticas sociais setorializadas ao combate à pobreza e as desigualdades sociais. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. *Pobreza e Desigualdades Sociais*. Salvador: SEI, 2003. p. 267-283. (Série Estudos e Pesquisas, v. 63). Disponível em: <www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/publi_ba_sep.php>. Acesso em: 05 fev. 2008.

BARROS, R. P. de, HENRIQUES, R., MENDONÇA, R.. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora IPEA, 2000.

BARROS, R. P. de; CORSEUIL, C.H.; LEITE, P. G.. Mercado de Trabalho e Pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BARROS, R. P. de; CARVALHO, M. de; FRANCO, S.. Pobreza Multidimensional no Brasil. *Texto para discussão*. Rio de Janeiro: IPEA, n. 1227, out. 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1227.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2008.

BLASIUS, J., GREENACRE, M. Correspondence Analysis and Related Methods in Practice. In: BLASIUS, J., GREENACRE, M. (Org.). *Multiple Correspondence Analysis and Related Methods*. CRC Press, 2006. p. 3-40.

BOURGUIGNON, F. e CHAKRAVARTY, S. The Measurement of Multidimensional Poverty. *Journal of Economic Inequality*, Netherlands, v. 1, n. 1, p. 25-49. 2003.

BRASIL. Presidência da República. *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório de Acompanhamento*. Brasília, DF, 2007, 147 p. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/download/TerceiroRelatorioNacionalODM.pdf>>. Acesso em: 23 abr 2009.

BUAINAIN, A. M.; NEDER, H. D.; LIMA, F. *Evolução e Pobreza Rural no Brasil*. Campinas, 2007. Versão preliminar, não circular.

CLARK, David. Capability Approach. In: CLARK, David (org.). *The Elgar Companion to Development Studies*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Pressing, 2006. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=kUerTqCKydAC&printsec=frontcover&dq=Elgar+companion+to+development+studies#PPA32,M1>>. Acesso em: 10 mar. 2009.

CLAUSEN, Sten-Erik. *Applied Correspondence Analysis: an introduction*. Thousand Oaks, Califórnia: Sage Publications, 1998. Serie Quantitative Applications in the Social Sciences, n. 07-121.

CODES, Ana Luiza M. de. A Trajetória do Pensamento Científico sobre Pobreza: em direção a uma visão complexa. *Texto para Discussão*. Rio de Janeiro: IPEA, n.1332, abr. 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1332.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2008.

COMIM, Flávio. Operationalizing Sen's Capability Approach. In: CONFERENCE JUSTICE E POVERTY : examining Sen's Capability Approach, 2001, Cambridge. *Parallel Sessions*. Disponível em: <<http://www.st-edmunds.cam.ac.uk/vhi/sen/papers/comim.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2008.

COMIM, F.; BAGOLIN, I. P.. Aspectos Qualitativos da Pobreza no Rio Grande do Sul. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 23, número especial, p. 467-490, 2002.

DELGADO, Guilherme. Discursos e Políticas Recentes de Luta contra a Pobreza no Brasil. In: LESTIENNE, B.; MILESI, R.; GUERTECHIN, T. (Orgs.). *População e Pobreza*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. O setor de subsistência na economia brasileira: gênese história e formas de reprodução. In: JACCOUD, Luciana (Org.). *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005. cap. 1.

DELGADO, G. C.; THEODORO, M.. Desenvolvimento e Política Social. In: JACCOUD, Luciana (Org.). *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005. cap. 9.

DOYAL, L.; GOUGH, I. *A Theory of Human Need*. Hampshire: Macmillan Press, 1991. cap. 1-3.

DRÈZE, Jean; SEN, Amartya. *Hunger and Public Action*. Oxford: Clarendon Press, 1991, cap. 13.

DUCLOS, Jean-Yves. Vulnerability and Poverty Measurement Issues for Public Policy. *Social Protection Discussion Paper Series*. The World Bank. Washington DC, n. 0230, dec. 2002. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/SOCIALPROTECTION/Resources/SP-Discussion-papers/Safety-Nets-DP/0230.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2009.

FERREIRA, F., LITCHFIELD, J. Desigualdade, Pobreza e Bem-estar Social no Brasil – 1981/95. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

FGV, Fundação Getúlio Vargas. O Mapa do Fim da Fome. 2001. Disponível em: www.fgv.br/cps. Acesso em: 08 nov. 2003.

FOSTER, J., GREER, J. e THORBECKE, E. A Class of Decomposable Poverty Measures. *Econometrica*, Princeton, v. 52, n. 3, p. 761-766, may 1984.

FURTADO, Celso. Os Desafios da Nova Geração. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 24, n. 4 (96), p. 483-486, out./dez. 2004.

GRUSKY, D.; KANBUR, R.. Conceptual ferment in poverty and inequality measurement: the view from economics and sociology. Aug. 2004. In: GRUSKY, D.; KANBUR, R. (eds.) *Poverty and Inequality*. California: Stanford University Press, 2006. Disponível em: <www.arts.cornell.edu/poverty/kanbur/GruskyKanbur> . Acesso em: 10 fev. 2009.

GUIMARÃES, José Ribeiro S. Pobreza e Desigualdade no Brasil: do discurso hegemônico e medição espúria às raízes da questão. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. *Pobreza e Desigualdades Sociais*. Salvador: SEI, 2003. p. 85-116. (Série Estudos e Pesquisas, v. 63). Disponível em: <www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/publi_ba_sep.php>. Acesso em: 05 fev. 2008.

HOFFMANN, Rodolfo. *Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. Mensuração da Desigualdade e da Pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, A. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.15, n.1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006. Disponível em:

<<http://www.eco.unicamp.br:8888/seer/ojs/viewarticle.php?id=33>>. Acesso em: 30 abr. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. 2006. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pnad/default.asp>>. Acesso em: 06 abr. 2008.

_____. *Produto Interno Bruto dos Municípios 2002-2005*. 2007a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2005/default.shtm>>. Acesso em: 14 jun. 2008.

_____. *Produto Interno Bruto dos Municípios 2002-2005*. 2007b (Série Relatórios Metodológicos, n. 29). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2005/srmpibmunicipios.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2008.

_____. *Séries Estatísticas e Séries Históricas*. 2007c. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/index.php>. Acesso em: 14 abr. 2009.

_____. Síntese de Indicadores Sociais. 2008a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2008/default.shtm>>. Acesso em: 11 maio 2009.

_____. *Contas Regionais do Brasil 2002-2006*. 2008b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2003_2006/default.shtm>. Acesso em: 11 maio 2009.

_____. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). *Pesquisa Mensal de Emprego*. Mar. 2009. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/emprego/default.asp?z=t&o=15&i=P>>. Acesso em: 20 maio 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Séries Históricas: Contas Nacionais*. 2009. Disponível em: <[http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=199820070&Tick=1239798959872&VAR_FUNCAO=Ser_Hist\(127\)&Mod=M](http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=199820070&Tick=1239798959872&VAR_FUNCAO=Ser_Hist(127)&Mod=M)>. Acesso em: 13 mar. 2009.

KUKLYS, Wiebke. *Amartya Sen's Capability Approach: theoretical insights and empirical applications*. Berlin: Springer, 2005. Studies in Choice and Welfare.

LADERCHI, Caterina Rugger. Poverty and Its Many Dimensions: the role of income as an indicator. *Oxford Development Studies*, Oxford, v. 25, n. 3, p. 345-360. 1997.

LADERCHI, C.; SAITH, R.; STEWART, F.. Does it matter that we don't agree on the definition of poverty? A comparison of four approaches. *QEH Working Paper Series*. Oxford, n.107, maio 2003. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/p/qeh/qehwps/qehwps107.html>>. Acesso em: 11 fev. 2009.

LANGONI, Carlos. *Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

LOPES, H. M.; MACEDO, P. B. R.; MACHADO, A. F.. Análise de Pobreza com Indicadores Multidimensionais: uma aplicação para o Brasil e Minas Gerais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambú. *Trabalhos Apresentados...* Caxambú, MG: ABEP, 2004. Disponível em: <http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=705&nivel=2>. Acesso em: 07 abr. 2009.

MACHADO, Kenys. *Mensuração da Pobreza: uma comparação entre a renda e a abordagem multidimensional*. 2006. 125 f. Dissertação (Mestrado em Administração)-Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

_____. Pobreza como insuficiência de renda: vantagens e limitações. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 155, p. 30-35, abr./jun. 2007b. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/publi_ba_conj_plan.php>. Acesso em: 22 mar. 2008.

MALTHUS, Thomas R. *Ensaio sobre População*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

NEDER, Henrique D. *Amostragem em Pesquisas Socioeconômicas*. Campinas: Alínea, 2008a.

_____. Um Estudo sobre a Pobreza Rural com Abordagem Multivariada. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008b, Rio Branco. *Trabalhos Apresentados...* Rio Branco, AC: SOBER, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/633.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2009.

NERI, Marcelo. Políticas Estruturais de Combate à Pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

OLIVEIRA, C. A.; HENRIQUE, W.. Determinantes da Pobreza no Brasil: um roteiro de estudo. *Cadernos do Cesit*. Texto para Discussão n. 3. Campinas, jul. 1990. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/Downloads/publicacoes/cesit/CadernosdoCESIT3.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Official List of Millennium Development Goals Indicators*. 2008. Disponível em: <<http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Host.aspx?Content=Indicators/OfficialList.htm>>. Acesso em: 01 mar. 2009.

OSÓRIO, Rafael G., MEDEIROS, Marcelo. Concentração de renda e pobreza na Bahia: 1981-1999. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. *Pobreza e Desigualdades Sociais*. Salvador: SEI, 2003. p. 249-266. (Série Estudos e Pesquisas, v. 63). Disponível em: <www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/publi_ba_sep.php>. Acesso em: 05 fev. 2008.

PEDRÃO, Fernando. Superar a pobreza ou reverter o empobrecimento? Uma revisão das raízes da pobreza na Bahia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. *Pobreza e Desigualdades Sociais*. Salvador: SEI, 2003. p. 235-248. (Série Estudos e Pesquisas, v. 63). Disponível em: <www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/publi_ba_sep.php>. Acesso em: 05 fev. 2008.

PEREIRA, P. A. *Necessidades Humanas: Subsídios à crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Política Social: temas e questões*. São Paulo: Cortez, 2008.

POCHMANN, Márcio. Indicadores de Pobreza e a Pobreza dos Indicadores. In: FAGNANI, E.; POCHMANN, M. (Orgs). *Debates Contemporâneos: Economia Social e do Trabalho: mercado de trabalho, relações sindicais, pobreza e ajuste fiscal*. São Paulo: LTr, 2007. n. 1.

POGGE, Thomas. A Consistent Measure of Real Poverty: a reply to Ravallion. *One Pager*. [S.l.]: International Poverty Center for Inclusive Growth, n. 54, may 2008a. Disponível em: <<http://www.undp-povertycentre.org/pub/IPCOnePager54.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2008.

_____. Where the Line Is Drawn: a rejoinder to Ravallion. *One Pager*. [S.l.]: International Poverty Center for Inclusive Growth, n. 69, oct. 2008b. Disponível em: <<http://www.undp-povertycentre.org/pub/IPCOnePager69.pdf>> . Acesso em: 26 fev. 2009.

PORTO, Edgard. Desenvolvimento Regional na Bahia. In: AVENA, Armando (Org.). *Bahia Século XXI*. Salvador: SEPLANTEC, 2002, p. 97-128. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/pub_livro5.htm>. Acesso em: 01 maio 2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Tendencias del crecimiento económico y del desarrollo humano. In: *Informe sobre Desarrollo 1996: ¿Crecimiento económico para propiciar el desarrollo humano?* 1996. cap. 1. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1996/chapters/spanish/>>. Acesso em: 01 abr. 2008.

_____. Poverty in the human development perspective: concept and measurement. In: *Human Development Report 1997: Human Development to Eradicate Poverty*. 1997. cap. 1. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1997/>. Acesso em: 01 abr. 2008.

_____. The State of Human Development. In: *Human Development Report 1998: Consumption for Human Development*. 1998. cap. 1. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1998/chapters/>. Acesso em: 17 mar. 2009.

_____. *Coleção de Estudos Regionais sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*. Belo Horizonte, MG: 2007. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/estudos/index.php>. Acesso em: 23 abr. 2009.

_____. *Desenvolvimento Humano e IDH*. 2008. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/idh/>. Acesso em: 29 mar. 2008.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Rio de Janeiro, 2003. Software. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/>. Acesso em: 01 maio 2008.

RAVALLION, Martin. Which Poverty Line? A response to Reddy. *One Pager*. [S.l.]: International Poverty Center for Inclusive Growth, n. 53, may 2008a. Disponível em: <http://www.undp-povertycentre.org/pub/IPCOnePager53.pdf>. Acesso em: 18 maio 2008.

_____. Global Poverty Reassessed: a reply to Reddy. *One Pager*. [S.l.]: International Poverty Center for Inclusive Growth, n. 66, sep. 2008b. Disponível em: <http://www.undp-povertycentre.org/pub/IPCOnePager66.pdf>. Acesso em: 16 out. 2008.

RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

REDDY, Sanjay. Are Estimates em Latin American Reliable? *One Pager*. [S.l.]: International Poverty Center for Inclusive Growth, n. 52, may 2008a. Disponível em: <http://www.undp-povertycentre.org/pub/IPCOnePager52.pdf>. Acesso em: 16 out. 2008.

_____. The New Global Poverty Estimates: digging deeper into a hole. *One Pager*. [S.l.]: International Poverty Center for Inclusive Growth, n. 65, sep. 2008b. Disponível em: <http://www.undp-povertycentre.org/pub/IPCOnePager65.pdf>. Acesso em: 16 out. 2008.

ROCHA, Sonia. Estimação de Linhas de Indigência e de Pobreza: opções metodológicas no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000a.

_____. Pobreza e Desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real. *Texto para discussão*. Rio de Janeiro: IPEA, n. 721, abr. 2000b. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2000/td_0721.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2009.

_____. *Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2003.

_____. *Alguns Aspectos Relativos à Evolução 2003-2004 da Pobreza e da Indigência no Brasil*. Rio de Janeiro: IETS, jan. 2006. Disponível em: <http://www.desigualdade.inf.br/biblioteca/Alguns_aspectos_relativos_a_evolucao_2003-2004.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2009.

SACHS, Jeffrey. *O Fim da Pobreza: como acabar com a miséria mundial nos próximos 20 anos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. *O Tamanho da Pobreza: economia política da distribuição de renda*. Rio de Janeiro: Garamound, 1999.

SEN, Amartya. Poverty: an ordinal approach to measurement. *Econometrica*, Princeton, v. 44, n. 2, p. 219-231, mar 1976.

_____. *Poverty and Famines: an essay on entitlement and deprivation*. Oxford: Oxford University Press, 1983a. cap. 1 e 2.

_____. Poverty, relatively speaking. *Oxford Economic Papers*, Oxford, v. 35, p. 153-169, 1983b.

_____. *Desenvolvimento como Liberdade*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Desigualdade Reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Development as Capability Expansion. In: SAKIKO, F.; KUMAR, A. K. S. *Readings in Human Development: concepts, measures and policies for a development paradigm*. Oxford University Press, 2003, p. 3-16.

SILVA, José Graziano da; BELIK, Walter e TAKAGI, Maya (Orgs.). *Projeto Fome Zero*. São Paulo: Instituto Cidadania, 2001.

SPSS. Version 15.0 Evaluation. [S.l.]: SPSS Inc., 2006. Windows.

STATA: Statistics/Data Analysis. Version 10.0. Texas,USA: StataCorp LP, 2005. Windows.

STEWART, Frances. Basic Needs Strategies, Human Rights and the Right to Development. *Human Rights Quarterly*, [S.l.], v. 11, n. 3, p. 347-374, Aug. 1989.

_____. Basic Needs, Capabilities and Human Development. *Greek Economic Review*, [S.l.], v. 17, n. 2, p. 83-96, dec. 1995.

_____. Basic Needs Approach. In: CLARK, David (org.). *The Elgar Companion to Development Studies*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Pressing, 2006. cap. 5. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=kUerTqCKydAC&printsec=frontcover&dq=Elgar+companion+to+development+studies#PPA14,M1>>. Acesso em: 10 mar. 2009.

STREETEN, Paul et al. Why Basic Needs? In: STREETEN, Paul et al. *First Things First: meeting basic human needs in developing countries*. Oxford University Press, 1981.

STREETEN, P.; BURKI, S. J.. Basic Needs: Some issues. *World Development*, Great Britain, v. 6, n. 3, p. 411-421, 1978.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Pobreza e Desigualdades Sociais*. Salvador: SEI, 2003 (Série Estudos e Pesquisas, v. 63). Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=82&Itemid=110> . Acesso em: 05 fev. 2008.

_____. *Aspectos Sociais das Desigualdades na Bahia*. Salvador: SEI, 2008a (Série Estudos e Pesquisas, v. 78).

_____. *Evolução e Caracterização das Manchas de Pobreza na Bahia (1991-2000)*. Salvador: SEI, 2008b (Série Estudos e Pesquisas, v. 79).

_____. *Sistema de Dados Estatísticos*. 2009. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=113&Itemid=62> . Acesso em: 05 maio 2009.

TEIXEIRA, F.; GUERRA, O..50 Anos de Industrialização Baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espamódica. *Bahia Análise & Dados: Leituras da Bahia II*, Salvador, v.10, n. 1, p.87-98, jun. 2000. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=80&Itemid=110>. Acesso em: 22 maio 2009.

THEODORO, Mário. A Questão do Desenvolvimento – uma releitura. In: RAMALHO, J.; ARROCHELLAS, M. H. (Orgs.). *Desenvolvimento, Subsistência e Trabalho Informal no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. In: JACCOUD, Luciana (Org.). *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005. cap. 3.

APÊNDICE A – *Scripts* Desenvolvidos para a Realização da Análise

A.1 *Script* principal (Stata) – Ano 2006

```
*////////////////////////////////////
*/PREPARAÇÃO DOS DADOS
*////////////////////////////////////
```

*Nota: na linguagem de programação utilizada pelo Stata, o asterisco
 () é usado no início da linha para indicar que a mesma não deve ser
 *executada.

```
*****
* Leitura dos Dados da Pnad 2006 – Variáveis do Arquivo de Pessoas
*****
```

```
infix V0101 1-4 uf 5-6 V0102 5-12 V0103 13-15 V0301      ///
16-17 V0302 18-18 V8005 27-29 V0401 30-30 V0402 31-31    ///
V0403 32-32 V0404 33-33 V0601 62-62 V0602 63-63          ///
V0701 76-76 V0704 79-79 V9001 136-136 V9002 137-137      ///
V9003 138-138 V9004 139-139 V9005 140-140 V9008 150-151   ///
V9021 294-294 V9027 300-300 V1252 523-534 V1258 551-562   ///
V1261 565-576 V1264 579-590 V1267 593-604 V1270 607-618   ///
V1273 621-632 V4703 670-671 V4704 672-672 V4705 673-673   ///
V4706 674-675 V4707 676-676 V4808 677-677 V4809 678-679   ///
V4810 680-681 V4711 682-682 V4718 692-703 V4719 704-715   ///
V4720 716-727 V4721 728-739 V4722 740-751 V4723 752-753   ///
V4724 754-755 V4725 756-757 V4726 758-769 V4727 770-770   ///
V4728 771-771 V4729 772-776 V9115 510-510 V9058 359-360   ///
V9092 418-418 V9101 455-456 V9119 514-514 V1023 470-470   ///
V1026 484-484 V1027 485-485 V1028 486-486 V9095 421-421   ///
V9096 422-422 V9097 423-423                               ///
using "(Unidade de Disco\PNAD2006\Dados\CDPESC.txt")
```

```
sort uf V0102 V0103
```

```
save "pessoas2006", replace
```

```
*****
*Leitura dos Dados da Pnad 2006 – Variáveis do Arquivo de
*Domicílios
*****
```

```
clear
```

```
infix uf 5-6 V0102 5-12 V0103 13-15 V0104 16-17 V0105 18-19    ///
V0201 22-22 V0202 23-23 V0203 24-24 V0204 25-25 V0205 26-27    ///
V0206 28-29 V0207 30-30 V0210 57-57 V0211 58-58 V0212 59-59    ///
```

```

V0213 60-60 V0214 61-61 V0215 62-62 V0216 63-63 V0217 66-66      ///
V0218 67-67 V0219 68-68 V4602 90-93 V4604 94-95 V4605 96-107    ///
V4606 108-110 V4607 111-122 V4608 123-128 v4618 168-174         ///
V4609 129-137 V4610 138-140 V4611 141-145 V4621 182-193         ///
strat 161-167 V4105 83-83                                         ///
using "(Unidade de Disco)\PNAD2006\Dados\CDDOMC.txt"

keep if V0104 == 1

sort uf V0102 V0103

save "domicilios2006", replace

*****
*Combinar Arquivos "pessoas2006" com "domicilios2006"
*****

use pessoas2006
merge uf V0102 V0103 using domicilios2006

keep if uf == 29
drop _merge

save "merge2006", replace

*****
* Renomear Variáveis
*****

label variable uf "Bahia"
label variable V0102 "Número de Controle"
rename V0102 controle
label variable V0103 "Número de Série"
rename V0103 serie
label variable V8005 "Idade"
rename V8005 idade
label variable V4703 "Anos de Estudo"
rename V4703 anosest
label variable V4705 "Condição de Ocupação"
rename V4705 condocup
label variable V4706 "Posição na ocupação no trabalho. principal"
rename V4706 posocup
label variable V4719 "Rendimento Mensal de todos os trabalho"
rename V4719 renda
label variable V0404 "Cor"
rename V0404 cor
label variable V4707 "Horas Trabalhadas"
rename V4707 horastrab
label variable V4809 "Atividade Principal (Ramo)"
rename V4809 ramo
label variable V4729 "Peso"
rename V4729 peso
label variable V0302 Sexo
rename V0302 sexo
label variable V4728 "Situação Censitária"

```

```

rename V4728 sitcen
label variable V4727 "Código Área Censitária."
rename V4727 areacen
rename V0101 Anoref
label variable V0301 "Número de ordem"
rename V0301 nordem
label variable V0401 "Condição na unidade domiciliar"
rename V0401 conddom
label variable V0402 "Condição na família"
rename V0402 condfam
label variable V0403 "Número da Família"
rename V0403 numfam
label variable V0601 "Sabe ler e escrever"
rename V0601 sabeler
label variable V0602 "Frequenta escola ou creche"
rename V0602 freqescce
label variable V9002 "Trabalho em atividades para próprio consumo"
rename V9002 trabautocon
label variable V9004 "Afastamento temporário do trabalho na      ///
                        semana de referência"
rename V9004 afastrab
label variable V9005 "Número de Trabalhos na semana de referência"
rename V9005 ntrab
label variable V1252 "Valor rendimento aposentadoria"
rename V1252 rend_apos
label variable V1255 "Valor rendimento pensão"
rename V1255 rend_pens
label variable V1258 "Valor rendimento outro tipo de aposentadoria"
rename V1258 rend_outrapos
label variable V1261 "Valor rendimento outro tipo de pensão"
rename V1261 rend_outrapens
label variable V1264 "Valor rendimento abono de permanência"
rename V1264 rend_abono
label variable V1267 "Valor rendimento aluguel"
rename V1267 rend_aluguel
label variable V1270 "Valor doação recebida de não-morador"
rename V1270 rend_doa
label variable V1273 "Valor rendimento juros, poupança,      ///
                        aplicações e outros rendimentos"
rename V1273 rend_outros
label variable V4704 "Condição de atividade"
rename V4704 condativ
label variable V4808 "Setor de atividade trabalho principal"
rename V4808 ativprin
label variable V4810 "Grupos de ocupação atividade principal"
rename V4810 grupocup
label variable V4711 "Contribuição para previdência"
rename V4711 contrprev
label variable V4718 "Valor rendimento trabalho principal"
rename V4718 rend_trab1
label variable V4720 "Valor do rendimento mensal de todas as fontes"
rename V4720 rend_tdsfontes
label variable V4721 "Rendimento mensal domiciliar"
rename V4721 rend_dom
label variable V4722 "Valor rendimento mensal familiar I      ///
                        inclusive agregados"

```

```

rename V4722 rend_fam1
label variable V4723 "Tipo de Família"
rename V4723 tipofam
label variable V4724 "Números de componentes da família I"
rename V4724 numcompfam
label variable V4725 "Número de componentes da família II"
rename V4725 numcompfam2
label variable V4726 "Valor do rendimento familiar II"
rename V4726 rend_fam2
label variable V0104 "Tipo entrevista"
rename V0104 tipoent
label variable V0105 "Total de moradores"
rename V0105 totmorad
label variable V0201 "Espécie do Domicílios"
rename V0201 espdom
label variable V0202 "Tipo de domicílios"
rename V0202 tipodom
label variable V0203 "Tipo de parede existente"
rename V0203 matpar
label variable V0204 "Material do Telhado"
rename V0204 mattel
label variable V0205 "Número de cômodos"
rename V0205 numcomod
label variable V0206 "Número de dormitórios"
rename V0206 numdorm
label variable V0207 "Situação do domicílios"
rename V0207 sitdom
label variable V0210 "Propriedade do terreno"
rename V0210 propterr
label variable V0211 "Água canalizada pelo menos um cômodo."
rename V0211 aguacan
label variable V0212 "Procedência da água"
rename V0212 origagua
label variable V0213 "Água canalizada de rede"
rename V0213 aguarede
label variable V0214 "Água de poço ou nascente"
rename V0214 aguanaspoço
label variable V0215 "Existência de banheiro ou sanitário"
rename V0215 bansan
label variable V0216 "Uso do banheiro e sanitário."
rename V0216 bansancomum
label variable V0217 "Forma de escoadouro banheiro/sanitário"
rename V0217 escoad
label variable V0218 "Destino do lixo"
rename V0218 lixo
label variable V0219 "Forma de iluminação"
rename V0219 ilumina
label variable V4602 "Estrato"
rename V4602 estrato
label variable V4604 "Número de municípios selecionados"
rename V4604 nummun
label variable V4605 "Probabilidade do município"
rename V4605 probmun
label variable V4606 "Número de setores selecionados"
rename V4606 numset
label variable V4607 "Probabilidade do setor"

```

```

rename V4607 probset
label variable V4608 "Intervalo de Seleção do Município"
rename V4608 intselmun
label variable V4609 "Projeção da População"
rename V4609 projpop
label variable V4610 "Inverso de fração"
rename V4610 invfrac
label variable V4611 "peso do domicílios"
rename V4611 pesodom
label variable V4105 "Código Situação Censitária"
rename V4105 sitcens
label variable V9058 "Horas trabalhadas 2"
rename V9058 horastrab2
label variable V9092 "Ocupação no trabalho secundário"
rename V9092 ocupsecund
label variable V9101 "Horas trabalhadas no trabalho secundário"
rename V9101 horastrabsecun
label variable V1023 "Controle rendimento mensal em dinheiro"
rename V1023 crendinh
label variable V1026 "Controle rendimento mensal em produtos e
mercadorias"
rename V1026 crendmerc
label variable V1027 "Controle rendimento mensal em benefícios"
rename V1027 crendbene
label variable V9115 "Procurou trabalho na semana de referência"
rename V9115 procurou
label variable V9119 "Última providência que tomou para conseguir
trabalho até a data de referência"
rename V9119 ultprovid
label variable V9097 "Carteira de trabalho assinada no trabalho
secundário"
rename V9097 cartsecun
label variable V9095 "Militar no trabalho secundário"
rename V9095 milisecun
label variable V9096 "Funcionário público estatutário no trabalho
secundário"
rename V9096 funcpubsecun
label variable V9001 "Trabalhou na semana de referência"
rename V9001 trabalho
label variable V1028 "Código sem rendimento"
rename V1028 csemrend
label variable V9003 "Atividade de construção para próprio uso    ///
                        na semana de referência"
rename V9003 construso
label variable V0701 "Trabalho infantil no ano de referência"
rename V0701 trabinfano
label variable V0704 "Trabalho infantil na semana de referência"
rename V0704 trabinfsem
label variable V4621 "Rendimento domiciliar per capita"
rename V4621 rend_dompc
label variable v4618 "PSU"
rename v4618 psu
label variable V9008 "Ocupação no trabalho agrícola"
rename V9008 ocupagr
label variable V9021 "Trabalhador conta-agrícola"
rename V9021 trabcprop

```

```
label variable V9027 "Algum tipo de produção para C"
rename V9027 prodcons
```

```
save "merge2006", replace
```

```
*****
*Ajustar Dados Considerando Desenho da Amostra
*****
```

```
format %15.0g _all
svyset psu [pw=peso], strat(strat)
save "merge2006", replace
```

```
*****
*Colocação das Linhas de Pobreza no Arquivo
*****
```

```
gene lp = .
replace lp = 195.44 if areacen == 1
replace lp = 133.82 if sitcen <= 3 & areacen != 1
replace lp = 80.72 if sitcen > 3 & areacen != 1
```

```
*****
*Colocação das Linhas de Indigência no Arquivo
*****
```

```
gene li = .
replace li = 58.21 if areacen == 1
replace li = 42.44 if sitcen <= 3 & areacen != 1
replace li = 36.87 if sitcen > 3 & areacen != 1
```

```
*****
*Eliminar Códigos de "sem declaração" e "não aplicável" das
Variáveis *de Rendimento e idade
*****
```

```
replace rend_dompc = . if rend_dompc > 1000000000 | rend_dompc ==
-1
replace rend_dom = . if rend_dom > 1000000000 | rend_dom == -1
replace rend_trab1 = . if rend_trab1 > 1000000000 | rend_trab1 ==
-1
replace rend_fam1 = . if rend_fam1 > 1000000000 | rend_fam1 ==
-1
replace idade = . if idade > 150
```

```
*****
*Gerar Variáveis "rendimento familiar per capita", "pobre" e
*"indigente"
*****
```

```
gene rend_fampc = rend_fam1/numcompfam
label variable rend_fampc "Rendimento Familiar per capita"
```

```
gene pobre = .
replace pobre = 1 if rend_fampc < lp
replace pobre = 2 if rend_fampc >= lp
```

```
label variable pobre "Pobreza por renda"
```

```
gene indig = .
replace indig = 1 if rend_fampc < 1i
replace indig = 2 if rend_fampc >= 1i
label variable indig "Indigência por renda"
```

```
save "merge2006" , replace
```

```
*****
*Recodificar Variáveis: Material da Parede, Material do Telhado,
*Escadouro, Coleta de Lixo, Iluminação.
*****
```

```
replace matpar = 20 if matpar == 1
replace matpar = . if matpar == 9
replace matpar = 1 if matpar > 1 & matpar <= 6
replace matpar = 2 if matpar == 20
label variable matpar "Material da Parede"
```

```
replace mattel = 2 if mattel == 1 | mattel == 2
replace mattel = . if mattel == 9
replace mattel = 1 if mattel > 2 & mattel <= 7
label variable mattel "Material do Telhado"
```

```
replace escoad = . if escoad == 9
replace escoad = 20 if (escoad == 1 | escoad == 2) & sitcen <= 3
replace escoad = 20 if (escoad == 1 | escoad == 2 |          ///
                        escoad == 3) & sitcen > 3
replace escoad = 1 if (escoad >= 3 & escoad <= 7) & sitcen <= 3
replace escoad = 1 if (escoad >= 4 & escoad <= 7) & sitcen > 3
replace escoad = 2 if escoad == 20
label variable escoad "Escadouro"
```

```
replace lixo = . if lixo == 9
replace lixo = 2 if lixo == 1 | lixo == 2
replace lixo = 1 if lixo >= 3 & lixo <= 6
label variable lixo "Coleta de lixo"
```

```
replace ilumina = 2 if ilumina == 1
replace ilumina = . if ilumina == 9
replace ilumina = 1 if ilumina == 3 | ilumina == 5
label variable ilumina "Iluminação do domicílio"
```

```
*****
*Gerar Variáveis: Condição do Domicílio, Abastecimento de Água,
*Condição Sanitária, Pessoas Por Cômodo, Área Urbana.
*****
```

```
gene dcond = .
replace dcond = 3 if (sitdom == 1 | sitdom == 2) & propterr == 2
replace dcond = 2 if (sitdom == 1 | sitdom == 2) & propterr == 4
replace dcond = 1 if sitdom >= 3 & sitdom <= 6
label variable dcond "Condição de Ocupação e Posse do Domicílio"
```

```

gene    dagua      = .
replace dagua      = 3 if aguacan == 1 & origagua == 2 & sitcen <= 3
replace dagua      = 3 if aguacan == 1 & (origagua == 2 |          ///
                        & sitcen >= 4
replace dagua      = 2 if aguacan == 1 & (origagua == 4 |          ///
                        origagua == 6) & sitcen <= 3
replace dagua      = 2 if aguacan == 1 & origagua == 6 & sitcen >= 4
replace dagua      = 1 if aguacan == 3
label variable dagua "Abastecimento de água"

gene    dbanh      = .
replace dbanh      = 3    if bansan == 1 & bansancomum == 2
replace dbanh      = 2    if bansan == 1 & bansancomum == 4
replace dbanh      = 1    if bansan == 3
label variable dbanh "Condição Sanitária"

replace    numdorm      = . if numdorm == -1
replace    totmorad     = . if totmorad == -1
gen        pesspordorm  = totmorad / numdorm
label variable pesspordorm "Número de pessoas por dormitório"

gen        urb = 2 if sitcen <= 3
replace    urb = 1 if sitcen > 3
label variable urb "Área urbana"

save "merge2006", replace

*****
*Gerar Variáveis: Alfabetização, Adultos, Crianças, Crianças na
*Escola.
*****

gene    alfa      = .
replace alfa      = 0 if sabeler == 3 & idade >= 15
replace alfa      = 1 if sabeler == 1 & idade >= 15
label variable alfa "Alfabetizados"

gene    adultos   = 1 if idade >= 15
replace adultos   = 0 if idade < 15
label variable adultos "Adultos"
* adulto = não criança

gene    crianças  = 1 if idade >= 6 & idade < 14
replace crianças  = 0 if idade < 6 | idade >= 14
label variable crianças "Crianças"

*o intervalo de idade foi assim definido porque essa variável será
*usada para gerar variáveis relacionadas à frequência escolar.
*Ver Lei 11.114/2005 que altera a LDB/96.

gen        criersc = 0 if freqescrcr == 4 & idade >= 6 & idade < 14
replace    criersc = 1 if freqescrcr == 2 & idade >= 6 & idade < 14
label variable criersc "Crianças na escola"

```

```
save "merge2006", replace
```

```
*****
*Gerar Variáveis: Condição na Ocupação com recorte de idade, PEA,
*Trabalho Precário
*****
```

```
gen      condocup2 = .
replace  condocup2 = 0 if condocup == 2 & idade >= 14
replace  condocup2 = 1 if condocup == 1 & idade >= 14
label variable condocup2 "Condição na Ocupação >= 14 anos"
```

```
gen      pea = 0 if condativ == 2
replace  pea = 1 if condativ == 1
label variable pea "PEA"
```

```
*Trabalho precário
```

```
gene     trabprec = .
replace  trabprec = 1 if ((posocup == 4 | posocup == 5) &      ///
                        contrprev == 2) & idade >=14
replace  trabprec = 2 if (((posocup == 7 | posocup == 8) &    ///
                        grupocup != 7) & contrprev == 2) &      ///
                        idade >=14
replace  trabprec = 3 if (((posocup == 9 & grupocup != 7) |    ///
                        posocup == 10) & contrprev == 2) &      ///
                        idade >=14
replace  trabprec = 4 if (posocup == 9 & (grupocup == 7 &      ///
                        ocupagr != 6)) & idade >=14
replace  trabprec = 5 if (posocup == 9 & (grupocup == 7 &      ///
                        ((ocupagr == 6 & prodcons!= 1) |      ///
                        (ocupagr == 6 & trabcprop > 5 &        ///
                        prodcons == 1)))) & idade >=14
replace  trabprec = 6 if (((posocup >=11 & posocup <= 12) &    ///
                        grupocup != 7) & contrprev == 2) &      ///
                        idade >=14
replace  trabprec = 7 if ((posocup == 13 & grupocup != 7) &    ///
                        contrprev == 2) & idade >=14
```

```
*Trabalho não precário
```

```
replace  trabprec = 8 if ((posocup >= 1 & posocup <= 3) |      ///
                        posocup == 6) & idade >=14
replace  trabprec = 9 if ((posocup == 4 | posocup == 5) &      ///
                        contrprev == 1) & idade >=14
replace  trabprec = 10 if (((posocup == 7 | posocup == 8) &    ///
                        grupocup != 7) & contrprev == 1) & idade >=14
replace  trabprec = 11 if ((posocup == 7 | posocup == 8) &      ///
                        grupocup == 7) & idade >=14
replace  trabprec = 12 if (((posocup == 9 & grupocup != 7) |    ///
                        posocup == 10) & contrprev == 1) & idade >=14
replace  trabprec = 13 if (posocup == 9 & (grupocup == 7 &      ///
                        (ocupagr == 6 & (trabcp >= 1 &          ///
                        trabcp <= 5) & prodcons == 1))) &      ///
                        idade >=14
replace  trabprec = 14 if ((posocup >=11 & posocup <= 12) &    ///
```

```

                                (grupocup == 7 & (ocupagr == 11 |      ///
                                ocupagr == 13))) & idade >=14
replace   trabprec = 15 if (((posocup >=11 & posocup <= 12) &      ///
                                grupocup != 7) & contrprev == 1) &      ///
                                idade >=14
replace   trabprec = 16 if ((posocup == 13 & grupocup != 7)&      ///
                                contrprev == 1) & idade >=14
replace   trabprec = 17 if (posocup == 13 & grupocup == 7)&      ///
                                idade >=14

```

```

replace trabprec = 1 if trabprec >= 1 & trabprec <= 7
replace trabprec = 0 if trabprec >= 8 & trabprec <= 17
label variable trabprec "Trabalho precário"

```

*A discretização desta variável assume valor 1 para pior situação e *zero para melhor devido à definição da variável. Como ela será usada *no comando collapse para somar o número de pessoas em trabalho *precário ela tem que assumir valor 1.

```

save "merge2006", replace

```

```

*****
*Gerar Variáveis: Razão de Dependência e Moradores de 18 Anos ou
*mais
*****

```

```

gen   ndepen   = 1 if idade >= 14 & idade < 60
gen   depen    = 1 if idade < 14 | idade >= 60
label variable ndepen "Não dependentes"
label variable depen  "Dependentes"

```

```

gen      morad18 = 1 if idade >= 18
replace  morad18 = 0 if idade < 18
label variable morad18 "Moradores de 18 anos ou mais"

```

```

*****
* Alterar variável: Número Médio de Anos de Estudo
*****

```

```

replace  anosest = . if anosest == 17
replace  anosest = . if idade < 18
replace  anosest = anosest - 1

```

```

save "merge2006", replace

```

```

*****
*Tabulação dos Dados para Análise Descritiva
*****

```

```

log using "Tabulação das variáveis 2 2006.smcl", replace

```

```

tab matpar

```

```

tab mattel

```

tab ilumina

tab escoad

tab lixo

summa rend_fampc

centile rend_fampc, centile (0 25 50 75 100)

tab pobre

tab indig

tab dcond

tab dagua

tab dbanh

summa pesspordorm

centile pesspordorm, centile (0 25 50 75 100)

tab urb

tab alfa

tab adultos

tab crianas

tab criesc

tab condocup2

tab pea

tab trabprec

tab ndepen

tab depen

tab morad18

log close

```
*****
*Utilizar Comando "collapse" para Agrupar Variáveis por Domicílios
*****
```

```
collapse (sum) alfa adultos crianas condocup2 pea trabprec criesc
ndepen depen anosest morad18, by(uf controle serie)
```

```
*****
*Gerar Variáveis: Proporção de alfabetizados por domicílio,
Proporção *de criança na escola por domicílio, Taxa de ocupação por
domicílio, *Proporção de trabalho precário por domicílio, Razão de
dependência no *domicílio, Anos de estudo médio por domicílios.
*****
```

```
gen      palfa      = alfa / adultos
```

```

gen      pcriesc      = criesc / crianas
gen      tocup        = condocup / pea
gen      tprecario    = trabprec / condocup2
gen      rdepen       = depen / ndepen
gen      anosestmed   = anosest / morad18

sort uf controle serie

save collapse2006, replace

*****
*Combinar Arquivos "collapse2006" com "merge2006"
*****

use "merge2006", clear
sort uf controle serie
merge uf controle serie using collapse2006, uniquing
drop _merge

save "merge_2006", replace

*****
*Tabulação dos Dados para Análise Descritiva - Pós-collapse
*****

log using "Tabulação das variáveis pos collapse 2006.smcl", replace

summa palfa
centile palfa, centile (0 25 50 75 100)

summa pcriesc
centile pcriesc, centile (0 25 50 75 100)

summa tocup
centile tocup, centile (0 25 50 75 100)

summa tprecario
centile tprecario, centile (0 25 50 75 100)

summa rdepen
centile rdepen, centile (0 25 50 75 100)

summa anosestmed
centile anosestmed, centile (0 25 50 75 100)

log close

save "merge_2006", replace

*****
*Discretizar Variáveis Quantitativas: palfa, pcriesc, tocup,
*tprecario, rdepen, anosestmed, pesspordorm
*****

replace palfa = 2 if palfa == 1
replace palfa = 1 if palfa < 1
label variable palfa "Proporção de Alfabetizados"

```

```

replace pcriesc = 2 if pcriesc == 1
replace pcriesc = 1 if pcriesc < 1
label variable pcriesc "Proporção de crianças na escola"

replace tocup = -1 if tocup <= 0.5
replace tocup = 2 if tocup > 0.5
replace tocup = 1 if tocup == -1
label variable tocup "taxa de ocupação no domicílio"

replace rdepen = 10 if rdepen > 1
replace rdepen = 2 if rdepen <= 1
replace rdepen = 1 if rdepen == 10
label variable rdepen "Razão de dependência"

replace tprecario = 1 if tprecario > 0
replace tprecario = 2 if tprecario == 0
label variable tprecario "Proporção de trabalho precário"

replace ptrabinf = 1 if trabinf > 0
replace ptrabinf = 2 if trabinf == 0
label variable trabinf "Proporção de Trabalho infantil"

replace anosestmed = 1 if anosestmed >= 0 & anosestmed < 5
replace anosestmed = 2 if anosestmed >= 5 & anosestmed < 9
replace anosestmed = 3 if anosestmed >= 9 & anosestmed < 13
replace anosestmed = 4 if anosestmed >= 13 & anosestmed <= 15
label variable anosestmed "Anos de estudo médio"

replace pesspordorm = 2 if pesspordorm < 3
replace pesspordorm = 1 if pesspordorm >= 3
label variable pesspordorm "Número de pessoas por dormitório"

save "merge_2006", replace

*****
*Tabulação dos Dados para Análise Descritiva - Pós-collapse
*****

log using "Tabulação das variáveis pós-discretização 2006.smcl", replace

tab2 matpar areacen, column
tab2 matpar urb if areacen != 1, column

tab2 mattel areacen, column
tab2 mattel urb if areacen != 1, column

tab2 ilumina areacen, column
tab2 ilumina urb if areacen != 1, column

tab2 escoad areacen, column
tab2 escoad urb if areacen != 1, column

tab2 lixo areacen, column
tab2 lixo urb if areacen != 1, column

summa rend_fampc

```

```
centile rend_fampc, centile (0 25 50 75 100)
```

```
tab2 pobre areacen, column  
tab2 pobre urb if areacen != 1, column
```

```
tab2 indig areacen, column  
tab2 indig urb if areacen != 1, column
```

```
tab2 dcond areacen, column  
tab2 dcond urb if areacen != 1, column
```

```
tab2 dagua areacen, column  
tab2 dagua urb if areacen != 1, column
```

```
tab2 dbanh areacen, column  
tab2 dbanh urb if areacen != 1, column
```

```
tab2 pesspordorm areacen, column  
tab2 pesspordorm urb if areacen != 1, column
```

```
tab2 urb areacen, column
```

```
tab2 alfa areacen, column  
tab2 alfa urb if areacen != 1, column
```

```
tab2 adultos areacen, column  
tab2 adultos urb if areacen != 1, column
```

```
tab2 crianca areacen, column  
tab2 crianca urb if areacen != 1, column
```

```
tab2 criesc areacen, column  
tab2 criesc urb if areacen != 1, column
```

```
tab2 condocup2 areacen, column  
tab2 condocup2 urb if areacen != 1, column
```

```
tab2 pea areacen, column  
tab2 pea urb if areacen != 1, column
```

```
tab2 trabprec areacen, column  
tab2 trabprec urb if areacen != 1, column
```

```
tab2 ndepen areacen, column  
tab2 ndepen urb if areacen != 1, column
```

```
tab2 depen areacen, column  
tab2 depen urb if areacen != 1, column
```

```
tab2 morad18 areacen, column  
tab2 morad18 urb if areacen != 1, column
```

```
tab2 palfa areacen, column  
tab2 palfa urb if areacen != 1, column
```

```
tab2 pcriesc areacen, column  
tab2 pcriesc urb if areacen != 1, column
```

```
tab2 tocup areacen, column  
tab2 tocup urb if areacen != 1, column
```

```

tab2 tprecario areacen, column
tab2 tprecario urb if areacen != 1, column

tab2 rdepend areacen, column
tab2 rdepend urb if areacen != 1, column

tab2 anosestmed areacen, column
tab2 anosestmed urb if areacen != 1, column

log close

save "merge_2006", replace

*****
*Manter Variáveis que Serão Usadas na Análise de Correspondências
*Múltiplas
*****

keep uf controle serie areacen sitcen urb peso matpar mattel ///
escoad lixo ilumina rend_fampc pobre dcond dagua dbanh indig ///
ptrabinf anosestmed palfa pcriesc tocup tprecario rdepend sexo ///
pesspordorm lp li psu strat cor tipofam

save "merge_2006", replace

fdasave merge_2006_BAsps, rename replace

*////////////////////////////////////
*/CÁLCULO DO INDICADOR MULTIDIMENSIONAL DE POBREZA E DA LINHA
*/MULTIDIMENSIONAL DE POBREZA
*////////////////////////////////////

*****
*Realizar Análise de Correspondências Múltiplas
*****

*Análise de Correspondências Múltiplas realizada no software SPSS
*15. A sintaxe é apresentada na seção A.2 a seguir. Os passos a
seguir se *baseiam nos resultados obtidos a partir dessa análise.

*****
*Gerar Arquivo com Peso das Categorias de cada Indicador Primário
*****

clear
set memo 500m
set more off

*Exportar dados do arquivo "Quantifications 2006.xls". Este arquivo
*contém as coordenadas do centróide das variáveis *incluídas na
Análise *de Correspondências Múltiplas e o eigenvalue da dimensão 1.

xmluse "Quantifications 2006.xml", doctype(excel) datestring ///
firstrow

```

```

format variavel %40s
*variavel está no formato string
save "peso_cat2006.dta", replace

*****
*Gerar Arquivo com Peso das Categorias de Referência de cada
Indicador *Primário para Cálculo da Linha Multidimensional de
Pobreza
*****

use peso_cat2006, clear

*wponderado equivale ao peso da categoria(coordenada do centróide/
*eigenvalue)

postutil clear
postfile peso2 str40 variavel wpov using wpov_category2006, replace

summa wponderado if variavel == "MATERIAL DAS PAREDES" & categoria
== 1
scalar wpov = r(min)
global VARIABEL = "MATERIAL DAS PAREDES"
post peso2 ("$VARIABEL") (wpov)

summa wponderado if variavel == "MATERIAL DO TELHADO" &          ///
                      categoria == 1
scalar wpov = r(min)
global VARIABEL = "MATERIAL DO TELHADO"
post peso2 ("$VARIABEL") (wpov)

summa wponderado if variavel == "ESCOADOURO" & categoria == 1
scalar wpov = r(min)
global VARIABEL = "ESCOADOURO"
post peso2 ("$VARIABEL") (wpov)

summa wponderado if variavel == "COLETA DE LIXO" & categoria == 1
scalar wpov = r(min)
global VARIABEL = "COLETA DE LIXO"
post peso2 ("$VARIABEL") (wpov)

summa wponderado if variavel == "ILUMINACAO DO DOMICILIO" &      ///
                      categoria == 1
scalar wpov = r(min)
global VARIABEL = "ILUMINACAO DO DOMICILIO"
post peso2 ("$VARIABEL") (wpov)

summa wponderado if variavel == "POBRE" & categoria == 1
scalar wpov = r(min)
global VARIABEL = "POBRE"
post peso2 ("$VARIABEL") (wpov)

summa wponderado if variavel == "CONDICAO DO DOMICILIO" &        ///
                      categoria == 1
scalar wpov = r(min)
global VARIABEL = "CONDICAO DO DOMICILIO"

```

```

post peso2 (" $VARIABEL") (wpov)

summa wponderado if variavel == "ABASTECIMENTO DE AGUA" &          ///
                        categoria == 1
scalar wpov = r(min)
global VARIABEL = "ABASTECIMENTO DE AGUA"
post peso2 (" $VARIABEL") (wpov)

summa wponderado if variavel == "CONDICAO SANITARIA" &            ///
                        categoria == 1
scalar wpov = r(min)
global VARIABEL = "CONDICAO SANITARIA"
post peso2 (" $VARIABEL") (wpov)

summa wponderado if variavel == "PROPORCAO DE ALFABETIZADOS" &    ///
                        categoria == 1
scalar wpov = r(min)
global VARIABEL = "PROPORCAO DE ALFABETIZADOS"
post peso2 (" $VARIABEL") (wpov)

summa wponderado if variavel == "PROPORCAO DE CRIANCAS NA ESCOLA"
///
                        & categoria == 1
scalar wpov = r(min)
global VARIABEL = "PROPORCAO DE CRIANCAS NA ESCOLA"
post peso2 (" $VARIABEL") (wpov)

summa wponderado if variavel == "PROPORCAO DE TRABALHO PRECARIO" ///
                        & categoria == 1
scalar wpov = r(min)
global VARIABEL = "PROPORCAO DE TRABALHO PRECARIO"
post peso2 (" $VARIABEL") (wpov)

summa wponderado if variavel == "RAZAO DE DEPENDENCIA" &          ///
                        categoria == 1
scalar wpov = r(min)
global VARIABEL = "RAZAO DE DEPENDENCIA"
post peso2 (" $VARIABEL") (wpov)

summa wponderado if variavel == "ANOS DE ESTUDO MEDIO" &          ///
                        categoria == 1
scalar wpov = r(min)
global VARIABEL = "ANOS DE ESTUDO MEDIO"
post peso2 (" $VARIABEL") (wpov)

summa wponderado if variavel == "NUMERO DE PESSOAS POR             ///
                        DORMITORIO" & categoria == 1
scalar wpov = r(min)
global VARIABEL = "NUMERO DE PESSOAS POR DORMITORIO"
post peso2 (" $VARIABEL") (wpov)

postclose peso2

```

```

*****
*Calcular Linha Multidimensional de Pobreza Absoluta
*****

use wpov_category2006, clear

summa wpov

disp "linha de pobreza = ", r(max)

scalar lpmultiabs = r(max)
disp lpmultiabs
save "wpov_category2006", replace

*****
*Gerar Arquivo com Peso Mínimo das Categorias de cada Indicador
*Primário para Cálculo do IMPmin (cmin)
*****

use peso_cat2006, clear

postutil clear
postfile peso3 str40 variavel cmin using cmin2006, replace

summa wponderado if variavel == "MATERIAL DAS PAREDES"
scalar cmin = r(min)
global VARIABEL = "MATERIAL DAS PAREDES"
post peso3 ("$VARIABEL") (cmin)

summa wponderado if variavel == "MATERIAL DO TELHADO"
scalar cmin = r(min)
global VARIABEL = "MATERIAL DO TELHADO"
post peso3 ("$VARIABEL") (cmin)

summa wponderado if variavel == "ESCOADOURO"
scalar cmin = r(min)
global VARIABEL = "ESCOADOURO"
post peso3 ("$VARIABEL") (cmin)

summa wponderado if variavel == "COLETA DE LIXO"
scalar cmin = r(min)
global VARIABEL = "COLETA DE LIXO"
post peso3 ("$VARIABEL") (cmin)

summa wponderado if variavel == "ILUMINACAO DO DOMICILIO"
scalar cmin = r(min)
global VARIABEL = "ILUMINACAO DO DOMICILIO"
post peso3 ("$VARIABEL") (cmin)

summa wponderado if variavel == "POBRE"
scalar cmin = r(min)
global VARIABEL = "POBRE"
post peso3 ("$VARIABEL") (cmin)

summa wponderado if variavel == "CONDICAO DO DOMICILIO"
scalar cmin = r(min)

```

```

global VARIABEL = "CONDICAO DO DOMICILIO"
post peso3 ("$VARIABEL") (cmin)

summa wponderado if variavel == "ABASTECIMENTO DE AGUA"
scalar cmin = r(min)
global VARIABEL = "ABASTECIMENTO DE AGUA"
post peso3 ("$VARIABEL") (cmin)

summa wponderado if variavel == "CONDICAO SANITARIA"
scalar cmin = r(min)
global VARIABEL = "CONDICAO SANITARIA"
post peso3 ("$VARIABEL") (cmin)

summa wponderado if variavel == "PROPORCAO DE ALFABETIZADOS"
scalar cmin = r(min)
global VARIABEL = "PROPORCAO DE ALFABETIZADOS"
post peso3 ("$VARIABEL") (cmin)

summa wponderado if variavel == "PROPORCAO DE CRIANCAS NA ESCOLA"
scalar cmin = r(min)
global VARIABEL = "PROPORCAO DE CRIANCAS NA ESCOLA"
post peso3 ("$VARIABEL") (cmin)

summa wponderado if variavel == "PROPORCAO DE TRABALHO PRECARIO"
scalar cmin = r(min)
global VARIABEL = "PROPORCAO DE TRABALHO PRECARIO"
post peso3 ("$VARIABEL") (cmin)

summa wponderado if variavel == "RAZAO DE DEPENDENCIA"
scalar cmin = r(min)
global VARIABEL = "RAZAO DE DEPENDENCIA"
post peso3 ("$VARIABEL") (cmin)

summa wponderado if variavel == "ANOS DE ESTUDO MEDIO"
scalar cmin = r(min)
global VARIABEL = "ANOS DE ESTUDO MEDIO"
post peso3 ("$VARIABEL") (cmin)

summa wponderado if variavel == "NUMERO DE PESSOAS POR DORMITORIO"
scalar cmin = r(min)
global VARIABEL = "NUMERO DE PESSOAS POR DORMITORIO"
post peso3 ("$VARIABEL") (cmin)

postclose peso3

*****
*Calcular  $IMP_{min}$ 
*****

use cmin2006, clear

summa cmin

scalar totalcmin = r(mean)*1000
*a multiplicação segue a sugestão de Asselin (2002, p. 25)
disp totalcmin

```

```

save "cmin2006", replace

*****
*Calcular Indicador Multidimensional de Pobreza (IMP)
*****

usesps "merge_2006_BAsps.sav", clear

*Este é o arquivo do SPSS que contém os escores gerados pela
*Análise de Correspondência Múltipla.

*Transformar Escores e Linha Multidimensional de Pobreza
*****

replace OBSC01_1      = OBSC01_1 + abs(totalcmin)
summa OBSC01_1
rename OBSC01_1 IMP
label variable IMP "Indicador Multidimensional de Pobreza"

scalar lpmultiabs = lpmultiabs + abs(totalcmin)
disp lpmultiabs
gen lpmultiabs      = lpmultiabs

fdasave IMP2006, rename replace

*Eliminar estratos com PSU
*****

idonepsu, generate(novo_) strata(STRAT) psu(PSU)

drop STRAT
drop PSU
rename novo_str strat
rename novo_psu psu
svyset [pw=PESO], strata(strat) psu(psu)

svydescribe, single

save "IMP2006", replace

*////////////////////////////////////
* ESTIMATIVAS DE ÍNDICES DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL
*////////////////////////////////////

set more off
clear
use "IMP2006", clear

summa IMP
replace IMP = IMP - r(min)
replace lpmultiabs = lpmultiabs - r(min)
summa IMP
summa lpmultiabs

```

```

save "IMPtrans2006", replace

*Essa transformação é necessária para que se possa calcular os
*índices FGT 1 e 2 e os índices de desigualdade.

*****
*Estimação dos Índices FGT
*****

log using "Resultados da Análise 2006.smcl", replace

set more off

postutil clear
postfile pobreza str40 area str50 pobrenda str50 pobmultrel      ///
str50 pobmultabs using pobreza2006, replace

capture program drop pobreza
program define pobreza
apoverity REND_FAM [fw=PESO]if $areal, varpl(LP) h
scalar hrenda = r(head_1)
apoverity IMP [fw=PESO]if $areal, line(-1) h
scalar hmultrel = r(head_1)
apoverity IMP [fw=PESO]if $areal, varpl(lpmultiabs) h
scalar hmultabs = r(head_1)
post pobreza (area2) (hrenda) (hmultrel) (hmultabs)
end

global areal "URB == 1 |URB == 2"
scalar area2 = "Bahia"
pobreza

global areal "URB == 1"
scalar area2 = "Rural"
pobreza

global areal "URB == 1 & AREACEN != 1"
scalar area2 = "Rural não-metropolitano"
pobreza

global areal "URB == 2"
scalar area2 = "Urbano"
pobreza

global areal "URB == 2 & AREACEN != 1"
scalar area2 = "Urbano não-metropolitano"
pobreza

global areal "AREACEN == 1"
scalar area2 = "Metropolitana"
pobreza

postclose pobreza
log close

```

```

*****
*Decomposição da Pobreza por subgrupos
*****

gen area = .
replace area = 1 if AREACEN == 1
replace area = 2 if URB == 2 & AREACEN !=1
replace area = 3 if URB == 1 & AREACEN !=1
label variable area "Áreas metropolitana,urbana e rural"

povdeco IMP [fw = PESO], varpline(lpmultiabs) bygroup
(area)summarize
povdeco IMP [fw = PESO], varpline(lpmultiabs) bygroup (AREACEN)
///
summarize
povdeco IMP [fw = PESO], varpline(lpmultiabs) bygroup (COR)
summarize
povdeco IMP [fw = PESO], varpline(lpmultiabs) bygroup
(SEXO)summarize
povdeco IMP [fw = PESO], varpline(lpmultiabs) bygroup          ///
(TIPOFAM)summarize

log close

save "IMPtrans2006", replace

*****
*Gerar Arquivo com os Resultados do povdeco
*****

clear
set memo 500m
set more off

cd "E:\nanda-documentos\Mestrado\Dissertacao\Dados\2006\"

use "IMPtrans2006", clear

postutil clear
postfile decomposicao str40 Area fgt0 fgt1 fgt2 fgt0_1 fgt1_1 ///
fgt0_2 fgt1_2 fgt2_2 fgt0_3 fgt1_3 fgt2_3 using povdeco2006, replace

capture program drop decomposicao
program define decomposicao
povdeco IMP [fw=PESO], varpl(lpmultiabs) bygroup ($areal)summarize
scalar fgt0 = r(fgt0)
scalar fgt1 = r(fgt1)
scalar fgt2 = r(fgt2)
scalar fgt0_1 = r(fgt0_1)
scalar fgt1_1 = r(fgt1_1)
scalar fgt2_1 = r(fgt2_1)
scalar fgt0_2 = r(fgt0_2)
scalar fgt1_2 = r(fgt1_2)
scalar fgt2_2 = r(fgt2_2)
scalar fgt0_3 = r(fgt0_3)
scalar fgt1_3 = r(fgt1_3)

```

```

scalar fgt2_3 = r(fgt2_3)
post decomposicao (area2) (fgt0) (fgt1) (fgt2) (fgt0_1) (fgt1_1)
(fgt2_1) (fgt0_2) (fgt1_2) (fgt2_2) (fgt0_3) (fgt1_3) (fgt2_3)
end

global area1 "area"
scalar area2 = "Bahia"
decomposicao

postclose decomposicao

use povdeco2006, clear

*****
*Etapa de Retorno aos Dados
*****

clear
set memo 500m
set more off

use "IMPtrans2006", clear

log using "Tabulação das variáveis retorno 2006.smcl", replace

replace MATPAR = 0 if MATPAR == 1
replace MATPAR = 1 if MATPAR == 2
svy linearized : mean MATPAR, over(pobremulti)
lincom [MATPAR]0 - [MATPAR]1

replace MATTEL = 0 if MATTEL == 1
replace MATTEL = 1 if MATTEL == 2
svy linearized : mean MATTEL, over(pobremulti)
lincom [MATTEL]0 - [MATTEL]1

replace POBRE = 0 if POBRE == 1
replace POBRE = 1 if POBRE == 2
svy linearized : mean POBRE, over(pobremulti)
lincom [POBRE]0 - [POBRE]1

gen          DCONdd1 = .
replace      DCONdd1 = 1          if DCOND == 1
replace      DCONdd1 = 0          if DCOND == 2 | DCOND == 3

gen          DCONdd2 = .
replace      DCONdd2 = 0          if DCOND == 1 | DCOND == 3
replace      DCONdd2 = 1          if DCOND == 2

gen          DCONdd3 = .
replace      DCONdd3 = 0          if DCOND == 1 | DCOND == 2
replace      DCONdd3 = 1          if DCOND == 3

svy linearized : mean DCONdd1 DCONdd2 DCONdd3, over(pobremulti)
lincom [DCONdd1]0 - [DCONdd1]1
lincom [DCONdd2]0 - [DCONdd2]1
lincom [DCONdd3]0 - [DCONdd3]1

gen          DAGUAd1 = .
replace      DAGUAd1 = 1          if DAGUA == 1

```

```

replace      DAGUAd1 = 0          if DAGUA == 2 | DAGUA == 3

gen          DAGUAd2 = .
replace      DAGUAd2 = 0          if DAGUA == 1 | DAGUA == 3
replace      DAGUAd2 = 1          if DAGUA == 2

gen          DAGUAd3 = .
replace      DAGUAd3 = 0          if DAGUA == 1 | DAGUA == 2
replace      DAGUAd3 = 1          if DAGUA == 3

svy linearized : mean DAGUAd1 DAGUAd2 DAGUAd3, over(pobremulti)
lincom [DAGUAd1]0 - [DAGUAd1]1
lincom [DAGUAd2]0 - [DAGUAd2]1
lincom [DAGUAd3]0 - [DAGUAd3]1

gen          DBANHd1 = .
replace      DBANHd1 = 1          if DBANH == 1
replace      DBANHd1 = 0          if DBANH == 2 | DBANH == 3

gen          DBANHd2 = .
replace      DBANHd2 = 0          if DBANH == 1 | DBANH == 3
replace      DBANHd2 = 1          if DBANH == 2

gen          DBANHd3 = .
replace      DBANHd3 = 0          if DBANH == 1 | DBANH == 2
replace      DBANHd3 = 1          if DBANH == 3

svy linearized : mean DBANHd1 DBANHd2 DBANHd3, over(pobremulti)
lincom [DBANHd1]0 - [DBANHd1]1
lincom [DBANHd2]0 - [DBANHd2]1
lincom [DBANHd3]0 - [DBANHd3]1

gen          ANOESTMd1 = .
replace      ANOESTMd1 = 1        if ANOESTM == 1
replace      ANOESTMd1 = 0        if ANOESTM == 2 | ANOESTM == 3 | ANOESTM == 4

gen          ANOESTMd2 = .
replace      ANOESTMd2 = 0        if ANOESTM == 1 | ANOESTM == 3 | ANOESTM == 4
replace      ANOESTMd2 = 1        if ANOESTM == 2

gen          ANOESTMd3 = .
replace      ANOESTMd3 = 0        if ANOESTM == 1 | ANOESTM == 2 | ANOESTM == 4
replace      ANOESTMd3 = 1        if ANOESTM == 3

gen          ANOESTMd4 = .
replace      ANOESTMd4 = 0        if ANOESTM == 1 | ANOESTM == 2 | ANOESTM == 3
replace      ANOESTMd4 = 1        if ANOESTM == 4

svy linearized : mean ANOESTMd1 ANOESTMd2 ANOESTMd3 ANOESTMd4,
over(pobremulti)
lincom [ANOESTMd1]0 - [ANOESTMd1]1
lincom [ANOESTMd2]0 - [ANOESTMd2]1
lincom [ANOESTMd3]0 - [ANOESTMd3]1
lincom [ANOESTMd4]0 - [ANOESTMd4]1

replace PESSPORD = 0 if PESSPORD == 1
replace PESSPORD = 1 if PESSPORD == 2
svy linearized : mean PESSPORD, over(pobremulti)
lincom [PESSPORD]0 - [PESSPORD]1

replace PCRIES = 0 if PCRIES == 1

```

```

replace PCRIESC = 1 if PCRIESC == 2

*Esta variável apresentou estrato com PSU único. Por isso, é necessário
*utilizar o comando idonepsu

idonepsu PCRIESC, generate(novo_) strata(strat) psu(psu)
svyset [pw=PESO], strata(novo_str) psu(novo_psu)
svydes PCRIESC, single
svy linearized : mean PCRIESC, over(pobremulti)
lincom [PCRIESC]0 - [PCRIESC]1

replace ESCOAD = 0 if ESCOAD == 1
replace ESCOAD = 1 if ESCOAD == 2
svy linearized : mean ESCOAD, over(pobremulti)
lincom [ESCOAD]0 - [ESCOAD]1

replace LIXO = 0 if LIXO == 1
replace LIXO = 1 if LIXO == 2
svy linearized : mean LIXO, over(pobremulti)
lincom [LIXO]0 - [LIXO]1

replace RDEPEN = 0 if RDEPEN == 1
replace RDEPEN = 1 if RDEPEN == 2
svy linearized : mean RDEPEN , over(pobremulti)
lincom [RDEPEN ]0 - [RDEPEN ]1

replace ILUMINA = 0 if ILUMINA == 1
replace ILUMINA = 1 if ILUMINA == 2
svy linearized : mean ILUMINA, over(pobremulti)
lincom [ILUMINA]0 - [ILUMINA]1

replace TPRECARI = 0 if TPRECARI == 1
replace TPRECARI = 1 if TPRECARI == 2
svy linearized : mean TPRECARI, over(pobremulti)
lincom [TPRECARI]0 - [TPRECARI]1

replace PALFA = 0 if PALFA == 1
replace PALFA = 1 if PALFA == 2
svy linearized : mean PALFA, over(pobremulti)
lincom [PALFA]0 - [PALFA]1

log close

save "IMP2006", replace

```

A.2 Script para realização da Análise de Correspondências Múltiplas (SPSS)

```

GET
  SAS DATA='(Unidade de Disco)\merge_2006_BAsps.xpt'.
DATASET NAME DataSet3 WINDOW=FRONT.

WEIGHT
  BY PESO.

```

MULTIPLE CORRES

```

VARIABLES=MATPAR MATTEL ESCOAD LIXO ILUMINA DCOND POBRE
DAGUA DBANH ANOESTM PALFA PCRIES TPRECARI RDEPEN PESSPORD
/ANALYSIS=MATPAR(WEIGHT=12) MATTEL(WEIGHT=12) ESCOAD(WEIGHT=15)
LIXO(WEIGHT=15) ILUMINA(WEIGHT=12) POBRE(WEIGHT=60)
DCOND(WEIGHT=12) DAGUA(WEIGHT=15) DBANH(WEIGHT=15)
ANOESTM(WEIGHT=20) PALFA(WEIGHT=20) PCRIES(WEIGHT=20)
TPRECARI(WEIGHT=60) RDEPEN(WEIGHT=60) PESSPORD(WEIGHT=12)
/DISCRETIZATION=MATPAR(RANKING) MATTEL(RANKING) ESCOAD(RANKING)
LIXO(RANKING) ILUMINA(RANKING) POBRE(RANKING) DCOND(RANKING)
DAGUA(RANKING) DBANH(RANKING) ANOESTM(RANKING) PALFA(RANKING)
PCRIES(RANKING) TPRECARI(RANKING) RDEPEN(RANKING)
PESSPORD(RANKING)
/MISSING=MATPAR(PASSIVE,MODEIMPU) MATTEL(PASSIVE,MODEIMPU)
ESCOAD(PASSIVE,MODEIMPU) LIXO(PASSIVE,MODEIMPU)
ILUMINA(PASSIVE,MODEIMPU) POBRE(PASSIVE,MODEIMPU)
DCOND(PASSIVE,MODEIMPU) DAGUA(PASSIVE,MODEIMPU)
DBANH(PASSIVE,MODEIMPU) ANOESTM(PASSIVE,MODEIMPU)
PALFA(PASSIVE,MODEIMPU) PCRIES(PASSIVE,MODEIMPU)
TPRECARI(PASSIVE,MODEIMPU) RDEPEN(PASSIVE,MODEIMPU)
PESSPORD(PASSIVE,MODEIMPU)
/DIMENSION=2
/NORMALIZATION=VPRINCIPAL
/MAXITER=100
/CRITITER=.00001
/PRINT=CORR DISCRIM QUANT( MATPAR MATTEL ESCOAD LIXO ILUMINA POBRE
DCOND DAGUA DBANH ANOESTM PALFA PCRIES TPRECARI RDEPEN PESSPORD)
/PLOT=OBJECT (20) CATEGORY( MATPAR MATTEL ESCOAD LIXO ILUMINA
POBRE DCOND DAGUA DBANH ANOESTM PALFA PCRIES TPRECARI RDEPEN
PESSPORD) (20)
JOINTCAT( MATPAR MATTEL ESCOAD LIXO ILUMINA POBRE DCOND DAGUA
DBANH ANOESTM PALFA PCRIES TPRECARI RDEPEN PESSPORD) (20)
DISCRIM(20)
/SAVE=OBJECT
/OUTFILE=OBJECT(ESCORES_merge_2006).

```

APÊNDICE B – Variáveis Componentes do Indicador Multidimensional de Pobreza

(continua)

Variáveis Originais ⁽¹⁾	Categorias/Valores das Variáveis Originais	Variável Derivada	Categorias das Variáveis Derivadas
Material predominante nas paredes externas (V0203)	1- Alvenaria 2- Madeira aparelhada 3- Taipa não revestida 4- Madeira aproveitada 5- Palha 6- Outro material 9- Sem declaração	Material predominante nas paredes (matpar)	1 → quando V0203 = [2, 6]. 2 → quando V0203 = 1. missing → quando V0203 = 9.
Material predominante na cobertura (V0204)	1- Telha 2- Laje de concreto 3- Madeira aparelhada 4- Zinco 5- Madeira aproveitada 6- Palha 7- Outro material 9- Sem declaração	Material predominante no telhado (mattel)	1 → quando V0204 = [3, 7]. 2 → quando V0204 = [1, 2]. missing → quando V0204 = 9.
Condição de ocupação do domicílio (V0207)	1- Próprio – já pago 2- Próprio – ainda pagando 3- Alugado 4- Cedido por empregador 5- Cedido de outra forma 6- Outra condição 9- Sem declaração	Condição de ocupação e posse do domicílio (dcond)	1 → quando V0207 = [3, 6]. 2 → quando V0207 = [1, 2] e V0210 = 4. 3 → quando V0207 = [1, 2] e V0210 = 2. missing → quando V0207 = 9.
Propriedade do terreno (V0210)	2- Sim 4- Não 9- Sem declaração		
Forma de iluminação (V0219)	1- Elétrica (de rede, gerador, solar) 3- Óleo, querosene ou gás de botijão 5- Outra forma 9- Sem declaração	Iluminação do domicílio (ilumina)	1 → quando V0219 = [3, 5]. 2 → quando V0219 = 1. missing → quando V0219 = 9.

Quadro 7 – Variáveis componentes da dimensão “moradia” do indicador multidimensional de pobreza

Variáveis Originais ⁽¹⁾		Categorias/Valores das Variáveis Originais	Variável Derivada	Categorias das Variáveis Derivadas	(conclusão)
Número de cômodos servindo de dormitório (V0206)	Total de moradores (V0105)	01 a 15 Cômodo(s) servindo de dormitório 99- Sem declaração	Número de pessoas por dormitório (pessordorm)	V0105/V0206	
		01 a 30 Pessoas			

Fonte: Elaboração própria.

(1) A informação entre parênteses é o código da variável nos microdados da PNAD.

Quadro 7 – Variáveis componentes da dimensão “moradia” do indicador multidimensional de pobreza

Variáveis Originais ⁽¹⁾	Categorias/Valores das Variáveis Originais	Variável Derivada	Categorias das Variáveis Derivadas	(continua)
Esgotamento sanitário (V0217)	1- Rede coletora de esgoto ou pluvial	Esgotamento sanitário (escoad)	1 → quando V0217 = [3, 7] e V4105 = [1, 3]; V0217 = [4, 7] e V4105 = [4, 8]. 2 → quando V0217 = [1, 2] e V4105 = [1, 3]; V0217 = [1, 3] e V4105 = [4, 8]. <i>missing</i> → quando V0217 = 9.	
	2- Fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial			
	3- Fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial			
	4- Fossa rudimentar			
	5- Vala			
	6- Direto para o rio, lago ou mar			
	7- Outra forma			
	9- Sem declaração			
	1- URBANA - cidade ou vila, área urbanizada			
Código de situação censitária (V4105)	2- URBANA - cidade ou vila, área não urbanizada			
	3- URBANA - área urbana isolada			
	4- RURAL - aglomerado rural de extensão urbana			
	5- RURAL - aglomerado rural, isolado, povoado			
	6- RURAL - aglomerado rural, isolado, núcleo			
	7- RURAL - aglomerado rural, isolado, outros aglomerados			
	8- RURAL - zona rural exclusive aglomerado rural			

Quadro 8 – Variáveis componentes da dimensão “saneamento” do indicador multidimensional de pobreza

Variáveis Originais ⁽¹⁾		Categorias/Valores das Variáveis Originais		Variável Derivada	Categorias das Variáveis Derivadas	(conclusão)
Água canalizada em pelo menos um cômodo (V0211)	1- Sim 3- Não 9- Sem declaração	2- Rede geral de distribuição 4- Poço ou nascente 6- Outra proveniência 9- Sem declaração		Abastecimento de água no domicílio (dagua)	1 → quando V0211 = 3. 2 → quando V0211 = 1 e V0212 = [4, 6] e V4105 = [1, 3]; V0211 = 1 e V0212 = 6 e V4105 = [4, 8]. 3 → quando V0211 = 1 e V0212 = 2 e V4105 = [1, 3]; V0211 = 1 e V0212 = [2, 4] e V4105 = [4, 8]. <i>missing</i> → quando V0211 = 9.	
Proveniência da água utilizada (V0212)						
Código de situação censitária (V4105)	1- URBANA - cidade ou vila, área urbanizada 2- URBANA - cidade ou vila, área não urbanizada 3- URBANA - área urbana isolada 4- RURAL - aglomerado rural de extensão urbana 5- RURAL - aglomerado rural, isolado, povoado 6- RURAL - aglomerado rural, isolado, núcleo 7- RURAL - aglomerado rural, isolado, outros aglomerados 8- RURAL - zona rural exclusive aglomerado rural					
Destino do lixo (V0218)	1- Coletado diretamente 2- Coletado indiretamente 3- Queimado ou enterrado na propriedade 4- Jogado em terreno baldio ou logradouro 5- Jogado em rio, lago ou mar 6- Outro destino 9- Sem declaração			Destino do lixo (lixo)	1 → quando V0218 = [3, 6]. 2 → quando V0218 = [1, 2]. <i>missing</i> → quando V0218 = 9.	
Banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade (V0215)	1- Sim 3- Não 9- Sem declaração			Condição sanitária (dbanh)	1 → quando V0215 = 3. 2 → quando V0215 = 1 e V0216 = 4. 3 → quando V0215 = 1 e V0216 = 2. <i>missing</i> → quando V0215 = 9.	
Uso do banheiro ou sanitário (V0216)	2- Só do domicílio 4- Comum a mais de um 9- Sem declaração					

Fonte: Elaboração própria.

(1) A informação entre parênteses é o código da variável nos microdados da PNAD.

Quadro 8 – Variáveis componentes da dimensão “saneamento” do indicador multidimensional de pobreza

Variáveis Originais ⁽¹⁾	Categorias/Valores das Variáveis Originais	Variável Derivada	Categorias das Variáveis Derivadas
Sabe ler e escrever (V0601)	0- Parte ignorada 1- Sim 3- Não 9- Sem declaração	Alfabetização (alfa)	0 → quando V0601 = 3 e V8005 ≥ 15. 1 → quando V0601 = 1 e V8005 ≥ 15. <i>missing</i> → quando V0601 = 9; V0601 = 0; V0601 = 3 e V8005 < 15; V0601 = 1 e V8005 < 15.
Idade do morador (V8005)	000 a 120- Idade em anos 999- Idade ignorada		
Frequêntava escola ou creche (V0602)	2- Sim 4- Não 9- Sem declaração	Criança na escola (criesc)	0 → quando V0602 = 4 e V8005 ⁽²⁾ = [7, 14[. 1 → quando V0602 = 2 e V8005 ⁽²⁾ = [7, 14[.
Idade do morador (V8005)	000 a 120- Idade em anos 999- Idade ignorada		<i>missing</i> → quando V0602 = 9; V0602 = 2 e V8005 > 14; V0602 = 4 e V8005 > 14.
Anos de estudo (V4703)	01- Sem instrução e menos de 1 ano 02- 1 ano 03- 2 anos 04- 3 anos 05- 4 anos 06- 5 anos 07- 6 anos 08- 7 anos 09- 8 anos 10- 9 anos 11- 10 anos 12- 11 anos 13- 12 anos 14- 13 anos 15- 14 anos 16- 15 anos ou mais 17- Não determinados e sem declaração	Anos de estudo (anosest)	anosest = V4703 - 1. <i>missing</i> → quando V4703 = 17 ou V8005 < 18.
Idade do morador (V8005)	000 a 120- Idade em anos 999- Idade ignorada		

Fonte: Elaboração própria.

(1) A informação entre parênteses é o código da variável nos microdados da PNAD.

(2) Para o ano de 2006, V8005 = [6, 14[.

Quadro 9 – Variáveis componentes da dimensão “educação” do indicador multidimensional de pobreza

(continua)

Variáveis Originais ⁽¹⁾	Categorias/Valores das Variáveis Originais	Categorias da Variável Derivada Trabalho Precário
Posição na ocupação no trabalho principal ⁽²⁾ (V4706)	01- Empregado com carteira 02- Militar 03- Funcionário público estatutário 04- Outros empregados sem carteira 05- Empregados sem declaração de carteira 06- Trabalhador doméstico com carteira 07- Trabalhador doméstico sem carteira 08- Trabalhador doméstico sem declaração de carteira 09- Conta própria 10- Empregador 11- Trabalhador na produção para o próprio consumo 12- Trabalhador na construção para o próprio uso 13- Não-remunerado 14- Sem declaração	0 → quando: V4706 = [1, 3] e V8005 ≥ 14; V4706 = 6 e V8005 ≥ 14; V4706 = [4, 5] e V4711 = 1 e V8005 ≥ 14; V4706 = [7, 8] e V4710 ≠ 3 e V4711 = 1 e V8005 ≥ 14; V4706 = [7, 8] e V4710 = 3 e V8005 ≥ 14; V4706 = 9 e V4710 ≠ 3 e V4711 = 1 e V8005 ≥ 14; V4706 = 10 e V4711 = 1 e V8005 ≥ 14; V4706 = 9 e V4710 = 3 e V9008 = 6 e V9021 = [1, 5] e V9027 = 1 e V8005 ≥ 14; V4706 = [11, 12] e V4710 = 3 e V9008 = 11 e V8005 ≥ 14; V4706 = [11, 12] e V4710 = 3 e V9008 = 13 e V8005 ≥ 14; V4706 = [11, 12] e V4710 ≠ 3 e V4711 = 1 e V8005 ≥ 14; V4706 = 13 e V4710 ≠ 3 e V4711 = 1 e V8005 ≥ 14; V4706 = 13 e V4710 = 3 e V8005 ≥ 14;
Contribuição para instituto de previdência ⁽³⁾ (V4711)	1- Contribuinte 2- Não contribuinte 3- Sem declaração	
Grupos ocupacionais do trabalho principal ⁽²⁾ (V4710) ⁽⁴⁾	01- Técnica, científica, artística e assemblhada 02- Administrativa 03- Agropecuária e produção extrativa vegetal e animal 04- Indústria de transformação 05- Comércio e atividades auxiliares 06- Transporte e comunicação 07- Prestação de serviços 08- Outra ocupação, ocupação mal definida ou não declarada	
Condição em relação ao empreendimento agrícola ⁽⁵⁾ (V9021)	1- Parceiro 2- Arrendatário 3- Posseiro 4- Cessionário 5- Proprietário 6- Outra condição 9- Sem declaração	

Quadro 10 – Variável componente da dimensão “trabalho” do indicador multidimensional de pobreza

(conclusão)

Variáveis Originais ⁽¹⁾	Categorias/Valores das Variáveis Originais	Categorias da Variável Derivada Trabalho Precário
Algum tipo de produção foi consumida como alimentação pelos membros da unidade domiciliar ⁽⁵⁾ ⁽⁶⁾ (V9027)	1- Sim 3- Não 9- Sem declaração	1 → quando: V4706 = [4, 5] e V4711 = 2 e V8005 ≥ 14;
Idade do morador (V8005)	000 a 120- Idade em anos 999- Idade ignorada	V4706 = [7, 8] e V4710 ≠ 3 e V4711 = 2 e V8005 ≥ 14; V4706 = 10 e V4711 = 2 e V8005 ≥ 14;
Posição na ocupação no trabalho principal ⁽⁷⁾ (V9008)	01- Empregado permanente nos serviços auxiliares	V4706 = 9 e V4710 ≠ 3 e V4711 = 2 e V8005 ≥ 14;
	02- Empregado permanente na agricultura, silvicultura, ou criação de bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos ou suínos	V4706 = 9 e V4710 = 3 e V9008 = 6 e V9027 ≠ 1 e V8005 ≥ 14;
	03- Empregado permanente em outra atividade	V4706 = 9 e V4710 = 3 e V9008 = 6 e V9027 ≠ 1 e V8005 ≥ 14;
	04- Empregado temporário	V4706 = 9 e V4710 = 3 e V9008 = 6 e V9027 ≠ 1 e V8005 ≥ 14;
	05- Conta própria nos serviços auxiliares	V4706 = 9 e V4710 = 3 e V9008 = 6 e V9027 ≠ 1 e V8005 ≥ 14;
	06- Conta própria na agricultura, silvicultura ou criação de bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos ou suínos	V4706 = 9 e V4710 = 3 e V9008 = 6 e V9027 ≠ 1 e V8005 ≥ 14;
	07- Conta própria em outra atividade	V4706 = 9 e V4710 = 3 e V9008 = 6 e V9027 ≠ 1 e V8005 ≥ 14;
	08- Empregador nos serviços auxiliares	V4706 = 9 e V4710 = 3 e V9008 = 6 e V9027 ≠ 1 e V8005 ≥ 14;
	09- Empregador na agricultura, silvicultura ou criação de bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos ou suínos	V4706 = 9 e V4710 = 3 e V9008 = 6 e V9027 ≠ 1 e V8005 ≥ 14;
	10- Empregador em outras atividades	V4706 = 9 e V4710 = 3 e V9008 = 6 e V9027 ≠ 1 e V8005 ≥ 14;
	11- Trabalhador não-remunerado de membro da unidade domiciliar	V4706 = 9 e V4710 = 3 e V9008 = 6 e V9027 ≠ 1 e V8005 ≥ 14;
	12- Outro trabalhador não-remunerado	V4706 = 9 e V4710 = 3 e V9008 = 6 e V9027 ≠ 1 e V8005 ≥ 14;
	13- Trabalhador na produção para o próprio consumo	V4706 = 9 e V4710 = 3 e V9008 = 6 e V9027 ≠ 1 e V8005 ≥ 14;
	99- Sem declaração	V4706 = 9 e V4710 = 3 e V9008 = 6 e V9027 ≠ 1 e V8005 ≥ 14;

Fonte: Elaboração própria.

(1) A informação entre parênteses é o código da variável nos microdados da PNAD.

(2) Na semana de referência, para pessoas de 10 anos ou mais de idade.

(3) Em qualquer trabalho da semana de referência, para pessoas de 10 anos ou mais de idade.

(4) Para os anos de 2006, o código dessa variável é V4810 e suas categorias são: 01- Dirigentes em geral; 02- Profissionais das ciências e das artes; 03- Técnicos de nível médio; 04- Trabalhadores de serviços administrativos; 05- Trabalhadores dos serviços; 06- Vendedores e prestadores de serviço do comércio; 07- Trabalhadores agrícolas; 08- Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção; 09- Membros das forças armadas e auxiliares; 10- Ocupações maldefinidas ou não-declaradas. Para esse ano, a categoria utilizada na formulação da variável trabprec foi a 7, em substituição à 3.

(5) Refere-se ao conta própria ou empregador em empreendimento do grupamento agrícola (exceto serviços auxiliares) no trabalho da semana de referência.

(6) No mês de referência.

(7) Refere-se à pessoa (de 10 anos ou mais de idade) ocupada em empreendimento do grupamento agrícola no trabalho da semana de referência.

Quadro 10 – Variável componente da dimensão “trabalho” do indicador multidimensional de pobreza

Variáveis Originais ⁽¹⁾	Categorias/Valores das Variáveis Originais	Variável Derivada	Categorias das Variáveis Derivadas
Rendimento mensal familiar I para todas as unidades domiciliares ⁽²⁾ (V4722)	Valor (R\$)	Rendimento familiar <i>per capita</i> (rend_fampc)	V4722/V4724
Número de componentes da família I ⁽²⁾ (V4724)	01 a 30 Pessoa(s)		

Fonte: Elaboração própria.

(1) A informação entre parênteses é o código da variável nos microdados da PNAD.

(2) Excluído o rendimento dos pensionistas, empregados domésticos, parentes dos empregados domésticos e pessoas de menos de 10 anos de idade.

Quadro 11 – Variável derivada: rendimento familiar per capita

(continua)

Variáveis Originais	Categorias/Valores das Variáveis Originais	Categorias da Variável Derivada Pobre por renda
Rendimento familiar <i>per capita</i> ⁽¹⁾ (rend_fampc)	Valor (R\$)	Ano 1995: 1 → quando rend_fampc < 92,37 e V4727 = 1; rend_fampc < 61,91 e V4105 = [1, 3] e V4727 = [2, 3]; rend_fampc < 37,34 e V4105 = [4, 8] e V4727 = [2,3]. 2 → quando rend_fampc ≥ 92,37 e V4727 = 1; rend_fampc ≥ 61,91 e V4105 = [1, 3] e V4727 = [2, 3]; rend_fampc ≥ 37,34 e V4105 = [4, 8] e V4727 = [2,3].
Linhas de pobreza monetária – 1995 ⁽²⁾ (lp_1995)	Região metropolitana de Salvador – R\$ 92,37 Nordeste urbano – R\$ 61,91 Nordeste rural – R\$ 37,34	Ano 2001: 1 → quando rend_fampc < 132,95 e V4727 = 1; rend_fampc < 89,30 e V4105 = [1, 3] e V4727 = [2, 3]; rend_fampc < 53,36 e V4105 = [4, 8] e V4727 = [2,3]. 2 → quando rend_fampc ≥ 132,95 e V4727 = 1; rend_fampc ≥ 89,30 e V4105 = [1, 3] e V4727 = [2, 3]; rend_fampc ≥ 53,36 e V4105 = [4, 8] e V4727 = [2,3].
Linhas de pobreza monetária – 2001 ⁽²⁾ (lp_2001)	Região metropolitana de Salvador – R\$ 132,95 Nordeste urbano – R\$ 89,30 Nordeste rural – R\$ 53,36	
Linhas de pobreza monetária – 2006 ⁽²⁾ (lp_2006)	Região metropolitana de Salvador – R\$ 195,44 Nordeste urbano – R\$ 133,82 Nordeste rural – R\$ 80,72	

Quadro 12 – Variável componente da dimensão “renda” do indicador de pobreza multidimensional

(conclusão)

Variáveis Originais	Categorias/Valores das Variáveis Originais	Categorias da Variável Derivada Pobre por renda
Código de situação censitária (V4105) ⁽³⁾	1- URBANA - cidade ou vila, área urbanizada 2- URBANA - cidade ou vila, área não urbanizada 3- URBANA - área urbana isolada 4- RURAL - aglomerado rural de extensão urbana 5- RURAL - aglomerado rural, isolado, povoado 6- RURAL - aglomerado rural, isolado, núcleo 7- RURAL - aglomerado rural, isolado, outros aglomerados 8- RURAL - zona rural exclusive aglomerado rural	Ano 2006: 1 → quando rend_fampc < 195,44 e V4727 = 1; rend_fampc < 133,82 e V4105 = [1, 3] e V4727 = [2, 3]; rend_fampc < 80,72 e V4105 = [4, 8] e V4727 = [2,3]. 2 → quando rend_fampc ≥ 195,44 e V4727 = 1; rend_fampc ≥ 133,82 e V4105 = [1, 3] e V4727 = [2, 3]; rend_fampc ≥ 80,72 e V4105 = [4, 8] e V4727 = [2,3].
Código de área censitária (V4727) ⁽³⁾	1- Região Metropolitana 2- Autorrepresentativo 3- Não autorrepresentativo	

Fonte: Elaboração própria.

(1) Variável derivada, gerada a partir de outras variáveis disponíveis na PNAD.

(2) Rocha (2009).

(3) Código da variável nos microdados da PNAD.

Quadro 12 – Variável componente da dimensão “renda” do indicador multidimensional de pobreza

Variável Original ⁽¹⁾	Categorias/Valores da Variável Original	Variável Derivada	Categorias das Variáveis Derivadas
Idade do morador (V8005)	000 a 120- Idade em anos 999- Idade ignorada	Dependentes (depen)	0 → quando V8005 = [14, 60]. 1 → quando V8005 ≤ 13 ou V8005 ≥ 60.
		Não dependentes (ndepen)	0 → quando V8005 ≤ 13 ou V8005 ≥ 60. 1 → quando V8005 = [14, 60].

Fonte: Elaboração própria.

(1) A informação entre parênteses é o código da variável nos microdados da PNAD.

Quadro 13 – Variáveis componentes da dimensão “demografia” do indicador multidimensional de pobreza